

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	.....	3
<b>ARTIGOS</b>	O trabalhador volante na agricultura .....	5
	Luiz Sérgio Pires Guimarães Ney Rodrigues Innocencio Sebastiana Rodrigues de Brito	
	Região Geoeconômica de Brasília: a produção de bens alimentares básicos e hortícolas e o mercado da Capital Federal .....	79
	Maria Elisabeth de Paiva Correa de Sá Marília de Saldanha da Gama Lanzelotte Chmatalik Tereza Coni Aguiar	
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Análise espacial das cadeias de lojas do comércio varejista no Rio de Janeiro .....	197
	Hortense Teixeira Kossmann Miguel Angelo Campos Ribeiro	
<b>LEGISLAÇÃO</b>	Resolução — PR n.º 04, de 25-01-84 .....	221

ISSN 0034-723X

R. bras. Geogr.	Rio de Janeiro	ano 46	n.º 1	p. 1 a 224	jan./mar. 1984
-----------------	----------------	--------	-------	------------	----------------

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

A Revista não se responsabiliza  
pelos conceitos emitidos  
em artigos assinados

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ISSN 0034-723X

Pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado para:

Diretoria de Administração — SERGRAF

Av. Brasil, 15.671 — Lucas  
21.241 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil  
Tel: (021) 391-7788

Livraria do IBGE: Av. Franklin Roosevelt, 146/loja — Centro

20.021 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil  
Tel: (021) 220-9147/(021) 220-8163

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de  
Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-  
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-

Trimestral.

Órgão oficial do IBGE.

Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar.  
1967 — out./dez. 1976.

Índices : autor-título-assunto, v. 1-10(1939-1948) divulgado em 1950  
sob o título : Revista brasileira de geografia : índices dos anos I a X,  
1939-1948 — Índices anuais de autor-título-assunto.

ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Biblioteca Central  
RJ-IBGE/81-44

CDU 91(05)

## EDITORIAL

*O desenvolvimento acelerado do conhecimento científico e tecnológico acarreta a contínua produção da informação e a conseqüente necessidade de sua difusão cada vez mais rápida e intensa. Desse modo, instituições de pesquisa de todo o mundo geram fluxo constante de informações, e necessitam serviços editoriais ágeis e eficientes para sua publicação e divulgação.*

*A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE faz parte desse conjunto de instituições de pesquisa por ser um segmento dedicado à produção de conhecimentos e dados estatísticos sobre a realidade sócio-econômica e geográfica do País. Conseqüentemente, assume o desafio constante de editar regularmente suas pesquisas, estudos e análises, bem como informações de alto nível científico elaboradas no Brasil e no Exterior.*

*A preocupação constante com o aprimoramento do trabalho realizado no IBGE, conduziu à formação de uma Comissão Editorial — visando melhor coordenar e padronizar suas publicações — constituídas de representantes das diversas áreas da Instituição. A Comissão tem como incumbência principal avaliar a qualidade científica da matéria encaminhada para publicação. Na Resolução PR-04, de 25 de janeiro de 1984, que criou a Comissão, foram também fixadas normas sobre apresentação dos trabalhos destinados à Revista Brasileira de Estatística e à Revista Brasileira de Geografia.*

# O TRABALHADOR VOLANTE NA AGRICULTURA

Luiz Sérgio Pires Guimarães \*  
Ney Rodrigues Innocencio \*  
Sebastiana Rodrigues de Brito \*

## SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Características gerais da agricultura*
- 3 — *A área de estudos*
- 4 — *O trabalhador assalariado volante*
- 5 — *Anexo*
- 6 — *Bibliografia*

## 1 — INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de uma primeira tentativa de caracterização do trabalhador agrícola volante — comumente, também, denominado “bóia-fria” — através de dados levantados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 1980.

Embora a utilização de trabalhadores temporários não seja fenômeno novo no setor rural brasileiro, o aparecimento da categoria trabalhador volante está diretamente relacionado às transformações pelas quais vem passando a agropecuária nas últimas décadas, deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital urbano sobre o campo. A constatação de problemas derivados das condições concretas de inserção desses trabalhadores nas atividades produtivas tem dado origem a um crescente interesse pelo estudo do fenômeno, numa constante busca de fatores causais que possam explicá-lo. Todavia, faltando ainda uma abordagem mais ampla da questão, capaz de dar conta desta realidade, a nível nacional, considerou-se pertinente a realização do presente estudo, visto que se dispunham das informações censitárias, pela primeira vez investigadas pelo IBGE.

---

\* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Denise Viviane Bacharach, Eduardo Peterson, Tereza Maria R. de Oliveira, Edna Oliveira Barreto, Elcy Teixeira A. e Silva, Iaci Leandro Ferreira, Everardo M. Travassos, Ana Maria Borges de Freitas e Solange Maria Batista pela colaboração prestada a este trabalho.

A preocupação central que orientou a análise foi a de situar o trabalhador agrícola volante no âmbito das relações sociais de produção que se estabelecem na agricultura, objetivando entender o significado de sua presença nas atividades produtivas. A partir desta perspectiva foram retomadas, inicialmente, algumas características que vêm definindo a agricultura, ao longo do tempo, sobretudo nas últimas décadas, quando o processo de industrialização do campo começa a assumir proporções mais significativas. O passo seguinte concretizou-se numa análise sobre as especificidades da relação de trabalho volante, assim como da distribuição desta mão-de-obra no espaço rural do País, para em seguida, centrar-se em aspectos sócio-econômicos concernentes à mesma, revelados pelas informações disponíveis.

Embora o estudo tenha como preocupação o conhecimento de características dos volantes, a nível nacional, foi necessário delimitar uma área específica — formada pelos Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Estados nordestinos, à exceção do Piauí e Maranhão — para a análise da categoria, tendo em vista que alguns dos dados considerados, procedentes das tabulações avançadas do Censo Demográfico, estão sujeitos a algumas limitações devidas ao levantamento amostral utilizado (Anexo). No entanto, este procedimento não invalida o estudo, dado que no conjunto de Estados selecionados se encontra a grande maioria dos trabalhadores volantes do País, conforme será visto quando da análise de sua distribuição no espaço.

## **2 — CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA**

As condições que possibilitaram o aparecimento do trabalhador volante na agricultura brasileira estão vinculadas, diretamente, às características que vem assumindo o processo de desenvolvimento da economia, sobretudo a partir das últimas décadas. O processo de industrialização pesada, que se acelera a partir de meados da década de 50, modificou, de forma incisiva, o quadro geral das atividades agrícolas do País; em decorrência, a inter-relação dos setores urbano e rural aprofunda-se por força do próprio processo de desenvolvimento capitalista, dado que a industrialização no campo também se acentua. As principais modificações deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital industrial sobre o setor agrícola deram-se, não somente em relação à estrutura fundiária como também em termos de organização da produção, que deu origem a novos padrões nas relações sociais de produção. A categoria trabalhador volante, que tem aumentado à medida em que se aceleram as formas de exploração agrícola modernas, representa, pois, o produto social típico dessas transformações.

Para a melhor compreensão do problema retomam-se, a seguir, algumas características que vêm definindo o setor de produção agrícola, ao longo do tempo, mas precisamente, a partir do período em que o processo de industrialização começa a assumir proporções de grande significado. Para tanto, serão utilizados, nesta análise, alguns dados censitários, que servirão para mostrar aspectos da evolução da agricultura brasileira, onde estão implícitas condições que propiciaram a reprodução da relação de trabalho baseada no emprego do volante.

Os resultados expressos pelo Censo de 1940 refletem, em grande medida, o comportamento de alguns setores do agropecuário num período — a década de 30 — em que se consolida a hegemonia do capital urbano em detrimento dos interesses da aristocracia agrária, até então predominantes.

De fato, no período em questão, ocorreram rupturas, de certo modo estruturais, que se refletiram sobre o setor agropecuário, cujo processo produtivo teve que se adequar às exigências e possibilidades decorrentes das formas assumidas pelo modo de produção dominante. Vale relembrar que, desde a década de 20, já se registravam problemas estruturais e conjunturais implícitos na economia primária exportadora. As freqüentes crises registradas no setor agropecuário, sobre tudo em relação à cafeicultura — responsável por 80% das exportações — evidenciavam a vulnerabilidade dos moldes em que se assentava o sistema econômico brasileiro. Nesse contexto, a formação de grupos sociais urbanos, com interesses distintos daqueles ligados à agropecuária e, principalmente, a depressão econômica mundial de 1929-33, desempenham papel decisivo. Todos os segmentos sociais, inclusive a aristocracia rural, vêem-se na contingência de se conscientizarem — mesmo que de modo parcial — das limitações inerentes a uma economia voltada, fundamentalmente, para o mercado externo. Nesses termos, a década de 30 vai se caracterizar, fundamentalmente, por importantes transformações na estrutura produtiva da economia, onde o Estado vai emergir como elemento concretizador das mesmas.

Se, ao final da década de 30, a produção industrial tinha aumentado substancialmente, chegando a alcançar níveis superiores em 60% aos de 1929, as exportações de produtos primários mantiveram-se, contudo, fundamentais, demonstrando que poucas mudanças ocorreram no campo. Assim, tal qual na década de 20, a cafeicultura continuou a ser responsável pelo maior volume das exportações. A permanência do caráter dependente da economia brasileira, configurado na imprescindibilidade das exportações primárias como principal fonte geradora de divisas, se consubstancia no fato de o novo padrão de política econômica ter se iniciado na esfera da exportação, através da criação do Conselho Federal do Comércio Exterior. A primazia desta produção fica, também, patenteada na criação, por parte deste Conselho destinado ao planejamento global da economia brasileira, de órgãos vinculados diretamente ao setor agropecuário, quais sejam, Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia (1931), Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) e Instituto Nacional do Mate (1937). Tais órgãos, atuando, sobretudo a nível da comercialização, buscavam não só regular a formação de estoques, mas também a defesa da renda, externa e/ou interna, obtida pela venda de alguns daqueles produtos, que sustentavam a demanda de manufaturados.

Essas medidas não acarretaram maiores alterações na organização agrária, uma vez que, no setor agropecuário, de modo geral, a ação do Estado se fez presente mais a nível da comercialização de alguns produtos tradicionais, que permaneceram sob o domínio dos setores oligárquicos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do Censo Econômico de 1940, os produtos que mais contribuíram para o valor total da produção agrícola foram: café, algodão, milho, arroz e mandioca.

Nesse contexto, a estrutura fundiária permaneceu concentrada, dado que a convergência dos interesses fundamentais da aristocracia rural e da burguesia impediu que se cogitasse de qualquer projeto implicando mudanças naquele quadro, daí a inexpressiva redução da área média dos estabelecimentos, sobretudo a dos maiores, se considerarmos o período 1920-1940 (Tabela 1).

TABELA 1

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1920-1940**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1920			1940		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	15 708 314	463 879	33,86	36 005 599	1 629 995	22,09
100 a menos de 1 000....	48 415 737	157 959	306,51	66 184 999	243 818	271,45
1 000 a menos de 10 000.	65 487 928	24 647	2 657,03	62 024 817	26 539	2 337,12
10 000 e mais.....	45 492 696	1 668	273,80	33 504 832	1 273	26 319,58

FONTE — Censo Econômico — 1940 — Brasil, IBGE.

Entretanto, os dados referentes à década seguinte refletem um desempenho do setor agropecuário, profundamente afetado pelas alterações da política econômica até então em vigor. No período de vigência da grande guerra há uma brusca redução das exportações primárias — café, cacau, madeira, laranja, banana, etc. —, devido ao *débâcle* de importantes mercados externos, gerando, em consequência, um enorme crescimento de estoques e uma baixa de preços<sup>2</sup>.

No entanto, paradoxalmente, é nesta década que as atividades produtivas se expandem e se diversificam não só devido à crescente demanda de produtos agropecuários, inerentes ao processo de urbanização e industrialização, cujo ritmo foi superior ao da década de 30, como também, da necessidade do processo de produção brasileiro adaptar-se às exigências de uma economia de guerra. Dado o agravamento das dificuldades de importação, foi incentivada a formação de indústrias, para suprir as necessidades do mercado interno, sobremaneira as relacionadas aos setores têxtil e alimentar. A este fator aliam-se, também, novos estímulos à exportação de produtos extrativos — minerais e vegetais — que vieram contribuir para a diversificação das atividades econômicas do País. Além do desenvolvimento das atividades extrativas, particularmente a da borracha, o setor agropecuário acusa um significativo incremento da cultura de uma série de produtos, até então pouco expressivos, como a do trigo, arroz e outras culturas, destinadas a complementar a cesta de alimentos das populações citadinas (Tabela 2).

<sup>2</sup> Ianni, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*.

**TABELA 2**  
**QUANTIDADE E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO OS**  
**PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1940-1950**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1940	1950	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	17 920 711	22 920 101	4 999 390	27,90
Café.....	1 201 186	1 952 774	751 588	62,57
Cacau.....	108 076	146 728	38 652	35,76
Arroz.....	1 196 500	2 784 989	1 588 489	132,76
Milho.....	5 359 863	6 660 680	1 300 817	24,27
Mandioca.....	7 000 000	11 037 247	4 037 247	57,67
Feijão.....	681 147	1 240 075	558 928	82,06
Algodão.....	1 284 895	769 528	-515 367	-40,11
Trigo.....	96 885	364 108	267 223	264,45

**FONTE** — Censo Econômico — 1940 — Brasil e Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

A pecuária apresentou também um forte incremento nesta década, passando seu efetivo de 34.457.576 cabeças, em 1940, para um total de 47.088.595, em 1950. Inclusive, ao se considerar a área total dos estabelecimentos, constata-se que as pastagens, com uma variação de 19.491.310 hectares, foram as principais responsáveis pelo aumento espacial destas unidades produtivas, da ordem de 34.490.859 hectares, pois, apesar de uma produção agrícola expressiva, a expansão da área cultivada foi de apenas 259.627 hectares.

As modificações no quadro da composição da produção sucedem-se também aquelas relativas ao regime de exploração da terra. Assim, enquanto aumentam número e área dos estabelecimentos explorados diretamente pelo proprietário, reduzem-se aqueles cujos responsáveis são arrendatários ou parceiros que, comumente, utilizam o trabalho da família na sua unidade de produção. O aumento do trabalho familiar na década de 40 — de 5.715.134 em 1940 para um total de 6.022.033 indivíduos em 1950 —, correlaciona-se, portanto, ao incremento de pequenos proprietários e, sobretudo, de ocupantes (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A**  
**CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1940-1950**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1940		1950	
	Estabelecimentos		Estabelecimentos	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Proprietário.....	1 376 602	127 276 879	1 553 349	154 460 678
Arrendatário (1).....	221 505	19 117 981	186 949	12 946 538
Ocupante.....	109 016	5 278 125	208 657	9 947 607

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

(1) Estão incluídos nessa condição os produtores parceiros, que não foram pesquisados separadamente pelo Censo de 1950.

Depreende-se, portanto, que, no período 1940-1950, a organização agrária apresentou algumas tendências diferentes às do período anterior. Como se pode observar, a redução do arrendamento e parceria incorreu num processo de concentração da terra no qual, inversamente ao observado nas décadas de 20-40, todas as categorias de estabelecimentos, à exceção dos menores de 100 hectares, acusaram um aumento da área média (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS**  
**RURAI, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1940-1950**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1940			1950		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	36 005 599	1 629 995	22,09	38 588 119	1 763 491	21,88
100 a menos de 1 000....	66 184 999	243 818	271,45	75 520 717	268 159	281,63
1 000 a menos de 10 000.	62 024 817	26 539	2 337,12	73 093 482	31 017	2 356,56
10 000 e mais.....	33 504 832	1 273	26 319,59	45 008 788	1 611	27 938,42

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

Conclui-se, assim, que as conotações assumidas pelo setor de produção agropecuário, a partir do processo de industrialização, que possibilitou a hegemonia da cidade sobre o campo, alteraram o quadro da força de trabalho inserida nas atividades agrícolas. Desta maneira, dadas as características da produção voltada, em primeiro lugar, para atender às demandas do mercado externo, assim como a concentração da propriedade da terra, foram liberados fortes contingentes do pessoal ocupado na agricultura e, por isso mesmo, as décadas de 40-50 se caracterizaram como período de esvaziamento do campo; considerando-se o conjunto da força de trabalho, verificou-se que ela apresentou crescimento negativo, em torno de  $-3\%$ . Por outro lado, tomando-se o total da população rural, neste mesmo período, a taxa média geométrica de seu crescimento anual perfazia apenas 1,58, enquanto a da população urbana era de 3,84.

Em termos das relações sociais de produção prevalentes no setor agropecuário, houve modificações substanciais, tendo em vista o processo de expropriação de trabalhadores camponeses, principalmente aqueles vinculados à terra, através de formas de exploração baseadas no pequeno arrendamento e na parceria. Tanto assim que a categoria responsável e membros não remunerados da família não apresentou crescimento expressivo, apesar dela ser, de longe, a de maior importância no conjunto da força de trabalho.

A retomada da política de incentivos ao setor industrial na década seguinte, vai contribuir para ampliar a articulação campo/cidade, o que trará efeitos importantes em termos da organização da produção agropecuária e, logicamente, das relações de trabalho. Uma primeira decorrência, neste sentido, foi o acentuado incremento do processo de mecanização das atividades agrícolas, como se verá a seguir (Tabela 5).

TABELA 5

**VARIAÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE TRATORES — BRASIL  
1950-1960**

BRASIL	VARIAÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE TRATORES			
	Ano		Variação	
	1950	1960	Absoluta	Relativa
<b>TOTAL.....</b>	8 372	61 345	52 973	632,74

FORTE — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

Entre outros fatores, a mecanização, bem como a crescente utilização de insumos, contribuíram para que houvesse uma intensificação do processo produtivo nos estabelecimentos durante esta década, de tal forma que se verificou um aumento da área produtiva superior a dos estabelecimentos. Enquanto o crescimento anual da área destes últimos foi da ordem de 1.765.103 hectares, o do espaço produtivo foi de 2.526.031 hectares ao ano<sup>3</sup>. Em relação à estrutura fundiária, verificou-se uma redução da área média dos estabelecimentos, mas o incremento das atividades produtivas foi expressivo (Tabela 6).

TABELA 6

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS  
RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1950-1960**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS					
	1950			1960		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	38 588 119	1 763 491	21,88	53 518 871	2 986 435	17,92
100 a menos de 1 000....	75 520 717	268 159	281,63	86 029 455	314 831	273,26
1 000 a menos de 10 000.	73 093 482	31 017	2 356,56	71 420 804	30 883	2 312,63
10 000 e mais.....	45 008 788	1 611	27 938,42	38 893 112	1 597	24 353,86

FORTE — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

Apesar de um desempenho menos expressivo da pecuária, que o verificado na década anterior, o crescimento das pastagens girou em torno de 14.702.343 hectares, e o efetivo do rebanho bovino em 11.441.148 cabeças. O desempenho da lavoura foi, ainda, mais significativo, tendo sido o seu incremento em área — 9.417.152 hectares — bem mais expressivo do que o verificado nas décadas de 40-50. Vários cultivos tradicionais figuraram com aumentos apreciáveis, sobretudo aqueles destinados, primordialmente, à comercialização (Tabela 7).

<sup>3</sup> Mesquita, Olíndina Vianna & Brito, Maristella de Azevedo. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75.

**TABELA 7**  
**QUANTIDADE E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS**  
**PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1950-1960**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1950	1960	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	22 920 101	39 857 707	16 937 606	73,90
Café.....	1 952 774	4 069 493	2 116 719	108,40
Cacau.....	146 728	169 050	22 322	15,21
Arroz.....	2 784 989	3 762 212	977 223	35,09
Milho.....	6 660 680	8 374 406	1 713 726	25,73
Mandioca.....	11 037 247	15 442 094	4 404 847	39,91
Feijão.....	1 240 075	1 419 602	179 527	14,48
Algodão.....	769 528	1 103 194	333 666	43,36
Trigo.....	364 108	503 715	139 607	38,34

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 e 1960 — Brasil, IBGE.

Em relação ao regime de exploração da terra, verificou-se fenômeno diferente do registrado na década anterior, ou seja, os estabelecimentos explorados por produtores arrendatários, parceiros e ocupantes tiveram aumentos expressivos, sobretudo no caso dos últimos; o número daqueles, cujos responsáveis eram proprietários, continuou a crescer, tal como ocorrera nas décadas de 40-50 (Tabela 8).

**TABELA 8**  
**NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A**  
**CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1950-1960**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950		1960	
	Estabelecimentos			
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Proprietário.....	1 553 349	154 460 678	2 234 960	161 102 822
Arrendatário (1).....	186 949	12 946 538	579 969	18 109 824
Ocupante.....	208 657	9 947 607	356 502	9 087 028

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

(1) Estão incluídos nessa condição, os produtores parceiros que não foram pesquisados separadamente pelo Censo de 1960.

Constata-se, ainda, que o aumento das formas de exploração da terra em regime de parceria, arrendamento e ocupação se deu sobretudo graças à expansão da fronteira agrícola, especialmente nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste Ocidental. A ocupação destes espaços ocorreu, primordialmente, pela formação de pequenos estabelecimentos, que acusaram aumento considerável — cerca de 69% — em relação à década anterior, ou seja, houve, no setor rural, um acréscimo de mais de 1.200.000 unidades produtivas, de área inferior a 100 hectares, entre 1950-60.

Os principais fenômenos registrados nesses anos — incremento das atividades e área produtivas, sobretudo da lavoura, expansão das formas de exploração baseadas no arrendamento, parceria e ocupação da terra — repercutiram, notoriamente, sobre as relações de trabalho. Assim, o contingente de trabalhadores por conta própria, ou seja, o trabalho em regime familiar, cresceu em todas as áreas, o que está relacionado ao grande aumento dos estabelecimentos de menos de 100 hectares.

O processo de expropriação dos trabalhadores acentua-se, sobretudo no Sudeste, que acusou a menor taxa média geométrica de incremento do pessoal ocupado no setor agrícola do País. Os excedentes populacionais formados nas áreas mais capitalizadas vão se adaptando aos movimentos do capital, e buscam outras oportunidades de emprego; daí as Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, como áreas de fronteira agrícola, acusaram os maiores acréscimos de mão-de-obra na década em questão. Na década seguinte, algumas características que, até então definem o setor agropecuário, se acentuaram, mas assistiu-se, também, à mudanças significativas em relação às políticas econômicas adotadas, que vão repercutir diretamente sobre a agricultura no seu conjunto.

As transformações políticas instauradas em 1964 incorreram em profundas alterações nas diretrizes da economia nacional, através da adoção de um modelo cuja lógica estava fundada na primazia a ser dada às exportações. Se o processo de acumulação, caracterizado pela intensa concentração e centralização de capital, baseava-se em um mercado interno restrito, tornava-se necessário buscar o mercado externo para manutenção do modelo de crescimento adotado. Nesse contexto, dadas as novas exigências, o setor agropecuário cresce e se diversifica, a fim de atender a certos requisitos, entre os quais menciona-se: “a - suprimento de agrodólares para o financiamento do modelo de industrialização, via substituição de importações; b - geração de excedente econômico, internamente, para o abastecimento de uma população crescente nos pólos urbano-industriais; c - provimento de mão-de-obra emigrante da agricultura para os setores secundário e terciário da economia”<sup>4</sup>.

Tais demandas condicionaram expressivos aumentos no que se refere ao volume da produção agrícola, onde, dos produtos de maior projeção, somente o café acusou forte decréscimo quanto à tonelagem. Este resultado, deveu-se à política de erradicação de cafezais economicamente não viáveis, concretizou-se numa substituição de culturas, favorecendo às do milho, do algodão, do trigo e, sobretudo, à da soja, cujo cultivo até então era inexpressivo (Tabela 9).

<sup>4</sup> Moreira, Roberto M. & Castro, Paulo R. — A agricultura de exportação. In: Carneiro, Dionísio Dias, coord. *Brasil: Dilemas da Política Econômica*.

TABELA 9

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1960-1970**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1960	1970	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	39 857 707	67 759 180	27 901 473	70,00
Café.....	4 069 493	1 140 510	-2 928 983	-71,97
Cacau.....	169 050	204 478	35 428	20,96
Arroz.....	3 762 212	5 271 272	1 509 060	40,11
Milho.....	8 374 406	12 770 216	4 395 810	52,49
Mandioca.....	15 442 094	14 588 768	-853 326	-5,53
Feijão.....	1 419 602	1 518 846	99 244	6,99
Algodão.....	1 103 194	1 408 323	305 129	27,66
Trigo.....	503 715	1 905 961	1 402 246	278,38
Soja (1).....	—	1 884 227	—	—

FORTE — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

(1) O Censo de 1960 não registra a tonelagem da produção de soja.

Esta expansão não se limitou aos produtos agrícolas, refletindo-se também na atividade pecuária, tendo o rebanho bovino aumentado em mais de 40%, e os pastos em mais de 30 milhões de hectares. O desenvolvimento das atividades produtivas deu-se “paripassu” a um processo de concentração fundiária em que foram privilegiados os estabelecimentos de 10.000 hectares e mais, uma vez que os demais, sobretudo os pequenos, apresentaram uma redução de suas áreas médias (Tabela 10).

TABELA 10

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1960-1970**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1960			1970		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	53 518 671	2 988 435	17,92	69 153 200	4 454 022	15,53
100 a menos de 1 000....	86 029 455	314 831	273,26	108 742 676	414 746	262,19
1 000 a menos de 10 000.	71 420 904	30 883	2 312,63	80 059 162	35 425	2 259,96
10 000 e mais.....	38 893 112	1 597	24 353,86	36 190 429	1 449	24 979,14

FORTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

A concentração fundiária ocorreu tanto pela absorção dos menores estabelecimentos pelos maiores, como, também, pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo. A adoção de políticas agrárias, sobretudo a partir do segundo quinquênio desta década, vieram estimular, de modo sistemático, o desenvolvimento do capitalismo no campo, o que facilitou a concentração da terra, assim como dos demais fatores de produção, e conseqüentemente, da renda. O Estado, em

primeiro lugar, estimulou a produção nas áreas onde já existia uma agricultura capitalista organizada, através da maior utilização de técnicas agrícolas modernas e, por isso mesmo, o processo de mecanização foi mais expressivo nas Regiões mais capitalizadas, o Sul e o Sudeste (Tabela 11).

TABELA 11

**TRATORES UTILIZADOS E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS — 1960-1970**

BRASIL E MACRORREGIÕES	1960		1970	
	Área total (ha)	Tratores	Área total (ha)	Tratores
<b>BRASIL.....</b>	<b>249 862 142</b>	<b>61 345</b>	<b>294 145 466</b>	<b>165 870</b>
Norte.....	24 453 086	430	23 182 144	1 127
Nordeste.....	62 990 438	3 130	74 298 713	7 281
Sudeste.....	64 438 763	34 135	69 500 950	83 517
Sul.....	38 993 290	21 456	45 458 035	64 605
Centro-Oeste.....	59 986 565	2 194	81 705 624	10 340

FONTE — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

Além disso, o Estado incentivou a incorporação de novas áreas ao processo produtivo onde era irrisória a composição orgânica do capital; neste caso destacam-se o Nordeste e o Centro-Oeste<sup>5</sup>. Nestas Regiões, a expansão horizontal dos estabelecimentos, não significou, muitas vezes, que a terra aí incorporada tivesse sido integrada ao processo produtivo, dado que, freqüentemente, era mantida como “reserva de valor” e/ou adquirida como meio de acesso a outras riquezas a ela associadas, tais como a captação de benefícios dos incentivos fiscais.

Portanto, as modificações ocorridas na segunda metade da década de 60 não romperam com o padrão de alta concentração fundiária. Ao mesmo tempo, verificou-se uma retração acentuada da área média dos estabelecimentos explorados sob a forma de arrendamento e parceria, uma vez que se tornou mais rentável a exploração direta da terra, pelos proprietários; conseqüentemente, as propriedades acusaram um expressivo aumento de sua área média (Tabela 12).

Todas essas transformações, quer as que dizem respeito à questão da concentração da terra como aquelas vinculadas às formas de organização da produção, vão incidir sobre a capacidade de absorção da força de trabalho. Tanto a redução da área média dos pequenos estabelecimentos, sobretudo daqueles explorados sob o regime de parceria e arrendamento, como o próprio ritmo de modernização das atividades agrícolas, visando à ampliação da produção para o mercado externo, vão contribuir para a liberação de mão-de-obra. A capacidade de criação de empregos modifica-se, agravando as diversidades regionais em ter-

<sup>5</sup> Em relação à Região Norte, que apresentou uma redução da área total dos estabelecimentos, infere-se que tal situação decorreu, sobremaneira, de uma alteração conceitual no Censo Agropecuário.

TABELA 12

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CONDIÇÕES DO PRODUTOR — 1960-1970**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1960			1970		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Proprietário.....	161 102 822	2 234 960	72,08	254 425 898	3 094 851	82,21
Arrendatário (1).....	18 109 824	579 869	31,23	16 195 544	993 167	16,31
Ocupante.....	9 087 028	356 502	25,49	18 955 220	792 972	23,90

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

(1) A título de comparabilidade, inclui-se nesse total, em 1970, os parceiros que foram somados ao total de arrendatários em 1960.

mos de absorção da força de trabalho. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul mantiveram seu papel de frentes pioneiras, daí o forte crescimento do contingente de pessoal ocupado, enquanto o Sudeste e o Sul vão acusar um esvaziamento do campo nos Estados de São Paulo e Paraná, dadas não somente as taxas médias geométricas de incremento anual negativo da sua mão-de-obra, como também do total da população rural.

Na década de 70-80, acentuaram-se as condições propiciadoras da ampliação da escala do processo de reprodução do capital no campo, verificadas no decênio anterior. Uma série de fatores favoreceram diretamente tal processo como, por exemplo, insuficiência do valor das exportações na manutenção da política de substituição das importações (a partir de 1971), elevação do preço internacional do petróleo (1973) e, conseqüentemente, dificuldades de colocação de produtos industrializados, de base não agrícola, em mercados internacionais, devido à política protecionista adotada por diferentes países. O Estado viu-se, assim, impelido a favorecer a instalação e ampliação de empresas agropecuárias, e, para tanto, criou uma rede de favores e estímulos creditícios, que beneficiaram o médio e, principalmente, o grande empresário rural. De acordo com Alberto Passos Guimarães, "... entre 75 e 90% do valor dos créditos concedidos vão para a mão dos grandes e médios proprietários de estabelecimentos agropecuários"<sup>6</sup>.

Assim, foi expressivamente maior o aumento da área dos estabelecimentos, que apresentaram uma variação absoluta da ordem de 75.442.406 hectares; neste particular, foram as unidades produtivas de 10.000 hectares e mais as que figuraram com o mais significativo aumento, tendo seu total ampliado de 36.190.429 para 63.545.030 hectares. Sob o estímulo do programa oficial de incentivos, foi, também, nesta década que a demanda de máquinas e equipamentos agrícolas tomou maior impulso, ao ponto de, nesses dez anos, o número de tratores, utilizados no setor agropecuário, ter aumentado de 165.870 para 530.691 unidades. A intensificação de algumas características do processo de capitalização do espaço rural brasileiro incorreu na continuidade do processo de expropriação de pequenos produtores, principalmente, aqueles sujeitos ao regime de arrendamento e parceria, e no aumento do efetivo de ocupantes (Tabela 13).

<sup>6</sup> Guimarães, Alberto Passos. *A Crise Agrária*.

TABELA 13

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1970-1980**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1970			1980		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Proprietário.....	754 425 898	3 094 861	82,21	319 037 425	3 316 446	96,20
Arrendatário.....	13 740 860	637 600	21,55	14 616 476	600 647	24,33
Parceiro.....	4 781 440	380 191	12,58	5 533 051	332 047	16,66
Ocupante.....	21 197 268	811 367	26,12	26 579 581	898 184	29,59

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

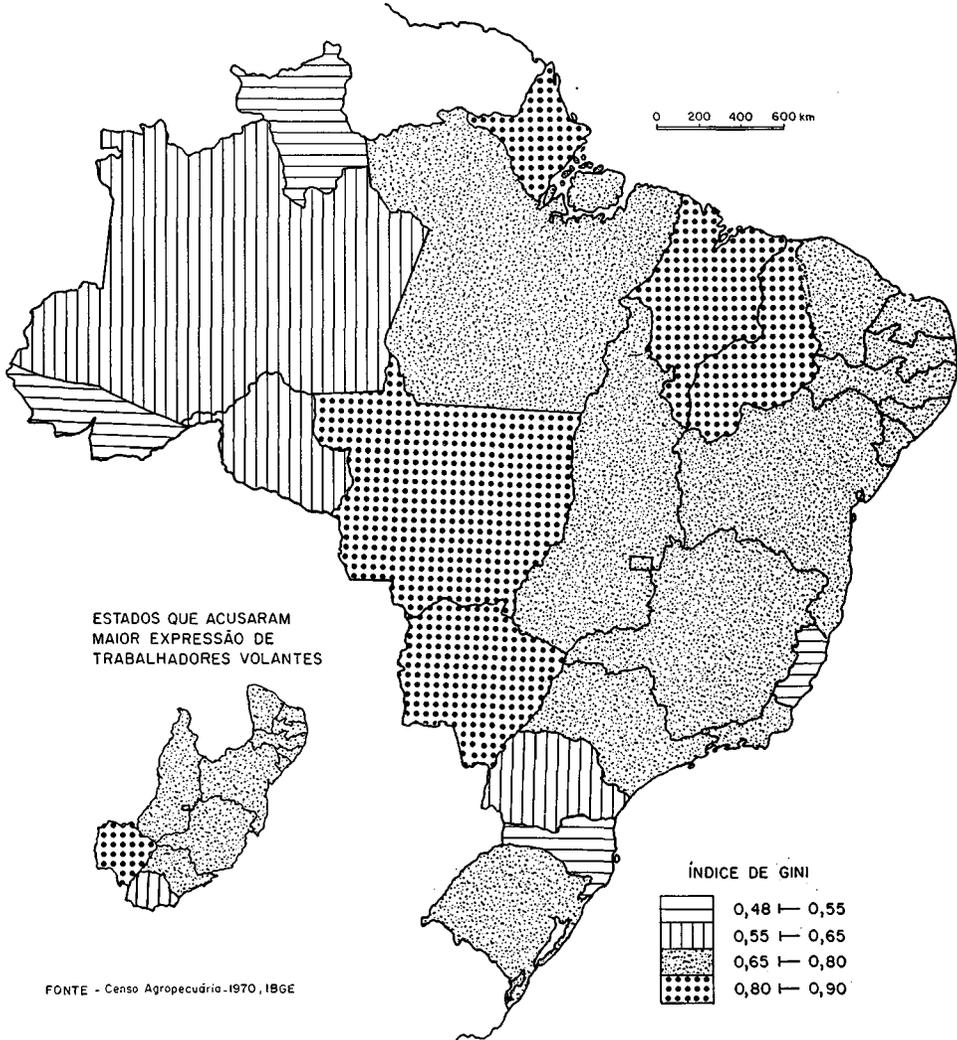
Na medida em que se acentuou e se generalizou o processo de expropriação dos pequenos produtores, parte deles foi aumentar o contingente de força de trabalho, comumente assalariada, de baixo custo, à disposição dos empreendimentos agropecuários. O efetivo dessa mão-de-obra, que só é utilizada em determinados períodos do ano, vem sendo crescente, o que tem levado à deteriorização de suas condições de existência; muitos dos antigos produtores de subsistência, não tendo mais condições de determinar os níveis de produção necessários à reprodução de sua mão-de-obra, vão permanecer sujeitos às leis de mercado de trabalho.

### 3 — A ÁREA DE ESTUDO

#### 3.1 — O quadro agrário

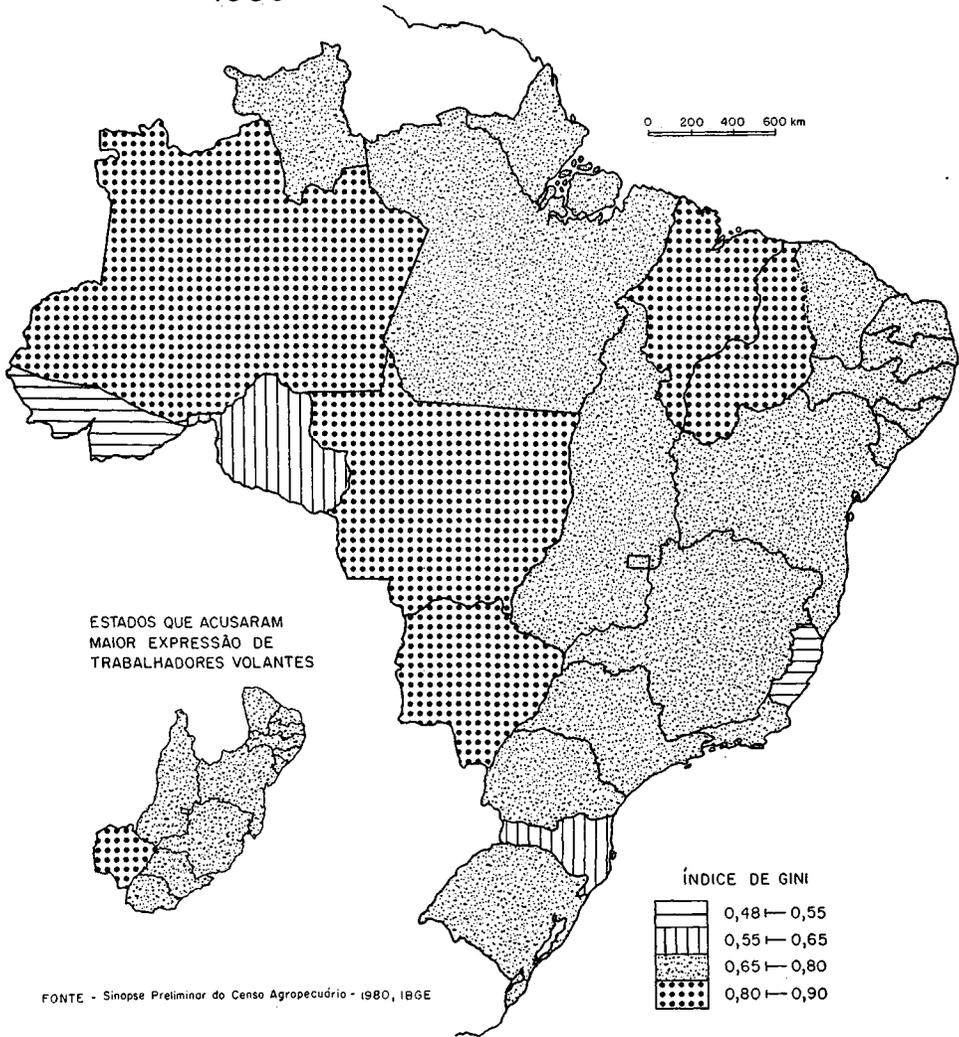
A análise do quadro agrário dos Estados de maior incidência de mão-de-obra volante, para o período 1970-80, revela algumas características diferenciadas entre os mesmos, embora persistam traços comuns que vêm se mantendo ao longo do tempo. Assim, numa visão global desse quadro agrário verifica-se, por exemplo, que em termos da estrutura fundiária, o padrão de alta concentração da terra revelado no Censo de 1970, comum à área como um todo, não mudou substancialmente, até ao final da década; pelo contrário, manteve-se em quase todos os Estados, tendendo a uma maior concentração, como no caso do Paraná, cujo índice de Gini, inferior a 0,65% em 1970, revelou-se mais elevado em 1980, dada a expansão dos grandes estabelecimentos em detrimento dos menores. De modo geral verifica-se pois, que a expansão horizontal dos grandes estabelecimentos vem se mantendo, tendo em vista o papel fundamental da terra no processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, onde ela, muitas vezes, é utilizada não como meio de produção, mas sobretudo como meio de acesso a outros recursos (Cartogramas 1 e 1a).

# CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 1970



CARTOGRAMA 1

# CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 1980



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980, IBGE

CARTOGRAMA 1a

As características inerentes a esse processo de concentração, na década de 70-80, são assim, melhor apreendidas ao se analisar as variações dos estabelecimentos, segundo as diferentes classes de área. Neste sentido, ao considerar a área e o número total das unidades produtivas, constata-se que, na maioria dos Estados, houve um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos. Na Paraíba, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso do Sul foram registrados tanto uma redução em número dos estabelecimentos como um aumento em área; a concentração se deu, primordialmente, pela absorção de pequenos estabelecimentos, em virtude dessas Unidades da Federação (UF) apresentarem, nesta década, uma fronteira agrícola mais ou menos consolidada (Tabela 14).

TABELA 14

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970-1980

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	Total				Menos de 10 ha			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	633	0,26	-193 832	-1,60	-2 237	-1,86	-10 538	-2,24
Rio Grande do Norte.....	2 980	2,88	-62 597	-1,37	2 099	3,28	10 011	5,38
Paraíba.....	-2 106	-1,24	338 824	7,40	-3 805	-3,28	-27 321	-7,34
Pernambuco.....	-326	-0,10	274 374	4,29	-10 121	-3,94	7 676	1,10
Alagoas.....	13 118	12,47	170 944	7,64	12 786	16,21	16 944	7,33
Sergipe.....	802	0,84	159 855	9,17	-972	-1,31	9 612	5,80
Bahia.....	97 305	17,97	7 908 341	35,53	51 727	17,41	199 218	19,11
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	27 156	5,98	4 440 614	10,57	13 883	11,17	58 787	9,31
São Paulo.....	-53 198	-16,28	-42 647	-0,21	-34 507	26,31	-193 164	-28,61
<b>Sul</b>								
Paraná.....	-99 625	-17,97	1 987 807	13,59	-79 852	27,04	-467 633	-29,69
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	-11 978	-19,96	2 183 024	7,67	-11 145	45,77	-52 220	-44,92
Goiás.....	8 736	6,02	12 920 508	36,11	906	5,55	-91	-0,09

Nos Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás os estabelecimentos acusaram um aumento, proporcionalmente, maior em área que em número. Com exceção do primeiro Estado, nos demais, o aumento da área dos estabelecimentos reflete a expansão da fronteira agrícola tendo, portanto, o processo de concentração da terra se caracterizado, também, em função da absorção de novas áreas. Em São Paulo, cuja agricultura é a mais capitalizada do País e, de há muito, com uma fronteira agrícola consolidada, o processo de concentração fundiária se caracterizou, especificamente, pela absorção dos estabelecimentos menores pelos maiores; enquanto estes últimos se reduziram em número, a área total manteve-se numa relativa estabilidade. Nos Estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte verificou-se uma redução da área média dos estabelecimentos, o que, em certa medida, poderá indicar uma ligeira desconcentração fundiária (Tabelas 14 a e 14 b).

TABELA 14a

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS,  
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	-1 343	-1,32	83 123	2,50	366	1,66	90 595	1,69
Rio Grande do Norte.....	1 081	3,40	16 164	1,58	-186	-2,59	-22 604	-1,21
Paraíba.....	806	1,99	61 651	4,77	692	8,82	178 248	9,19
Pernambuco.....	8 688	13,81	194 863	10,54	485	4,42	52 936	1,84
Alagoas.....	-256	-1,13	10 243	1,60	438	13,09	121 963	13,32
Sergipe.....	1 411	7,89	50 891	9,24	259	8,92	41 348	5,50
Bahia.....	37 774	18,64	971 071	15,00	6 296	15,86	1 802 025	18,83
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	6 242	2,54	80 519	0,88	4 760	6,05	1 352 540	6,60
São Paulo.....	-20 094	-12,59	-435 766	-8,45	1 023	3,04	332 220	3,74
<b>Sul</b>								
Paraná.....	-25 918	-10,76	-223 174	-3,66	5 443	31,72	1 530 943	36,27
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	-5 562	-24,89	-79 271	-12,05	3 670	43,71	1 435 834	46,89
Goiás.....	3 485	-5,01	-2 682	-0,09	8 389	15,83	2 702 524	16,69

TABELA 14b

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS,  
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	-115	-9,45	-238 235	-9,51	-1	-4,76	-118 776	-27,34
Rio Grande do Norte.....	-9	-1,52	-27 249	-2,14	-2	-15,38	-38 899	-18,08
Paraíba.....	43	8,16	97 212	10,29	0	0,00	29 134	82,70
Pernambuco.....	13	2,57	44 489	4,97	-2	-50,00	-25 590	-35,38
Alagoas.....	37	17,37	76 541	19,89	-1	-50,00	-54 787	-83,42
Sergipe.....	38	28,15	69 498	26,35	-	-	-	-
Bahia.....	1 026	47,61	2 441 217	56,38	96	218,18	2 494 811	296,15
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	623	13,12	1 302 712	13,17	85	96,59	1 646 056	87,69
São Paulo.....	197	8,21	311 631	6,33	-2	-4,08	-57 569	-7,40
<b>Sul</b>								
Paraná.....	507	47,21	935 816	40,78	16	123,08	211 855	48,41
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	951	21,83	1 996 426	15,61	-40	-7,27	-1 117 745	-9,43
Goiás.....	2 509	41,26	6 035 983	44,68	98	75,38	4 184 774	145,57

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Verificando-se, ainda, a questão fundiária sob o prisma das diferentes categorias de estabelecimentos, segundo estratos de área, constata-se que, somente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte não se registrou um incremento significativo dos médios e, sobretudo, dos grandes estabelecimentos, revelando-se como tais, os de 100 a menos de 1.000 hectares e os de 1.000 a menos de 10.000 hectares. Nesse sentido, em termos de evolução, os dados mostraram que, na maioria dos Estados, ocorreram expressivos aumentos dos estabelecimentos de estratos de área intermediários e reduções, em número e área, naqueles situados nos pontos extremos, ou seja, nos de menos de 100 hectares e nos de 10.000 hectares e mais (Tabela 15). Em relação às unidades produtivas menores, constatou-se que sua diminuição, sobretudo as de menos de 10 hectares, foi mais significativa em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, Estados, onde, praticamente, não existem áreas de fronteira a serem ocupadas, e em Goiás, cuja participação dos pequenos estabelecimentos é pouco expressiva. Já os estabelecimentos muito grandes, os de 10.000 hectares e mais, acusaram substanciais reduções nos Estados do Nordeste (exceção da Paraíba e Bahia), São Paulo e, sobretudo, Mato Grosso do Sul, onde as unidades produtivas, em questão, perderam um total de 1.117.745 hectares.

Assim, as variações observadas em relação às diferentes categorias de estabelecimentos, revelaram que o processo de concentração fundiária, ocorrido nesta década, se deu tanto pela incorporação de novas áreas, como de parte das grandes unidades produtivas ou das pequenas e, em alguns casos, até pela absorção dos estabelecimentos cujas dimensões variavam de 100 a menos de 1.000 hectares. Convém salientar, ainda, que a concentração de terra se deu mais ao nível dos estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 hectares; tanto que estas unidades produtivas aumentaram em todos os Estados, e foi nesta categoria que se verificou o maior incremento relativo em área.

A expansão mais significativa desta categoria de estabelecimentos, associa-se à forma historicamente assumida pela reprodução do capital no espaço rural brasileiro. Nestes termos “pode-se dizer que, no processo de ocupação de novas terras, inicialmente, o minifúndio e o grande latifúndio inexplorado são as formas que se multiplicam. Depois os minifúndio são “engolidos”, e os latifúndios por dimensão se fracionam, cedendo lugar às empresas e aos latifúndios menores. O importante desse processo é que a colonização de novas áreas tende a se ajustar ao mesmo padrão de concentração da posse da terra que se encontra nas regiões mais antigas, onde a fronteira agrícola já se encontra consolidada”<sup>7</sup>.

Além das questões relativas à estrutura fundiária, consideram-se, a seguir, alguns dados que possam identificar tendências fundamentais que concretizam a forma de organização da produção no setor agropecuário considerado, tais como os relativos à condição do produtor, ao emprego de técnicas e aos usos da terra.

Considerando-se a totalidade dos estabelecimentos, segundo a condição dos produtores, verificou-se que, na maioria dos Estados, foram as categorias de proprietários que acusaram os maiores aumentos, enquanto, em contrapartida, as de ocupantes apresentavam as mais significativas reduções. No tocante à parceria e arrendamento, consta-

---

<sup>7</sup> Silva, José Graziano da et alii. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*.

TABELA 15

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS, POR  
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA (%)											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	1970		1980		1970		1980		1970		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
<b>Nordeste</b>												
Ceará.....	48,91	3,89	47,88	3,87	41,49	27,48	40,84	28,63	8,99	44,34	9,12	45,83
Rio Grande do Norte.....	61,72	4,07	61,97	4,35	30,67	22,36	30,83	23,03	6,93	40,97	6,56	41,04
Paraíba.....	68,28	8,12	66,86	7,01	26,77	28,19	27,65	27,50	4,62	42,31	5,09	43,02
Pernambuco.....	77,54	10,90	74,56	10,57	18,98	28,91	21,62	30,64	3,31	45,05	3,46	43,99
Alagoas.....	75,01	10,33	77,50	10,30	21,60	28,64	18,99	27,03	3,18	40,90	3,20	43,06
Sergipe.....	78,03	9,51	76,37	9,22	18,77	31,58	20,08	31,61	3,05	43,11	3,29	41,67
Bahia.....	54,85	4,68	54,59	4,12	34,82	29,09	37,63	24,68	7,33	42,99	7,20	37,70
<b>Sudeste</b>												
Minas Gerais.....	27,38	1,50	28,72	1,49	54,16	21,74	52,40	19,83	17,33	48,75	17,43	47,00
São Paulo.....	40,13	3,31	35,32	2,37	48,83	25,25	50,98	23,17	10,28	43,52	12,66	45,24
<b>Sul</b>												
Paraná.....	53,25	10,77	47,36	6,67	43,45	41,69	47,27	35,36	3,08	28,86	4,97	34,62
<b>Centro-Oeste</b>												
Mato Grosso do Sul.....	40,58	0,41	27,49	0,21	37,24	2,31	34,94	1,89	13,99	10,75	25,12	14,67
Goiás.....	11,24	0,28	11,19	0,20	47,96	8,68	42,97	6,37	36,51	45,26	39,89	38,80

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA (%)							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	1970		1980		1970		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	0,50	20,69	0,45	19,03	0,01	3,59	0,01	2,85
Rio Grande do Norte.....	0,57	27,90	0,56	27,68	0,01	4,71	0,01	3,91
Paraíba.....	0,31	20,61	0,34	21,17	0,00	0,77	0,00	1,31
Pernambuco.....	0,15	14,01	0,16	14,10	0,00	1,13	0,00	0,70
Alagoas.....	0,20	17,19	0,21	19,15	0,00	2,93	0,00	0,45
Sergipe.....	0,14	15,13	0,18	17,51	0,00	0,66	—	—
Bahia.....	0,40	19,45	0,50	22,44	0,01	3,78	0,02	11,06
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	1,05	23,54	1,12	24,09	0,02	4,47	0,04	7,59
São Paulo.....	0,73	24,12	0,95	25,70	0,01	3,81	0,02	3,53
<b>Sul</b>								
Paraná.....	0,19	15,69	0,35	19,45	0,00	2,99	0,01	3,91
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	7,26	44,92	11,05	48,23	0,93	41,61	1,06	35,00
Goiás.....	4,19	37,75	5,58	40,13	0,09	8,03	0,15	14,49

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

tou-se que os estabelecimentos explorados em tais condições reduziram-se, também, com mais frequência, em número, sobretudo no caso dos últimos. Convém, no entanto, salientar que foram estas unidades produtivas que, de modo geral, neste período, figuraram com as maiores incorporações relativas de área, embora, espacialmente, as propriedades continuassem a predominar (Tabela 16).

**TABELA 16**  
**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS**  
**POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO AS UNIDADES DA**  
**FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR							
	Proprietário				Arrendatário			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	10 686	67,38	130 620	1,26	5 089	23,79	12 024	3,68
Rio Grande do Norte.....	500	0,80	-132 848	-3,34	-4 625	-26,40	-10 368	-65,12
Paraíba.....	-6 956	-64,27	216 108	5,29	-7 680	-22,91	-13 371	-67,58
Pernambuco.....	8 670	42,71	197 423	3,54	-20 719	-35,07	-58 740	-14,64
Alagoas.....	5 368	72,41	69 372	3,40	-6 714	-36,96	43 821	33,74
Sergipe.....	5 435	76,46	145 389	8,66	-8 479	-54,34	10 988	58,46
Bahia.....	92 853	20,52	7 386 601	35,06	-5 720	-32,52	12 321	9,02
Minas Gerais.....	27 532	71,07	4 496 142	11,81	-556	-2,68	104 383	6,63
São Paulo.....	-25 284	-12,16	-430 727	-2,35	-18 379	-37,60	198 627	18,58
Paraná.....	-15 910	-50,87	2 219 802	18,25	-22 553	-32,81	152 573	23,59
Mato Grosso do Sul.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	8 722	78,57	12 043 885	38,75	2 136	34,98	345 151	70,74

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR							
	Parceiro				Ocupante			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-9 344	-33,65	-185 929	-38,48	-7 362	-19,52	-313 412	-33,50
Rio Grande do Norte.....	5 167	22,22	24 597	24,11	1 661	7,78	11 288	3,44
Paraíba.....	1 383	24,98	28 266	46,69	10 565	47,21	63 110	26,19
Pernambuco.....	4 940	48,96	14 637	17,67	5 891	9,94	84 935	25,92
Alagoas.....	1 356	73,18	5 416	110,50	12 685	115,19	28 839	46,07
Sergipe.....	1 121	270,12	400	18,16	500	42,18	-8 631	-19,47
Bahia.....	-1 617	-19,91	50 476	32,63	9 428	12,94	82 887	9,21
Minas Gerais.....	-1 252	-11,28	27 208	7,74	-1 619	-5,23	-843 454	-41,64
São Paulo.....	-9 338	-18,24	43 251	7,85	-1 057	-5,63	-6 306	-1,38
Paraná.....	-56 927	-46,31	-288 701	-28,00	-5 340	-10,67	-157 272	-20,96
Mato Grosso do Sul.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	2 821	211,00	192 441	254,21	-5 683	-21,32	-29 477	-0,71

Fonte — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Ao estabelecer a correlação entre a variação dos estabelecimentos, segundo estratos de área, e a que diz respeito à condição do produtor, verifica-se que, na maioria dos Estados, ocorreu uma redução das unidades produtivas de até menos de 100 hectares, independentemente da condição de seus responsáveis. No caso dos proprietários e ocupantes, as diminuições ficaram mais centradas entre os estabelecimentos de área de 10 a menos de 100 hectares; os de menos de 10 hectares apresentaram reduções somente em Goiás, onde a sua participação relativa já era residual, e em São Paulo e Paraná que, com poucas áreas a serem ocupadas, a expansão das empresas maiores se deu, praticamente, pela absorção de pequenos estabelecimentos (Tabelas 17 e 18).

TABELA 17

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	2 568	4,39	13 700	5,35	6 958	8,72	216 267	7,91	1 205	6,32	270 259	5,80
Rio Grande do Norte..	1 067	3,60	-4 287	-14,46	-463	-1,78	-10 989	-1,27	-90	-1,43	243	0,01
Paraíba.....	-7 452	-12,06	-31 522	-13,10	61	-0,16	35 130	3,09	537	7,53	138 615	7,82
Pernambuco.....	1 963	1,44	2 519	0,55	5 976	10,69	14 456	8,86	407	4,11	44 191	1,74
Alagoas.....	5 749	11,54	9 575	5,68	-747	-3,56	-7 861	-1,31	235	7,59	65 361	7,76
Sergipe.....	3 700	7,28	9 700	6,84	1 422	8,20	51 749	9,67	253	8,95	39 474	5,40
Bahia.....	49 283	219,81	184 511	21,54	36 264	19,27	946 049	15,54	5 990	15,80	1 713 981	18,74
Minas Gerais.....	8 773	8,89	39 254	7,59	11 324	5,30	327 287	4,11	6 697	9,51	1 905 681	10,34
São Paulo.....	-11 099	-20,84	-56 513	-20,26	-14 181	-11,69	-383 821	-9,10	-143	-0,46	20 378	0,25
Paraná.....	-10 175	-9,19	-94 147	-14,64	-10 933	-5,90	-27 622	-0,55	4 752	29,94	1 361 037	34,79
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	-917	-10,04	-5 875	-10,59	-916	-1,73	51 209	2,10	8 272	19,07	2 832 365	21,26

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-116	-10,47	-247 319	-10,82	-1	-5,00	-122 286	-28,90
Rio Grande do Norte..	-900	-1,70	-78 987	-6,82	-2	-15,38	-38 919	-18,09
Paraíba.....	17	3,42	44 750	4,98	0	—	29 134	82,90
Pernambuco.....	17	3,79	26 848	3,27	-2	-50,00	-25 590	-15,18
Alagoas.....	28	13,93	57 084	15,68	-1	-50,00	-54 787	-83,42
Sergipe.....	32	24,06	55 979	21,62	—	—	—	—
Bahia.....	933	44,94	2 228 794	53,52	89	211,90	231 326	282,64
Minas Gerais.....	615	13,79	1 137 897	12,19	60	72,29	1 085 932	60,34
São Paulo.....	118	5,10	122 560	2,57	-7	-14,58	-133 330	-17,45
Paraná.....	440	43,48	79 110	36,61	14	107,69	189 422	43,28
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	2 190	39,65	5 225 597	41,91	88	69,84	3 940 588	140,39

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Dos estabelecimentos de até menos de 100 hectares foram, no entanto, entre aqueles explorados por arrendatários e parceiros que se constataram as mais generalizadas reduções (Tabelas 19 e 20). Tal situação revela a vulnerabilidade desses produtores, cujas condições de produção são mais ou menos semelhantes, uma vez que o arrendatário não-capitalista e o pequeno parceiro têm muito mais elementos comuns que dispares no que se refere à sujeição ao capital, uma vez que ambos estão sujeitos a uma dupla forma de exploração. Sendo,

TABELA 18

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR OCUPANTES, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR OCUPANTES											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-4 310	-16,90	-15 564	-17,05	-3 167	-27,93	-99 443	-31,30	-768	-44,83	-168 690	-43,03
Rio Grande do Norte..	1 547	9,04	6 455	14,66	185	5,04	497	0,50	-68	-14,38	-12 127	-10,42
Paraíba.....	9 688	50,94	21 409	45,80	762	25,62	17 994	23,86	63	17,55	12 879	15,00
Pernambuco.....	3 381	6,17	22 535	19,07	2 360	58,01	39 971	41,70	44	12,50	12 571	14,22
Alagoas.....	12 202	119,62	20 580	90,45	495	68,09	9 324	52,54	-11	-13,41	-788	-4,41
Sergipe.....	572	5,04	1 522	11,13	-52	-11,74	-2 369	-19,73	-20	-39,22	-5 428	-39,82
Bahia.....	8 265	16,39	24 810	18,30	1 123	9,67	10 453	3,38	1	0,08	-12 245	-3,96
Minas Gerais.....	3 691	31,39	14 571	28,04	-3 120	-20,97	-178 804	-32,91	-2 132	-52,25	-589 956	-55,60
São Paulo.....	-41	-0,35	-4 731	-9,35	-939	-14,95	-30 176	-16,34	-87	-12,22	-12 692	-7,68
Paraná.....	-829	-2,34	-14 559	-9,09	-4 342	-31,24	-104 836	-31,90	172	24,75	-38 381	-22,43
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	-181	-4,86	-3 915	-17,33	-4 530	-33,28	-131 164	-23,55	1 171	13,27	-491 537	-18,57

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR OCUPANTES							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-26	-37,14	-44 476	-33,06	1	—	14 840	—
Rio Grande do Norte..	12	37,50	16 462	24,05	—	—	—	—
Paraíba.....	—	—	10 884	33,07	—	—	—	—
Pernambuco.....	—	—	9 857	39,02	—	—	—	—
Alagoas.....	-1	-50,00	-277	-6,58	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	-2 537	-47,10	—	—	—	—
Bahia.....	18	31,58	57 630	47,02	—	—	—	—
Minas Gerais.....	-96	-52,17	-140 093	-41,43	1	50,00	50 828	156,39
São Paulo.....	6	19,35	41 923	72,64	—	—	—	—
Paraná.....	1	2,44	-10 773	-11,92	—	—	—	—
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	181	37,95	485 970	56,61	5	166,67	111 169	209,76

Fonte — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

praticamente, impossível ao pequeno arrendatário e parceiro se reproduzirem com o que lhes cabe de sua produção, estes, se vêem obrigados, juntamente com sua família, a vender sua força de trabalho. Assim, em uma situação de mercado cada vez mais restrita, sujeitos a condições de exploração cada vez mais intensivas — perda da autonomia, redução do período de contrato — esses produtores, em franco processo de expropriação, e sem nenhum poder de barganha, colocam-se à disposição dos empreendimentos capitalistas.

TABELA 19

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR PARCEIROS, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PARCEIROS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-6 712	-32,78	-24 344	-33,03	-2 344	-36,10	-62 939	-37,75	-275	-35,48	-70 734	-36,52
Rio Grande do Norte..	3 873	287,96	12 078	269,78	1 324	169,74	27 064	104,35	-24	-12,97	-9 204	-19,18
Paraíba.....	878	18,78	8 930	28,05	452	58,93	10 086	53,71	49	53,26	6 473	26,57
Pernambuco.....	4 548	49,25	13 683	62,60	408	56,82	6 847	39,91	-16	-12,31	-10 042	-28,10
Alagoas.....	1 338	73,88	3 037	113,45	12	32,43	410	55,33	6	120,00	1 968	132,61
Sergipe.....	1 126	284,34	1 168	229,47	-2	-13,33	-97	-22,93	-3	-75,00	-671	-52,83
Bahia.....	-1 451	-22,47	-2 309	-13,30	-165	11,98	-5 922	-14,40	-20	-7,19	-2 770	-3,96
Minas Gerais.....	265	4,06	457	1,72	-1 361	-34,45	-46 637	-37,38	-176	-28,81	-46 259	-30,74
São Paulo.....	-7 576	-21,30	-47 989	-24,83	-2 072	-13,50	-25 198	-8,40	259	93,84	71 556	120,96
Paraná.....	45 449	48,54	-250 253	-49,80	-11 684	-40,18	164 674	-32,73	183	81,33	51 779	113,45
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	1 749	227,73	9 616	224,25	781	181,20	22 453	160,44	242	192,06	86 734	258,25

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PARCEIROS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-13	-54,17	-27 911	-56,94	—	—	—	—
Rio Grande do Norte..	-6	-40,00	-5 342	-22,62	—	—	—	—
Paraíba.....	4	133,33	7 777	228,74	—	—	—	—
Pernambuco.....	-1	-14,29	3 969	50,85	—	—	—	—
Alagoas.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	18	163,64	31 453	119,68	—	—	—	—
Minas Gerais.....	2	11,76	16 858	55,05	4	400,00	102 788	540,50
São Paulo.....	22	550,00	38 873	757,61	—	—	—	—
Paraná.....	22	275,00	64 448	400,77	—	—	—	—
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	31	258,33	73 636	308,92	—	—	—	—

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

As significativas incorporações, em área média, desses estabelecimentos, registradas em relação ao total, estão antes associadas ao aumento da grande parceria e, sobretudo, do grande arrendamento capitalista. Tanto assim que os Estados onde se verificaram os maiores incrementos dos estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 hectares e de 10.000 hectares e mais explorados por arrendatários e parceiros foram os de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Nesses Estados, o controle do processo de produção agrícola pelo capital é bastante significativo, ou, então, a atividade pecuária, de característica extensiva, tem ainda importância.

TABELA 20

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

ESTADOS	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	4 441	26,78	12 434	24,75	773	18,71	13 469	12,37	8	1,52	804	0,66
Rio Grande do Norte..	-4 534	-28,58	-4 646	-16,85	-50	-3,60	-3 310	-8,30	-37	-15,04	-11 137	-16,64
Paraíba.....	-7 259	-23,92	-22 114	-31,23	-428	-14,74	-7 197	-11,64	-10	-3,82	3 249	5,79
Pernambuco.....	-20 499	-36,45	-32 581	-33,48	-209	-9,43	-6 015	-12,32	4	0,60	-8 945	-4,20
Alagoas.....	-6 789	-39,83	-16 930	-45,53	-111	-11,67	4 523	20,38	180	111,80	46 699	86,54
Sergipe.....	-6 483	-54,91	-3 053	-30,97	-5	-5,32	-110	-3,79	6	27,27	1 900	31,47
Bahia.....	-5 584	-34,99	-11 602	-35,15	-148	-10,30	-2 899	-7,54	1	0,54	3 539	7,35
Minas Gerais.....	789	10,83	2 763	7,80	-1 197	-8,93	-43 867	8,79	1	0,03	34 211	4,11
São Paulo.....	-16 046	-52,49	85 089	55,83	-3 244	-19,48	-9 374	-2,06	858	54,03	201 994	56,81
Paraná.....	-23 798	-42,87	110 719	41,10	629	4,90	61 442	23,79	591	161,04	132 267	144,13
Goiás.....	204	7,60	232	1,40	1 002	37,37	46 557	49,89	850	127,25	202 447	104,97

ESTADOS	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	2	13,33	-3 474	-9,89	-1	-100,00	-11 300	-100,00
Rio Grande do Norte..	-1	-7,14	8 725	35,14	—	—	—	—
Paraíba.....	9	1,50	12 690	139,05	—	—	—	—
Pernambuco.....	-9	-27,27	-11 199	-26,60	—	—	—	—
Alagoas.....	5	50,00	9 530	57,64	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	12	109,00	23 284	137,10	—	—	—	—
Minas Gerais.....	15	17,24	47 384	26,12	8	400,00	132 315	509,14
São Paulo.....	30	60,00	55 747	60,08	2	200,00	35 348	262,89
Paraná.....	29	223,08	58 428	231,91	—	—	—	—
Goiás.....	49	71,01	65 421	38,43	1	100,00	30 998	208,49

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

No que tange à redução verificada para a área total dos estabelecimentos explorados por ocupantes, registrou-se diminuição, em número e área, tanto dos pequenos como, também, dos médios e grandes. Ressalte-se, no entanto, que a retração desses estabelecimentos, embora decorrente de um mesmo processo, o da expansão e/ou intensificação do capitalismo no campo tem como causa direta, diferentes fatores daí derivados. Mesmo admitindo que, como os pequenos, muitos dos grandes estabelecimentos explorados por ocupantes sejam absorvidos por empresas capitalistas, infere-se que, em grande medida, a sua redução

generalizada, sobretudo daqueles de 1.000 a menos de 10.000 hectares, seja ocasionada pela legalização das terras por parte dos produtores responsáveis.

O incremento ou a redução dos estabelecimentos grandes e, sobretudo, muito grandes, quer sejam explorados por ocupantes ou por proprietários, relaciona-se também à questão da comercialização da terra, na medida em que muitos produtores que vendem suas terras, vão adquirir outras, geralmente em áreas de fronteira agrícola, a menores preços, aí recriando o mesmo padrão de concentração de terra existente em áreas de fronteira já consolidada. Neste sentido, entre os Estados considerados, foram aqueles com áreas de fronteira agrícola — Bahia, Minas Gerais e, sobretudo, Goiás — que, acusaram os maiores aumentos dos estabelecimentos de 10.000 hectares e mais.

Portanto, constatou-se, pela análise precedente, que na área objeto de estudo, a estrutura fundiária não só se manteve concentrada, como também ocorreu uma ampliação deste padrão de concentração, penalizando assim, ainda mais, as condições de sobrevivência dos estabelecimentos menores. Ressalte-se, porém, que o desenvolvimento desse processo não foi uniforme, dado que a expansão da modernização vem se dando de maneira lenta e desigual, segundo as diferentes regiões e as próprias categorias de estabelecimentos.

Essas desigualdades podem ser compreendidas ao se considerar que a expansão da produção capitalista implica em uma intensificação do processo produtivo, o que vai provocar maior utilização de máquinas e insumos destinados a aumentar a produtividade do trabalho mas que, dadas as condições sob as quais vem ocorrendo tal processo, a utilização desses recursos tem se limitado, em grande parte, aos estabelecimentos maiores, que captam expressiva parcela do volume total dos créditos destinados à agricultura. Em conseqüência, os pequenos estabelecimentos, cuja produção objetiva a subsistência, são submetidos a uma economia de trocas onde, em face de um processo de concorrência imperfeita, não conseguem acumular, podendo ser mesmo absorvidos pelos maiores. Assim, por exemplo, nos Estados de São Paulo e Paraná, de agricultura bastante capitalizada, nos anos 1970-1980, registraram-se não só as maiores variações absolutas do número de tratores utilizados — respectivamente 70.493 e 61.063 unidades — como, também, uma redução de, praticamente, todas as categorias de estabelecimentos de menos de 100 hectares (Tabela 21).

Constatou-se, por outro lado, que em relação às atividades produtivas, entre 1970 e 1980, a área das lavouras apresentou notável expansão no espaço rural brasileiro, da ordem de 15.281.506 hectares. Tal expansão se deveu, mais especificamente, aos resultados observados nos Estados em análise, nos quais, excetuando-se Sergipe, foram constatados acréscimos sempre superiores a 300 mil hectares, tendo chegado mesmo, nos casos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, a se situarem acima de 1 milhão de hectares.

Ao se analisar tais variações espaciais da lavoura, considerando-se as culturas permanentes e temporárias, constata-se que foram estas as principais responsáveis pelo substancial incremento acima mencionado, tanto que acusaram um aumento de área da ordem de 7.688.191, contra apenas 1.651.280 hectares daquelas.

**TABELA 21**  
**TRATORES UTILIZADOS, SEGUNDO AS UNIDADES DA**  
**FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRATORES UTILIZADOS		
	1970	1960	Variação absoluta 1970—1980
Ceará.....	734	3 359	2 625
Rio Grande do Norte.....	570	2 811	2 241
Paraíba.....	822	2 720	1 898
Pernambuco.....	1 519	4 556	3 037
Alagoas.....	965	3 536	2 571
Sergipe.....	420	1 764	1 344
Bahia.....	1 838	11 371	9 533
Minas Gerais.....	10 187	47 123	36 936
São Paulo.....	67 213	67 213	70 493
Paraná.....	18 619	79 682	61 063
Goiás.....	5 692	26 875	21 183

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Na realidade, tanto o crescimento do comércio exportador, estimulado pelo modelo econômico implantado no País, como o do comércio interno, impulsionado pelo vertiginoso aumento do consumo, decorrente do grande desenvolvimento urbano-industrial ocorrido nas últimas décadas, levaram o Estado a adotar políticas agrícolas que resultaram num incremento muito mais acentuado de produtos da lavoura temporária. Conforme se pode observar na tabela 22, na grande maioria dos Estados em análise, a lavoura temporária apresentou expansão bem mais acentuada do que a permanente, a qual, no Paraná e na Paraíba chegaram mesmo a acusar redução da área cultivada.

**TABELA 22**  
**VARIAÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURAS, SEGUNDO AS UNIDADES**  
**DA FEDERAÇÃO, NO PERÍODO 1970-1980**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA TOTAL DE LAVOURA	VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURA PERMANENTE	VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURA TEMPORÁRIA
<b>TOTAL.....</b>	<b>9 321 500</b>	<b>1 651 280</b>	<b>7 670 220</b>
Ceará.....	564 135	197 125	367 010
Rio Grande do Norte.....	378 323	84 809	293 514
Paraíba.....	195 739	-81 883	277 622
Pernambuco.....	364 901	7 824	357 077
Alagoas.....	314 654	14 532	300 122
Sergipe.....	46 213	27 860	18 353
Bahia.....	995 076	494 755	500 321
Minas Gerais.....	1 182 837	552 230	630 607
São Paulo.....	1 208 294	639 733	568 561
Paraná.....	1 365 921	-352 225	1 718 146
Goiás.....	1 567 265	53 277	1 513 988
Mato Grosso do Sul.....	1 138 142	13 243	1 124 899

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

O Estado do Paraná, por sinal, foi o que mais se salientou quanto ao aumento da área cultivada com lavoura temporária, graças, principalmente, ao grande desenvolvimento da cultura da soja. Este produto, em face da elevada cotação alcançada no comércio mundial, na década em análise, adequou-se plenamente aos objetivos do modelo econômico implantado no País. Com isso, sua cultura sofreu um processo de acelerada expansão que, no caso dos Estados da área em estudo, foi mais intenso no Paraná. Por outro lado, o fato de que esta expansão tenha se verificado, em grande medida, através da substituição de antigas culturas, explica a acentuada redução da área de lavoura permanente, neste Estado, pois, a cultura do café foi a que se viu mais afetada com este processo.

No caso de Mato Grosso do Sul e Goiás, onde o excepcional crescimento da área de lavoura também se deveu, primordialmente, à expansão das culturas temporárias, a influência da soja foi menos relevante. Nestes Estados, as culturas do arroz e do milho pesaram, ponderavelmente, e tiveram seu crescimento relacionado ao desenvolvimento da pecuária, pois o sistema de criação predominantemente empregado se baseia no cultivo de um daqueles cereais, antecedendo à implantação do pasto.

Nos Estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo, a grande expansão da área de lavoura se processou segundo um crescimento equitativo das culturas permanentes e temporárias. Nestas UFs, a existência de lavouras permanentes, como as do cacau e do café, de grande valor comercial e importância no comércio exportador do País, concorreu para que não se verificasse grande defasagem entre o crescimento das áreas das duas culturas. Tal fenômeno ocorreu apesar da implantação de programas como o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que ocasionou excepcional desenvolvimento da atividade canavieira em São Paulo, e da política de incentivo à pecuária que, em Minas Gerais e Bahia, gerou resultados idênticos aos constatados em Mato Grosso do Sul e Goiás.

Nos demais Estados da área, em análise, localizados no Nordeste, a expansão da lavoura foi menos expressiva e, com exceção de Sergipe, deveu-se, basicamente, ao crescimento das culturas temporárias. Em tais áreas, menos capitalizadas que as anteriores, a lavoura temporária destinada à subsistência desempenhou papel importante, porém, culturas comerciais como a do algodão herbáceo e, principalmente, a da cana-de-açúcar, favorecida pelo PROALCOOL, também influenciaram, de forma substancial.

Quanto à atividade da pecuária, a política de incentivos que lhe foi concedida propiciou, na área em estudo, um crescimento expressivo do rebanho bovino, o qual se revelou bastante diferenciado através dos diferentes Estados que a compõem. Nos Estados em que a fronteira agrícola ainda se encontra em expansão, as políticas de incentivo à pecuária surtiram efeito de forma bem mais acentuada, conforme se pode constatar pelo aumento do rebanho bovino em Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Minas Gerais. Em outros, como São Paulo e Paraná, embora de fronteira agrícola já consolidada, a existência de grandes extensões campestres e a intensificação do sistema de criação permitiram um substancial aumento do rebanho. Com relação às áreas do Nordeste, os resultados foram menos expressivos, pois, apesar dos incentivos à pecuária, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os resultados são menos auspiciosos

devido, entre outros fatores, às limitações criadas pelas condições naturais, quais sejam, o fenômeno da seca e a qualidade inferior das pastagens.

Em conclusão, a expansão do capital no setor agrícola tem pois, levado não somente à intensificação da concentração da propriedade da terra, como também a modificação no uso do solo, onde a produção tende, cada vez mais, a ser especializada em certos cultivos, concomitantemente, à utilização de moderna tecnologia. Esse movimento, que não é nem harmônico nem uniforme, tem sido estimulado pelas políticas agrícolas até então em vigor, que privilegiam os grandes empreendimentos empresariais. Conseqüentemente, os pequenos produtores, sejam proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros são atingidos por tal processo de tal forma que, se expropriados, vão engrossar as fileiras dos assalariados quando na falta de outras opções. Dependendo das condições de exploração a que estão submetidos, esses produtores podem também se tornar apenas assalariados temporários, mantendo-se, ainda, vinculados aos meios de produção, mas obrigados a vender, periodicamente, sua força de trabalho para complementar seus rendimentos. Em outras circunstâncias, o produtor, quando completamente expropriado, pode integrar-se na classe dos assalariados permanentes ou como trabalhador volante, onde a venda da sua força de trabalho tem caráter sazonal. A análise mais detalhada dos dados referentes ao conjunto do pessoal ocupado, na última década, servirá para uma visão mais ampla desse problema.

### 3.2 — A força de trabalho

O maior dinamismo verificado no processo de transformação da produção agrícola em determinadas regiões, assim como o menor ritmo em outras, conforme constatações precedentes, repercutiram sobre a capacidade de geração ou de destruição de oportunidades de emprego no setor rural. De fato, a expansão do capital no setor agropecuário acentuou, nos últimos anos, as diferenciações observadas, ao longo do tempo, nos níveis de inserção do contingente de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, tendo em vista que, nas áreas mais modernas, os excedentes de mão-de-obra aí formados são transferidos para outras regiões, sobretudo para as áreas de fronteira agrícola ou para os centros urbanos. Nesse sentido, os dados do Censo Agropecuário de 1980 são reveladores, uma vez que as diferenciações regionais, em termos do total de pessoal ocupado, são bem nítidas. Enquanto nas Regiões de capitalismo mais avançado — Sudeste e Sul — a capacidade de criação de empregos foi reduzida, as outras apresentaram incrementos mais expressivos da força de trabalho, sobretudo a do Nordeste e Norte. Ressalte-se, ainda, que entre as próprias UFs, que compõem as macrorregiões, foram registrados diferentes níveis de absorção de mão-de-obra, dados os diversos graus de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma delas.

Considerando, especificamente, o conjunto de Estados, objeto deste estudo, a dinâmica do emprego rural foi bastante heterogênea, repercussão simultânea das modificações na estrutura fundiária, na condição do responsável pelos estabelecimentos, nos produtos cultivados e nas próprias práticas agrícolas prevaletentes. Enquanto os Estados do Paraná e São Paulo acusavam, entre 1970 e 1980, variação negativa no

contingente de pessoal ocupado, —8,4 e —2,5%, respectivamente, em outros Estados como Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia as variações relativas foram expressivas, embora, em termos absolutos, nem sempre significaram aumento muito grande do total da mão-de-obra (Tabela 23).

TABELA 23

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO			
	1970	1980	Variação absoluta 1970/1980	Variação relativa 1970/1980
Ceará.....	1 021 712	1 064 091	42 379	4,15
Rio Grande do Norte.....	307 881	428 249	120 368	39,10
Paraíba.....	584 656	654 012	69 356	11,86
Pernambuco.....	1 128 264	1 212 336	84 072	7,45
Alagoas.....	430 279	547 823	117 544	27,32
Sergipe.....	268 782	293 672	24 890	9,26
Bahia.....	2 125 809	2 657 497	531 688	25,01
Minas Gerais.....	1 979 935	2 274 171	294 236	14,86
São Paulo.....	1 420 040	1 383 347	—36 693	—2,58
Paraná.....	1 981 471	1 813 528	—167 943	—8,48
Goiás.....	547 647	771 859	224 212	40,94

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Considerando-se os dados sobre a composição do pessoal ocupado, nessas áreas, verifica-se, também, grande diversidade entre elas no que concerne às relações, de trabalho, embora seja possível identificar algumas tendências gerais, mais ou menos comuns a certas UF's, conforme resultados dos Censos de 1970 e 1975 (a análise restringe-se unicamente a este período, uma vez que os dados para 1980 não são ainda disponíveis). Assim, nos Estados do Nordeste, excetuando-se a categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, que aumentaram em toda a Região, as demais categorias variaram, segundo as ocorrências de mudanças na conjuntura econômica nesses Estados. Constatou-se, por exemplo, que para os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, onde é numeroso o contingente de mão-de-obra rural assalariada empregado na cultura do açúcar, foi da maior relevância a crise que afetou o mercado mundial deste produto, no quinquênio em análise. Tanto assim que, embora estes Estados tenham acentuado o processo de modernização, os assalariados temporários, muito utilizados nas fases de pico de trabalho, viram-se menos solicitados, particularmente nos médios e grandes estabelecimentos, em face do aumento da ociosidade da capacidade produtiva das usinas. Os assalariados permanentes viram-se mais absorvidos nestes Estados; todavia, com exceção de Alagoas, o aumento do seu emprego não compensou a redução ocorrida com os temporários, o que significou uma perda de expressão da categoria dos assalariados em Pernambuco e Paraíba. No Ceará e Rio Grande do Norte, os empregados assalariados apresentaram, no período, variação

semelhante à que foi observada nos Estados anteriormente analisados. Contudo, tais variações devem ser explicadas por outros fatores já que a atividade canavieira tem aí expressão bem menor.

O incremento do emprego da parceria foi, particularmente, importante nos médios e grandes estabelecimentos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Tal fenômeno se explica uma vez que, sobretudo, nas extensas áreas sertanejas dos três primeiros Estados, onde a modernização das atividades agrícolas ainda se revela pouco intensa, esta categoria de mão-de-obra permanece amplamente utilizada nas duas atividades mais importantes, a criação de gado e a cotonicultura.

Situação anômala no Nordeste é a apresentada pela Bahia, que, pela forma como ocorrem as transformações na composição da mão-de-obra entre 1970 e 1975, identificou-se mais os Estados de Minas Gerais e Goiás. Nesses Estados, dotados ainda de grande disponibilidade de terras, o capital aí penetrou, de forma acentuada, promovendo notável expansão da fronteira agrícola, como se pode avaliar pelo aumento da área total dos estabelecimentos, que foi da ordem de 2.613.829 hectares em Minas Gerais, 3.002.719 hectares na Bahia e 7.343.829 hectares em Goiás; ao mesmo tempo, o incremento do número de tratores serve como indicador do processo de modernização aí ocorrido. Conseqüentemente, foi bastante expressivo o aumento observado no emprego da mão-de-obra assalariada, verificando-se tanto com relação aos trabalhadores permanentes como temporários, que ocorreu de forma quase generalizada pelas diversas classes de estabelecimentos. Em relação à categoria dos responsáveis e membros da família, houve um aumento acentuado em todos os extratos de área, revelando uma variação absoluta mais elevada, na classe de área inferior a 10 hectares, na Bahia, e de 10 a menos de 100 hectares, em Minas Gerais e Goiás. Quanto aos empregados parceiros, sua absorção acusou declínio de forma generalizada, em todos os estratos, tendo em vista que a utilização desta categoria de mão-de-obra tem caráter provisório em muitas atividades ligadas à pecuária ou mesmo à lavoura.

Os Estados do Paraná e São Paulo, por terem apresentado uma intensificação do processo de modernização muito mais acentuada que a observada nas demais UFs, revelaram alterações na composição da mão-de-obra com características distintas das até então observadas. Nestes Estados onde, no quinquênio em estudo, ocorreu intenso desenvolvimento de culturas de elevado valor comercial, tendo uma delas, a soja, se transformado num dos principais produtos da pauta de exportação do País, o processo de modernização ocorreu pari passu com uma intensa absorção das unidades produtivas de menos de 10 hectares. Assim, verificou-se uma acentuada redução da mão-de-obra familiar neste estrato, de tal forma que os aumentos observados nas outras classes de estabelecimentos não impediram que, no cômputo geral, esta categoria de pessoal ocupado se visse reduzida nos dois Estados.

Com relação aos trabalhadores assalariados, verificou-se uma redução dos empregados temporários em quase todas as classes de estabelecimentos do Estado de São Paulo, assim como nos grandes, do Paraná; esta redução pode ser entendida pelo próprio caráter mais antigo da expansão da modernização nestas UFs, sobretudo em São Paulo, onde o esvaziamento do campo já se fazia expressivo, mesmo antes da década de 70. No que se refere à utilização dos parceiros, enquanto no Estado de São Paulo este contingente diminuiu de forma generalizada,

no Paraná houve aumento significativo, o que pode ser explicado por fenômenos conjunturais; de fato, a incidência de geadas tem levado os proprietários a preferirem a parceria como forma de relação de trabalho, a fim de reduzir os prejuízos que incidem sobre seus empreendimentos.

Em linhas gerais pôde-se, então, verificar que, na década de 70, a aceleração do processo de transformação das atividades agropecuárias acentuou as diferenciações observadas na capacidade de criação de emprego para a população rural, e que o próprio caráter das relações de trabalho vigentes expressam, incontestavelmente, o modo como vem se dando a expansão do capital, uma vez que a estrutura do mercado de trabalho evolui no sentido de atender aos interesses das forças dominantes da economia. É neste sentido que se entende, em termos mais amplos, porque determinadas formas de relações de trabalho têm sido substituídas por outras, ao longo do processo de evolução da economia agrícola do País, tal como o trabalho escravo, o colonato, e, finalmente, o assalariado puro; em épocas mais recentes dentro das próprias relações sociais de produção capitalista puras, no caso do trabalho temporário, o aparecimento do trabalho volante é o resultado concreto dos padrões de desenvolvimento que têm sido adotados, nos últimos anos, para o setor agrícola ou, em última instância, para a economia em sentido global. A partir do momento em que a utilização de trabalhadores com vínculos de caráter permanente não mais respondem aos interesses econômicos dos produtores, passa-se à adoção de empregado temporário, que vem a ser a forma mais lucrativa; esta questão será aprofundada a seguir.

#### **4 — O TRABALHADOR ASSALARIADO VOLANTE**

Conforme observações precedentes, pôde se averiguar que o panorama da agricultura brasileira mudou, significativamente, no decorrer das últimas décadas. Em termos concretos, as principais modificações daí decorrentes, deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital urbano sobre o setor agrícola, deram origem a novos padrões na organização do trabalho e nas relações sociais de produção, de onde emerge a categoria de trabalhador assalariado volante, que representa um expressivo contingente de mão-de-obra utilizado na agricultura. Ligado, portanto, ao avanço da modernização no campo, esse contingente de força de trabalho faz parte do conjunto de população excedente, disponível para atender às necessidades de mão-de-obra em determinados momentos do ciclo produtivo.

Embora não seja fenômeno novo a utilização de trabalhadores temporários nas atividades agrícolas do setor rural brasileiro, a preocupação com a questão relativa à mão-de-obra volante aparece em período mais recente. A constatação de problemas derivados das condições sob as quais esta categoria de trabalhador se insere no sistema de produção, e suas dimensões, de âmbito nacional, provocaram, então, um crescente interesse pelo fenômeno, dando origem a uma vasta produção acadêmica a esse respeito. Nesse sentido, nas várias tentativas de explicar as causas do aparecimento do volante, são realizadas análises que, por vezes, quando não puramente descritivas, restringem-se aos aspectos parciais da questão, escamoteando, não raro, elementos

essenciais do problema. Ressalte-se, no entanto, que, em muitos outros estudos, o enfoque adotado nas suas análises tem contribuído para a compreensão mais ampla do fenômeno uma vez que buscam, no processo de conhecimento, encontrar o significado das relações estruturais implícitas nas diferentes partes que compõem a totalidade concreta.

A perspectiva que procura apreender, de preferência, o significado da presença do trabalhador volante na agricultura brasileira, em contraposição àquele que se restringe ao nível da simples constatação da realidade aparente, levanta questões essenciais do problema, uma vez que parte das vinculações estabelecidas entre esta fração da classe trabalhadora e o sistema de produção no qual ela está inserida. É, portanto, dentro da ótica das relações estruturais que se estabelecem no sistema de produção capitalista da economia brasileira, e, mais particularmente no setor agrícola, que se vai compreender o processo de geração da categoria trabalhador volante e de seu aumento, sobretudo em determinadas áreas.

Tal abordagem remete, necessariamente, à consideração de que a relação de trabalho volante, como específica relação de trabalho assalariado, tem suas origens no próprio processo de desenvolvimento econômico em vigor no País. Em outros termos, “. . . o trabalho volante é gerado e reproduzido pelo tipo de desenvolvimento da economia brasileira através de seu caráter capital intensivo que alcança, há poucos anos, a agricultura. E, como é próprio do capital, este processo se realiza de forma anárquica, desorganizando as relações de trabalho preexistentes, sem construir, devidamente, a relação social que lhe é própria: o assalariamento real”<sup>8</sup>. O pressuposto básico no processo de expansão do capital é a transformação dos trabalhadores diretos em trabalhadores livres, isto é, uma vez separados dos meios de produção, eles não têm outra alternativa senão a venda de sua força de trabalho, que passa a ser, conseqüentemente, apropriada pelo capital. Assim, à medida em que o capital vai se apossando do processo de produção, vai criando o contingente de mão-de-obra assalariada de que necessita. No entanto, o processo de expropriação dos trabalhadores, além de não implicar na eliminação completa das relações de produção preexistentes — no caso, a produção camponesa — tem se concretizado no aparecimento e na intensificação das formas de assalariamento de caráter descontínuo, representadas pela categoria trabalhador volante que é, aparentemente, constituída de assalariados, como outra qualquer. Algumas diferenças se interpõem quando uma análise das relações sociais de produção das quais participam tais categorias de trabalhadores e, por isso mesmo, o trabalho volante se define por certas especificidades, como se verá ao longo deste estudo.

É importante relevar, também, que o trabalho volante e, como tal, identificada no interior das relações sociais de produção de caráter temporário, se distingue daquelas formas de assalariamento ocasional, nas quais o trabalhador ainda mantém vínculos com os meios de produção. Enquanto a parcela de trabalhadores ligados à terra, mas cujas condições objetivas de trabalho não lhe permitindo satisfazer as necessidades de sua reprodução, têm que se assalariar apenas temporariamente, os volantes, como integrantes de um contingente de força de trabalho expropriado, não encontrando outras formas de emprego, integram-se nas atividades produtivas no campo, como diaristas, sua

---

<sup>8</sup> Bastos, Maria Inez et alli. *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*.

única alternativa de sobrevivência. Isto significa que, se para os primeiros, o assalariamento tem apenas o caráter de complementaridade, para os últimos, a relação assalariada se estabelece na sua essência, dado que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, embora esta adquira conotações distintas da relação de emprego formalizada que garante, em certa medida, a certeza do salário.

A reprodução do emprego volante, de proporção significativa na agricultura brasileira, se inserindo nos limites impostos pelo capital, com vistas à extração do trabalho excedente está, pois condicionada à existência de determinados fatores que vão incidir sobre sua viabilidade, tanto no tempo como no espaço. Em primeiro lugar, a geração do emprego volante está estreitamente vinculada à existência de uma população excedente, disposta a aceitar a barganha de sua força de trabalho, sem vínculos permanentes. A formação desta população excedente, por seu lado, se dá como resultado da própria tendência do capital, que é o apossar-se de todos os ramos e setores da produção, tendo em vista seus interesses. Para compreender esse processo, vale relembrar que o capital, na medida em que vai definindo as condições de existência e as formas históricas que assumem as relações de produção não capitalista, cria mecanismos para delas extrair trabalho excedente, além de obter, também, um reservatório de mão-de-obra, com a função precípua de exército industrial de reserva, quando consegue expropriá-la.

Embora a população excedente não seja constituída de apenas trabalhadores anteriormente inseridos na exploração direta da terra, as transformações verificadas na agricultura brasileira e a conseqüente dominação do capital sobre as formas de produção não capitalistas têm acelerado o crescimento daquele reduto de mão-de-obra. A dominação do capital sobre a produção camponesa se define pela apropriação do excedente aí gerado, através de relações econômicas, de modo geral se concretizando no pagamento da renda da terra, das taxas e juros, no lucro obtido pelos comerciantes nas transações efetivadas com os camponeses, ou, mesmo através dos impostos que pagam ao Estado. Os mecanismos utilizados nessas relações de apropriação do excedente se diferenciam, segundo as várias situações em que se realiza a produção camponesa, o que possibilita a identificação de distintas condições de subordinação da agricultura não capitalista. Em termos concretos, estas distintas condições de submissão acarretam conseqüências sobre os níveis de possibilidade de sua permanência enquanto formas de produção não capitalistas, no interior de uma formação social capitalista. Assim, dependendo do grau de inserção da produção camponesa na economia de mercado, sua inferioridade em relação aos empreendimentos capitalistas, se manifesta tanto em relação à terra disponível, como na utilização de práticas agrícolas propiciadoras de maior produtividade, ou, mesmo no processo de mercantilização da produção e nas condições de acesso ao crédito.

Mesmo numa tentativa de superação desta situação de inferioridade, através do aumento do trabalho na exploração da terra, de modo geral, o pequeno produtor não consegue ultrapassar o nível de uma reprodução simples de sua unidade de produção, vivendo com sua família em precárias condições de existência. As conseqüências advindas do processo de expropriação a que está submetido, quando não se concretizam na separação completa do pequeno produtor dos seus meios de produção, levam-no a encontrar estratégias de sobrevivência além do prolongamento do trabalho na exploração. É, assim, que a venda da

força de trabalho, em determinados períodos do ano, adquire sentido, dado que ela vai permitir ganhos eventuais para complementar o sustento da família. Desta maneira, o capital, não conseguindo a homogeneização das formas de organização produtivas e, como tal, a sobrevivência de relações de trabalho de configurações distintas das assalariadas típicas, não é destituída de significado. Os segmentos de população nelas inseridos, não desprezíveis ao processo geral de ampliação do capital, transferem excedentes para o setor dominante, da economia, não somente pela viabilidade da agricultura de subsistência, mas também, fazendo parte do contingente de força de trabalho disponível para necessidades eventuais das empresas.

Esta dupla referência, a posse dos meios de produção em contrapartida à fraca capacidade de explorar, de modo eficiente sua terra, e a conseqüente necessidade de assalariar-se para garantir a sobrevivência, pode acarretar, ao longo do tempo, mudanças significativas nas condições de inserção dos camponeses no sistema de produção. Em primeiro lugar, o processo de proletarização desses trabalhadores tem aí sua origem, quando da inviabilidade total da produção familiar, até então levada a efeito, mesmo que se utilizem de estratégias de sobrevivência, como a do assalariamento ocasional, por exemplo. Assim, expulsa da terra, essa mão-de-obra, que antes produzia diretamente para sua reprodução, vai buscar formas alternativas de trabalho, seja em outras áreas do setor agrícola ou nas cidades. Não raro, a estreiteza do mercado de trabalho urbano leva-a a retornar ao campo, em busca de emprego, viável, muitas vezes, apenas na condição de volantes.

O processo de geração dos trabalhadores volantes atinge, ainda, os assalariados que residiam nos estabelecimentos, e deles foram expulso, quando da redução das necessidades de mão-de-obra para as atividades agrícolas. Geralmente, parte dos assalariados permanentes tende a ser substituída pelos temporários, que atendem mais diretamente aos interesses dos empresários, dadas as necessidades sazonais dos cultivos. A redução do emprego permanente, e sua contrapartida, a preferência pelos trabalhadores temporários na agricultura, no caso, pelo volante, está, portanto, correlacionada a outro fator, o da especificidade das atividades agrícolas, cujo tempo de produção não obedece aos mesmos fatores determinantes do tempo de produção no setor industrial. Em outras palavras, as condições naturais, interferindo mais diretamente ao longo do processo de produção agrícola, vão acarretar aí diferenças bem mais acentuadas, entre o período de trabalho e o de não trabalho, que na indústria. O período de trabalho necessário à produção agrícola vai variar, não somente segundo a natureza do produto cultivado, como, também, segundo o grau de intensidade do processo de cultura. É, por isso mesmo que quando o capital passa a controlar o processo de produção agrícola e, conseqüentemente, a dominar as forças da natureza, ele vai interferir, também, sobre o tempo de trabalho necessário para a consecução do produto final, dependendo do tipo de espécie cultivada. Quando o capital começa a interferir no processo produtivo, através da introdução de meios de produção que levam à intensificação das práticas agrícolas, tais como máquinas, fertilizantes, defensivos químicos, etc., tende de um lado, a reduzir o tempo de trabalho necessário e, de outro, a aumentar a intensidade do trabalho. Em resumo, a introdução de práticas modernas nas atividades agrícolas, embora não leve, necessariamente, à redução do tempo de produção, incide sobre o tempo de trabalho, reduzindo-o

e, de maneira simultânea, aumentando o tempo de não trabalho. A variação sazonal da demanda de mão-de-obra para as lides agrícolas ocorre, pois, como resultado da interrupção ou do aumento do processo de trabalho dentro do tempo de produção. Do lado do empresário, a possibilidade de contratar mão-de-obra, ao longo do processo produtivo, apenas nos momentos em que se faz necessária, representa a oportunidade de não pagamento do tempo de não-trabalho, o que não ocorreria, naturalmente, no caso de estar comprometido com a reprodução da força de trabalho dos assalariados conforme estabelecido pelos padrões legais vigentes.

No caso específico da agricultura brasileira, a presença da mão-de-obra volante, de produção significativa em relação ao total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, tem sido reforçada pelas características próprias, definidoras do processo de desenvolvimento econômico do campo. De fato, segundo constatação averiguadas na primeira parte deste estudo, vários fatores têm contribuído para a geração e ampliação de empregos, de duração limitada, dentro do tempo de produção na agricultura. Em primeiro lugar, em termos da estrutura fundiária, o alto padrão de concentração da terra, que tem se mantido como característica do setor rural, contribui para reduzir as possibilidades de acesso a esse meio de produção por parte significativa dos trabalhadores rurais. De fato, a presença do grande capital no campo tem feito com que, nas últimas décadas, a incorporação de extensas áreas às atividades produtivas se dê de preferência pelo aumento das áreas dos estabelecimentos, e não pelo incremento, paralelo do número de unidades produtivas; este fenômeno vem se reproduzindo, não somente nas áreas de fronteira agrícola, mas, também, naquelas de ocupação mais antiga, onde as atividades rurais se caracterizam por altos níveis de modernização. O processo crescente de expropriação dos pequenos produtores é, pois, em parte, derivado da concentração fundiária, atingindo, primordialmente, aqueles que trabalham a terra sob formas precárias de posse da terra como, por exemplo, os parceiros, pequenos arrendatários e posseiros.

Outro fator relevado inicialmente, e que interfere sobre o processo de geração do emprego volante, refere-se à questão dos usos da terra. A expansão horizontal das áreas de lavouras, especialmente as temporárias, corresponde uma substituição crescente das culturas de subsistência por outras destinadas à comercialização, o que vai implicar numa reorganização das formas de exploração da terra e, em consequência, das relações sociais de produção. Verifica-se que esta substituição de culturas incide numa nítida especialização de alguns produtos nos estabelecimentos, eliminando, assim, as possibilidades de deslocamento da mão-de-obra para outros cultivos, quando interrompe o período de trabalho de um determinado produto. Para evitar a manutenção desta mão-de-obra liberada nos estabelecimentos, os produtores preferem a criação de relações de emprego sem vínculos formais não tendo, portanto que se comprometer com a reprodução dos trabalhadores nos períodos de não trabalho. Além disso, a substituição de produtos se dá, não raro, por culturas pouco absorvedoras de mão-de-obra, sobretudo porque a expansão da agricultura comercial ocorre, paralelamente, à intensificação das práticas agrícolas, em função do uso crescente de máquinas e insumos modernos.

A modernização das atividades produtivas na agricultura, ao favorecer o aumento da diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho concorre, portanto, para reduzir as necessidades de mão-de-obra,

especialmente em certas fases do ciclo produtivo. Assim, a sazonalidade do emprego, estimulada pela difusão de tecnologia e insumos modernos, constituiu-se em fator decisivo para a dispensa de mão-de-obra, até então residente nos estabelecimentos, que vai abandonar as práticas agrícolas que serviam para sua própria reprodução. Dessa forma, sobretudo em determinadas áreas de monoculturas, as oscilações sazonais de demanda de mão-de-obra aceleram o êxodo rural, além de afirmar o estabelecimento de relações de emprego que atendem às necessidades de fases específicas do ciclo produtivo. Vale relembrar que a modernização da agricultura brasileira, de caráter parcial, dado que se restringe a alguns produtos e regiões, reforça esse aumento da sazonalidade do trabalho, gerando escassez temporária de mão-de-obra em certas épocas do ano, e subemprego e desemprego em outras<sup>9</sup>.

Embora a intensificação do processo produtivo nas atividades agropecuárias esteja se difundindo, especialmente a partir dos últimos dez anos, nas demais Regiões do País, a aceleração da modernização da agricultura tem se concentrado mais nas Regiões Sul e Sudeste, e vem, assim, se mantendo, ao longo das últimas décadas. Tal processo, estimulado, até meados da década de 50, por políticas de proteção à importação de máquinas agrícolas, viu-se consolidado a partir da implantação da indústria nacional, na década seguinte. Nesse sentido, as normas de crédito rural, favorecendo à aquisição de máquinas e insumos agrícolas vieram reforçar a dinamização de tal processo. O crédito rural subsidiado para a agricultura tem, pois, o papel de "... grande elemento viabilizador da modernização e, mais que tudo, do tipo de tecnificação a ela associado. A falta de um planejamento mais justo na distribuição dos recursos do crédito favoreceu as grandes propriedades, as regiões mais desenvolvidas e algumas culturas específicas"<sup>10</sup>. Com isso, a expulsão da mão-de-obra e a conseqüente proliferação de emprego temporário, vão incidir naquelas áreas onde o crédito subsidiado penetrou com maior intensidade, concorrendo, assim, para a redução das oportunidades de encontrar trabalho nas atividades agrícolas em todos os dias úteis do ano.

Finalmente, outro fator que tem reafirmado o estabelecimento de relações de emprego volante na agricultura concerne à legislação trabalhista em vigor. De fato, embora a extensão da legislação trabalhista da cidade para o campo tenha oferecido, teoricamente, algumas vantagens aos trabalhadores rurais, ela exclui os empregados temporários de uma série de seus benefícios, o que contribui para a deterioração de suas condições de existência. A descontinuidade do trabalho realizado pelos empregados volantes, serve de respaldo à descaracterização da sua relação de emprego, permitindo ao empregador eximir-se das obrigações trabalhistas, previstas na legislação para os trabalhadores assalariados cujos contratos são formalizados. Dessa maneira, a utilização da mão-de-obra temporária vai permitir a constituição de um contingente de força de trabalho de mais baixo custo, não somente porque vai receber salários por tarefas ou períodos determinados de trabalhos realizados, mas também, devido ao fato de não implicar em encargos trabalhistas ao empregador.

<sup>9</sup> Silva, José Graziano da. Agricultura brasileira — agenda para o amanhã.

<sup>10</sup> Kageyama, Angela A. — O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. *Reforma Agrária*.

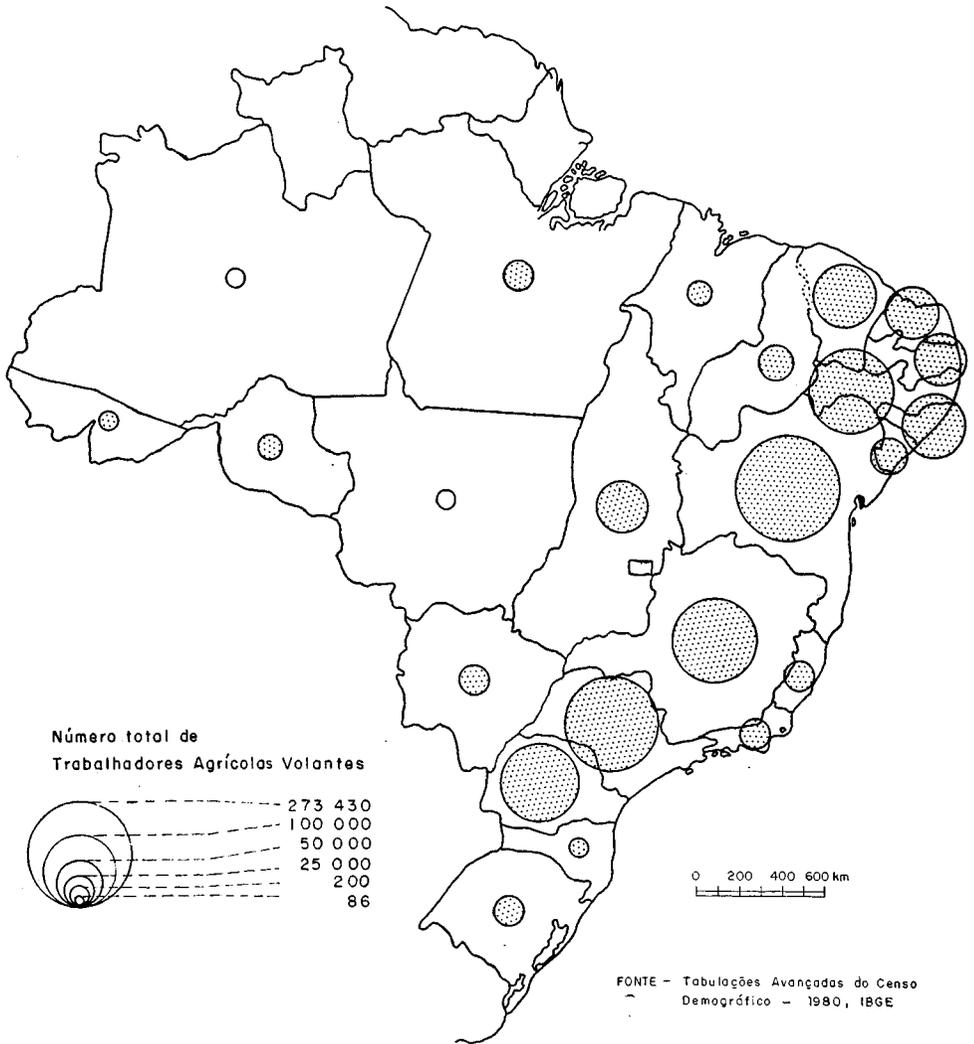
#### 4.1 — O trabalho volante: sua distribuição no espaço rural brasileiro

A importância da presença do trabalhador agrícola volante no conjunto da força de trabalho do setor rural brasileiro pode ser avaliada a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1980. Embora os dados aqui analisados, procedentes das tabulações avançadas do referido Censo, estejam sujeitos a algumas limitações, devidas ao levantamento amostral utilizado (ver Anexo), algumas evidências podem ser percebidas no que se refere a determinados aspectos da "questão volante". Assim, constatou-se que a participação desta categoria de trabalhador em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura brasileira, já atingia 7,5%, o que significava, em termos absolutos, a um equivalente de mais de 1.600.000 pessoas. Verificou-se, também, que a população formada pelo contingente de volantes está distribuída de maneira desigual, tanto a nível macrorregional como em relação às diferentes UFs (Cartograma 2). Tais disparidades se justificam pelo próprio estágio de desenvolvimento das forças produtivas no conjunto da economia do País, visto que o capital, no seu processo de valorização, não tem necessitado homogeneizar as relações sociais de produção nas diferentes áreas do setor rural.

O quadro geral da distribuição espacial dos volantes, segundo as UFs vai, pois, mostrar que as áreas de maior expressão dessa categoria de mão-de-obra são, justamente, aquelas onde a expansão capitalista da agricultura é mais avançada. É, por isso mesmo, que o Estado de São Paulo acusa a mais alta proporção de volantes em relação ao total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, onde 16,1% da mão-de-obra ali empregada são representados por esta fração da classe trabalhadora embora, em termos absolutos, seja a Bahia o Estado de maior contingente. Entre as demais UFs, que se distinguem pela reprodução da referida força de trabalho, destacam-se Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Alagoas, Goiás, Sergipe e Mato Grosso do Sul, além de outros Estados nordestinos — Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — cujo contingente de volantes tem relevância no conjunto dos trabalhadores, inseridos nas atividades produtivas dessas áreas. A importância da população volante inserida na agricultura dos Estados referidos, inclusive São Paulo e Bahia, pode ser avaliada tanto pela sua participação absoluta como relativa, uma vez que ela representa quase 1.500.000 de pessoas sobre o total verificado para o País, equivalendo a 89,6% de trabalhadores volantes da agricultura nacional.

A maior difusão da relação de trabalho volante em parte da faixa leste do País, e nos Estados centrais a ela contíguos, sugere algumas inferências, visto o modo como vêm ocorrendo as transformações na agricultura brasileira. Como as modificações nas formas de organização da produção agrícola do País vêm se dando de maneira desigual, apesar das tendências à homogeneização crescente dos diferentes espaços do setor rural, pelo capital em expansão, a reprodução das relações de trabalho segue aquela mesma tendência. A estrutura ocupacional prevalente no setor é, pois, conformada pelo próprio modelo de crescimento econômico em vigor: enquanto reduz a capacidade de absorção de mão-de-obra nas áreas que vão se modernizando, acentua, concomitantemente, a instabilidade das relações de trabalho do contingente de trabalhadores diretos, aí inseridos, o que se concretiza na formação de um efetivo não desprezível de assalariados volantes.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES



CARTOGRAMA 2

A tendência à homogeneização dos espaços agrários no Sul, Sudeste e parte meridional do Centro-Oeste, com base na difusão de tecnologia moderna<sup>11</sup>, que atinge, sobretudo, a lavoura comercial e suas conseqüências, em termos da redução do período de trabalho, explicam, assim, entre outros fatores já considerados (os relativos à questão fundiária, políticas agrícolas, etc.), a persistência de forte contingente de volantes nestas áreas; a pouca importância da reprodução desta categoria nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas cuja agricultura se define, também, por níveis de expressiva modernização, pode ser explicada, em parte, pela persistência da produção familiar, que tem representado, ainda, importante parcela do pessoal ocupado nas atividades agrícolas daquelas áreas.

Em relação à Região Norte e Centro-Oeste, especialmente nas áreas abrangidas pela mata amazônica, sua ocupação, que precede mesmo na década de 70, tem ocorrido graças às medidas oficiais propiciadoras de condições favoráveis à expansão de empreendimentos empresariais. O ritmo acelerado desta expansão, além de acentuar os problemas referentes à posse e uso da terra, vem agravando, também, a questão do mercado de trabalho, uma vez que o tipo de ocupação praticada pelos empresários não visa, de preferência, à utilização produtiva, mas antes "... à apropriação de terras, numa expectativa de valorização das mesmas"<sup>12</sup>. Verifica-se, então, que nessas áreas, a ocupação para uso não produtivo das terras vai impossibilitar a criação de empregos estáveis além de, delas expulsar contingentes populacionais que detinham, anteriormente, sua posse; a questão das possibilidades de ampliação do emprego vê-se, também, deteriorada quando se considera que, mesmo no caso de utilização produtiva daqueles espaços agrários, privilegia-se, não raro, o desenvolvimento da atividade pecuária, que se distingue pela baixa demanda de mão-de-obra. Tais observações explicam, em parte, a pouca importância do trabalho volante na Região Amazônica, tendo-se, ainda, que revelar o caráter da sua baixa densidade demográfica e, portanto, da pouca expressividade da participação absoluta e relativa da força de trabalho, aí inserida, no total do pessoal ocupado no setor agrícola do País. No entanto, vale lembrar que a difusão desta forma de emprego já se faz presente na Região, sendo especialmente utilizada no desmatamento e no preparo de pastagens, sobretudo nos grandes estabelecimentos.

Quanto à Região Nordeste, sua participação no processo de modernização continuando voltada especialmente para as lavouras comerciais, acusou, conseqüentemente, um contingente de trabalhadores volantes distribuído de modo heterogêneo pelas diferentes UFs que a compõem; nesse sentido, os Estados que acusaram números expressivos desta categoria de mão-de-obra foram, principalmente, aqueles onde as lavouras comerciais adquirem maior importância — localizadas, sobretudo, na parte oriental nordestina — sem esquecer, também, que a expansão da área dos estabelecimentos na porção ocidental de parte da Região tem contribuído para modificar as relações de trabalho na área.

Em resumo, tais observações serviram para mostrar que, nas áreas do País onde o número de trabalhadores agrícolas volantes é mais

<sup>11</sup> Mesquita, Olíndina Vianna & Brito, Maristella de Azevedo. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, 44(1).

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 29.

significativo, vários fatores respondem, de certa forma, pela aceleração do processo de geração desta categoria de mão-de-obra. Além disso, verificou-se também, que apesar da tendência à homogeneização dos espaços agrários devido a expansão do capital no setor rural, em tais áreas, formadas pelo conjunto de Estados da Federação mais representativos da relação de trabalho volante, persistem, todavia, formas de organização da produção de traços diferenciados, cujas origens se situam no próprio processo histórico da evolução da economia, ao longo do tempo. Desse modo, as colocações efetuadas a propósito das modificações porque vem passando a organização agrária nesses espaços, e suas repercussões sobre a formação de mão-de-obra volante, permitem a identificação de três subgrupos de áreas com características mais ou menos distintas.

a — Considerando-se, em primeiro lugar, aquelas áreas cujo processo de modernização das atividades agrícolas encontra-se em estágio mais avançado — São Paulo, Paraná, parte de Mato Grosso do Sul, porção meridional de Goiás e de Minas Gerais, aqui incluindo-se, também, o Triângulo Mineiro — tem-se um espaço agrário de características mais ou menos comuns, em termos de práticas utilizadas na agropecuária. Como áreas de expansão do capital, onde parte delas até mesmo antes da década de 70, o crescimento da agricultura já ocorria através de aspectos combinados de modernização e incorporação de espaços, o emprego do trabalhador volante adquiria também, importância desde aquela época, especialmente no caso de São Paulo, cujas condições de produção anteciparam mudanças significativas nas relações de trabalho e, por isso mesmo, foi ali que a presença daquela categoria de mão-de-obra passou, pela primeira vez, a chamar a atenção de pesquisadores<sup>13</sup>. Se os dados censitários de 1980 não apontaram esta UF como a detentora do maior número de volantes, é preciso, no entanto, levar em consideração dois elementos importantes. Em primeiro lugar, a redução do pessoal ocupado na agricultura paulista, expressiva na década de 60, manteve o ritmo de decréscimo, no período 1970-80; em segundo, como o emprego temporário já era amplamente difundido antes mesmo da última década, dado o caráter precoce da expansão do capital no setor rural de São Paulo, pode se inferir uma tendência à estabilização da demanda de mão-de-obra volante em períodos mais recentes. No entanto, como foi observado, em termos comparativos, foi neste Estado que se registrou a mais alta participação relativa de volantes sobre o total de sua força de trabalho ocupada na agropecuária, em 1980. Em relação às demais áreas integrantes do subgrupo de Estados detentores de uma agricultura com características de modernização mais ou menos semelhantes a de São Paulo, o processo de intensificação das atividades produtivas ali se acelerando em períodos mais recentes, conseqüentemente, as modificações nas relações de trabalho, expressas pela maior difusão do emprego temporário, devem, também, ter acompanhado, no tempo, o mes-

---

<sup>13</sup> Já na década de 60 apareceram estudos concernentes à utilização do trabalho volante no Estado de São Paulo como, por exemplo, o que foi realizado por Bombo & Brunelli, em 1966, analisando a questão do volante safreiro na região canavieira de Piracicaba; nesse mesmo ano surge o estudo sobre a mão-de-obra volante no Estado de São Paulo, de autoria de Vassimon, S., mostrando a importante participação dessa força de trabalho no conjunto do pessoal ocupado na agricultura paulista.

mo ritmo<sup>14</sup>. Esta questão será analisada na segunda etapa do estudo, quando estarão disponíveis os dados do Censo Demográfico de 1980, segundo as microrregiões homogêneas; b — as áreas atingidas pelo processo de ocupação das fronteiras — centro-norte de Minas Gerais e de Goiás e Bahia — apresentam características semelhantes, uma vez que o crescimento da agricultura, na maior parte delas, vem se dando através da incorporação de novos espaços. Esta expansão vem sendo acompanhada pela adoção de novas formas de relação de trabalho, ou seja, pela difusão do emprego temporário, conforme atestam estudos empíricos realizados em algumas áreas específicas dos referidos Estados<sup>15</sup>; c — finalmente, as áreas compreendidas pelos demais Estados nordestinos, conforme foi ressaltado, mantendo suas diferenciações internas, visto que a modernização das atividades agropecuárias ficou, praticamente, restrita a parte oriental da região, apresentam características distintas em termos da utilização do trabalhador volante. Empregado principalmente nos estabelecimentos de lavoura comercial, esta categoria de mão-de-obra se concentra, sobretudo, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, embora já adquira certa expressão nos demais Estados da Região.

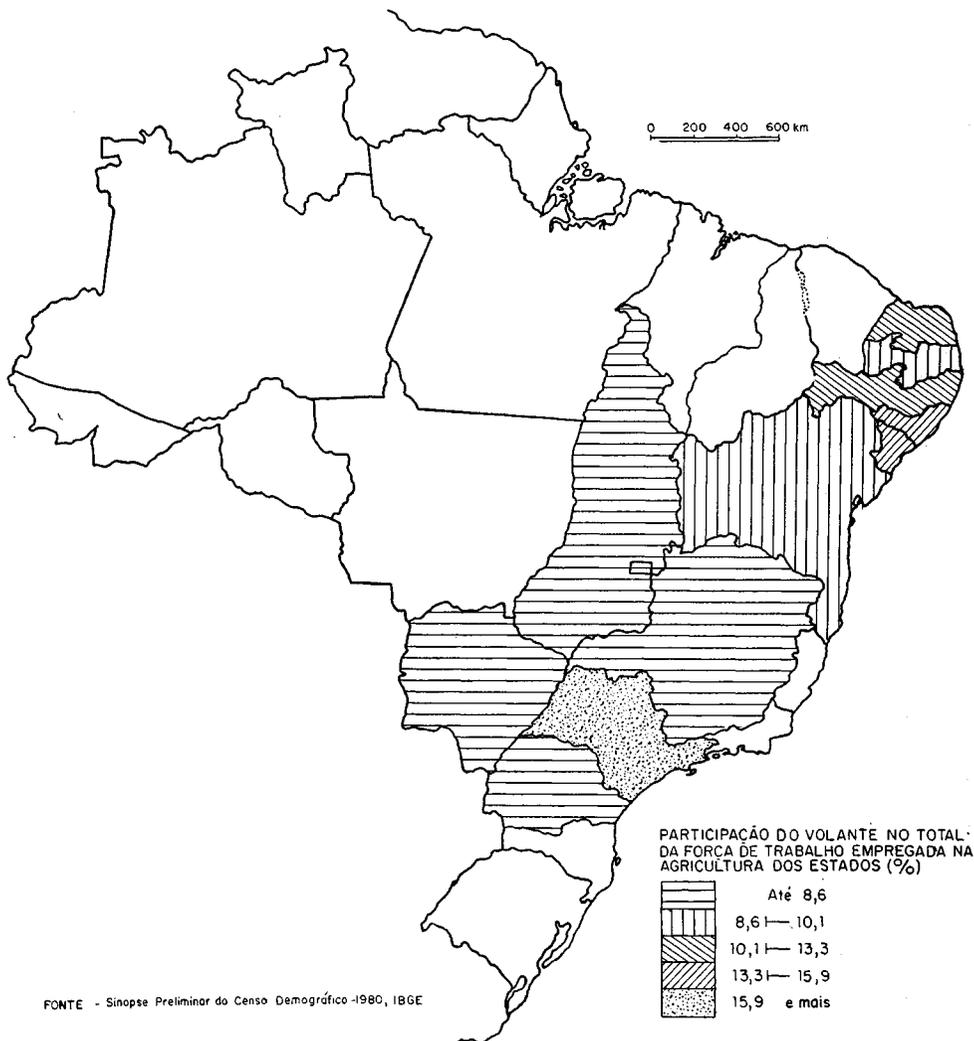
A leitura do cartograma 3, referente às áreas de maior concentração do trabalhador volante revela, portanto, que a participação relativa desta categoria no total da força de trabalho empregada na agricultura de cada Estado varia, segundo o nível de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, das relações sociais de produção presentes naquelas UFs. Como já pôde ser observado, é no Estado de São Paulo que se encontra a mais alta participação relativa de trabalhadores volantes na agricultura, o que reflete, necessariamente, o estágio avançado do desenvolvimento capitalista deste setor. Verifica-se que, em termos das relações de trabalho persistentes na agropecuária paulista, a participação significativa dos volantes (aqui entendidos, na classificação do Censo, como integrantes da categoria empregados temporários) e dos assalariados permanentes se deu, já no primeiro quinquênio da última década, em detrimento do trabalho familiar e da parceria, que decresceram no período, conforme demonstram os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Já no Estado do Paraná, embora os níveis de modernização das atividades produtivas sejam também expressivos, a participação relativa dos volantes, no conjunto da sua força de trabalho rural, é muito baixa. Tal fenômeno pode ser compreendido uma vez que o processo de modernização da área, sendo de caráter mais recente, as outras formas de relações de trabalho ainda mantêm papel importante na agricultura como, por exemplo, a parceria, o emprego assalariado permanente e o trabalho familiar (apesar do decréscimo deste último entre 1970 e 1975, dado o processo de expropriação dos pequenos proprietários e posseiros, que vem ocorrendo, simultaneamente, à expansão da empresa moderna). Quadro mais ou menos semelhante foi constatado em Minas Gerais e Goiás, mas onde

<sup>14</sup> Alguns estudos empíricos já apontavam a relevância do emprego volante nos Estados do Paraná, sul de Goiás e Triângulo Mineiro. Ver, por exemplo: IPARDES. *O Trabalho Volante no Estado do Paraná*; Michelote, Antonio Ricardo — Trabalho volante e reprodução capitalista; IBGE. *Modernização da Agricultura no Sudeste de Goiás*.

<sup>15</sup> Pesquisas de campo realizadas em algumas de suas áreas revelaram a presença do trabalhador volante nas atividades agropecuárias como, por exemplo: IBGE. *Organização agrária e marginalidade rural no médio Tocantins-Araguaia*. Rio de Janeiro, 1983. No prelo; Brito, Sebastião Rodrigues. *"Briquitadores" de Jaíba — Étude Sur Deux Groupes de Colons au Nord-Ouest de Minas Gerais*; IBGE. *Transformações do espaço agrário no oeste da Bahia*.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES

## ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO



CARTOGRAMA 3

o trabalho baseado na parceria foi reduzido, enquanto aumentaram todas as outras categorias, o que levou, também, à baixa participação relativa dos volantes no total da força de trabalho dos dois Estados. Quanto ao Nordeste, os níveis diversos de participação relativa destes trabalhadores no total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias de cada Estado podem ser explicados em razão das próprias desigualdades intrarregionais, ali verificadas, no que se refere à organização da produção, que rebatem, necessariamente, sobre as relações de trabalho. Assim, apesar do trabalho familiar continuar a ser, de longe, o mais expressivo em todos os Estados nordestinos, a participação relativa dos volantes no total da força de trabalho, da maioria deles, adquire maior expressão que a verificada no centro-sul (exceto no caso de São

Paulo); além disso, entre 1970 e 1975, apenas dois Estados — Alagoas e Bahia — tiveram crescimento de seu contingente de assalariados permanentes, enquanto na Bahia e Sergipe, aumentaram os temporários, o que vem mostrar que o mercado de trabalho na Região não está configurado de maneira uniforme.

Concluindo, a importância do emprego volante na área, objeto de análise, está diretamente relacionada às diferentes formas de combinação dos meios de produção, que criam e sustentam redutos de mão-de-obra, tendo em vista as necessidades sazonais do trabalho agrícola. As distintas configurações, em termos de distribuição no espaço, que tal contingente de trabalhadores assume nos diversos Estados da Região, vêm, também, mostrar que a ampliação do exército industrial de reserva não implica numa homogeneização do mercado de trabalho, na área em questão e, por isso mesmo, não impede a reprodução simultânea de outras formas de relações de trabalho, que detêm papéis importantes no processo geral de acumulação.

## 4.2 — A relação de trabalho volante

Das diferentes tentativas de caracterização do trabalhador volante, implícitas em diversos estudos sobre o tema, podem ser identificados alguns elementos comuns para a definição de sua condição enquanto parcela da força de trabalho do setor agropecuário, elementos estes originários, quase sempre, da realidade aparente, observada pelos pesquisadores. Em termos concretos, entre várias definições encontradas na literatura sobre a questão, o trabalhador volante é apontado como categoria de mão-de-obra rural detentora de características próprias, mas cujos componentes, extraídos a partir da observação empírica, para designar sua especificidade referem-se, primordialmente, a aspectos fragmentários da realidade, não possibilitando, portanto, a compreensão da estrutura interna da mesma. Sem pretender uma transcrição das definições até então elaboradas nos estudos produzidos sobre o volante, vale ressaltar aqui a que foi proposta por José Gomes da Silva & Vera Lúcia G. da Silva<sup>16</sup>, que contém uma síntese dos elementos supostamente caracterizadores daquela categoria de mão-de-obra, apontados por outros autores.

Para aqueles autores, o volante é: "... um trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, remunerado por empreitada, tarefa ou dia, aliciado ou não por turmeiro, e que geralmente se dirige todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões"<sup>17</sup>. Os principais elementos que caracterizariam os volantes, implícitos nesta definição, seriam, pois, a relação de trabalho baseada na venda da força de trabalho, a formalização ou não da relação de emprego, o local de residência e a interposição ou não do turmeiro entre patrões e trabalhadores<sup>18</sup>. A discussão em torno do problema da especi-

<sup>16</sup> Silva, José Gomes da & Silva, Vera Lúcia G. da. O bóia-fria: contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. *Reforma Agrária*, 5(9/10).

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>18</sup> Esta questão foi amplamente abordada no estudo realizado pela equipe de técnicos do IPARDES, denominado *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*.

ficidade atribuída à categoria volante, tomada a partir dos elementos ora expostos leva, necessariamente, à colocação de questões relevantes, sobretudo, quando se interpõem, no processo de análise, alguns resultados do Censo Demográfico de 1980, referentes a esta parcela da população.

Em primeiro lugar, dado que o trabalhador volante tem, como principal recurso de sobrevivência, um trabalho baseado no assalariamento, sua especificidade enquanto categoria de mão-de-obra desaparece, teoricamente, se comparado aos demais empregados assalariados; ou seja, ele "... é um assalariado como outro qualquer. Isto é, como assalariado, sujeita-se às mesmas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora"<sup>19</sup>. Vale lembrar então, que a forma de assalariamento funda-se numa relação social da qual a contrapartida da venda da força de trabalho é a garantia de um valor mínimo necessário à reprodução do trabalhador; e, como o assalariado, desprovido dos meios de produção, pode sobreviver somente quando da concretização de uma dada relação de emprego, a possibilidade do mesmo em contar com um trabalho que lhe garanta, ao longo do tempo, um salário, reveste-se da maior importância. Ou seja, "para garantir a sobrevivência do trabalhador, seria necessário que seu salário não sofresse perda nenhuma em decorrência da descontinuidade do trabalho".

Se a relação de trabalho volante se define pelos mesmos padrões que regem a da classe assalariada em geral, parece, no entanto, que as condições concretas de existência dos trabalhadores integrados naquela relação, apontando situações de extremo pauperismo por eles vivenciadas, expressam, em última instância, o caráter vulnerável da forma de inserção dos mesmos no processo de produção. A especificidade da relação volante, ao que tudo indica, não deveria ser buscada, por suposto, entre aqueles elementos extraídos da definição transcrita anteriormente, mas antes, na própria estrutura interna do processo social do qual os trabalhadores volantes fazem parte. Antes de aprofundar esta questão, convém analisar, a seguir alguns resultados da pesquisa censitária, que servirão para melhor compreensão dos pontos até aqui levantados.

Se o volante é um "trabalhador assalariado como outro qualquer", isto é, depende exclusivamente da venda da força de trabalho para reproduzi-la, a tentativa de buscar de outras especificidades a ele inerentes, através de aspectos aparentes da realidade concreta do mesmo como, por exemplo, a situação do domicílio fora do estabelecimento em que trabalha, constitui-se em argumento destituído de significado<sup>20</sup>. De modo geral, a situação de domicílio dentro do estabelecimento não é, em períodos mais recentes, característica dos assalariados rurais, uma vez que os empresários tendem a manter, no interior das unidades de produção, apenas a mão-de-obra necessária para os trabalhos de caráter duradouro; mesmo no caso da mão-de-obra qualificada, não raro, ela permanece nas fazendas durante o período de execução de certas tarefas, sendo dispensada a seguir ou, caso contrário, reside nas cidades ou vilas próximas, deslocando-se, diariamente, para o local de trabalho. A tendência mais comum na medida em que a agricultura se moderniza, é a busca de maior racionalidade em termos do funciona-

<sup>19</sup> IPARDES, op. cit., p. 164.

<sup>20</sup> IPARDES, op. cit., p. 165-7.

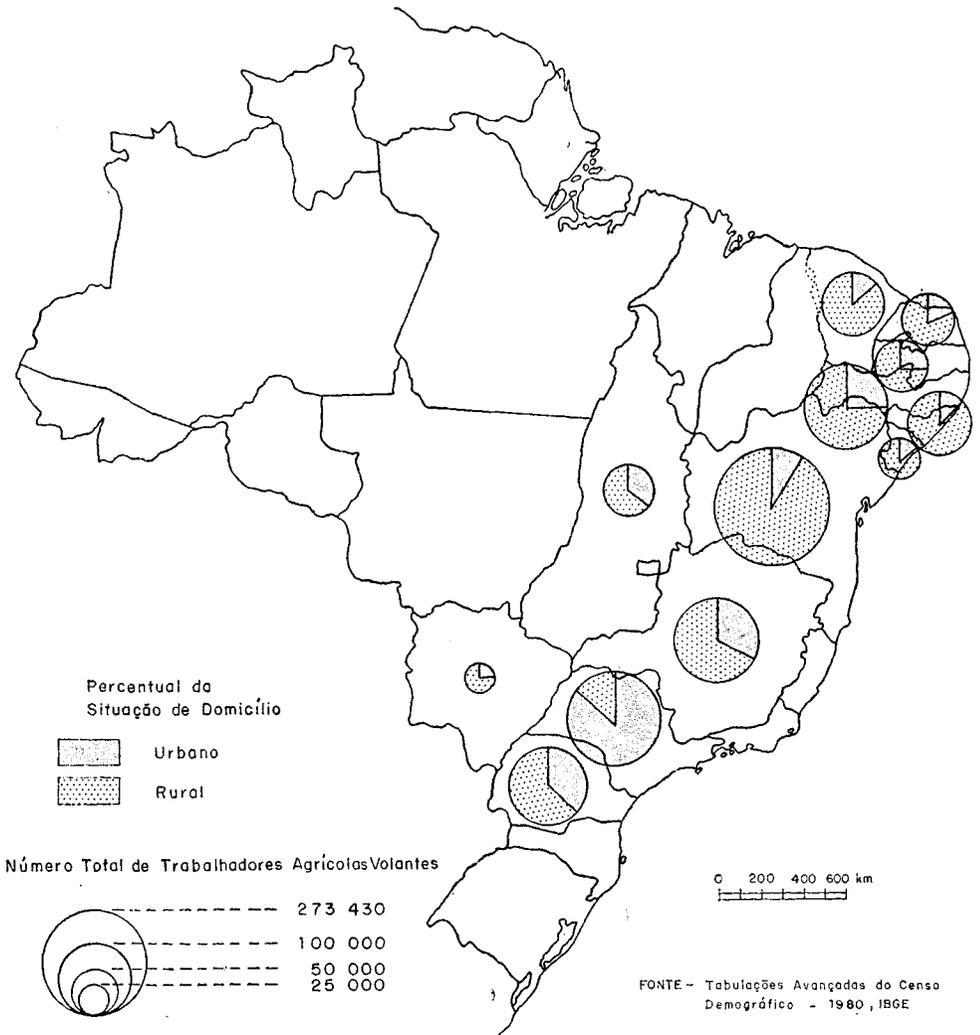
mento das empresas rurais, que vão manter como moradores apenas aqueles empregados que sejam estritamente necessários, recrutando os demais, mesmo no caso de assalariados permanentes, entre indivíduos residentes nas cidades e vilas próximas, ou entre os membros das unidades familiares de produção agrícola das redondezas.

Indo mais além na análise dos termos da definição proposta, que afirma ser o volante aquele trabalhador "... residente fora da propriedade agrícola, geralmente, na periferia das vilas ou cidades ..." (grifo nosso), a questão da sua especificidade enquanto mão-de-obra assalariada torna-se, ainda, mais ambígua. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 (Cartograma 4), três fenômenos aparecem, de modo claro, na área objeto de estudo. O primeiro refere-se à maior frequência de trabalhadores volantes com situação de domicílio rural, na quase totalidade dos Estados; o segundo, é o da prevalência de característica oposta no Estado de São Paulo, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores — 85% — tem domicílio urbano; além disso, observa-se, também, que os Estados onde a situação de domicílio urbano aparece, em ordem de importância, mais expressiva depois da de São Paulo, são justamente aqueles limítrofes a este último: Goiás, Paraná e Minas Gerais, cujos percentuais atingem, respectivamente, 36, 35 e 33%.

Esses resultados demonstram, de um lado, que a identificação dos volantes por situação de domicílio nas áreas urbanas teria validade apenas para o caso de São Paulo, sendo, portanto, impossível caracterizá-los, como um todo, a partir desta realidade. De outro, que uma tendência parece estar se esboçando em relação à expulsão dessa mão-de-obra do setor rural, visto que já se pode perceber certa correlação entre os diferentes níveis de modernização das atividades agropecuárias e a situação de domicílio daqueles trabalhadores. Assim, os percentuais de volantes com domicílios na zona rural revelam-se mais elevados nos Estados onde o processo de modernização da agricultura se encontra menos avançado, no caso os do Nordeste e, ao contrário, mostrando-se mais baixos em quase todos os Estados do centro-sul. No entanto, tais considerações devem ser complementadas com alguma ressalva a respeito do próprio conceito de rural e urbano utilizado nos recenseamentos. Sabe-se que, de modo geral, a mão-de-obra expulsa do campo para a cidade, dadas suas precárias condições econômicas, fixa-se nas periferias daquelas ou nas vilas, e que não fazem, muitas vezes, parte do perímetro urbano legal (os quadros urbano, suburbano e rural são definidos por lei municipal). Desta maneira, muitos trabalhadores incluídos no quadro de situação de domicílio rural poderiam estar, na realidade, habitando em área externa ao perímetro urbano legal, mas cujas características se assemelhariam às de cidades ou vilas. Tendo em vista tais limitações, poder-se-ia, então, supor que os percentuais relativos à situação de domicílio dos volantes deveriam ser interpretados com certa reserva.

Mas, em que pese esta observação, nada permite, até agora, negar a tendência da agricultura moderna à separação de parte dos trabalhadores diretos, não somente dos meios de produção, como também do próprio local de trabalho, sejam eles volantes ou não. Pouco importa, então, o local da situação de domicílio — se na área urbana ou rural — quando se pretende definir o que é o trabalhador volante enquanto fração da classe assalariada, isto é, separada dos meios de produção. E o que vai, portanto, distinguir a massa de empregados volantes das

# SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO



CARTOGRAMA 4

outras categorias de assalariados rurais não é o fato dela residir fora do estabelecimento agropecuário ou, especificamente, nas periferias das cidades ou nas vilas. Não resta dúvida que, em termos de condições concretas de existência, o fato do trabalhador assalariado rural passar a residir na cidade implica em novas despesas no seu orçamento, e o impossibilita, também, de cultivar produtos para a subsistência, uma vez desvinculado da terra; entretanto, isto não é um atributo peculiar apenas à categoria de assalariados volantes.

Tanto quanto a situação de domicílio, que se revela inconsistente para a determinação da especificidade dos trabalhadores volantes, a presença do intermediário (“gato”, empreiteiro ou turmeiro) entre empresários e aqueles não se constitui em elemento básico, inerente à relação de emprego que aí se estabelece<sup>21</sup>. Tal afirmação fica respaldada nos próprios resultados do Censo Demográfico de 1980, demonstrando que a grande maioria dos volantes não é contratada ou arrematada por um intermediário, exceto apenas no Estado de São Paulo (Cartograma 5). Não é, portanto, da existência do intermediário que decorre a relação de trabalho volante na agricultura brasileira, mas ao contrário, ao que tudo indica, é a própria presença desta última que possibilita o aparecimento da mediação entre trabalhadores e empresários rurais.

O quadro geral da distribuição dos volantes nos diferentes Estados da área em estudo, segundo as formas de contratação nos estabelecimentos mostra, de maneira clara, que a importância da interposição do empreiteiro varia nos distintos espaços considerados; e, como ocorria em relação à situação de domicílio, são, sobretudo em alguns Estados onde a agricultura comercial moderna tem grande expressão que o número total de intermediários adquire maior relevância. Tal fenômeno sugere, por sua vez, que a presença da intermediação, mesmo não sendo indispensável à concretização da relação de trabalho volante, parece revestir-se de significado, dependendo dos interesses dos grupos sociais nela envolvidos.

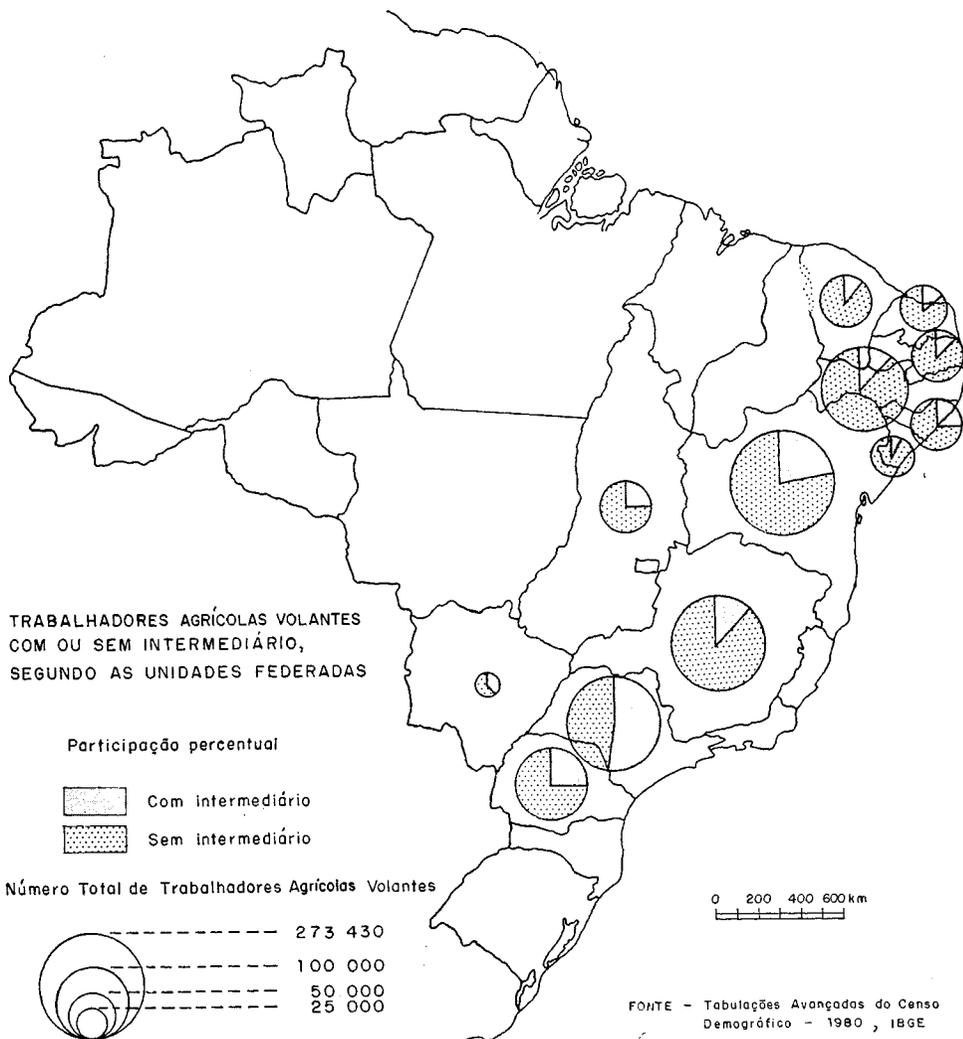
Do lado dos empresários, a possibilidade de recrutar mão-de-obra para a realização de certas tarefas ao longo do ciclo produtivo depende, na realidade, da existência de uma população excedente disposta a vender sua força de trabalho. Como o processo de modernização tem levado à expulsão dos trabalhadores diretos do local de trabalho e, paradoxalmente, são os mesmos necessários à realização de certas atividades agropecuárias no interior das empresas, a tarefa de arrematá-los, quando transferida aos intermediários, revela-se extremamente eficiente. O empresário pode, assim, contar com um contingente certo de mão-de-obra para os momentos de “picos”, sem depender, ele próprio, de seu tempo. Além disso, exime-se da responsabilidade do cumprimento das prescrições legais face aos trabalhadores, dadas certas lacunas na legislação, que permitem interpretações, por vezes, ambíguas, a propósito de alguns termos concernentes a esta questão.

Verifica-se, então, que em relação ao processo de acumulação, a presença do empreiteiro reveste-se de grande importância. Além de facilitar a redução dos custos de mão-de-obra, via burla das prescrições legais no que se refere aos encargos trabalhistas, atua, também, no próprio ritmo de produtividade do trabalho. Em outros termos, a me-

---

<sup>21</sup> Nesta perspectiva concordamos com os termos propostos na definição ora analisada: os volantes seriam ou não “... aliciados por turmeiro”.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO FORMAS DE CONTRATAÇÃO NOS ESTABELECEMENTOS



CARTOGRAMA 5

dição do empreiteiro entre volantes e empresário leva a que os primeiros dispendam mais esforços na execução das tarefas, seja como meio de garantir seu emprego, seja porque recebem pagamento, quase sempre, por tarefa executada. Nesse sentido, entende-se porque, em determinadas áreas onde o capital domina, de forma mais intensa, o sistema de produção agropecuário, o papel do intermediário tem expressão mais significativa que nas áreas de agricultura tradicional.

Em conclusão, a tentativa de caracterização da relação de trabalho volante como forma de relação social específica, não ganha sentido quando se tomam como pontos de análise elementos aparentes da realidade empírica dos indivíduos nela envolvidos. Como já foi explicitado,

o trabalhador volante, como categoria de mão-de-obra assalariada está sujeito, como o está, também, o proletariado em geral, à venda de sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência. Nesse processo, estabelecem-se distintas formas de exploração da força de trabalho, que permeiam tanto as formas de trabalho assalariadas de caráter permanente como temporário; o valor que o assalariado recebe em troca do seu trabalho não é por ele determinado e, por isso mesmo, se concretiza num mínimo necessário à sua reprodução. É neste ponto que a especificidade do trabalhador volante parece ganhar significado, quer dizer, o caráter vulnerável da forma pela qual se insere no processo produtivo faz com que o valor total de seu trabalho seja mais reduzido visto que, não sendo nem mesmo amparado pela legislação trabalhista em vigor, não pode também contar com a garantia de obter trabalho durante todo o ano.

Por isso mesmo, entre os diferentes conceitos que possam dar conta do caráter específico do trabalhador volante enquanto categoria de mão-de-obra que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que foi proposto pelo IBGE, para o levantamento censitário, parece oferecer maior abrangência. Ou seja, estes trabalhadores foram assim conceituados: a — trabalhador agrícola volante — com intermediário — pessoa sem trabalho fixo, que presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, contratada ou arrematada por um intermediário, de quem recebe pagamento; b — trabalhador agrícola volante — sem intermediário — pessoa sem trabalho fixo, que presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora que oferece seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo pagamento <sup>22</sup>.

#### **4.3 — Características sócio-demográficas dos trabalhadores volantes**

As condições precárias de incorporação dos trabalhadores volantes no trabalho agrário respondem, em última análise, às necessidades de manutenção dos padrões de acumulação na agricultura, dados os baixos custos da reprodução desta mão-de-obra. Tais condições refletem-se, evidentemente, nos níveis concretos de sua existência, definidos por situações de pauperismo. Antes de prosseguir à avaliação desta questão, é importante considerar alguns aspectos mais gerais, relativos à composição da população volante, objeto de análise, que irão possibilitar uma melhor compreensão do problema das condições concretas de reprodução de sua força de trabalho e, para isso, foram privilegiadas três variáveis: distribuição segundo sexo, faixa etária e níveis de instrução.

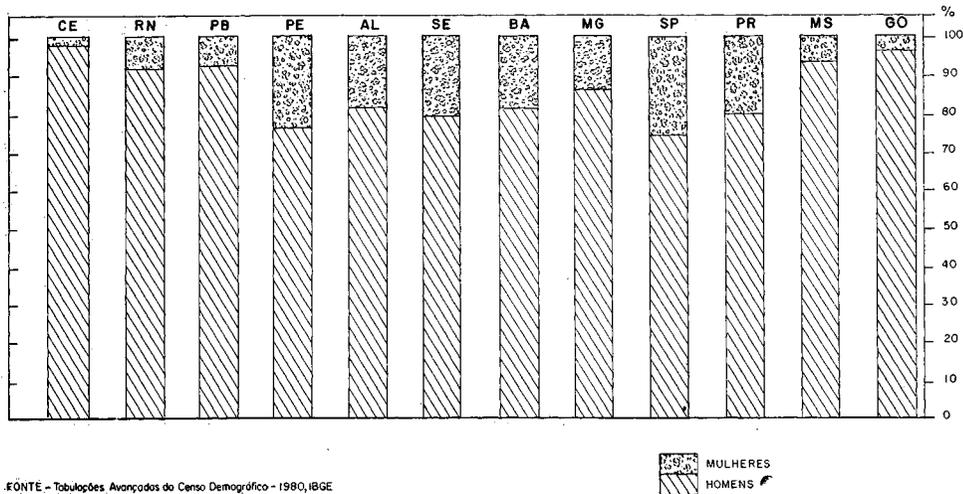
Analisando-se o gráfico 1, é fácil de se verificar que em relação à composição da mão-de-obra volante, segundo sexo, os homens constituem, de longe, a parcela mais significativa em todas as UFs e que, além disso, a participação do número de mulheres neste contingente é bastante irregular nos distintos espaços considerados. O fato

<sup>22</sup> *Manual do Recenseador — CD 1.09. IBGE.*

de que a maioria dos volantes seja, consistentemente, formada por homens, não aponta discrepância em relação à taxa de participação da força de trabalho masculina das outras categorias de pessoal ocupado na agricultura do País, uma vez que, segundo os censos agrícolas, a mão-de-obra feminina é sempre inferior à daqueles. É sabido, entretanto, que a participação da mulher no trabalho agrícola, ainda que em menor grau que a dos homens, revestiu-se sempre de grande importância, aparecendo, em geral, combinada com as tarefas domésticas.

Enquanto a família constitui uma unidade de produção, na qual todos os membros contribuem com seu trabalho, sob diversas formas, não há, para a mulher, a separação, no tempo e no espaço, de tarefas produtivas e domésticas. É, conforme já foi constatado em alguns estudos<sup>23</sup>, a participação feminina no trabalho agrícola, no Brasil, tem sempre maior expressão nas pequenas unidades de produção onde, geralmente, não se desenvolvem atividades baseadas em tecnologias avançadas; ali, é possível seu aproveitamento em certas atividades produtivas, sem acarretar prejuízo ao desempenho dos trabalhos domésticos. Entretanto, a expansão do capital no campo veio provocar mudanças significativas nesse contexto da divisão sexual do trabalho, ou seja, na medida em que a família das classes trabalhadoras perde sua função

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO SEXO (%)



FONTE - Tabelações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 1

de unidade produtiva e passa a se constituir uma unidade assalariada, a sua reprodução só será assegurada, não raro, quando seus membros conseguem vender sua força de trabalho. Desaparecendo a divisão espontânea do trabalho entre os membros da família — o que se dá desde o momento em que sua subsistência não pode mais ser assegurada com o trabalho na unidade de produção — a venda da força de tra-

<sup>23</sup> Madeira, R. Felícia & Singer, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970.

balho torna-se obrigatória e, neste momento, não há mais diferença de sexo e idade a impedir a busca de um emprego como assalariado. Nesse contexto, o trabalho produtivo da mulher ganha outro sentido, visto que sua incorporação nas atividades remuneradas vai depender das necessidades advindas dos salários insuficientes dos outros membros da família.

Sua participação no trabalho assalariado continua sendo, pois, subsidiária à dos homens, estes considerados os trabalhadores principais pois, trabalham para “manter” a família, enquanto a mulher ingressa no trabalho, como assalariada, para “ajudar”<sup>24</sup>.

A participação relativa das mulheres no trabalho assalariado volante na área, objeto de estudo, sugere, à luz destas questões teóricas, algumas considerações. Em primeiro lugar, os dados revelam que o número de trabalhadores volantes adquire maior expressão justamente em Estados da Federação onde o trabalho assalariado é significativo; quer dizer, onde a agricultura familiar tem perdido importância como, por exemplo, em São Paulo, no qual a categoria de pessoal ocupado: responsáveis e membros não remunerados da família acusou decréscimo (entre 1970 e 1975) nas classes de estabelecimentos de menos de 100 hectares; este mesmo fenômeno foi registrado no Estado do Paraná, mas onde a redução daquela categoria atingiu, de preferência, os estabelecimentos de menos de 10 hectares. Em segundo lugar, os Estados do Nordeste — Pernambuco, Sergipe, Bahia e Alagoas — e em Minas Gerais, embora não tivessem redução do trabalho familiar nos pequenos estabelecimentos, o trabalho volante exercido pelas mulheres é, também, expressivo. Ressalte-se que, neste caso, a expansão do emprego volante feminino poderia não estar, necessariamente, relacionado à retração do trabalho familiar, uma vez que o capital não tem conseguido a expropriação completa de grande parte dos trabalhadores diretos, não homogeneizando, portanto, o exército industrial de reserva. Entende-se, então, o porquê da pouca importância do trabalho feminino volante em Estados onde o trabalho familiar é também significativo — Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tanto nas áreas onde se ampliam modalidades de emprego familiar como aquelas onde ele se retrai, a possibilidade de utilização ou não de mão-de-obra feminina volante está diretamente relacionada ao processo geral de ampliação do capital, que vai gerando o contingente de força de trabalho segundo suas necessidades.

A prática de trabalho assalariado pelas mulheres que se incorporam no processo produtivo como trabalhadoras volantes parece estar, pois, correlacionada a fatores de várias ordens que, em última instância, são os mesmos que determinam o ingresso dos homens nesta condição de emprego. Ou seja, as modificações pelas quais vem passando a agricultura brasileira aceleram o processo de expropriação dos trabalhadores diretos e a conseqüente formação de população excedente; uma vez desvinculada dos meios de produção, esta mão-de-obra reserva vê-se premida a buscar formas alternativas de sobrevivência. Por isso mesmo, são as áreas voltadas, preferencialmente, às atividades agrícolas modernas, destinadas à produção de mercado, que criam condições de absorção dessa população excedente, na condição de volante; a maior presença desses trabalhadores — tanto de homens como de mulheres

---

<sup>24</sup> Stolcke, Verena. Mulheres e trabalho. In: *Trabalho e Dominação*.

— em determinados Estados da Federação está, correlacionada ao nível de integração da economia dos mesmos no sistema de produção capitalista.

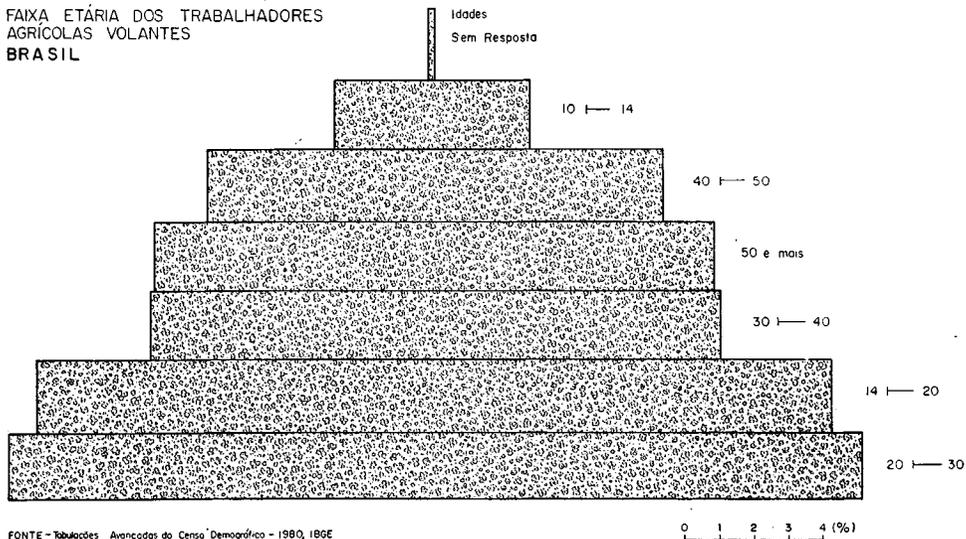
Como o emprego volante oferece mais vantagem ao capital, dado seu baixo custo, tudo leva a crer que, do lado do trabalhador nele inserido a garantia da reprodução de sua família passa a depender da contribuição do trabalho assalariado de todos os seus membros; conseqüentemente, as diferenças de sexo e idade não podem interferir neste processo, tal como ocorria na exploração familiar. Como o trabalho das mulheres interfere apenas como complemento da renda familiar, sua incorporação ao contingente de volantes pode estar, então, condicionada à maior ou menor demanda de empregos do contingente masculino. Verificou-se, por exemplo, que em certas áreas de expansão da fronteira agrícola — Mato Grosso e Goiás — que recebem fortes contingentes de migrantes, a participação das mulheres no trabalho volante não tem expressão, entendendo-se, neste caso, que a absorção dos homens no trabalho agrário se dá de preferência à daquelas. É de se supor, também, que a pressão exercida pelas mulheres, ao engrossar as fileiras da população que demanda tal forma de emprego, pode contribuir para o rebaixamento dos salários e que, dado o caráter subsidiário do seu trabalho, elas se dispõem, com freqüência, a engajar-se nas atividades produtivas, como volantes, a preços ainda mais baixos que os homens; nesses termos, o trabalho feminino oferece mais vantagens ao capital.

Outra característica que reflete a necessidade de ingresso de todos os membros da unidade assalariada volante no mercado de trabalho é a referente à estrutura etária da população, objeto de análise. A leitura da pirâmide das idades (Gráfico 2) indica uma freqüência, não negligenciável, de volantes nas faixas etárias relativamente baixas, isto é, a maior parte deles encontra-se nos grupos mais jovens, de até 30 anos, perfazendo um total de 57,7% em relação ao conjunto de trabalhadores volantes. Mesmo levando em consideração o fato de a população do País ser caracterizada por uma forte presença de contingentes jovens, o que rebate, conseqüentemente, sobre a composição etária dos grupos que trabalham, a predominância de trabalhadores volantes com menos de 30 anos evoca algumas questões relevantes.

A primeira delas diz respeito à própria estrutura do mercado de trabalho, que não tem oferecido formas de emprego estáveis, suficientes para absorver a população que ingressa nas faixas de idade produtiva. A falta de opção em termos de oportunidades de ganhar a vida vai, então, empurrando os elementos jovens para as atividades produtivas, mas sem as mínimas garantias de estabilidade, e mesmo de obtenção de trabalho durante todo o ano. As conseqüências sociais desencadeadas a partir deste fenômeno tendem a agravar-se, tendo em vista não apenas a estreiteza da oferta de empregos estáveis na agricultura, mas também, no setor urbano. A migração do campo para as cidades, como busca de outras alternativas de sobrevivência, nada mais significa, no caso, que transferir o problema do subemprego de um setor para o outro ou, em outros termos, o mercado de trabalho tende a se homogeneizar ao ponto de unificar o exército industrial de reserva urbano e rural.

Outra questão derivada da composição etária da população volante concerne à participação precoce das crianças no mercado de tra-

FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES  
AGRICOLAS VOLANTES  
BRASIL



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 2

balho. Considerando apenas os percentuais de menores, na faixa de idade de 10 a menos de 14 anos, verifica-se que, mesmo sendo menos expressiva sua participação, se comparada aos outros grupos de idade jovem — aqueles de 14 a menos de 20 anos e de 20 a menos de 30 anos — eles não são destituídos de significado. O fato do menor ser incorporado ao trabalho assalariado volante deriva, tal como acontece com as mulheres, da necessidade de complementar os salários insuficientes da família; nesta circunstância, seu trabalho é, também, subsidiário ao dos homens adultos e, como tal, oferece vantagens ao capital. Além de burlar a legislação trabalhista em vigor<sup>25</sup>, a utilização dessa mão-de-obra pelos empresários tem custo mais baixo que a dos adultos, embora o empregador dela obtenha o mesmo resultado que teria empregando apenas trabalhadores em idade madura.

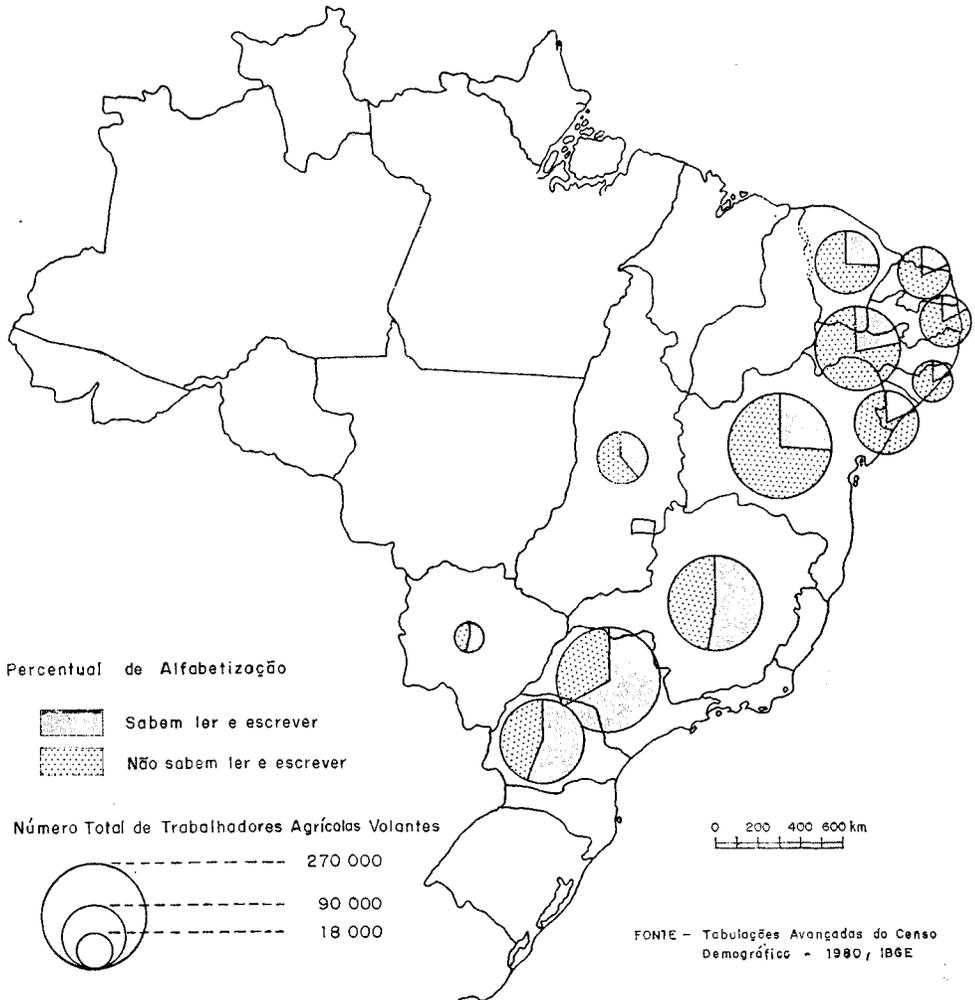
Submetidas às mesmas condições extenuantes de trabalho dos adultos, as crianças, liberadas prematuramente para executar uma atividade assalariada como volantes, além do desgaste físico sofrido são, também, excluídas do processo de escolarização, o que vai emperrar sua formação destinada a prepará-la para enfrentar, no futuro, um mercado de trabalho que demanda mão-de-obra qualificada.

Os baixos níveis de alfabetização constituem outra característica dos trabalhadores volantes, independente das faixas de idade. Como pode ser observado (Cartograma 6) a grande maioria deles é constituída de analfabetos, exceto nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Os percentuais de analfabetismo nos demais Estados chegam a atingir mais de 70% dos volantes, sobretudo na Região Nordeste.

<sup>25</sup> O Estatuto da Terra — cap. IV — Da Proteção do Trabalho do Menor — consubstanciada na lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973 estipula a jornada de trabalho para o menor, bem como o limite de idade, sendo cláusula importante a garantia de freqüência à escola, serviços de natureza leve, não nocivos à saúde mental e ao desenvolvimento.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES

## ALFABETIZAÇÃO



CARTOGRAMA 6

A forte concentração de analfabetos no contingente de volantes explica-se, em parte, pelo caráter das atividades por eles desempenhadas, que não exigem mão-de-obra qualificada. Fica, então, evidente que, também, neste aspecto é vantajoso o uso desta força de trabalho, posto que as empresas usufruem de uma mão-de-obra para cuja formação não fizeram qualquer investimento. Além disso, o fato de empregar trabalhadores analfabetos pode significar, para o empregador, maiores possibilidades de manipulação dos mesmos, tendo em conta as limitações às quais estão sujeitos os que não sabem ler e escrever.

De qualquer forma, a condição de analfabeto vem reforçar os mecanismos de exclusão aos quais estão sujeitos os volantes; embora participando ativamente do processo produtivo, o que fica comprovado pelo fato de que mesmo as mulheres e menores são interpelados a

vender sua força de trabalho, esses trabalhadores estão sujeitos a várias sortes de exploração. A rigor, esta situação pode ser melhor percebida através da análise da renda por eles auferida, que reflete, de forma decisiva, sobre as condições concretas de sua existência.

#### 4.4 — Condições de reprodução da força de trabalho

Diversos estudos têm mostrado que os padrões de salários na agricultura brasileira são muito baixos, situando-se, geralmente, em níveis inferiores ao salário mínimo. A esse respeito, dados disponíveis<sup>26</sup> permitem verificar, ainda que, além das diferenças existentes entre os salários dos setores urbano e rural, sempre favoráveis ao primeiro, há também discrepâncias salariais no próprio setor agrícola. A observação dos dados referentes aos salários auferidos pelos trabalhadores volantes oferece um quadro geral que não foge ao constatado para a agricultura como um todo. Quer dizer, os salários desta categoria são extremamente baixos, e variam segundo as diversas áreas onde a relação de emprego volante tem sido praticada com maior ou menor intensidade.

Dados para o Brasil, levantados pelo IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostram que, em 1976, cerca de 70% dos trabalhadores agrícolas recebiam menos que um salário mínimo. Situação ainda mais grave foi apontada pelo Censo Demográfico de 1980 no que se refere aos trabalhadores volantes da área em estudo, visto que a proporção desta população com rendimentos inferiores ao salário mínimo atinge 82,1%. Ao discriminar as diferentes faixas salariais onde se distribuem estes trabalhadores, verifica-se, por exemplo, que 33,3% dos volantes encontram-se entre os que recebem até meio salário mínimo, 62,2% entre os que auferem até menos de três quartos do salário mínimo e somente 16,6% atingem as faixas de um a menos de dois salários mínimos. Note-se que estes percentuais referem-se aos rendimentos na ocupação principal — no caso, provenientes do trabalho assalariado como volantes — mas, ao considerar a renda obtida em todas as ocupações, assim como a renda total<sup>27</sup> não se registram quase diferenças, não alterando, portanto, o quadro anterior. Ou seja, esta população depende, estritamente, dos ganhos originários da venda da sua força de trabalho na condição de volantes, sendo que a renda obtida em outras ocupações interfere apenas em caráter eventual. A

<sup>26</sup> Por exemplo: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) — IBGE.

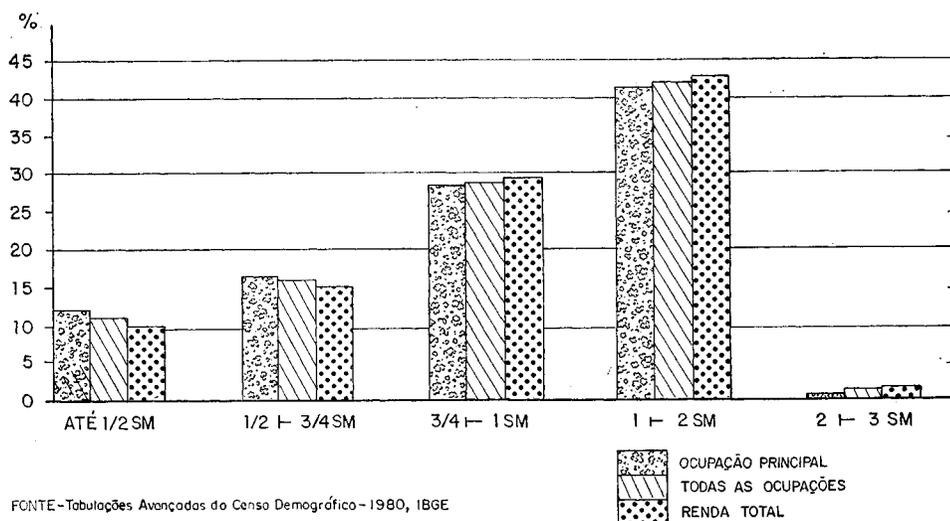
<sup>27</sup> Os conceitos estabelecidos para o Censo Demográfico — IBGE — são, assim, explicitados: renda total é a soma dos rendimentos obtidos na ocupação principal mais aqueles auferidos pelo recebimento de produtos ou mercadorias da ocupação principal, de outras ocupações e mais os provenientes de aposentadoria; rendimentos de todas as ocupações é a soma dos rendimentos em dinheiro, provenientes da ocupação principal, mais aqueles auferidos pelo recebimento de produtos ou mercadorias, da ocupação principal, e rendimentos de outras ocupações exercidas habitualmente (exclusive os rendimentos em dinheiro, produtos ou mercadorias auferidos na ocupação principal).

incorporação de rendimentos em espécie — no caso da renda total — quase não altera a distribuição dos referidos trabalhadores pelas faixas de rendimentos, o que vem confirmar a importância desempenhada pelos salários para a categoria.

Verifica-se, ainda, que entre os Estados, ora analisados, as diferenças entre os níveis de rendimentos são bem acentuadas, não somente comparando a Região Nordeste e o centro-sul, como também são observadas discrepâncias intrarregionais. Assim, confrontando-se os dados de rendimento para os Estados do Nordeste e São Paulo (Gráficos 3 a 6) averiguam-se fortes contrastes, com situação mais favorável para os trabalhadores volantes paulistas, cuja curva de sua distribuição nas faixas salariais é ascendente, atingindo o ponto mais alto justamente no grupo que recebe de um a menos de dois salários mínimos. Situação contrária pode ser percebida na grande maioria dos Estados nordestinos, cuja curva segue sentido inverso, isto é, ela atinge o nível mais

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTOS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

### SÃO PAULO



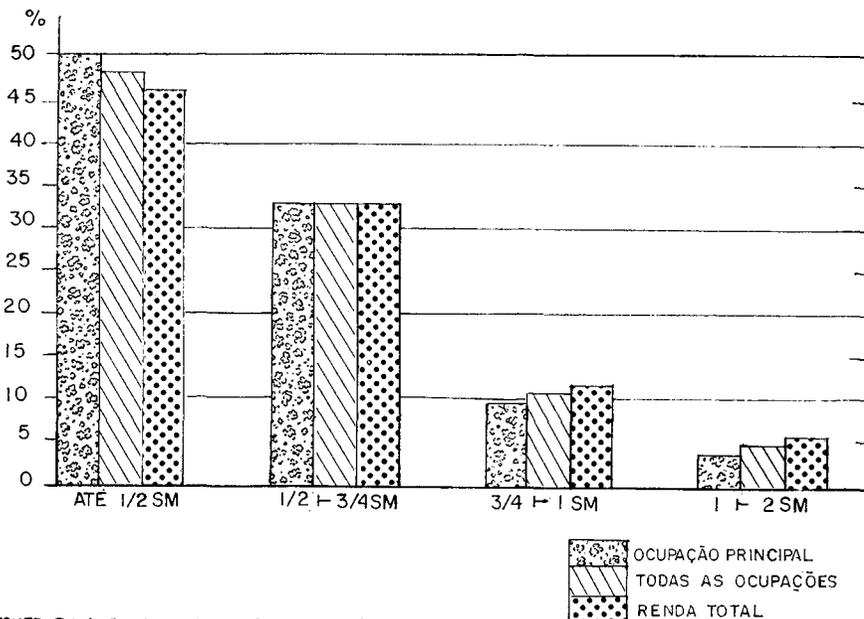
FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 3

alto para a classe de salários de até meio salário mínimo. Em termos percentuais, enquanto em São Paulo a faixa mais alta — de um a menos de dois salários mínimos — tem frequência de 42%, no Nordeste, a maior frequência — de até meio salário — atinge 50% do Nordeste 1 (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e 52,8% no Nordeste 2 (Pernambuco, Alagoas e Sergipe), enquanto a Bahia, diferentemente dos outros Estados da Região, tem a classe de salário de maior frequência deslocada para a faixa de meio a menos de três quartos de salário mínimo, equivalente a 40%. Note-se que a divisão dos Estados

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

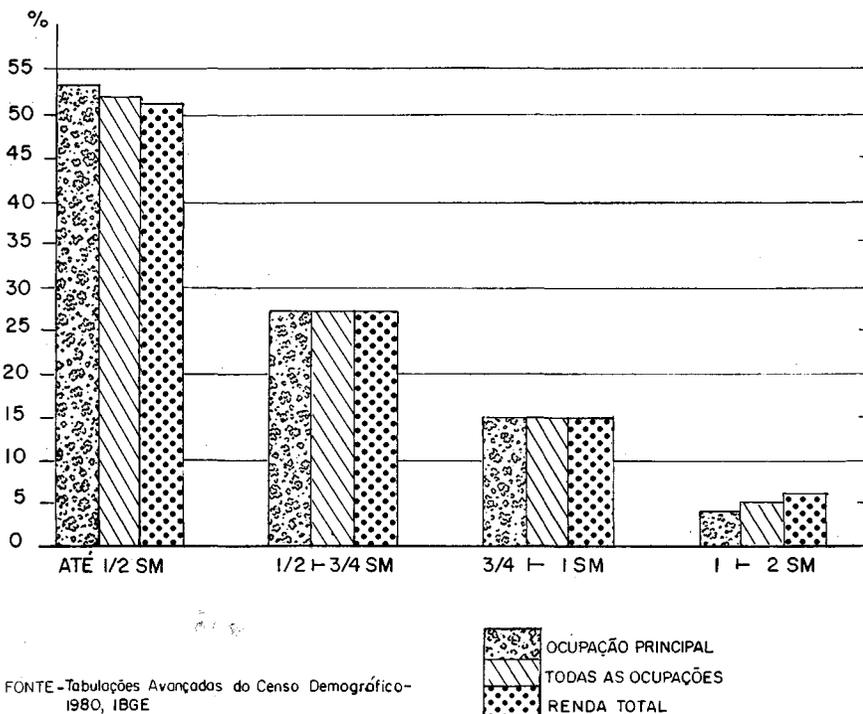
NORDESTE 1 (CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA)



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 4

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL  
NORDESTE 2 (PERNAMBUCO, ALAGOAS E SERGIPE)



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 5

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

NORDESTE 3. (BAHIA)

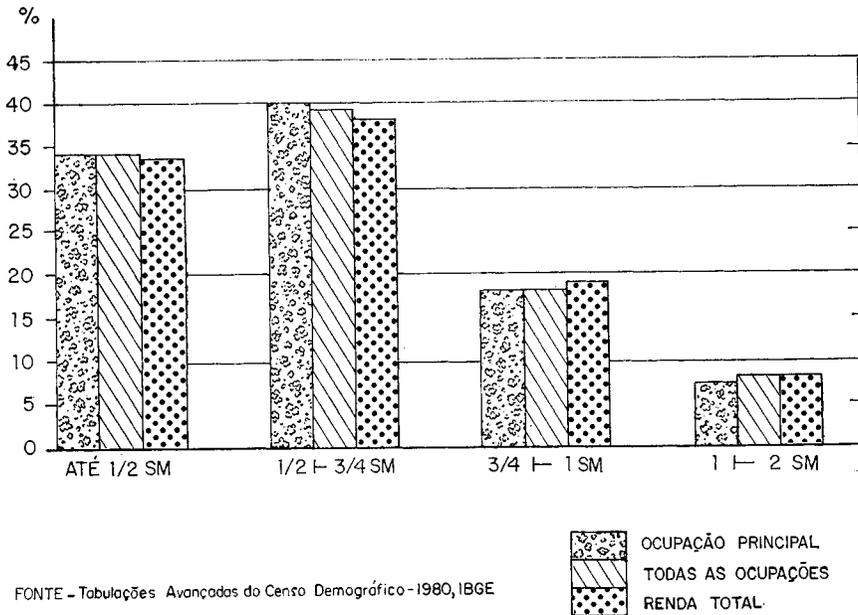


GRÁFICO 6

do Nordeste em três grupos foi utilizada como recurso que pudesse, eventualmente, apontar discrepâncias intrarregionais; as diferenças mais significativas são observadas, no entanto, apenas entre o Estado da Bahia e os demais, sendo que, entre estes últimos, somente tem certa expressão as diferenças de freqüências nas faixas salariais seguintes, isto é, no Nordeste 1, os percentuais de trabalhadores que recebem de meio a menos de três quartos de salário são um pouco mais altos que no Nordeste 2; mas, neste último, ganham maior expressão que no primeiro as faixas salariais situadas entre três quartos a menos de um salário.

Enquanto no Nordeste, em geral, exceto o Estado da Bahia — as freqüências mais altas, por faixas de renda, situam-se na classe de até meio salário mínimo, em Mins Gerais há um relativo equilíbrio entre as três primeiras faixas (Gráfico 7). O Estado do Paraná apresenta um quadro semelhante ao da Bahia, visto que a freqüência mais alta de salários se encontra na classe de meio a menos de três quartos de salário mínimo, mas, para o primeiro, são mais expressivas as freqüências relativas às classes de renda situadas entre três quartos a menos de dois salários mínimos (Gráfico 8). Embora no Estado de São Paulo os níveis de rendimento sejam mais altos que os verificados para Goiás e Mato Grosso do Sul, verifica-se, contudo, certa tendência à equiparação de freqüências de classes salariais entre aquela UF e os Estados do Centro-Oeste (Gráfico 9).

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

MINAS GERAIS

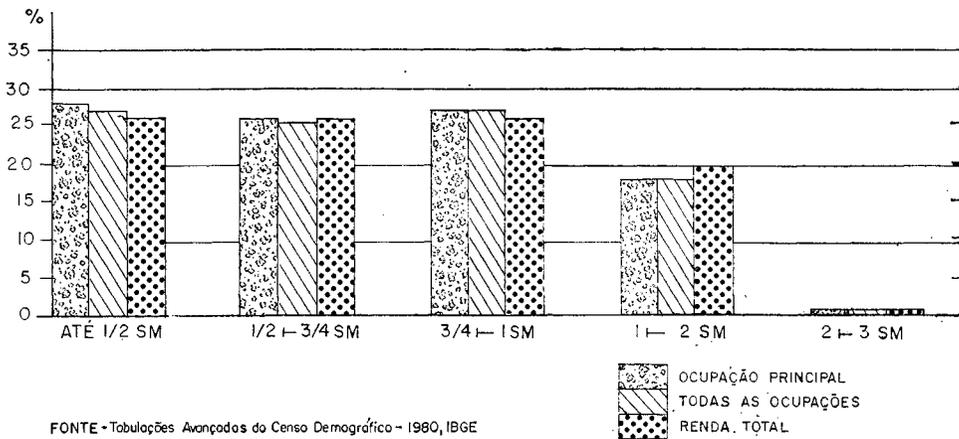


GRÁFICO 7

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

PARANÁ

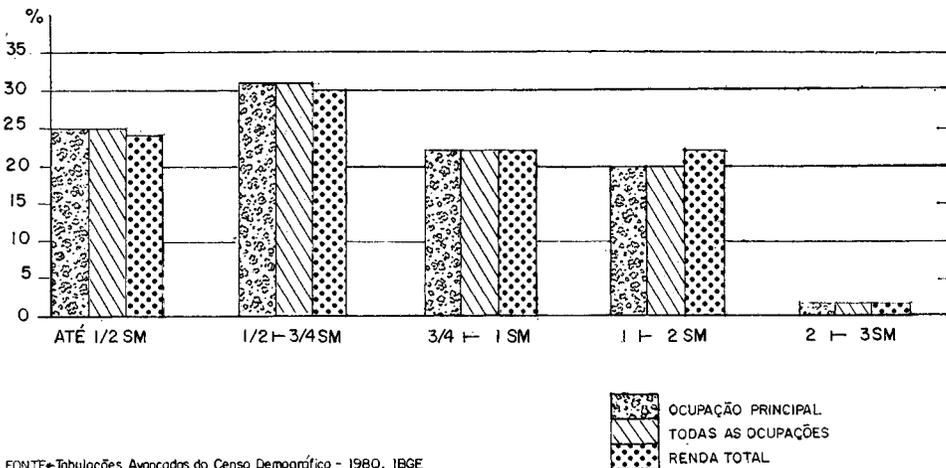
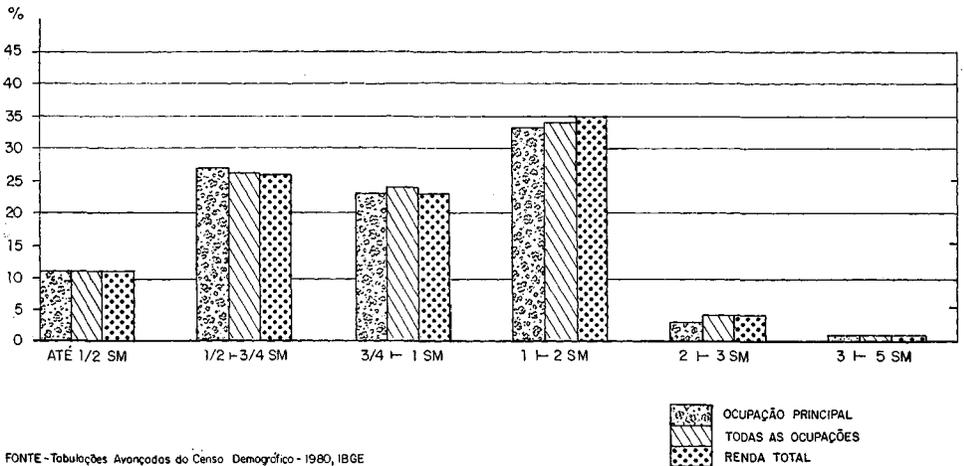


GRÁFICO 8

Analisando-se os dados relativos à renda total e em todas as ocupações, verifica-se que em nenhum Estado ocorre modificação significativa em termos de acréscimo de rendimentos para os trabalhadores; apenas para as frequências de rendimentos situados entre um a menos de dois salários há ligeiros acréscimos nas faixas da renda total e em todas

TRABALHADORES, AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

GOIÁS E MATO GROSSO DO SUL



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 9

as ocupações, especialmente nas áreas de agricultura mais moderna (São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Estados do Centro-Oeste), mas, pouco expressivos. Do que foi exposto até aqui, conclui-se que os níveis de rendimentos da população volante são muito reduzidos, sobretudo quando se considera que os mesmos estão situados abaixo do mínimo vital. Assim, situações de extremo pauperismo são detectadas sobretudo no Nordeste como um todo, onde os percentuais de trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo giram entre 92 a 94%; mesmo nos casos de situação mais favorável, como em São Paulo, a proporção dos volantes com renda abaixo do salário mínimo atinge em torno de 56%; situações intermediárias são registradas para os Estados do Paraná, Minas Gerais e os do Centro-Oeste, cujos percentuais de população com rendimentos abaixo do salário mínimo são também altos — acima de 77% para o Paraná e Minas Gerais e em torno de 61% para o Centro-Oeste.

Para a explicação das diferenças salariais verificadas entre os Estados podem-se utilizar argumentos como os referentes aos tipos de exploração, de produtividade e mesmo às distintas condições de custo de vida entre Regiões e Estados<sup>28</sup>. Em que pesem tais fatores causais parece, contudo, que há necessidade de se levar em conta, também, o tempo dispendido pelos trabalhadores no exercício das atividades produtivas para a consecução dos salários. A esse respeito, considerando-se o número de horas semanais trabalhadas pelos volantes, na ocupação principal, foram registradas variações regionais importantes, que poderão esclarecer em parte, os diferenciais de salários (Tabela 24).

<sup>28</sup> Queda, Oriovaldo et alii. Contribuição ao estudo do trabalho volante no Estado de São Paulo.

TABELA 24

**TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, POR HORAS SEMANAIS  
TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO AS  
UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADORES AGRICOLAS VOLANTES	HORAS SEMANAIS TRABALHADAS									
		Menos de 30 horas		30 a 39 horas		40 a 48 horas		49 horas e mais		Sem declaração	
		Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 452 201</b>	<b>38 507</b>	<b>2,65</b>	<b>163 147</b>	<b>11,23</b>	<b>855 579</b>	<b>58,92</b>	<b>386 517</b>	<b>26,62</b>	<b>8 451</b>	<b>0,58</b>
Ceará.....	87 405	2 932	3,35	12 140	13,89	64 933	74,29	6 964	7,97	436	0,50
Rio Grande do Norte.....	53 471	939	1,76	3 939	7,37	38 712	72,40	9 326	17,44	555	1,04
Paraíba.....	66 975	2 333	3,48	8 380	12,51	43 608	65,11	12 248	18,29	406	0,61
Pernambuco.....	163 799	7 673	4,68	27 083	16,53	107 343	65,53	21 334	13,02	366	0,22
Alagoas.....	42 518	2 392	5,63	9 303	21,88	26 189	61,80	4 281	10,07	353	0,83
Sergipe.....	90 942	3 300	3,63	12 809	14,08	55 528	61,06	17 980	19,78	1 315	1,45
Bahia.....	273 430	8 267	3,00	40 572	14,84	201 715	73,77	19 789	7,24	3 147	1,15
Minas Gerais.....	188 872	1 347	0,71	14 110	7,47	125 561	71,77	37 163	19,68	691	0,37
São Paulo.....	244 257	2 718	1,11	11 813	4,84	93 669	38,36	135 754	55,58	273	0,11
Paraná.....	152 757	3 848	2,52	15 123	9,90	55 061	36,04	77 947	51,03	778	0,51
Mato Grosso do Sul.....	18 017	129	0,72	1 679	9,32	3 337	18,52	12 872	71,44	—	—
Goiás.....	69 758	2 689	3,85	6 196	8,88	29 893	42,85	30 849	44,22	131	0,19

FONTE — Tabulações Avançadas do Censo Demográfico — 1960, IBGE.

Em primeiro lugar, verifica-se que o número de horas semanais trabalhadas pelos volantes tem expressão a partir da classe de 40 horas, isto é, cerca de 85% dos trabalhadores, considerando-se, em conjunto, os que dispõem de 40 a 48 horas e de 49 horas ou mais. Esses percentuais variam, quando são considerados os Estados, isoladamente, assim, por exemplo, tomando-se os casos extremos, registra-se para São Paulo, um total de 93 (o mais alto) e de 71,6% para Alagoas (o mais baixo). O fato mais relevante, derivado das variações ocorridas no número de horas semanais trabalhadas diz respeito à maior frequência, em Estados de agricultura mais moderna, de volantes que trabalham 49 horas ou mais por semana, tal como ocorre em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Goiás, cujos percentuais perfazem, respectivamente, 71,4, 55,5, 51 e 44,2%; nos demais Estados a concentração dá-se na faixa de 40 a 48 horas.

Constata-se, então, que, a despeito do dispêndio de tempo na realização de atividades produtivas não ocorre, para a população, em geral, a contrapartida de um salário que corresponda à duração da sua jornada de trabalho, uma vez que a grande maioria dela ganha menos que um salário mínimo. Por outro lado, considerando-se os Estados onde os níveis salariais são, comparativamente, mais altos, verifica-se que é, também, nessas áreas que incidem as maiores proporções de volantes trabalhando 49 horas ou mais por semana. Assim, a possibilidade de atingir níveis de rendimentos que correspondam às necessidades mínimas vitais depende, diretamente, da prática e um sobre-esforço físico, alongando o período de duração da jornada de trabalho. Esta questão parece, ao que tudo indica, estar vinculada à própria forma de engajamento dos volantes no trabalho produtivo. Ou seja, a forma comumente praticada nas empresas é a contratação de trabalhadores para a realização de tarefas ou empreitadas, e, em consequência, os salários que lhes são pagos não se referem às horas trabalhadas, mas à produção concretizada em cada dia.

Se o valor do salário correspondente ao trabalho por tarefa não é determinado pelo tempo, mas pela capacidade de rendimento diário do trabalhador, isto constitui-se num apelo constante à intensificação da jornada de trabalho com vistas à obtenção de uma renda maior. Do lado das empresas, os salários pagos por tarefas resultam em quantidades maiores de produtos materializados pelos volantes em uma jornada de trabalho; para estes últimos, tal forma de remuneração representa a necessidade de prolongar, até seu limite físico possível, o tempo diário de atividade produtiva, para que possam reproduzir-se enquanto há forças de trabalho.

Dependendo exclusivamente da venda da força de trabalho, os volantes se vêem, pois, na contingência de mobilizar maior quantidade de energia física, com vistas à maior produção e, além disso, muitas vezes, têm que fazer apelo à mão-de-obra de outros elementos da família, mesmo dos menores e da mulher. Em última análise, a situação dos volantes, tal qual revelada neste estudo através dos dados censitários, deriva-se do próprio caráter da relação de emprego que o define como tal. A ausência de qualquer garantia, visto que o empresário utiliza o trabalho volante sem comprometer-se com a reposição de sua força de trabalho ao nível dos padrões legais, resulta num total desamparo do trabalhador. Além disso, a falta de emprego constante, leva a que a efetivação da sua relação de emprego se renove cada dia, pois ele não está submetido a um patrão em particular, o que pode agravar a condição de instabilidade à qual está submetido.

A precariedade do vínculo empregatício resultando, concretamente, em situação de desamparo do trabalhador volante, pode ser exemplificada pelos níveis de sua participação nos benefícios da Previdência Social (Tabela 25). Verifica-se que a quase totalidade desta população — 94,3% — não realizando qualquer forma de contribuição à Previdência Social, encontra-se sem garantias, não somente no que se refere à assistência médico-hospitalar como também, em termos de aposentadoria por velhice ou invalidez. Note-se que o problema tem dimensão generalizada em toda a área, objeto de estudo, não constituindo exceção nem mesmo os Estados de economia mais avançada.

Em conclusão, a proposta inicial deste estudo, visando à busca de elementos caracterizadores da mão-de-obra volante, através da análise dos dados censitários, mostrou aspectos relevantes do tema abordado. Em primeiro lugar, as considerações gerais a respeito das condições sob as quais se desenvolvem as forças produtivas no setor rural permitiram averiguar estreitas vinculações entre avanço da agricultura moderna e mudança nas relações sociais de produção, sendo que a relação de trabalho volante aparece como produto social típico da expansão do capital no campo. Em segundo, a investigação a respeito de elementos que pudessem definir os trabalhadores volantes como categoria específica no conjunto da classe trabalhadora do campo forneceu um quadro geral de referência significativo para estudos posteriores sobre a questão. Assim, os dados analisados apontaram a falta de consistência de uma caracterização dos volantes que parte de aspectos externos à relação de trabalho na qual estão inseridos como, por exemplo, os aspectos concernentes à situação de domicílio e à intermediação do turmeiro. Como parte da classe assalariada, os trabalhadores agrícolas volantes só se distinguem dos demais trabalhadores expropriados na escala de exploração que os atinge enquanto mão-de-obra temporária, visto que a informalidade da sua relação de emprego

TABELA 25

**TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR CONTRIBUIÇÃO A  
PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR VOLANTE TOTAL	CONTRIBUI PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
		Sim	%	Não	%	Sem decla- ração	%
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 452 201</b>	<b>55 111</b>	<b>3,79</b>	<b>1 369 505</b>	<b>94,31</b>	<b>27 585</b>	<b>1,90</b>
Ceará.....	87 405	2 573	2,94	82 177	94,02	2 655	3,04
Rio Grande do Norte.....	53 471	2 386	4,47	49 736	93,01	1 349	2,52
Paraíba.....	66 975	3 976	5,94	60 925	90,97	2 074	3,10
Pernambuco.....	163 799	1 991	1,22	158 644	96,85	3 164	1,93
Alagoas.....	42 518	807	1,90	41 006	96,44	705	1,66
Sergipe.....	90 942	3 544	3,90	85 464	93,97	1 934	2,13
Bahia.....	273 430	10 298	3,76	251 107	91,84	12 025	4,40
Minas Gerais.....	188 872	3 859	2,04	183 080	96,94	1 933	1,02
São Paulo.....	244 257	10 122	4,15	233 862	95,74	273	0,11
Paraná.....	152 757	10 958	7,18	140 939	92,26	860	0,56
Mato Grosso do Sul.....	18 017	908	5,04	17 025	94,49	84	0,47
Goiás.....	69 758	3 689	5,29	65 540	93,95	529	0,76

FONTE — Tabulações Avançadas do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

possibilita ao capital usufruir-se de uma força de trabalho de custo muito baixo. Ao que tudo indica, certas características sócio-demográficas verificadas para o conjunto da população trabalhadora volante, tais como situação de domicílio, analfabetismo e composição da força de trabalho, segundo idade e sexo, refletem, em última análise, sua condição de população excedente e, portanto, em busca de alternativas de sobrevivência, dado o nível de pauperismo revelado pelos padrões salariais auferidos.

## 5 — ANEXO

Pretende-se através destas notas esclarecer, brevemente, aos leitores, como as variáveis utilizadas neste estudo foram selecionadas e de onde se originaram.

Os únicos dados disponíveis para a execução do trabalho constam das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980<sup>29</sup>. Faz-se necessário esclarecer que as variáveis dessas tabulações visaram a estimar uma submostra da amostra selecionada para o Censo Demográfico abrangendo, apenas, 0,75% dos domicílios e das pessoas recenseadas na amostra, que, por sua vez, corresponde a 25% da população. Como essas estimativas foram obtidas por amostragem, é bom alertar aos leitores que elas estão sujeitas a um erro amostral, inerente a qualquer amostra.

<sup>29</sup> IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980, IBGE.

Os erros amostrais das Tabulações Avançadas foram avaliados através do cálculo dos coeficientes de variação amostral. Uma aproximação deste coeficiente foi fornecido pela expressão  $C\hat{V} = \frac{b}{\sqrt{x}}$ , onde, b é o parâmetro da função  $y = bx^{-1/2}$  e, x o valor da estimativa. Como o relato integral da metodologia empregada na obtenção dos resultados das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 tornaria essas notas por demais extensas, sugere-se aos leitores interessados que consultem esta publicação.

Assim sendo, utilizou-se para a seleção das UF's a serem enfocadas, as variáveis "número total de trabalhadores agrícolas volantes" e "pessoal ocupado". Estas variáveis, por demais importantes para o estudo, apresentaram bons coeficientes de variação (até 0,05) para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

TABELA 5.1

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO									PESSOAL OCUPADO
	Totais			Com intermediário			Sem intermediário			
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	
Ceará.....	0,04	0,09	0,04	0,11	0,26	0,12	0,04	0,10	0,04	0,01
Rio Grande do Norte.....	0,03	0,07	0,04	0,07	0,19	0,08	0,04	0,08	0,04	0,01
Paraíba.....	0,03	0,07	0,04	0,09	0,27	0,10	0,04	0,07	0,04	0,01
Alagoas.....	0,02	0,07	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,09	0,03	0,01
Sergipe.....	0,03	0,07	0,03	0,13	0,22	0,15	0,03	0,08	0,03	0,01
Bahia.....	0,03	0,09	0,03	0,06	0,22	0,06	0,03	0,10	0,03	0,01
Minas Gerais.....	0,04	0,06	0,05	0,10	0,11	0,28	0,04	0,08	0,05	0,01
São Paulo.....	0,04	0,04	0,10	0,06	0,06	0,28	0,06	0,07	0,11	0,02
Paraná.....	0,04	0,06	0,05	0,07	0,08	0,14	0,04	0,09	0,05	0,01
Mato Grosso do Sul.....	0,05	0,10	0,06	0,08	0,21	0,09	0,07	0,12	0,07	0,02
Goiás.....	0,04	0,06	0,05	0,07	0,13	0,09	0,04	0,07	0,06	0,01

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

**NOTA** —  $C\hat{V}$  não está multiplicado por 100.

TABELA 5.2

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR SEXO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CÓ- DI- GO (1)	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE — SEXO			
		Homem	Mulher	Sem resposta	Total
Ceará.....	1	0,11	0,28	—	0,11
	2	0,04	0,28	—	0,04
	3	0,04	0,20	—	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,08	0,40	—	0,07
	2	0,04	0,12	—	0,04
	3	0,03	0,11	—	0,03
Paraíba.....	1	0,10	0,53	—	0,09
	2	0,04	0,14	—	0,04
	3	0,04	0,14	—	0,03
Pernambuco.....	1	0,08	0,08	—	0,08
	2	0,03	0,06	—	0,03
	3	0,03	0,03	—	0,03
Alagoas.....	1	0,17	0,38	—	0,15
	2	0,04	0,09	—	0,04
	3	0,04	0,08	—	0,04
Sergipe.....	1	0,04	0,08	—	0,04
	2	0,03	0,05	—	0,02
	3	0,02	0,04	—	0,02
Bahia.....	1	0,06	0,15	—	0,06
	2	0,03	0,07	—	0,03
	3	0,03	0,06	—	0,03
Minas Gerais.....	1	0,12	0,21	—	0,10
	2	0,04	0,12	—	0,04
	3	0,04	0,10	—	0,04
São Paulo.....	1	0,06	0,10	—	0,06
	2	0,06	0,13	—	0,06
	3	0,05	0,08	—	0,04
Paraná.....	1	0,08	0,17	—	0,07
	2	0,05	0,10	—	0,04
	3	0,04	0,08	—	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,08	0,28	—	0,08
	2	0,06	0,32	—	0,06
	3	0,05	0,21	—	0,05
Goiás.....	1	0,08	0,39	—	0,07
	2	0,04	0,28	—	0,04
	3	0,04	0,23	—	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.3

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR FAIXAS DE IDADE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	FAIXA DE IDADE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES (anos)											Sem res-posta	Total
		Menos de 7	7  — 10	10  — 14	14  — 20	20  — 30	30  — 40	40  — 50	50  — 60	60  — 70	70 e mais			
Ceará.....	1	—	—	0,28	0,27	0,20	0,26	0,30	0,37	0,46	1,02	—	0,11	
	2	—	—	0,19	0,09	0,08	0,09	0,10	0,12	0,16	0,29	0,95	0,04	
	3	—	—	0,16	0,08	0,07	0,09	0,10	0,11	0,16	0,28	0,95	0,04	
Rio Grande do Norte.	1	—	—	0,44	0,17	0,15	0,15	0,20	0,21	0,40	—	—	0,07	
	2	—	—	0,16	0,08	0,08	0,09	0,10	0,11	0,13	0,38	0,64	0,04	
	3	—	—	0,15	0,08	0,07	0,08	0,09	0,10	0,12	0,38	0,64	0,03	
Paraíba.....	1	—	—	0,30	0,19	0,19	0,29	0,29	0,29	0,49	1,04	1,04	0,09	
	2	—	—	0,14	0,08	0,07	0,09	0,11	0,12	0,15	0,31	0,72	0,04	
	3	—	—	0,13	0,07	0,07	0,09	0,10	0,11	0,15	0,30	0,59	0,03	
Pernambuco.....	1	—	—	0,26	0,14	0,18	0,20	0,18	0,41	0,31	0,50	—	0,08	
	2	—	—	0,12	0,06	0,07	0,07	0,09	0,09	0,11	0,27	0,74	0,03	
	3	—	—	0,11	0,06	0,06	0,07	0,08	0,09	0,10	0,24	0,74	0,03	
Alagoas.....	1	—	—	0,46	0,28	0,37	0,40	0,50	0,39	0,85	—	—	0,15	
	2	—	—	0,14	0,08	0,07	0,09	0,11	0,12	0,17	0,33	0,77	0,04	
	3	—	—	0,13	0,08	0,07	0,08	0,11	0,12	0,16	0,33	0,77	0,04	
Sergipe.....	1	—	—	0,11	0,08	0,08	0,09	0,11	0,14	0,19	0,55	0,54	0,04	
	2	—	—	0,09	0,05	0,04	0,06	0,07	0,09	0,11	0,49	0,84	0,02	
	3	—	—	0,07	0,04	0,04	0,05	0,06	0,07	0,09	0,36	0,46	0,02	
Bahia.....	1	—	—	0,26	0,14	0,11	0,13	0,15	0,20	0,25	0,51	0,70	0,06	
	2	—	—	0,12	0,07	0,06	0,07	0,09	0,11	0,13	0,52	0,86	0,03	
	3	—	—	0,11	0,06	0,05	0,06	0,10	0,10	0,12	0,36	0,54	0,03	
Minas Gerais.....	1	—	—	0,82	0,19	0,24	0,21	0,40	0,31	0,41	—	—	0,10	
	2	—	—	0,23	0,08	0,08	0,10	0,11	0,12	0,19	0,41	—	0,04	
	3	—	—	0,22	0,08	0,07	0,09	0,10	0,11	0,17	0,41	—	0,04	
São Paulo.....	1	—	—	0,24	0,11	0,11	0,15	0,15	0,17	0,26	0,48	—	0,06	
	2	—	—	0,29	0,12	0,12	0,15	0,15	0,17	0,22	0,57	—	0,06	
	3	—	—	0,19	0,08	0,08	0,11	0,11	0,12	0,17	0,37	—	0,04	
Paraná.....	1	—	—	0,26	0,14	0,18	0,16	0,21	0,23	0,30	0,97	—	0,07	
	2	—	—	0,15	0,08	0,09	0,12	0,11	0,15	0,19	0,32	0,62	0,04	
	3	—	—	0,13	0,07	0,08	0,10	0,10	0,12	0,16	0,30	0,62	0,04	
Mato Grosso do Sul.	1	—	—	0,37	0,16	0,16	0,22	0,24	0,27	0,26	0,58	—	0,08	
	2	—	—	0,28	0,15	0,13	0,15	0,16	0,18	0,24	0,74	—	0,06	
	3	—	—	0,22	0,11	0,10	0,12	0,13	0,15	0,18	0,46	—	0,05	
Goiás.....	1	—	—	0,34	0,15	0,15	0,19	0,21	0,25	0,40	0,57	—	0,07	
	2	—	—	0,20	0,08	0,07	0,09	0,10	0,14	0,18	0,40	—	0,04	
	3	—	—	0,20	0,08	0,07	0,09	0,10	0,14	0,18	0,40	—	0,04	

FORTE — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.4

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR ALFABETIZAÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES  
DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	SABE LER E ESCREVER				Total
		Sim	Esqueceu	Não sabe	Sem declaração	
Ceará.....	1	0,17	0,50	0,14	—	0,11
	2	0,08	0,20	0,50	—	0,04
	3	0,07	0,19	0,04	—	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	—	0,09	—	0,07
	2	0,08	0,46	0,04	—	0,04
	3	0,07	0,46	0,04	—	0,03
Paraíba.....	1	0,23	0,93	0,10	—	0,09
	2	0,08	0,32	0,04	—	0,04
	3	0,08	0,31	0,04	—	0,03
Pernambuco.....	1	0,15	—	0,08	—	0,08
	2	0,06	0,77	0,03	0,96	0,03
	3	0,06	0,77	0,03	0,96	0,03
Alagoas.....	1	0,27	—	0,18	—	0,15
	2	0,09	0,57	0,04	0,72	0,04
	3	0,09	0,57	0,04	0,72	0,04
Sergipe.....	1	0,10	0,45	0,04	0,86	0,04
	2	0,06	0,28	0,03	—	0,02
	3	0,05	0,24	0,02	0,86	0,02
Bahia.....	1	0,10	1,03	0,07	0,70	0,06
	2	0,06	0,62	0,04	0,67	1,03
	3	0,05	0,53	0,03	0,49	0,03
Minas Gerais.....	1	0,14	—	0,15	—	0,10
	2	0,06	0,62	0,06	—	0,04
	3	0,05	0,62	0,05	—	0,04
São Paulo.....	1	0,07	1,12	0,11	—	0,06
	2	0,07	0,48	0,10	—	0,06
	3	0,05	0,44	0,07	—	0,04
Paraná.....	1	0,09	0,71	0,11	—	0,07
	2	0,06	0,76	0,07	—	0,04
	3	0,05	0,52	0,06	—	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,12	—	0,11	—	0,08
	2	0,08	1,06	0,10	—	0,06
	3	0,07	1,06	0,70	—	0,05
Coiás.....	1	0,12	1,06	0,09	—	0,07
	2	0,07	0,67	0,06	—	0,04
	3	0,06	0,57	0,05	—	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.5

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR PARTICIPAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
		Federal	Estadual	Municipal	Não contribui	Sem declaração	Total
Ceará.....	1	1,06	—	—	0,11	0,52	0,11
	2	0,26	0,95	0,42	0,04	0,23	0,04
	3	0,26	0,95	0,42	0,04	0,21	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,27	—	—	0,08	0,42	0,07
	2	0,20	—	—	0,04	0,24	0,04
	3	0,16	—	—	0,03	0,21	0,03
Paraíba.....	1	0,35	1,04	0,66	0,10	0,40	0,09
	2	0,18	0,61	0,50	0,04	0,22	0,04
	3	0,11	0,53	0,40	0,04	0,20	0,03
Pernambuco.....	1	0,61	0,75	—	0,08	0,34	0,08
	2	0,30	—	—	0,03	0,25	0,30
	3	0,27	0,75	—	0,03	0,20	0,03
Alagoas.....	1	0,61	—	0,89	0,16	0,70	0,15
	2	0,33	1,20	1,28	0,04	0,31	0,04
	3	0,29	1,20	0,73	0,04	0,28	0,04
Sergipe.....	1	0,30	0,55	0,22	0,04	0,30	0,04
	2	0,12	0,80	0,18	0,02	0,16	0,02
	3	0,16	0,45	0,14	0,02	0,14	0,02
Bahia.....	1	0,19	—	0,99	0,06	0,27	0,06
	2	0,23	—	0,49	0,03	0,15	0,03
	3	0,15	—	0,44	0,03	0,13	0,03
Minas Gerais.....	1	1,20	—	—	0,10	0,81	0,10
	2	0,27	—	—	0,04	0,41	0,04
	3	0,26	—	—	0,04	0,37	0,04
São Paulo.....	1	0,25	—	—	0,06	1,21	0,06
	2	0,32	—	—	0,06	—	0,06
	3	0,20	—	—	0,04	1,12	0,04
Paraná.....	1	0,24	1,08	1,03	0,08	0,81	0,07
	2	0,18	1,05	—	0,04	0,62	0,04
	3	0,14	0,75	1,03	0,04	0,49	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,52	—	—	0,08	—	0,08
	2	0,25	—	1,06	0,07	0,72	0,06
	3	0,23	—	1,06	0,05	0,72	0,05
Goiás.....	1	0,26	0,96	—	0,08	1,03	0,07
	2	0,24	0,70	0,74	0,05	0,48	0,04
	3	0,18	0,57	0,74	0,04	0,44	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.6

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR HORAS SEMANAIS TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E EM TODAS AS OCUPAÇÕES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	HORAS TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E EM TODAS AS OCUPAÇÕES													
		15 horas		de 15 a 29 horas		de 30 a 39 horas		de 40 a 48 horas		de 49 horas e mais		Sem declaração		Total	
		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ceará.....	1	—	—	0,95	0,95	0,24	0,24	0,13	0,13	0,40	0,36	0,89	0,68	0,11	0,11
	2	—	—	0,20	0,22	0,11	0,12	0,05	0,05	0,14	0,11	0,83	0,46	0,04	0,04
	3	—	—	0,20	0,22	0,10	0,11	0,04	0,04	0,13	0,11	0,52	0,38	0,04	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	—	—	—	—	0,33	0,38	0,08	0,08	0,19	0,19	0,43	0,43	0,07	0,07
	2	0,94	0,94	0,26	0,26	0,13	0,13	0,04	0,04	0,09	0,09	0,51	0,53	0,04	0,04
	3	0,94	0,94	0,26	0,26	0,13	0,13	0,04	0,04	0,08	0,33	0,33	0,33	0,03	0,03
Paraíba.....	1	—	—	0,36	0,36	0,25	0,25	0,12	0,12	0,25	0,25	1,06	1,06	0,09	0,09
	2	0,61	0,72	0,23	0,23	0,11	0,11	0,05	0,05	0,08	0,08	0,49	0,49	0,04	0,04
	3	0,61	0,72	0,19	0,19	0,19	0,10	0,10	0,04	0,04	0,08	0,08	0,44	0,03	0,03
Pernambuco.....	1	0,99	0,99	0,41	0,44	0,17	0,17	0,10	0,10	0,20	0,20	—	—	0,08	0,08
	2	0,53	0,53	0,14	0,14	0,08	0,08	0,40	0,08	0,08	0,08	0,59	0,59	0,03	0,03
	3	0,47	0,47	0,14	0,14	0,07	0,07	0,03	0,03	0,08	0,08	0,59	0,59	0,03	0,03
Alagoas.....	1	0,98	0,98	0,51	0,51	0,29	0,29	0,22	0,22	0,46	0,46	1,76	1,26	0,15	0,15
	2	1,06	1,06	1,06	1,06	0,08	0,08	0,05	0,05	0,12	0,11	0,42	0,42	0,04	0,04
	3	0,72	0,72	0,16	0,06	0,08	0,08	0,05	0,05	0,11	0,11	0,40	0,40	0,04	0,04
Sergipe.....	1	0,48	0,46	0,46	0,46	0,14	0,14	0,05	0,05	0,06	0,06	0,29	0,29	0,04	0,04
	2	0,26	0,26	0,13	0,13	0,06	0,06	0,03	0,03	0,07	0,07	0,21	0,21	0,02	0,02
	3	0,22	0,22	0,12	0,12	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	0,05	0,17	0,17	0,02	0,02
Bahia.....	1	1,08	1,08	0,44	0,49	0,16	0,16	0,07	0,07	0,14	0,23	0,40	0,36	0,06	0,06
	2	0,53	0,89	0,18	0,18	0,08	0,08	0,04	0,04	0,11	0,11	0,33	0,31	0,03	0,03
	3	0,47	0,69	0,17	0,17	0,07	0,07	0,03	0,03	0,10	0,10	0,26	0,24	0,03	0,03
Minas Gerais.....	1	—	—	—	—	0,37	0,37	0,12	0,12	0,23	0,23	0,62	0,62	0,10	0,10
	2	—	—	0,44	0,44	0,15	0,15	0,05	0,05	0,09	0,09	—	—	0,04	0,04
	3	—	—	0,44	0,44	0,14	0,14	0,04	0,04	0,08	0,08	0,62	0,62	0,04	0,04
São Paulo.....	1	—	—	0,70	0,70	0,29	0,29	0,09	0,09	0,07	0,07	1,21	1,21	0,06	0,06
	2	—	—	0,45	0,45	0,24	0,24	0,09	0,09	0,08	0,08	—	—	0,06	0,06
	3	—	—	0,38	0,38	0,18	0,18	0,07	0,07	0,05	0,05	1,21	1,21	0,04	0,04
Paraná.....	1	—	—	0,53	0,53	0,25	0,25	0,11	0,11	0,10	0,10	1,05	1,05	0,07	0,07
	2	—	—	0,26	0,26	0,13	0,13	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,04
	3	—	—	0,23	0,23	0,12	0,12	0,06	0,06	0,05	0,05	0,52	0,52	0,03	0,03
Mato Grosso do Sul.....	1	—	—	1,03	1,03	0,17	0,17	0,17	0,17	0,11	0,11	—	—	0,08	0,08
	2	0,99	0,99	1,03	1,03	0,59	0,59	0,16	0,16	0,07	0,07	—	—	0,06	0,06
	3	0,99	0,99	0,72	0,72	0,16	0,16	0,12	0,12	0,06	0,06	—	—	0,05	0,05
Goiás.....	1	—	—	0,77	0,77	0,23	0,23	0,10	0,10	0,13	0,13	—	—	0,07	0,07
	2	0,25	0,25	0,34	0,34	0,15	0,15	0,07	0,07	0,06	0,06	0,88	0,88	0,04	0,04
	3	0,25	0,25	0,31	0,31	0,13	0,13	0,06	0,06	0,06	0,06	0,88	0,88	0,04	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário  
2 — Sem intermediário  
3 — Total

TABELA 5.7

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR CLASSES DE RENDIMENTOS NA OCUPAÇÃO  
PRINCIPAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRA- BALHA- DOR AGRI- COLA VO- LANTE (1)	CLASSES DE RENDIMENTOS BRUTOS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (Salário mínimo)									Total
		Até 1/2 salário mínimo	De 1/2 a menos de 3/4 salário mínimo	De 3/4 a menos de 1 salário mínimo	De 1 a menos de 2 salários mínimos	De 2 a menos de 3 salários mínimos	De 3 a menos de 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendi- mentos	Sem decla- ração	
Ceará.....	1	0,15	0,16	0,59	0,71	0,90	—	—	—	0,89	0,11
	2	0,06	0,06	0,15	0,24	0,90	—	—	—	0,37	0,04
	3	0,05	0,05	0,14	0,23	0,64	—	—	—	0,34	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	0,12	0,18	0,27	—	—	—	—	0,29	0,07
	2	0,05	0,07	0,11	0,15	0,69	—	0,96	0,29	0,29	0,04
	3	0,05	0,06	0,09	0,13	0,69	—	0,96	—	0,20	0,05
Paraíba.....	1	0,12	0,18	0,20	0,58	—	—	—	—	1,04	0,09
	2	0,05	0,09	0,10	0,18	0,72	—	—	—	0,17	0,04
	3	0,04	0,08	0,10	0,17	0,72	—	—	—	0,17	0,03
Pernambuco.....	1	0,12	0,14	0,16	0,33	—	1,05	—	—	—	0,08
	2	0,04	0,06	0,08	0,16	0,46	—	1,09	—	—	0,63
	3	0,04	0,05	0,07	0,14	0,46	1,05	1,05	—	—	0,63
Alagoas.....	1	0,24	0,28	0,35	0,69	0,98	—	—	—	1,23	0,15
	2	0,06	0,06	0,10	0,21	0,65	0,89	—	—	—	0,54
	3	0,06	0,06	0,10	0,21	0,54	0,89	—	—	—	0,49
Sergipe.....	1	0,05	0,08	0,09	0,15	0,40	0,55	0,78	—	—	0,04
	2	0,03	0,05	0,06	0,10	0,80	—	—	—	—	0,60
	3	0,03	0,04	0,05	0,08	0,36	0,55	0,78	—	—	0,60
Bahia.....	1	0,10	0,09	0,14	0,22	0,95	—	—	—	0,97	0,06
	2	0,05	0,05	0,07	0,12	0,92	—	—	—	0,41	0,03
	3	0,05	0,04	0,06	0,10	0,66	—	—	—	0,38	0,03
Minas Gerais.....	1	0,24	0,17	0,22	0,23	—	0,81	—	—	—	0,10
	2	0,07	0,08	0,08	0,10	0,39	0,78	—	—	—	0,62
	3	0,07	0,07	0,07	0,09	0,39	0,56	—	—	—	0,62
São Paulo.....	1	0,19	0,14	0,11	0,08	0,34	1,21	—	—	—	0,06
	2	0,15	0,14	0,11	0,09	—	0,76	—	—	—	0,99
	3	0,12	0,10	0,08	0,06	0,34	0,64	—	—	—	0,99
Paraná.....	1	0,15	0,14	0,14	0,15	0,77	—	—	—	0,69	0,07
	2	0,08	0,08	0,09	0,10	0,32	—	—	—	—	1,14
	3	0,07	0,07	0,08	0,08	0,30	—	—	—	—	0,59
Mato Grosso do Sul.....	1	0,21	0,13	0,18	0,18	0,45	0,58	—	—	—	0,57
	2	0,22	0,16	0,10	0,11	0,37	0,39	—	—	—	0,99
	3	0,15	0,10	0,09	0,09	0,29	0,32	—	—	—	0,50
Goiás.....	1	0,17	0,13	0,15	0,17	0,47	—	0,98	—	—	0,71
	2	0,15	0,09	0,10	0,07	0,23	0,52	1,05	—	—	0,78
	3	0,11	0,07	0,08	0,06	0,21	0,52	0,72	—	—	0,53

**FORTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.8

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR CLASSES DE RENDIMENTOS EM TODAS AS  
CLASSES DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRA- BALHA- DOR AGRI- COLA VO- LANTE (1)	CLASSES DE RENDIMENTOS BRUTOS EM TODAS AS OCUPAÇÕES (Salário mínimo)									Total
		Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a menos de 3/4 salário mínimo	Mais de 3/4 a menos de 1 salário mínimo	Mais de 1 a menos de 2 salários mínimos	Mais de 2 a menos de 3 salários mínimos	Mais de 3 a menos de 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendi- mentos	Sem decla- ração	
Ceará.....	1	0,16	0,16	0,49	0,55	0,90	—	—	—	0,89	0,11
	2	0,06	0,06	0,14	0,23	0,90	—	—	—	0,37	0,04
	3	0,04	0,05	0,14	0,21	0,64	—	—	—	0,34	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	0,12	0,18	0,27	—	—	—	—	0,29	0,07
	2	0,05	0,07	0,10	0,14	0,69	—	0,96	—	0,29	0,04
	3	0,05	0,06	0,09	0,13	0,69	—	0,96	—	0,20	0,03
Paraíba.....	1	0,12	0,18	0,31	0,49	—	—	—	—	1,04	0,09
	2	0,05	0,08	0,10	0,17	0,59	—	—	—	0,17	0,04
	3	0,05	0,08	0,09	0,16	0,59	—	—	—	0,17	0,03
Pernambuco.....	1	0,12	0,14	0,16	0,30	—	1,05	—	—	—	0,08
	2	0,04	0,06	0,08	0,14	0,46	—	1,09	—	0,63	0,03
	3	0,04	0,05	0,07	0,13	0,46	1,05	1,09	—	0,63	0,03
Alagoas.....	1	0,24	0,27	0,35	0,69	0,98	—	—	—	1,26	0,15
	2	0,06	0,06	0,10	0,20	0,44	0,89	—	—	0,54	0,04
	3	0,06	0,06	0,10	0,19	0,40	0,89	—	—	0,49	0,04
Sergipe.....	1	0,05	0,08	0,09	0,15	0,36	0,55	0,56	—	—	0,04
	2	0,03	0,05	0,06	0,10	0,80	—	—	—	0,60	0,02
	3	0,03	0,04	0,05	0,08	0,33	0,55	0,56	—	0,60	0,02
Bahia.....	1	0,10	0,09	0,13	0,21	0,70	—	—	—	0,97	0,06
	2	0,05	0,05	0,07	0,11	0,92	0,99	—	—	0,41	0,03
	3	0,05	0,04	0,06	0,10	0,56	0,99	—	—	0,38	0,03
Minas Gerais.....	1	0,24	0,17	0,22	0,23	—	0,81	—	—	—	0,10
	2	0,08	0,08	0,08	0,10	0,37	0,60	—	—	0,62	0,40
	3	0,07	0,07	0,07	0,09	0,37	0,48	—	—	0,62	0,40
São Paulo.....	1	0,19	0,15	0,11	0,08	0,34	1,21	—	—	—	0,06
	2	0,16	0,14	0,11	0,09	0,87	0,76	—	—	0,99	0,06
	3	0,12	0,10	0,08	0,06	0,32	0,64	—	—	0,99	0,04
Paraná.....	1	0,15	0,14	0,14	0,15	0,77	—	—	—	0,69	0,07
	2	0,08	0,08	0,09	0,10	0,32	—	—	—	1,14	0,04
	3	0,07	0,07	0,08	0,08	0,30	—	—	—	0,59	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,22	0,13	0,18	0,18	0,41	0,58	—	—	0,57	0,08
	2	0,22	0,17	0,10	0,11	0,37	0,36	—	—	0,99	0,06
	3	0,16	0,10	0,09	0,09	0,28	0,31	—	—	0,50	0,05
Goiás.....	1	0,18	0,13	0,15	0,16	0,43	—	0,98	—	0,71	0,07
	2	0,15	0,09	0,10	0,07	0,22	0,52	1,05	—	0,08	0,04
	3	0,11	0,07	0,08	0,06	0,19	0,52	0,72	—	0,53	0,04

FONTE — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

- (1) 1 — Com intermediário  
2 — Sem intermediário  
3 — Total

## 6 — BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Maria Inez et alii. — *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*. Curitiba IPARDES, : 225, 1978.
- BRANT, Vinicius Caldeira. — *Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. (Estudos CEBRAP, 19), São Paulo, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. — *Amazônia, Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- 3.º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS. — Brasília, 1979.
- FERNANDES, Florestan. — Anotações sobre capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: *Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, Editora Nacional, : 131-50, 1973.
- FERRANTE, Vera Lucia Botta. — Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo. (*Perspectivas*, 3), Araraquara, 1980.
- . Ideologia dominante e legislação trabalhista: um estudo das reações operárias. (*Perspectiva*, 1), Araraquara, 1976.
- . *Movimentos sociais no campo*. Araraquara, 1979, (mimeo).
- GONZALES, Elbio N. — O desenvolvimento agrícola e trabalho volante no Brasil. Rio de Janeiro, EIAP, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1977, trabalho apresentado no Seminário de Desenvolvimento Agrícola.
- & BASTOS, M. I. — Migração rural e trabalho volante na agricultura brasileira. (*Série Sociológica*, 5), Brasília, Universidade de Brasília, 1974.
- . O trabalho volante na agricultura brasileira. In: SINGER, Paul. — *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. — *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, : 308, 1979.
- IANNI, Octávio. — *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- . O Estado e o trabalhador rural. In: *CONTEXTO*, São Paulo, 4, Hucitec, 1977.
- . *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, : 47-8, 1979.
- KAGEYAMA, Angela A. — O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. *Reforma Agrária*, Campinas, 12(5):12, set./out. 1982.
- MADEIRA, R. Felícia & SINGER, Paul. — Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. (*Caderno CEBRAP*, 13), São Paulo, 1975.
- MANUAL DO RECENTEADOR — CD 1.09. — Rio de Janeiro, IBGE, 1980. ..
- MELLO, D'Incao Maria da Conceição. — *Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- MESQUITA, Olindina Vianna & BRITO, Maristella de Azevedo. — Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(1):33, jan./mar. 1982.
- MICHELOTE, Antonio Ricardo. — *Trabalho volante e reprodução capitalista — estudo sobre os bóias-frias de Tupaciguara, Minas Gerais*. Piracicaba, ESALQ, 1980, Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP.
- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDESTE DE GOIÁS. — Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- MONBEIG, Pierre. — As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. *Boletim Geográfico — IBGE*, Rio de Janeiro, 2(116):455-65, set./out. 1956.
- MOREIRA, Roberto M. — Espaço agrário e classes sociais rurais. *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 74(2):35-48, 1980.
- & CASTRO, Paulo R. — A agricultura de exportação. In: CARNEIRO, Dionísio Dias, coord. *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro, Editora Campus, : 177, 1977.

- NEVES, Mozart Borba. Uma experiência com o bóia-fria. In: *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. — Rio de Janeiro, *Conjuntura Econômica*, v. 28, n. 6, junho 1974.
- QUEDA, Orivaldo et alii. — *Contribuição ao Estudo do Trabalho Volante no Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ, : 130, 1977.
- REFORMA AGRÁRIA. — Associação brasileira de reforma agrária. Campinas, v. 6, n. 11-12, nov./dez. 1976.
- REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA. — Trabalhos apresentados. Botucatu, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Departamento de Economia Rural, 1975-1980.
- RUSSOMANO, Victor. — *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro, José Koufino Editora, 1980.
- SABÓIA, Lucia Helena. — *O mundo dos volantes*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, 1974.
- SAFFIOTI, Heleleth Iara Bongiovani. — *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SAINT, Williams. — Mão-de-obra volante na agricultura brasileira: uma revisão da bibliografia. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1980.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. — Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Trabalho Volante na Agricultura Paulista*, São Paulo, 1978.
- SIGAUD, Lígia. — *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- SILVA, José Gomes da & SILVA, Vera Lucia G. da. — O bóia-fria: contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. *Reforma Agrária*, Campinas, 5(9-10), :2-44, set./out. 1975.
- SILVA, José Graziano da. — A porteira está fechando? In: *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . *A Agricultura Brasileira — Agenda para o Amanhã*. Seminário realizado em Brasília, s. n. t., 15 a 18 de janeiro de 1979.
- . *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, (*Coleção Economia e Planejamento*), Hucitec, 1981.
- et alii. — *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, : 40-1, 1980.
- STOLCKE, Verena. — Mulheres e trabalho. In: *Trabalho e Dominação*, Petrópolis, Vozes, : 106 em diante, (Estudos CEBRAP), 1982.

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma primeira interpretação dos dados censitários demográficos de 1980 sobre os trabalhadores agrícolas volantes, pela primeira vez investigados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seu objetivo central é a busca de uma compreensão mais ampla do significado da utilização dessa mão-de-obra nas atividades produtivas do setor rural, assim como a descrição de alguns aspectos sócio-econômicos a ela concernentes. Para atingir esses objetivos retomam-se, inicialmente, algumas características que vêm definindo, ao longo do tempo, a evolução da agricultura brasileira, dadas as estreitas vinculações entre modernização das atividades agropecuárias e mudança nas relações sociais de produção; o trabalhador volante aparece neste contexto, como o resultado concreto de contradições implícitas no processo de expansão do capital no campo. As características sócio-econômicas verificadas para esse conjunto da população: situação de domicílio, analfabetismo, composição segundo idade e sexo e níveis de rendimentos refletem sua condição de grupo marginal, que se insere no processo de trabalho na condição de mão-de-obra-volante como alternativa de sobrevivência. O estudo revela, ainda, diferenças regionais quanto a elementos externos caracterizadores da população objeto de análise, e vem mostrar, também, que a tentativa de defini-la enquanto categoria específica da força de trabalho só tem sentido se se considera a maneira como se concretiza a sua relação de emprego, isto é, sem nenhum vínculo formal e, portanto, de caráter vulnerável. Esta condição vai facilitar ao capital usufruir-se de uma força de trabalho de custo ainda mais baixo do que no caso da utilização da mão-de-obra permanente.

---

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 30 de outubro de 1984.

# REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA: A PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS E O MERCADO DA CAPITAL FEDERAL\*

Maria Elisabeth de Paiva Correa de Sá\*\*  
Marília de Saldanha da Gama Lanzelotte Chmatalik\*\*  
Tereza Coni Aguiar\*\*

## SUMÁRIO

### *Apresentação*

- 1 — *A produção de bens alimentares básicos e hortícolas da Região Geoeconômica de Brasília e o mercado consumidor da Capital Federal*
- 2 — *Metodologia*
- 3 — *A Região Geoeconômica de Brasília*
- 4 — *Pequena produção de bens alimentares básicos e hortícolas — um segmento produtivo marginalizado*
- 5 — *Conclusão*
- 6 — *Anexos*
- 7 — *Bibliografia*

## APRESENTAÇÃO

Tendo sido criada, através do Programa Especial do Governo do Distrito Federal, com o objetivo básico de dinamizar a região de influência dessa Unidade Federativa, a Região Geoeconômica de Brasília se configura como aquela que possui importantes áreas agrícolas, como as

---

\* A elaboração deste trabalho contou ainda com a participação de Angélica Alves Magnago (coordenadora na etapa inicial do trabalho), Iaci Leandro Ferreira e Luiz Sérgio Pires Guimarães.

\*\* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

de Anápolis, Goiânia e Ceres e, também, por apresentar grandes espaços que englobam áreas de cerrados e de mata, potencialmente aproveitáveis para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Não obstante a presença de uma produção agrícola significativa e da relativa proximidade das áreas produtoras ao mercado da Capital Federal, esta, ainda, apresenta problemas quanto o seu abastecimento em gêneros alimentícios, notadamente no que se refere aos produtos hortícolas. O conhecimento desse fato motivou a elaboração do presente estudo, com o objetivo específico de verificar os motivos pelos quais a pequena produção de bens alimentares básicos e hortícolas não tem apresentado um desenvolvimento capaz de contribuir, de uma forma mais efetiva, para atenuar os problemas de abastecimento da Capital Federal.

Desta forma, a pesquisa que se desenvolveu no período 1979/1982, voltou-se para o conhecimento da organização da atividade agrária na Região, bem como dos fatores impeditivos para a expansão da produção agrícola, limitando-se, entretanto, aos pequenos e médios produtores (estabelecimentos com área inferior a 200 hectares), em virtude de serem esses os principais responsáveis pela produção de bens alimentares básicos e hortícolas.

## **1 — A PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA E O MERCADO CONSUMIDOR DA CAPITAL FEDERAL**

A transferência da Capital Federal para o Planalto Central teve como um dos objetivos a criação de um pólo difusor de desenvolvimento capaz de dinamizar a sua região mais próxima. Entretanto, esta interiorização não foi acompanhada de um planejamento regional que permitisse o crescimento econômico dessa Região. Apesar do grande surto de crescimento populacional, que se verificou em Brasília, este não correspondeu a igual expansão da atividade agropecuária regional, que permaneceu incapaz de atender às necessidades locais de consumo.

Desta forma, embora existam, hoje, na Região Geoeconômica de Brasília, áreas agrícolas expressivas, voltadas para a produção de bens alimentares básicos<sup>1</sup> e de hortícolas, estas não são suficientes para um eficiente atendimento do mercado consumidor de Brasília<sup>2</sup>, que ainda é bastante dependente de outras regiões produtoras do País.

Assim é que a existência de áreas agrícolas já organizadas, especialmente em São Paulo e Minas Gerais, permitiu o suprimento da Capital Federal em produtos alimentares básicos e, especialmente hortícolas, desde a época da criação de Brasília, perdurando esta situação até os dias de hoje. Verificou-se, então, a formação de canais de comercialização em direção à Capital Federal, assegurando a essas áreas o

<sup>1</sup> Foram considerados bens alimentares básicos, na presente pesquisa, o feijão, o arroz, o milho e a mandioca por serem os mais importantes produtos da dieta alimentar da população de classe de renda mais baixa.

<sup>2</sup> Considera-se como mercado consumidor de Brasília aquele abrangido pelo *Plano Piloto e Cidades Satélites*.

papel de importantes fornecedoras do mercado consumidor de Brasília. Em conseqüência, os pequenos produtores agrícolas da Região Geoeconômica encontraram, desde essa época, grandes dificuldades para colocar seus produtos nesse mercado.

Ademais, o fato de a produção de alimentos destinados ao mercado interno estar apresentando, nos últimos anos, um ritmo de crescimento, consideravelmente menor do que o verificado para as culturas de exportação, vem agravar, bastante, esta situação. De fato, a política de estímulo às exportações de bens agrícolas beneficiados a partir da segunda metade da década de 60, através da criação de linhas especiais de crédito a juros subsidiados, concessão de isenções tributárias e de créditos-prêmios às exportações pode ter trazido, como conseqüência, entre outras medidas, um processo de marginalização da produção de alimentos para o mercado interno, provocando crises de abastecimento. Inúmeros fatores contribuíram para acentuar a diferença de rentabilidade entre esses dois segmentos da agricultura, em favor dos bens agrícolas de exportação. Cabe, aqui, ressaltar que esta diferença trouxe conseqüências bastante visíveis, principalmente, no que tange à utilização da terra, havendo uma apropriação das áreas mais férteis e melhor localizadas por parte da produção mais rentável de bens para exportação. Verifica-se, assim, que a produção de alimentos para o abastecimento interno se encontra num processo onde as precárias condições sócio-econômicas dos pequenos produtores, responsáveis por esta produção, estão também ligados à expulsão desta atividade para terras menos férteis e distantes, o que acentua, cada vez mais, o baixo rendimento físico dessas culturas. Acresce, ainda, o fato de que — como outras cidades em intenso processo de urbanização — Brasília vem recebendo todos os anos um expressivo fluxo migratório, de origem rural, que não encontrando na região um mercado de trabalho capaz de absorvê-lo plenamente, acaba gerando sérios problemas de marginalização. Dessa forma, o estímulo ao setor agrícola — mais especialmente à lavoura, que é a atividade primária com maior capacidade de absorção de mão-de-obra — é uma forma de ampliar o mercado de trabalho regional, bem como de manter a população nas áreas rurais, constituindo-se em importante alternativa no sentido da dinamização da economia regional. Além disso, deve-se ainda considerar que com os atuais problemas — advindos da crise do petróleo, de âmbito nacional — o fornecimento de bens alimentares, principalmente de hortícolas, pela região mais próxima do mercado consumidor, concorre, também, para sensível redução dos gastos no transporte desses bens, o que levaria a um possível barateamento dos preços desses produtos.

Desde a implantação da Capital Federal, o seu mercado consumidor vem apresentando grande expansão, uma vez que, em 1960, atingia 136.889 habitantes; em 1970, compreendia 533.768 e, em 1976, segundo estimativas da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), era da ordem de 923.822 habitantes. Essa população encontra-se distribuída entre o *Plano Piloto*, constituído pela Cidade de Brasília, e as *Cidades Satélites*, caracterizando-se, estas últimas, como

áreas de maior concentração populacional, conforme pode-se observar na tabela a seguir (Tabela 1):

**TABELA 1**  
**POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E CIDADES SATÉLITES**  
**1960-1976**

LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO					
	1960		1970		1976	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
<b>TOTAL</b> .....	136 889	100	533 768	100	923 822	100
Plano Piloto.....	77 728	56	236 477	44	250 189	27
Cidades Satélites.....	59 161	44	297 291	56	673 633	73

**FONTE** — Extraída de Aldo Paviani & Ignez Costa Barbosa Ferreira. Brasília — organização interna da cidade. Revista Brasileira de Planejamento, (4), 1977.

Os dados apresentados indicam, também, que desde a criação da Capital Federal, a distribuição da população do *Plano Piloto* e das *Cidades Satélites* vêm se alterando. Enquanto, em 1960, a população do *Plano Piloto* correspondia a 56% da população total do Distrito Federal, verifica-se que esse percentual vem apresentando decréscimo nos anos seguintes, correspondendo a 44 e 27%, em 1970 e 1976, respectivamente. Já a população das *Cidades Satélites*, que, em 1960, compreendia 44% do total do Distrito Federal, tem apresentado aumento da participação na população total, passando de 56 à 73%, em 1970 e 1976, respectivamente, o que evidencia a concentração do mercado consumidor de Brasília na periferia da Cidade.

É interessante, entretanto, distinguir a estrutura populacional dessas duas subáreas. A composição funcional da população do *Plano Piloto*, constituída, na sua maioria, por funcionários do Governo e profissionais liberais, confere-lhe uma estrutura de consumo com predomínio da classe de renda mais elevada. Nas *Cidades Satélites*, verifica-se o oposto, havendo predominância da população de classe de renda mais baixa. Segundo Aldo Paviani e Ignez Costa Barbosa Ferreira<sup>3</sup>, em decorrência do processo de urbanização de Brasília, criou-se um padrão de estrutura de renda na Cidade, no qual as desigualdades sócio-econômicas são uma das características básicas. Ainda, para esses autores, “enquanto que os núcleos periféricos não ultrapassam a renda per capita anual de Cr\$ 4.000,00, predominando rendas inferiores a Cr\$ 2.000,00, o *Plano Piloto* atinge a quase Cr\$ 12.000,00, a preços de 1973”<sup>4</sup>, (Tabela 2). A estrutura de consumo, identificada por estes autores, manteve-se inalterada até os dias de hoje, o que se rebate na existência de dois comportamentos distintos no mercado consumidor de Brasília. Um deles corresponde aos consumidores cuja dieta alimentar é diversificada, apoiada num consumo expressivo de proteínas de origem animal, além de maior consumo de produtos hortícolas; o outro, fundamenta sua dieta em reduzido número de produtos, especialmente, os

<sup>3</sup> Aldo Paviani & Ignez C. B. Ferreira. Brasília — organização interna da cidade. Revista Brasileira de Planejamento, (4), 1977.

<sup>4</sup> O salário mínimo médio, no Distrito Federal, no ano de 1973, era da ordem de Cr\$ 301,00.

alimentares básicos, notadamente o arroz e o feijão, tendo as proteínas de origem animal presença reduzida no consumo desta classe da população.

**TABELA 2**  
**DISTRIBUIÇÃO, POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL, SEGUNDO AS LOCALIDADES**  
**DISTRITO FEDERAL — 1973**

LOCALIDADES	DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL					
	Total		A (Menos de Cr\$ 700)		B (Cr\$ 701 a Cr\$ 1 402)	
	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	<b>6 298</b>	<b>100,0</b>	<b>2 336</b>	<b>37,1</b>	<b>1 733</b>	<b>27,5</b>
Plano Piloto.....	1 720	100,0	98	5,1	259	15,1
Guará.....	430	100,0	120	27,9	168	39,1
Núcleo Bandeirante.....	216	100,0	78	36,1	70	32,4
Taguatinga.....	1 452	100,0	565	38,9	531	36,6
Ceilândia.....	317	100,0	226	71,3	81	25,6
Sobradinho.....	611	100,0	271	44,4	207	33,9
Planaltina.....	214	100,0	149	69,6	51	23,8
Gama.....	1 210	100,0	740	61,2	330	27,3
Brazilândia.....	128	100,0	89	69,5	36	28,1

LOCALIDADES	DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE RENDA BRUTA FAMILIAR MENSAL					
	C (Cr\$ 1 403 a Cr\$ 2 400)		D (Cr\$ 2 401 a Cr\$ 4 505)		E (Mais de Cr\$ 4 505)	
	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)	Absoluto (Cr\$)	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	<b>915</b>	<b>14,5</b>	<b>735</b>	<b>11,7</b>	<b>579</b>	<b>9,2</b>
Plano Piloto.....	355	20,6	500	29,1	508	29,5
Guará.....	86	20,0	45	10,5	11	2,6
Núcleo Bandeirante.....	50	18,5	16	7,4	12	5,6
Taguatinga.....	225	15,5	98	6,8	33	2,3
Ceilândia.....	9	2,8	1	0,3	—	—
Sobradinho.....	79	12,9	45	7,4	9	1,5
Planaltina.....	11	5,1	3	1,4	—	—
Gama.....	107	8,8	27	2,2	6	0,5
Brazilândia.....	3	2,3	—	—	—	—

FONTE — Companhia de Desenvolvimento do Plano Central (CODEPLAN) — Pesquisa das Rendas Familiares — 1973.

De fato, apenas dois produtos alimentares básicos — o feijão e o arroz — correspondem a, aproximadamente, 32% dos gastos efetuados com alimentação pelas famílias que compõem a classe de despesa mais baixa (menos de Cr\$ 6.800 anuais). No entanto, o consumo desses produtos, nas classes de despesa mais elevada (mais de Cr\$ 67.799 anuais), não atinge 7%<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo verifica-se, que, nesta

<sup>5</sup> O salário mínimo médio, no Distrito Federal, no ano de 1975, era da ordem de Cr\$ 493,80.

última classe, 49% da despesa com alimentação são absorvidos em gastos com produtos de origem animal, enquanto esses itens não atingem 28% de despesa com alimentação, na classe mais baixa. Com relação ao consumo de produtos hortícolas também ocorre significativa diferença entre o consumo das classes de despesa *mais baixa* e *mais elevada*, sendo da ordem de 4,61% para as primeiras e de 7,53% para as últimas (Tabela 3).

TABELA 3

**DESPESA MONETÁRIA CORRENTE DA FAMÍLIA, COM ALIMENTAÇÃO, POR CLASSES DE DESPESA, SEGUNDO OS PRODUTOS — DISTRITO FEDERAL — 1975**

ESPECIFICAÇÃO	CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA DE CONSUMO NA ALIMENTAÇÃO (Cr\$)							
	Menos de 6 800		De 6 800 a 8 999		De 9 000 a 13 599		De 13 600 a 15 799	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Despesa monetária de consumo.....	4 010		7 398		10 473		13 675	
Alimentação.....	1 702	42,3	4 473	42,8	4 473	42,7	5 438	39,8
Arroz.....	346	20,3	584	18,5	729	16,3	784	14,4
Milho.....	13	0,8	16	0,5	32	0,7	43	0,8
Batata-inglesa.....	19	1,1	34	1,1	67	1,5	84	1,5
Mandioca.....	3	0,2	3	0,1	7	0,2	13	0,2
Outros tubérculos.....	5	0,3	14	0,4	17	0,4	22	0,4
Feijão.....	192	11,3	275	8,7	356	8,0	359	6,6
Outras leguminosas.....	0	0,0	—	—	2	0,0	4	0,1
Oleaginosas.....	0	0,6	3	0,1	5	0,1	6	0,1
Couve e repolho.....	3	0,2	7	0,2	8	0,1	12	0,2
Outras verduras.....	4	0,2	7	0,2	11	0,2	19	0,3
Tomate.....	15	0,9	25	0,8	49	1,1	69	1,3
Abóbora e abobrinha.....	5	0,3	11	0,3	22	0,5	25	0,5
Cebola.....	15	0,9	27	0,9	38	0,8	54	1,0
Outros legumes e raízes.....	13	0,8	19	0,6	34	0,8	42	0,8
Carnes e pescados.....	323	19,0	757	23,9	1 085	24,3	1 524	28,0
Ovos, leite e queijo.....	138	8,1	305	9,6	486	10,9	616	11,3

ESPECIFICAÇÃO	CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA DE CONSUMO NA ALIMENTAÇÃO (Cr\$)									
	De 15 800 a 22 599		De 22 600 a 31 599		De 31 600 a 45 199		De 45 200 a 67 799		Mais de 67 799	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Despesa monetária de consumo.....	17 402		25 574		34 043		49 083		81 261	
Alimentação.....	6 390	36,7	7 970	32,4	8 890	26,1	10 047	20,5	13 020	14,8
Arroz.....	850	13,3	880	11,0	790	8,9	701	7,0	647	5,0
Milho.....	39	0,6	58	0,7	41	0,5	80	0,8	73	0,6
Batata-inglesa.....	110	1,7	147	1,8	198	2,2	223	2,2	298	2,3
Mandioca.....	12	0,2	16	0,2	20	0,2	21	0,2	14	0,1
Outros tubérculos.....	25	0,4	38	0,5	51	0,6	50	0,5	59	0,5
Feijão.....	375	5,6	356	4,5	305	3,4	282	2,9	241	1,9
Outras leguminosas.....	5	0,1	12	0,2	22	0,2	30	0,3	64	0,5
Oleaginosas.....	12	0,2	24	0,3	49	0,6	60	0,6	91	0,7
Couve e repolho.....	16	0,3	24	0,3	26	0,3	46	0,5	53	0,4
Outras verduras.....	23	0,4	34	0,4	48	0,5	57	0,6	95	0,7
Tomate.....	90	1,4	118	1,5	138	1,6	155	1,5	177	1,4
Abóbora e abobrinha.....	28	0,4	38	0,5	42	0,5	49	0,5	42	0,3
Cebola.....	62	1,0	81	1,0	87	1,0	87	0,9	107	0,8
Outros legumes e raízes.....	55	0,9	81	1,0	92	1,0	138	1,4	156	1,2
Carnes e pescados.....	1 870	29,2	2 425	30,4	2 901	32,7	3 296	32,8	4 392	33,8
Ovos, leite e queijo.....	712	11,1	923	11,9	1 090	12,3	1 394	13,9	1 959	15,0

FONTE — Despesas das Famílias, Região VI — ENDEF — Distrito Federal — 1975 — IBGE.

Entretanto, a compreensão do processo de abastecimento, não se restringe, apenas, ao estudo do mercado consumidor, uma vez que outras etapas do processo, tais como a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos são, igualmente, relevantes. Não obstante, a grande parte dos estudos já realizados sobre abastecimento focaliza a fase final do processo — a chegada do produto agrícola ao seu mercado consumidor. Este enfoque tem sido responsável por medidas que não atingem, de maneira ampla, o problema do abastecimento, por não considerar a produção agrícola parte integrante deste processo.

Segundo Volpi “é tremendamente ilusório e simplista considerar que a simples instalação de um local, adequado à comercialização de hortigranjeiros CEASA, é medida suficiente para aumentar e dinamizar a produção local. Pelo contrário, a concentração espacial da demanda na CEASA, provavelmente, favorece mais aos produtores organizados de outros Estados (como é o caso da Cooperativa de Cotia, de São Paulo) do que aos pequenos pulverizados e desorganizados produtores locais”<sup>6</sup>. Esta afirmação, relativa aos produtos hortigranjeiros, é válida, também, para os produtos alimentares básicos, uma vez que, de nada adiantaria — para solucionar o problema do abastecimento de centros urbanos — a implementação de políticas de melhoria de distribuição dos produtos, se não se efetuassem, paralelamente, políticas de incentivos à produção. Portanto, embora seja do consenso que o abastecimento é um problema exclusivamente urbano, na realidade ele deve ser tratado de forma mais abrangente, considerando-se que não se resume na disponibilidade do produto ao consumidor, mas envolve uma série de atividades, entre as quais, a produção.

Neste sentido, o estudo da organização da produção agrícola na Região Geoeconômica de Brasília objetiva compreender os fatores que limitam a sua participação no abastecimento dos centros urbanos regionais.

Sabe-se que a política agrícola brasileira tem estimulado mais os grandes produtores, por questões institucionais e estruturais, através de diversas medidas que permeiam todo o processo produtivo, principalmente, na concessão do crédito agrícola. Conseqüentemente, com relação aos pequenos produtores, verifica-se que têm reduzido acesso a tais medidas, o que, conseqüentemente, os coloca numa posição marginalizada na economia agrícola nacional. Não obstante, estudos comprovam que os pequenos produtores são responsáveis por significativa parcela do abastecimento dos mercados urbanos, desempenhando, por essa razão, importante papel na agricultura brasileira. Este fato pode ser constatado, por exemplo, no Estado de Goiás, onde se verifica que são os estratos de área mais baixos até 200 hectares, os principais responsáveis pela produção de bens alimentares básicos e hortícolas. Exceção-se, apenas, o arroz e o milho, que — por serem cultivados tanto pelos grandes, quanto pelos pequenos produtores — apresentam produção significativa nos estratos de área superior a 200 hectares (Tabela 4).

Por outro lado, o processo produtivo desses bens é fortemente afetado pela estrutura de renda da maior parte da população brasileira, que se caracteriza pelo baixo poder aquisitivo. Devido a este fato, “o estímulo que o desenvolvimento urbano-industrial deveria propor-

<sup>6</sup> Julio Cesar Volpi. O abastecimento metropolitano e a produção agrícola. *Revista Brasileira de Planejamento*, (5), 1977.

TABELA 4

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA, POR GRUPOS DE ÁREA, SEGUNDO OS  
PRODUTOS — GOIÁS — 1975**

PRODUTOS	PRODUÇÃO								
	Total (t)	Menos de 20 ha		20 a menos de 200 ha		200 a menos de 2 000 ha		Mais de 2 000 ha	
		Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)	Absoluta (t)	Relativa (%)
Arroz.....	1 100 127	115 867	10,5	400 033	36,3	463 924	42,2	120 453	10,9
Feijão.....	76 277	13 065	17,1	36 875	48,3	23 210	30,4	3 127	4,1
Mandioca.....	74 056	9 428	12,7	36 953	51,2	22 916	30,9	3 759	5,1
Milho.....	1 090 186	79 009	7,2	418 201	38,2	520 134	47,7	72 042	6,7
Alface.....	3 311	3 131	94,5	168	5,1	10	0,3	2	0,1
Repolho.....	1 220	633	52,7	503	41,9	39	3,2	45	3,7
Chuchu.....	573	445	77,7	556	97,0	17	0,7	—	—
Cenoura.....	527	346	65,6	131	24,8	50	9,5	0	0

FONTE — Censo Agropecuário — 1975 — Goiás, IBGE.

cionar às áreas rurais através dos mecanismos de preços (aumento da demanda → aumento do preço → aumento da oferta), não atinge o objetivo de dinamizar as áreas produtoras de alimentos básicos: é que o preço dos gêneros não pode elevar-se devido ao baixo poder aquisitivo da maior parte da população<sup>7</sup>. Neste sentido, acredita-se que o tabelamento dos preços dos alimentos básicos, medida governamental destinada a conter as elevações indesejadas dos preços desses produtos, tendo em vista, principalmente, evitar pressões adicionais sobre os salários urbano-industriais, estaria contribuindo, também, para o agravamento da situação sócio-econômica dos pequenos produtores. De fato, a utilização desta medida, inibidora da natural elevação dos preços internos dos alimentos, assim como a de mecanismos, tais como: a venda de eventuais estoques governamentais ou a importação de produtos com vistas a complementar a oferta interna, não estariam levando em consideração a necessidade de preservar a renda do produtor rural. Estas medidas estariam, portanto, contribuindo cada vez mais para a apropriação, a taxas elevadas, das áreas mais férteis por parte das culturas de exportação, que recebem os estímulos provenientes de preços relativamente mais elevados do mercado internacional, tornando, pois, o seu plantio, uma atividade mais rentável. Conseqüentemente, a produção de alimentos básicos fica restrita aos pequenos produtores descapitalizados e localizados espacialmente de forma dispersa, que, utilizando-se de mão-de-obra familiar, produzem para a sua subsistência e, eventualmente, colocam o excedente dessa produção no mercado. Este excedente surge em função da necessidade de o produtor adquirir produtos ou bens não produzidos em seu estabelecimento, e desempenha papel importante no abastecimento dos centros urbanos. Considerando-se o aspecto disperso da pequena produção, entende-se, assim, a presença de grande número de intermediários que viabilizam a chegada do produto ao mercado consumidor. Estes, ao se beneficiarem da elevação dos preços, não permitem que o produtor usufrua do

<sup>7</sup> José Francisco Graziano da Silva & Orivaldo Queda. Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: Jaime Pinsky, *Capital e Trabalho no Campo*.

estímulo-preço do mercado e contribua para que o mesmo permaneça, cada vez mais, descapitalizado.

Essa situação se agrava na medida em que dispondo de pequena extensão de terra, e não tendo acesso a novas técnicas, a métodos racionais de cultivo e à informação, bem como ao crédito rural, os pequenos produtores são levados a usar a terra de forma contínua, utilizando métodos tradicionais — o que reduz progressivamente os níveis de produtividade. Em conseqüência, reduz-se o excedente comercializável, sendo, via de regra, necessário que o produtor venda sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Na região, as tendências deste processo descrito são: a substituição da lavoura pela pecuária leiteira, atividade que pode ser praticada em pequenos estabelecimentos; e, a venda do estabelecimento, com saída do produtor do campo, que vislumbra a cidade como sua última opção.

A mudança da atividade agrícola para uma atividade criatória, além de ser conseqüência do processo de marginalidade da pequena produção de bens básicos, pode ser considerada, também, como um fator que contribui para diminuir, ainda mais, a participação da região no abastecimento dos mercados urbanos regionais e, mais especificamente, o de Brasília.

Considerando-se a pequena produção, voltada para os produtos hortícolas, verifica-se a existência de características distintas daquelas apresentadas pela pequena produção de bens alimentares básicos. Como os produtos hortícolas são consumidos pela população de maior poder aquisitivo, os produtores se beneficiam do estímulo proveniente dos melhores preços que esses produtos alcançam no mercado consumidor, permitindo a capitalização da produção. No entanto, os hortícolas, por sua alta perecibilidade e por serem mais vulneráveis às oscilações de preço no mercado, geram uma situação de insegurança, uma vez que, sujeitam seus produtores, muitas vezes, a grandes perdas da produção.

Em decorrência deste fato, verifica-se que os estabelecimentos dedicados à horticultura — ao contrário daqueles voltados para a produção de alimentos básicos — tendem a se localizar mais próximos aos centros urbanos. De fato, na Região Geoeconômica de Brasília as áreas rurais em torno dos seus principais centros urbanos — Anápolis e Goiânia — vêm, recentemente, se desenvolvendo da mesma forma que os núcleos rurais do Distrito Federal e as áreas rurais dos seus municípios limítrofes, nos quais a produção de hortícolas tem crescido de forma significativa, em relação às necessidades do mercado consumidor de Brasília.

A horticultura caracteriza-se, ainda, por apresentar nível tecnológico, geralmente, elevado; e, estar, também, sujeita à ação de intermediários, no processo de comercialização de sua produção. Predomina nos estabelecimentos hortícolas a mão-de-obra familiar, embora seja expressivo o emprego de trabalhadores assalariados.

Considerando-se as formulações teóricas abordadas, bem como a problemática que envolve a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, em função do mercado consumidor de Brasília, foram levantadas as seguintes hipóteses como diretrizes do presente trabalho:

1 — os custos de produção de bens alimentares básicos e hortícolas, por serem mais elevados na Região Geoeconômica de Brasília do

que nas outras áreas fornecedoras desses bens para o mercado da Capital Federal, não permitem aos produtores regionais competir com os dessas áreas abastecedoras e, portanto, participar mais efetivamente do processo de abastecimento de Brasília;

2 — a existência de canais de comercialização, estruturados desde a criação de Brasília, dificulta a participação dos produtores regionais no abastecimento de seu mercado;

3 — os pequenos produtores que participam do processo de abastecimento de Brasília tornam-se, cada vez mais, descapitalizados e impossibilitados de ampliar sua produção, devido à ação de intermediários que atuam no sentido de se apropriar de eventuais estímulos-preço do mercado;

4 — os pequenos produtores da Região Geoeconômica de Brasília, além da baixa disponibilidade de recursos próprios, não vêm recebendo estímulos suficientes de órgãos competentes, para desenvolver a produção de bens alimentares básicos e de hortícolas; essa falta de estímulos é responsável pela pouca utilização de novas técnicas e métodos racionais de cultivo, escassa utilização do crédito rural, venda eventual da força de trabalho e produção, voltada, quase que exclusivamente, para a subsistência, levando-os a uma reduzida participação no processo de abastecimento de Brasília;

5 — a mudança de atividades ligadas à lavoura para atividades criatórias é um fator que contribui para que os produtores rurais, da Região Geoeconômica de Brasília, tenham participação, cada vez menor, no processo de abastecimento do mercado regional e, mais especificamente, da Capital Federal, em gêneros alimentares básicos e hortícolas.

## 2 — METODOLOGIA

O desenvolvimento da presente pesquisa foi baseado no levantamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), bem como em trabalho de campo realizado na área de estudo.

Através dos dados secundários, foram selecionados os produtos agrícolas, considerados alimentares básicos, e os hortícolas, estabelecido o balanço entre a produção agrícola e a demanda regional e feito, ainda, um estudo evolutivo da organização da atividade agrícola, da Região, no período 1960, 1970 e 1975.

Por meio da pesquisa direta, foram levantadas informações sobre o processo de abastecimento vigente na Capital Federal, através de contatos com órgãos específicos e, ainda, junto aos produtores locais, foram detectados os fatores limitantes da pequena produção da Região.

A delimitação da área, a ser efetivamente pesquisada, o estudo comparativo de custos de produção e a elaboração do questionário foram, inicialmente, desenvolvidos em gabinete, tendo sido feitos, entretanto, ajustes necessários em função de informações obtidas na pesquisa direta.

## 2.1 — Delimitação da área de estudo

Considerando-se, não apenas a grande extensão da Região Geoeconômica de Brasília, bem como os recursos disponíveis para a execução da pesquisa direta, tornou-se extremamente importante a delimitação da área a ser efetivamente estudada. Dessa forma, foram selecionadas — com base em dados censitários e tendo os municípios como unidades de observação — quatro variáveis, através das quais seriam construídos indicadores que definiriam a área que, realmente, apresentasse maior expressividade em relação à atividade agrícola.

Considerando-se que os pequenos estabelecimentos concentram a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, foi fundamental considerar variáveis relativas à estrutura fundiária, as quais definiriam aqueles municípios onde se verificasse o predomínio das classes de estabelecimento de menor dimensão.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é o estudo da produção de gêneros alimentares, bem como a análise dos fatores que impedem a expansão dessa atividade, foram utilizadas variáveis, ligadas ao uso da terra, relativas às áreas de lavouras e de terras aproveitáveis. Estas indicam, não apenas os municípios onde se destacam atividades ligadas à lavoura, mas também aqueles onde existem possibilidades de expansão da atividade agrícola, em termos espaciais. Por outro lado, são, ainda, as atividades agrícolas as que têm melhores condições de absorver mão-de-obra, constituindo-se naquelas que apresentam maiores contingentes de pessoal ocupado, sendo, também, responsáveis pelo maior adensamento de população rural, razão pela qual, essas duas variáveis, foram, também, selecionadas como critério para a delimitação da área de estudo. Os indicadores construídos foram:

a - participação percentual do número de pequenos e médios estabelecimentos, no número total de estabelecimentos, em cada município. Para a construção desse indicador, foram determinadas classes de área para os estabelecimentos, através da Curva de Lorenz, chegando-se aos seguintes estratos para a Região:

- pequenos estabelecimentos: 0 a menos 20 hectares;
- médios estabelecimentos: 20 a menos 200 hectares;
- grandes estabelecimentos: 200 a menos 2.000 hectares;
- muito grandes estabelecimentos: mais de 2.000 hectares.

b - Participação percentual das áreas de lavouras, na área total dos estabelecimentos;

c - participação percentual das áreas de terras aproveitáveis, na área total dos estabelecimentos;

d - participação percentual do pessoal ocupado na atividade agropecuária, no total da população rural residente, em cada município.

Foi, ainda, estabelecida a média regional para cada um desses indicadores, o que permitiu selecionar os municípios que apresentassem valores iguais ou superiores a essa média. O estabelecimento de classe, para o mapeamento desses indicadores, foi feito através de tercís. A cada classe determinada foram atribuídos pesos que variaram da seguinte forma: a classe mais elevada, recebeu peso 3; a intermediária,

peso 2; e a classe mais baixa recebeu peso 1. Para definição da área de estudo foram considerados aqueles municípios que obtiveram peso máximo em, pelo menos, dois indicadores. Deste modo, foram selecionados nove Municípios: Nova Veneza, Nova Roma, Ceres, Carmo do Rio Verde, Mambai, Anicuns, Rubiataba, Rialma e Campo Alegre de Goiás. Foi realizada uma viagem de reconhecimento nesses Municípios, por meio da qual obtiveram-se informações complementares às dos dados censitários, principalmente junto à EMATER, que serviram de base para a seleção definitiva da área de estudo. Estas informações dizem respeito, principalmente, às condições físicas favoráveis à implantação de lavouras e aos produtos alimentares básicos e hortícolas mais adaptáveis a essas condições.

Através das informações obtidas, nessa fase de pesquisa direta, constatou-se que, com relação aos municípios em que a atividade agrícola já se apresenta organizada, a seleção feita em gabinete, por meio de dados censitários, mostrou-se satisfatória, sendo necessárias alterações apenas no sentido de serem englobados municípios que, além de apresentarem características semelhantes, apresentassem, também, contigüidade espacial. Por este motivo, foram incluídos Nerópolis e Anápolis que, junto com Nova Veneza, formam uma área de produção hortícola bastante expressiva para o abastecimento dos centros regionais, especialmente, Goiânia e Brasília. Os Municípios de Ceres, Rubiataba, Carmo do Rio Verde e Rialma, selecionados através dos dados censitários, formam um outro conjunto de área agrícola já consolidada, que parece apresentar grande homogeneidade, em termos do tipo de exploração agrícola, o que permitiu selecionar apenas dois Municípios — Ceres e Carmo do Rio Verde — por serem considerados representativos dessa unidade. Foram ainda incluídos: Pires do Rio, por constituir-se num prolongamento da região agrícola de Ceres-Anápolis, uma vez que, nesse Município, já se verifica a introdução de horticultura e Posse, que além de já contar com expressiva produção de arroz, destinada ao abastecimento de Brasília, possui terras disponíveis e solo apropriado para a expansão dessa lavoura e de outros produtos alimentares básicos. Por outro lado, foi excluído o Município de Anicuns, uma vez que não se constatou, ao seu redor, nenhum município com atividade agrícola expressiva.

Portanto, através das verificações, nessa fase, chegou-se a uma área de estudo que abrange os seguintes Municípios: Ceres, Carmo do Rio Verde, Anápolis, Nerópolis, Nova Veneza, Pires do Rio e Posse.

## **2.2 — Seleção dos produtos agrícolas relevantes para o abastecimento do mercado de Brasília**

Considerando-se a diretriz da pesquisa, tornou-se necessária a seleção dos bens alimentares básicos e hortícolas que tivessem maior representatividade no mercado consumidor da Capital Federal. Com este objetivo, procedeu-se a uma seleção, cujo critério se baseou no consumo por comensal/ano igual ou superior a 1,5 kg e/ou na participação da despesa com alimentação, por família, com total anual acima de Cr\$ 20<sup>8</sup>. Dessa forma, foram selecionados os seguintes produtos:

<sup>8</sup> Preços correntes em 1974.

arroz, milho, batata-doce, batata-inglesa, mandioca, feijão, alface, repolho, tomate, chuchu, abóbora, cebola, cenoura e alho (Tabela 5).

**TABELA 5**  
**CONSUMO POR COMENSAL/ANO E A DESPESA FAMILIAR,**  
**SEGUNDO PRODUTOS SELECIONADOS**  
**DISTRITO FEDERAL — 1975**

PRODUTOS	CONSUMO ALIMENTAR	
	Comensal/ano (kg)	Despesa por família (Cr\$)
Arroz.....	48,4	749
Milho.....	1,6	22
Batata-doce.....	1,6	14
Batata-inglesa.....	10,4	132
Mandioca.....	2,6	19
Feijão.....	20,4	334
Alface.....	1,5	20
Repolho.....	1,5	11
Tomate.....	8,2	97
Chuchu.....	3,7	37
Abóbora.....	2,8	28
Cebola.....	3,3	64
Cenoura.....	1,7	28
Alho.....	0,4	31

**FONTE** — ENDEF — Despesa da família — DF — IBGE — 1979. ENDEF — Consumo Alimentar e Antropometria — DF — IBGE — 1979.

### 2.3 — Estudo evolutivo da organização da atividade agrícola nos municípios selecionados

Com base em dados censitários de 1960, 1970 e 1975, procedeu-se a uma análise evolutiva da organização agrícola, na Região Geoeconômica, em duas escalas diferentes: a das microrregiões que a compõem e a dos sete Municípios selecionados (Anexo 1). Para este estudo foram consideradas as variáveis relativas à condição do produtor, à estrutura fundiária, ao uso da terra, à produção agrícola e pecuária, à utilização de mão-de-obra, aos insumos e implementos agrícolas e à irrigação, para as quais foram calculados índices de participação e taxas de variação<sup>9</sup>.

Pretendeu-se, nessa parte do trabalho, analisar a organização da atividade agrícola, através do tempo, a fim de melhor compreender as transformações que vêm ocorrendo na área em estudo. Essas transformações se intensificaram, principalmente, a partir de 1960, ano da instalação de Brasília, cujo rápido crescimento urbano implicou em maior solicitação da produção, oriunda da área rural, provocando, além disto, maior diversificação dos gêneros produzidos.

<sup>9</sup> Para o estudo dos dados relativos a 1960, os municípios foram grupados segundo sua distribuição pelas microrregiões, já que estas datam de 1968.

Por outro lado, objetivou-se, ainda, verificar se essas transformações também se fizeram sentir na estrutura fundiária (levando à melhor distribuição de terras ou à concentração fundiária), na condição do produtor e, ainda, se houve alteração nas relações de trabalho.

Além disso, pretendeu-se por meio da análise temporal das áreas de lavouras e de pecuária, verificar se a expansão da atividade criatória vem ocorrendo de forma expressiva, na Região Geoeconômica de Brasília, e se tem afetado a produção de bens alimentares básicos e hortícolas.

#### **2.4 — Estudo comparativo de custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília e nos principais Estados fornecedores para o mercado da Capital Federal**

Tendo em vista a dependência do mercado de Brasília de outros centros de produção para o seu abastecimento em produtos hortícolas e básicos, justifica-se um estudo comparativo entre os custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília e nos principais Estados fornecedores. Tal estudo visou: verificar se foram os custos de produção um dos empecilhos para o aumento da produção de bens alimentares básicos e hortícolas; e, também, a diagnosticar os fatores que pudessem contribuir para elevação dos custos de produção na Região Geoeconômica de Brasília, em relação aos desses Estados. Desta forma, pretendeu-se verificar a viabilidade da intensificação e/ou introdução dos produtos deficitários, naqueles municípios, que já possuíam alguma tradição em termos de cultivo do produto, ou nos que apresentaram condições favoráveis para essa expansão.

Este diagnóstico foi feito para os produtos selecionados que apresentaram maior déficit, em termos de satisfazer à demanda do mercado de Brasília. Preliminarmente, foram considerados como produtos deficitários aqueles cuja participação do Distrito Federal e de Goiás, no volume total comercializado na Central de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA-DF), fosse inferior a 60% desse total (Tabelas 6 e 7)<sup>10</sup>. Os produtos que se incluíram, nesta categoria, foram: Abóbora, alho, batata-inglesa e cebola.

Tendo em vista que, pelo volume comercializado na CEASA-DF, não se pode verificar se a demanda estava sendo satisfeita ou não, foram feitos, posteriormente, os necessários ajustes com os resultados do balanço entre a oferta e a demanda de produtos básicos e hortícolas na Região Geoeconômica de Brasília, e com as informações obtidas durante a viagem de campo.

Apesar de o feijão, comercializado na CEASA ser originário, principalmente, do Estado de Minas Gerais (63%), não se considerou o produto deficitário, em termos do abastecimento de Brasília, visto que a Microrregião Chapadões do Paracatu, integrante da Região Geoeconômica de Brasília, é a que envia as maiores quantidades, deste produto, para o mercado da Capital Federal.

<sup>10</sup> Utilizaram-se dados de volume comercializado na CEASA para o Distrito Federal e Goiás, por não se dispor desses dados para a Região Geoeconômica de Brasília. Este fato não invalida a análise, uma vez que os produtos arroz e batata-doce que têm maior participação do Estado de Goiás no volume comercializado na CEASA-DF são produzidos, em maior quantidade, por microrregiões que fazem parte da Região Geoeconômica de Brasília, e, portanto, não seriam produtos problemáticos em termos de satisfazer à demanda do mercado da Capital Federal.

TABELA 6

**VOLUME DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS COMERCIALIZADOS NA  
CEASA NO DISTRITO FEDERAL POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
DE ORIGEM — 1977**

PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO				
	Total (t)	Distrito Federal		Goiás	
		Absoluto (kg)	Relativo (%)	Absoluto (kg)	Relativo (%)
Alface.....	1 176,1	1 171,3	99,59	4,7	0,40
Alho.....	185,5	0,3	0,16	8,9	4,79
Abóbora.....	2 484,2	189,3	7,62	247,1	9,95
Batata-doce.....	1 338,0	245,1	18,32	1 091,5	81,58
Batata-inglesa.....	10 579,6	328,1	3,10	124,9	1,18
Cebola.....	4 630,5	18,9	0,41	—	—
Cenoura.....	2 504,3	2 339,6	93,42	115,8	4,62
Chuchu.....	2 123,0	2 067,0	97,36	41,6	1,96
Milho verde.....	173,0	108,2	62,52	64,4	37,22
Repolho.....	1 509,5	1 455,5	91,51	100,1	6,30
Tomate.....	9 237,4	5 310,9	57,49	3 213,0	34,78

PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO					
	São Paulo		Minas Gerais		Outros	
	Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)	Absoluto (t)	Relativo (%)
Alface.....	—	—	0,1	0,01	—	—
Alho.....	158,2	85,28	10,0	5,38	8,4	4,52
Abóbora.....	531,9	21,41	1 201,2	48,35	314,7	12,67
Batata-doce.....	0,2	0,01	1,2	0,09	—	—
Batata-inglesa.....	6 814,4	64,41	3 076,8	29,08	235,3	2,22
Cebola.....	2 208,9	47,70	116,0	2,51	2 286,7	49,38
Cenoura.....	49,0	1,96	—	—	—	—
Chuchu.....	7,9	0,37	—	—	6,5	0,31
Milho verde.....	0,4	0,23	—	—	—	—
Repolho.....	34,2	2,15	0,7	0,04	—	—
Tomate.....	219,8	2,38	189,6	2,05	4,2	0,05

FONTE — Projeto de Assentamento Agropecuário — vol. V. Convênio SEPLAN/GDF.

TABELA 7

**VOLUME DOS PRINCIPAIS CEREAIS COMERCIALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM — 1978**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E PRODUTOS	VOLUME COMERCIALIZADO (1)	
	Absoluto (t)	Relativo (%)
(2) TOTAL		
Arroz em casca.....	23 250	100,0
Arroz beneficiado.....	7 020	100,0
Feijão.....	6 000	100,0
Milho.....	3 960	100,0
Goiás		
Arroz em casca.....	16 182	69,6
Arroz beneficiado.....	3 750	53,4
Feijão.....	1 980	33,0
Milho.....	3 090	78,0
Minas Gerais		
Arroz em casca.....	3 906	16,8
Arroz beneficiado.....	9	0,1
Feijão.....	3 780	63,0
Milho.....	720	18,2
Mato Grosso		
Arroz em casca.....	2 387	10,3
Arroz beneficiado.....	9	0,1
Milho.....	75	1,9
Maranhão		
Arroz beneficiado.....	3 234	46,1
Paraná		
Feijão.....	216	3,6
Bahia		
Milho.....	76	1,9

FORTE — CEPA — DF.

(1) Os dados informados referem-se à previsão das atividades dos atacadistas para o exercício de 1978. (2) O total inclui outros fornecedores responsáveis por quantidades pouco significativas no mercado do Distrito Federal.

Também, quanto ao volume comercializado de tomate, na CEASA-DF, embora seja proveniente quase que totalmente de áreas produtoras do Distrito Federal e de Goiás, verificou-se, ainda, uma certa dependência da produção, oriunda de outros Estados, principalmente São Paulo, no período seguinte ao da ocorrência das chuvas na região (setembro a março), sendo este o motivo pelo qual o tomate (produto que tem certa importância na dieta alimentar) também foi considerado um produto deficitário.

Dada a impossibilidade de ser feito um levantamento sobre custos de produção, junto aos produtores — devido não só à complexidade do tema, ao tamanho e objetivo da amostra, bem como às limitações de

tempo e de pessoal — foi, inicialmente, utilizado o Plano Anual de Trabalho, elaborado pelos escritórios locais da EMATER, para o ano agrícola de 1979/80, nos quais era indicada a estrutura dos custos de produção para os produtos considerados prioritários na área. Estes relatórios, entretanto, não foram suficientes, visto que não continham dados sobre custos de produção para todos os produtos selecionados.

Finalmente, recorreu-se à Comissão de Planejamento Agrícola do Distrito Federal (CEPA-DF), que, juntamente com a EMATER-DF, elaborou um estudo sobre custos de produção de hortigranjeiros no Distrito Federal em abril de 1980. Como, neste trabalho, os coeficientes utilizados para os cálculos dos custos de produção, foram estabelecidos por agrônomos em constante contato com os produtores locais, optou-se pela sua utilização. Já para o levantamento dos custos, nos municípios selecionados, recorreu-se aos agrônomos dos escritórios locais da EMATER, durante a pesquisa de campo, que forneceram estudos sobre custos de produção para um número maior de produtos do que aqueles apresentados no “Plano Anual de Trabalho” da EMATER, já referido anteriormente.

O levantamento de dados sobre custos de produção de hortícolas, entretanto, não foi feito no Município de Posse, devido não só à falta de tradição da horticultura na área, como, também, em virtude de sua localização distante de Brasília, que não favoreceria à expansão dessa atividade, voltada para o abastecimento da Capital Federal, tendo em vista a alta perecibilidade dos produtos hortícolas. Também, em Carmo do Rio Verde não se obtiveram estimativas sobre custos de produção de hortícolas, em virtude da pequena expressão econômica desse tipo de produção no Município, caracterizada por hortas de fundo de quintal.

Cabe, ainda, ressaltar que não foram obtidas estimativas do custo de produção para todos os produtos selecionados, em todos os municípios, sendo que em Nova Veneza, por exemplo, só se obtiveram informações para o tomate.

Através do Instituto de Economia Agrícola (IEA), do Estado de São Paulo, só foi possível obtenção de estimativas dos custos de produção de hortícolas, por hectare, para as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) de Sorocaba e Vale do Paraíba, para a safra de 1979/80. Junto à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais foram obtidos, também, os dados sobre custos de produção necessários.

De posse desses dados, foram feitos os necessários ajustes, principalmente quanto à introdução do frete da comercialização e à eliminação de itens, como, por exemplo, aquisição de arame, estacas e mourões que por não se encontrarem computados na composição dos custos de produção de todos os produtos não permitiriam o estudo comparativo.

## **2.5 — Elaboração do balanço entre a produção e o consumo de bens alimentares básicos e hortícolas**

Visando avaliar a existência de déficit ou superávit da produção regional em relação à demanda, foi elaborado um balanço a nível de microrregião, entre a produção e o consumo de bens alimentares básicos e hortícolas, na Região Geoeconômica de Brasília, contrapondo-se à produção, às perdas, à sementeira, ao consumo humano, industrial e ao animal.

Seu objetivo foi o de verificar a situação da produção regional em relação ao suprimento do mercado de Brasília. Para sua elaboração, efetuou-se primeiramente uma estimativa da produção local para 1977, a partir da taxa de crescimento anual, entre 1970 e 1975, utilizando-se dados dos Censos Agropecuários e da publicação "Produção Agrícola Municipal" (PAM), assumindo-se que a tendência de crescimento se manteve nos dois anos posteriores<sup>11</sup> (Anexo 3).

O cálculo do consumo humano, entretanto, para 1977 foi ajustado à distribuição de renda, tendo sido a despesa utilizada como *proxy* da renda. Sendo assim, o consumo humano foi calculado tendo por base os dados de consumo per capita para 1974<sup>12</sup>, ponderados por estimativas da população para 1977, sendo ambas as variáveis consideradas segundo classes de despesa e situação do domicílio. Foram estabelecidas três classes de despesa, sendo este número e o ponto de corte definidos de modo a manter uma representatividade aceitável, dado o número de indivíduos consumidores por classe de: até 2 salários mínimos; de 2 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos. Os dados de consumo per capita utilizados para o cálculo do consumo da população da Região Geoeconômica de Brasília, por classe de despesa<sup>13</sup>, foram os referentes aos domicílios da área urbana do Centro-Oeste, já que nesta Região não foi feita investigação do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), na área rural. Para o cálculo do consumo da população, na área rural, utilizou-se, então, o consumo per capita urbano para a classe de despesa até 2 salários mínimos, como *proxy* do consumo, per capita, de toda a população rural<sup>14</sup>.

Esta metodologia de cálculo do consumo humano foi feita para todos os produtos selecionados, exceto para alface, repolho, chuchu, abóbora, cenoura e milho já que para estes produtos não foi possível a obtenção dos dados de consumo, per capita, por classe de despesa, por falta de frequência representativa a nível da pesquisa ENDEF. Para estes produtos, utilizaram-se, então, os dados de consumo por comensalano, da publicação "Consumo Alimentar e Antropometria" — Regiões VI e VII — ENDEF, para o ano de 1975 (Anexo 4).

A estimativa da população para as microrregiões, que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, foi feita a partir dos dados estimados de população urbana e rural, a nível de mesorregião, segundo classes de

---

<sup>11</sup> Os dados de produção agrícola para os produtos: alface, repolho, tomate, chuchu, abóbora, cenoura, batata-doce, arroz, feijão, mandioca e milho, foram obtidos nos Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Devido à inexistência de dados sobre a cebola, o alho e a batata-inglesa, nesses Censos, recorreu-se, então, à publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) dos mesmos anos.

<sup>12</sup> Dados extraídos de: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, Dados Preliminares — Região VI e VII, 1974, Estudo Nacional da Despesa Familiar (Rio de Janeiro, ENDEF).

<sup>13</sup> Dados extraídos de: Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, Listagem Especial do Consumo, per capita, por classes de despesa: 1975 (Rio de Janeiro, ENDEF).

<sup>14</sup> A definição da Metodologia empregada, nessa parte da pesquisa, foi baseada em estudo de Sonia Rocha & Jairo Augusto Silva — Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Fundação IBGE, subsídios técnicos para uma política de abastecimento interno — uma análise a nível mesorregional — (Rio de Janeiro, SUEGE, DEGEO, DIRUR) — no prelo.

despesa para 1977<sup>15</sup>. Primeiramente, foram levantados os dados relativos à população urbana e rural, em 1970, para as microrregiões que compõem a Região Geoeconômica de Brasília. Posteriormente, foi calculada a participação da população rural e urbana de cada microrregião em sua mesorregião correspondente e, partindo do pressuposto de que essa relação não tenha sido alterada, em 7 anos, estimou-se a população das microrregiões para 1977 (Anexos 5 e 6).

Nas mesorregiões que compõem a Região Geoeconômica de Brasília, a população foi grupada, segundo as três classes de despesa citadas anteriormente, utilizando-se os dados de participação percentual da população de Goiás e de Minas Gerais nas três classes<sup>16</sup>, uma vez que admitiu-se que esta participação seria a mesma nestes Estados e na Região Geoeconômica (Anexo 7).

Com estes elementos, calculou-se o consumo humano em 1977, segundo as três classes de despesa e localização do domicílio na área urbana ou rural, para cada um dos produtos selecionados para estudo, através da fórmula (Anexo 8):

$$C_{ij} = \sum (u_{ijk} \cdot pu_{ih}) + \sum (r_{ijk} \cdot pr_{ih})$$

sendo:

$u_{ijk}$ ,  $r_{ijk}$  — consumo per capita, respectivamente, urbano e rural do produto  $i$ , relativo à microrregião  $j$ , para as classes de despesa  $k$ .  
 $pu_{ih}$ ,  $pr_{ih}$  — estimativa da população da microrregião  $i$ , em 1977, respectivamente, urbana e rural, segundo classes de despesa  $k$ .

Os coeficientes de perdas da produção e semeadura utilizados foram os da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Grupo para Integração da Política de Transporte (GEIPOT). Já os de consumo animal relativos à mandioca e ao milho, assim como o consumo industrial deste último produto, foram obtidos em trabalho de Sonia Rocha & Jairo Augusto Silva<sup>17</sup>, sofrendo, entretanto, as necessárias adaptações, já que os dados neste trabalho encontram-se a nível de mesorregião.

Para o cálculo do consumo industrial do arroz em casca, entretanto, supôs-se simplificada, o consumo humano de arroz beneficiado (275.882 t), transformado em arroz em casca (coeficiente multiplicador 1,47) como *proxy* da quantidade beneficiada de arroz na Região Geoeconômica. O consumo industrial da mandioca foi obtido da mesma forma, supondo-se o consumo humano de farinha de mandioca e de fécula, transformado em mandioca (coeficiente multiplicador 3,70), como *proxy* da quantidade beneficiada de mandioca, na Região (Anexo 9).

<sup>15</sup> Os dados de população urbana e rural a nível de mesorregião, segundo classes de despesa, para 1977 foram obtidos no trabalho *ibid.*

<sup>16</sup> Dados não publicados, IBGE, PNAD.

<sup>17</sup> Sonia Rocha & Jairo Silva, *op. cit.*

## 2.6 — Elaboração do questionário e do esquema de amostragem

Para o teste das hipóteses de trabalho, que não poderia ser efetuado através dos dados censitários, considerou-se necessário o levantamento direto de informações, apoiado em amostragem, junto aos pequenos e médios produtores de bens alimentares básicos e hortícolas. Este levantamento foi realizado, em junho de 1980, através de questionário, constando de questões específicas, referentes às características gerais do estabelecimento, dados pessoais sobre o produtor e sua família, características da lavoura, da pecuária, do crédito rural, da assistência técnica e da mão-de-obra (Anexo 10).

**Características gerais do estabelecimento** — estas variáveis tiveram como finalidade a caracterização do estabelecimento, quanto ao tipo de administração e condição do produtor, bem como de sua atividade principal e, ainda, detectar se a área, em estudo, caracteriza-se por ter atividades de lavouras exploradas pelo proprietário dos meios de produção.

**Dados pessoais sobre o produtor e família** — estas variáveis permitiram definir a maior ou menor possibilidade de acesso à informação sobre a atividade agrícola, considerando-se as questões a respeito do nível de instrução do produtor; detectar se a área, em estudo, tem tradição agrícola; caracterizar a área como de atração ou repulsão de população rural, ao longo do tempo, considerando-se a origem desse produtor, bem como seu tempo de permanência no município e no estabelecimento rural e, ainda, verificar se, nos estabelecimentos agrícolas, as explorações são de natureza familiar, ligadas à lavoura, se o produtor reside na área rural e em que condições de moradia.

**Características da lavoura** — com estas variáveis pretendeu-se definir em que condições é praticada a lavoura, levando-se em conta os aspectos ambientais e o sistema de cultivo empregado. Dessa forma, objetivou-se obter maior detalhe com relação aos métodos de cultivo e à aplicação de insumos e de técnicas. Essa parte do questionário visa, ainda, à obtenção de informações sobre a finalidade da produção, principalmente, no que se refere à parte destinada à comercialização, considerando-se o local para onde é enviada a produção, sua época de comercialização, tipo de comprador do produto e os problemas que afetam essa comercialização.

**Características da pecuária** — a finalidade do levantamento dessas variáveis foi a de verificar qual a orientação do rebanho bovino, além de avaliar se a pecuária tem se expandido em terras antes ocupadas com lavoura.

A importância desse último aspecto está ligada ao fato de que a área em estudo apresenta uma tendência para substituição das atividades de lavouras pelas de criação, orientadas tanto para o corte como para a produção leiteira, tendência, esta, verificada no decorrer da viagem de reconhecimento.

**Características do crédito rural** — considerando-se que o crédito rural é um instrumento importante para o incremento da atividade agrícola, o objetivo dessas variáveis foi compreender a posição do pequeno produtor frente às condições de obtenção do crédito rural. Sabe-se que o pequeno produtor utiliza-se desse recurso com pouca freqüência, tendo em vista não só as dificuldades que encontra para

obtê-lo, bem como a desinformação a respeito, que o leva a ter receio de recorrer a essa prática, na incerteza de poder corresponder às exigências efetuadas pelo órgão financeiro. Este receio do pequeno produtor advém, em parte, da vulnerabilidade que caracteriza sua atividade agrícola, sujeita a variações do volume produzido e à oscilação do mercado.

**Características da mão-de-obra** — este item do questionário teve a finalidade de definir a composição da força de trabalho, através do levantamento do pessoal ocupado. Essas variações são também importantes, uma vez que, através delas, é possível detectar o nível de capitalização dos produtores rurais, já que se observa uma tendência para o aumento do número de assalariados, à medida que o produtor se torna mais capitalizado, dependendo, evidentemente, do tamanho do estabelecimento rural, do número de pessoas que compõem sua mão-de-obra familiar e, também, da atividade a que se dedica.

Os questionários foram submetidos à crítica, em gabinete, e as informações, neles contidas, foram codificadas, dando origem a um arquivo para tratamento informático, do qual foram extraídas tabelas cruzadas que permitiram comprovar ou refutar as hipóteses levantadas.

O resultado obtido, com esse processamento estatístico, foi analisado e serviu para formar um quadro da atividade agrícola, voltado para a produção de bens alimentares básicos e hortícolas, detectando seus fatores limitantes. Além desse aspecto, foi, ainda, importante para se ter uma medida da viabilidade de intensificação da atividade, bem como para a definição das áreas com maior potencialidade para a expansão da atividade agrícola.

### **Esquema de amostragem para a realização da pesquisa de campo**

Baseado no cadastro do Censo Agropecuário de 1975, foi utilizado um modelo de amostragem probabilística<sup>18</sup>, em dois estágios, onde: no primeiro, os setores censitários constituem as unidades primárias; e, no segundo, os estabelecimentos agropecuários são as unidades secundárias.

#### **1.º Estágio**

Os setores censitários dos sete Municípios componentes da Região de estudo foram estratificados segundo a área dos estabelecimentos na faixa de 0 — 200 hectares, por ser esta a variável de estratificação mais adequada aos objetivos da pesquisa.

Construídos nove estratos ao todo, os dois maiores Municípios (em área), Ceres e Anápolis, contaram com dois estratos de tamanho aproximadamente iguais, em total de área, em cada um deles; os demais compondo um único estrato, cada município, devidamente homogeneizado, para isto sendo grupados setores censitários em alguns pseudo-setores. Os coeficientes de variação não ultrapassaram 0,118. O teste de estratificação aprovou com  $\frac{\sigma^2_E}{\sigma^2} = 0,950$  e  $\frac{\sigma^2_D}{\sigma^2} = 0,066$ .

Desses novos estratos construídos, selecionou-se um setor por estrato, com igual probabilidade de seleção.

<sup>18</sup> A elaboração do esquema de amostragem coube à estatística Alice Dora Vergara Gomes da Silva.

## 2.º Estágio

Da amostra de setores, selecionou-se, aleatoriamente, uma subamostra de estabelecimentos, utilizando-se um processo de conglomeração, que dispõe da vantagem prática de reduzir custos ao selecionar grupos de estabelecimentos, significando reduzir a distância entre os estabelecimentos selecionados.

Evidenciada a concentração dos estabelecimentos em tamanho abaixo de 200 hectares, adotou-se o critério de inclusão dos estabelecimentos de 200 hectares, como auto-representativos e, sempre que os estabelecimentos não atingissem esse teto seriam incluídos até três estabelecimentos, considerados maiores nos respectivos setores da amostra.

Fixado o tamanho da amostra em 100 estabelecimentos, os maiores estabelecimentos representaram 21% da amostra. A subpopulação resultante foi distribuída, então, em conglomerados de igual tamanho por setor e selecionaram-se, com equi-probabilidade, dois por setor, contando-se, ao todo, com 18 conglomerados selecionados, construídos com 79% de estabelecimentos da amostra.

As frações de amostragem para cada setor variaram, segundo o seu número de unidades primárias ( $N_h$ ), no caso do 1.º estágio ( $f_1 = \frac{1}{N_h}$ ). E no caso do 2.º estágio, as frações variaram em função do residual da área dos estabelecimentos para cada setor, estando fixado o número de conglomerados selecionados (2) e seu tamanho inicial, respectivos.

De modo geral, a fração final, para cada setor, variou em torno da estimativa preliminar (1/50), calculada a partir das estimativas do número de questionários por dia, vezes o número de pesquisadores disponíveis, vezes o número de dias no campo, em relação ao número de estabelecimentos na Região em estudo.

O procedimento para construção dos conglomerados foi o seguinte:

a - preliminarmente, foi determinado o tamanho inicial do conglomerado, que é definido automaticamente pelo corte dos estabelecimentos auto-representativos, em geral, o limite superior da faixa de tamanho de área;

b - em seguida, para a obtenção do número de conglomerados, foram retirados os estabelecimentos auto-representativos: o residual de área dos estabelecimentos não auto-representativos foi dividido pelo corte anterior (200 ha = 41,3 alqueires), obtendo-se o número inicial de conglomerados;

c - uma vez obtido tal número, e como foi fixado em dois por setor o número de conglomerados a ser selecionado, ficou determinado o denominador de fração do 2.º estágio, visto que, o número de conglomerados selecionados (2) deverá ser o quociente da divisão entre o número inicial de conglomerados e o inverso de fração do 2.º estágio;

d - deverá ser, então, recalculado o número de conglomerados ou, em outras palavras, calculado o número ajustado de conglomerados, multiplicando-se o número de conglomerados selecionados (2) pelo inverso da fração do 2.º estágio;

e - torna-se necessário calcular, também, o tamanho ajustado do conglomerado, obtido a partir da divisão entre o residual de área dos estabelecimentos não auto-representativos, pelo número ajustado de conglomerados;

f - conhecido o tamanho do conglomerado, será suficiente o número de conglomerados contido em cada subsetor e, posteriormente, acumular esses números e, por último, selecionar os dois fixados por setor. Naturalmente, o início aleatório estará contido no número ajustado de conglomerados e apontará o 1.º conglomerado selecionado, tendo o 2.º um intervalo de seleção igual ao inverso da fração do 2.º estágio.

A partir dessa fase, estarão localizados o subsetor e a ordem do conglomerado dentro dele e, conseqüentemente, estarão identificados seus estabelecimentos componentes, em número que componha o tamanho em área, previsto para o conglomerado do setor.

Já bastante simplificada, via identificação de subáreas representativas da região original e no corte por tamanho de estabelecimentos e por condição do produtor, a seleção de um número mínimo de setores e, por último, o processo de conglomerados, foram tentativas de compor uma amostra em condições de cobertura mínima adequada, (fixado  $n = 100$  estabelecimentos) representando 0,02 do total de estabelecimentos de 0 a 200 hectares que admitiu um erro de amostragem (no cadastro) em 0,027 com  $\alpha = 0,05$  para a variável área.  
Estimadores:

— para o total de variável:

$$\hat{T}_X = \sum_{h=1}^L N_h \left[ \sum_{i=1}^{n'_h} x_{hi} + F_{2h}^{-1} \cdot \sum_{h=101}^{n''_h} x_{hj} \right] = \sum_{h=1}^L \hat{T}_{X_h}$$

onde:

- $x_{hi}$  — valor da variável na i-ésima unidade secundária da h-ésima unidade primária.
  - $x_{hj}$  — valor da variável na j-ésima unidade secundária selecionada da h-ésima unidade primária.
  - $n'_h$  — número de unidades secundárias maiores na h-ésima unidade primária.
  - $n''_h$  — número de unidades secundárias menores selecionadas na h-ésima unidade primária.
  - $\hat{T}_{X_h}$  — estimativa para o h-ésimo estrato.
- para a variância:

$$\hat{V}(\hat{T}_X) = \sum_{g=1}^G \frac{L_g}{L_g - 1} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} \left( x'_{gh} - \frac{X_{gh}}{\sum_{h=1}^L X_{gh}} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} x'_{gh} \right)^2$$

onde:

- $L_g$  — número de estratos no g-ésimo grupo.
- $L$  — total de estratos.
- $x'_{gh}$  — estimativa para o h-ésimo estrato.

$\sum_{h=1}^{I.g} x'_{gh}$  — estimativa para o g-ésimo grupo.

$X_{gh}$  — total do h-ésimo estrato no Censo 75.

$\sum_{h=1}^L \sum_{g=1}^G X_{gh}$  — total do g-ésimo grupo no Censo 75.

— Erro de amostragem (relativo):

$$dr = \frac{Z_{1-\alpha} \sqrt{\hat{V}(\hat{T}_x)}}{\hat{T}_x}$$

$Z_{1-\alpha}$  — 1,96 (coeficiente de confiança para  $\alpha = 0,05$ )

## 2.7 — Levantamento dos dados primários

A pesquisa direta constou de quatro viagens à Região em estudo. Inicialmente foram estabelecidos contatos junto aos órgãos de planejamento e pesquisa, em Brasília, tendo como finalidade a compreensão da Região, a partir dos critérios obedecidos para sua delimitação, até a obtenção de informações sobre a organização de sua atividade agrícola. Essa viagem possibilitou, portanto, definir mais precisamente a problemática a ser estudada, bem como os objetivos do trabalho.

A segunda viagem foi realizada aos municípios, inicialmente selecionados em gabinete, e constou de entrevistas junto aos técnicos dos escritórios regionais e locais da EMATER, aos representantes de sindicatos rurais, às autoridades nas prefeituras, bem como aos produtores rurais. Seu objetivo foi obter maiores informações a respeito da atividade agrícola regional e trazer subsídios para a elaboração do questionário a ser aplicado. Esta etapa da pesquisa permitiu, ainda, a seleção final dos municípios a serem estudados.

Com a finalidade de avaliar a pertinência do questionário preliminar, quanto às características da organização agrícola dos municípios selecionados, foi realizada uma terceira viagem a partir da qual foram feitos os ajustes necessários.

Finalmente, foi realizada a última etapa da pesquisa direta que constou não só da aplicação de 100 questionários aos estabelecimentos selecionados pelo esquema de amostragem, como também, de contatos nos escritórios regionais e locais da EMATER de Anápolis, Nerópolis, Ceres e Pires do Rio, com a finalidade de levantar informações sobre o custo de produção e viabilidade da intensificação dos produtos deficitários, em termos do mercado consumidor de Brasília. Foram, também, levantadas informações, em Brasília, referentes à problemática do seu abastecimento e à identificação dos principais canais de comercialização. Para tanto, foram estabelecidos contatos em diferentes setores voltados para a comercialização dos produtos alimentares básicos e hortícolas. Junto à CEASA, supermercados, feiras e cerealistas, foi detectada a procedência dos diversos produtos neles comercializados, bem

como os canais de comercialização existentes. Além disso, foram, ainda, levantados os preços relativos aos custos provenientes do transporte, desde a área produtora, até o mercado de Brasília.

Com relação ao abastecimento em produtos hortícolas, foram, ainda, levantadas informações na Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, especialmente no que diz respeito ao Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros no Distrito Federal (PROHORT/DF).

### 3 — A REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

A Região Geoeconômica de Brasília, localizada em extensa área de cerrados da Região Centro-Oeste, teve, por muito tempo, grande parte de suas terras à margem do processo de desenvolvimento econômico do País.

A existência de esparsas áreas de mata, entre as quais se destaca a região do “Mato Grosso” de Goiás, favoreceu o desenvolvimento de lavouras tradicionais e, mais recentemente, da horticultura. Entretanto, essa produção tem sofrido transformações em decorrência de fatores diversos que afetaram a sua oferta, em relação às solicitações dos mercados regionais.

Na medida em que se tornaram cada vez mais raros os espaços para a expansão das atividades agropecuárias no Sul e Sudeste do País, as atenções se voltaram para outros espaços disponíveis, quando planos do Governo passaram a privilegiar a ocupação da Região Centro-Oeste e da Amazônia. Esses planos, na Região Geoeconômica, pretenderam a expansão da atividade agrícola nos cerrados e a diminuição do déficit dos principais produtos, especialmente hortícolas, para o abastecimento dos centros regionais, notadamente Brasília, com vistas à redução de graves problemas sociais, decorrentes do êxodo rural, para a Capital Federal; visaram, também, a desenvolver a área de influência do Distrito Federal, quer integrando-a às áreas mais desenvolvidas do País, quer tornando o mercado consumidor de Brasília, menos dependente de áreas produtivas distantes.

O objetivo primordial da delimitação da Região Geoeconômica de Brasília foi estimular o desenvolvimento econômico da área de influência do Distrito Federal, uma vez que esta apresentava fortes desequilíbrios internos, gerados pelo próprio crescimento de Brasília. Uma outra razão para sua criação foi a “insuficiência da estrutura produtiva das áreas periféricas do Distrito Federal, em termos de abastecimento de Brasília, condicionando sua dependência a outras regiões produtivas do país”<sup>19</sup>. Além desses objetivos de caráter intra-regional, a dinamização da Região Geoeconômica iria se constituir, ainda, na incorporação de áreas mais afastadas do processo de desenvolvimento econômico nacional.

---

<sup>19</sup> Ricardo Farret & Santana, R. N. Monteiro de. *A Rede Urbana da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília, Convênio FUB-SUDECO, 1973.

### 3.1 — Incorporação da área ao espaço produtivo nacional

Ocupando extensa porção do centro-sul do Estado de Goiás, entre os paralelos de 12 e 19° de latitude sul e meridianos de 45 e 52° de longitude oeste, aproximadamente, a Região Geoeconômica de Brasília engloba nove, das 17 microrregiões estaduais, atingindo, ainda, terras do vizinho Estado de Minas Gerais, que constituem a microrregião que corresponde aos chapadões do Paracatu (Figura 1).

Predomina, na região, a cobertura vegetal de cerrado, a qual permitiu a expansão, em grande extensão, de uma pecuária praticada em moldes extensivos. Todavia, por volta do final da década de 60 verificou-se o aproveitamento agrícola do cerrado, voltado para a formação de áreas com lavouras, as quais, até então, se encontravam restritas às áreas de mata.

A vegetação de mata caracteriza de forma expressiva, a Microrregião do "Mato Grosso" de Goiás e, mais esparsamente, a parte sudoeste da região, composta pelas Microrregiões de Meia-Ponte e Sudeste Goiano. Nesta porção do território goiano, os solos férteis, originários de rochas eruptivas básicas, foram um dos fatores mais importantes para que prosperasse a atividade agrícola. Entretanto, o uso intensivo desses solos, durante anos seguidos, provocou o seu depauperamento, de forma que, para sua utilização, em níveis razoáveis de produtividade, tornou-se indispensável o emprego de fertilizantes. Além disso, dado o processo de substituição de usos da terra pelo qual vem passando a pequena propriedade (conforme será analisado, posteriormente) verificou-se que, nessas áreas de mata, com predomínio da pequena produção de subsistência tem-se expandido, recentemente, a atividade criatória. Assim sendo, a lavoura e a pecuária são as principais atividades, em torno das quais está alicerçada a vida econômica regional e, em torno das quais giram as principais diferenças regionais.

Tendo entre suas áreas componentes importantes zonas produtoras de bens alimentares básicos, desde 1940, e de hortícolas, mais recentemente, a Região Geoeconômica de Brasília, destaca-se, no Estado, como abastecedora dos seus principais centros urbanos, bem como de municípios situados no norte de Goiás e no Pará, uma vez que antecede, espacialmente, às novas áreas de fronteiras agrícolas, nesse Estado.

As atividades ligadas à utilização da terra tiveram início nas primeiras décadas do século XIX, após a decadência da mineração, quando foi introduzida uma pecuária extensiva, responsável pela abertura de maiores espaços do Estado, à procura de melhores pastagens. Nesta fase, surgiram núcleos originários de fazendas e de pontos de passagem que, mais tarde, assumiram posição de destaque na vida urbana do Estado, sobressaindo-se, entre eles, Anápolis, Catalão e Ipameri. O próprio crescimento desses núcleos foi orientando a finalidade dessa pecuária, que sendo, inicialmente, destinada ao corte, com ênfase na fase de engorda, definiu-se pela produção leiteira, à medida que surgiram cidades com maior número de habitantes.

Por volta de 1920, iniciou-se uma fase de aumento de população nas regiões do Estado de Goiás, limítrofes a São Paulo, graças à expansão da cultura cafeeira, cujos efeitos atingiram a atual Região Geoeconômica de Brasília. Foi, porém, na década de 30 que o centro-sul do Estado de Goiás transformou-se em verdadeira zona pioneira, acele-

# REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

- Microrregiões**
- 350 - ALTO TOCANTINS
  - 351 - CHAPADA DOS VEADÉIROS
  - 352 - VÃO DO PARANÁ
  - 353 - RIO VERMELHO
/BELÉM
  - 354 - MATO GROSSO DE GOIÁS
  - 355 - PLANALTO GOIANO
  - 358 - MEIA PONTE
  - 359 - SUDESTE GOIANO
  - 160 - CHAPADÕES DE PARACATU

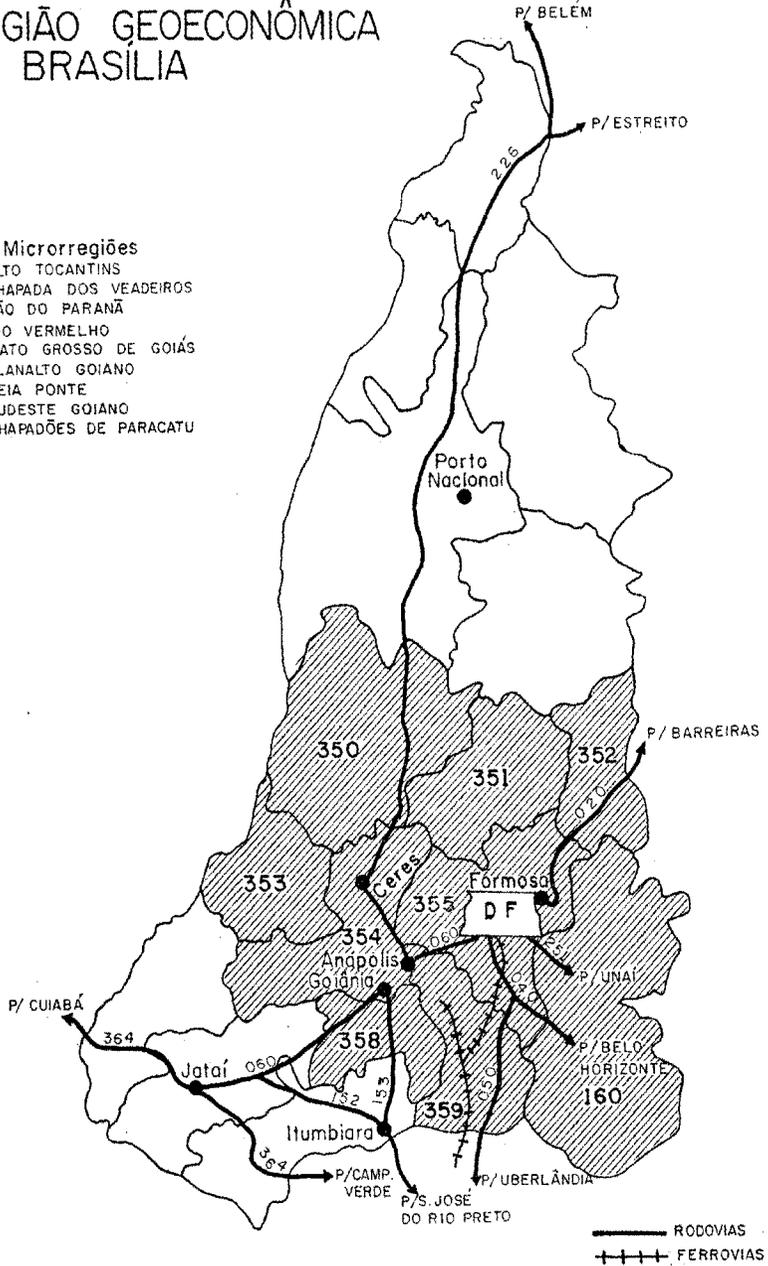


FIGURA 1

rando o povoamento da área e dando início a uma ocupação contínua e efetiva dessa porção do Estado. Esta zona pioneira caracterizou-se pela presença de pequenos produtores que ocuparam a terra, de forma espontânea, ou foram dirigidos para ela através de colonização oficial, ocupando matas, antes não utilizadas pela atividade criatória e dedicando-se à lavoura, com a produção de arroz, milho e feijão, destinados principalmente aos mercados do Sudeste.

A Região concretizou, então, seu povoamento nas décadas de 30 e 40, através de diversos eventos: construção de Goiânia (1933); chegada a Anápolis da estrada de ferro proveniente do Triângulo Mineiro (1935); criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), cuja sede originou a Cidade de Ceres (1941). Na década de 50 efetivou-se essa fase da ocupação, através da sedimentação da nova atividade agrícola implementada na década anterior, e cujos efeitos começaram a ser sentidos por meio de safras agrícolas crescentes. A década de 60 definiu-se como um marco importante, em virtude do impacto oriundo da construção e implantação de Brasília. A criação da Capital Federal foi a grande responsável por expressivos fluxos migratórios para a área e, por conseguinte, pelo elevado impulso demográfico que aí se verificou.

A partir de 1960, a área hoje formada pela Região Geoeconômica de Brasília passou por um processo de intensa urbanização, através do qual os principais centros urbanos da Região — Goiânia, Anápolis e Ceres — apresentaram um crescimento relativo da população urbana, no período 1960/1970, da ordem de 178,56, 81,87 e 71,33, respectivamente<sup>20</sup>, o que correspondeu à formação de um mercado consumidor urbano bastante expressivo, que estimulou a produção agrícola regional, notadamente no que tange à produção de hortícolas que, a partir de então, passou por aumentos significativos. Em consequência da urbanização verificada na Região, Ceres e Anápolis definiram-se como importantes centros de comercialização, tornando-se responsáveis pela concentração da produção regional.

Dentre esses núcleos, Ceres foi aquele que, originando-se da instalação da CANG, destacou-se como local de comercialização de cereais, além de ter desenvolvido, de maneira expressiva, o setor de serviços ligados ao atendimento da área circunvizinha e do norte de Goiás. Outro exemplo é a Cidade de Anápolis, segunda cidade mais importante do Estado, depois de Goiânia, devido às vantagens advindas de sua localização, uma vez que é o mais expressivo centro urbano que antecede às frentes de expansão do norte de Goiás, que notabilizou-se pela importante função de centro de comercialização, tanto de cereais, quanto de hortícolas. Centraliza, ainda, importante produção de cereais de áreas produtoras mais setentrionais, bem como de Mato Grosso, produção essa que é beneficiada por aproximadamente, 70 cerealistas instalados na Cidade. A produção de hortícolas da área vizinha a Anápolis, principalmente, de Nova Veneza e Nerópolis, passou a convergir, também, para aquela Cidade.

A intensificação da ocupação da área dos vales do Araguaia e Tocantins, bem como daquela ao longo da Belém-Brasília, configurando um novo quadro de expansão de fronteira agrícola em moldes empre-

<sup>20</sup> Esses dados foram extraídos das *Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos*, relativos a 1960 e 1970 para o Estado de Goiás — IBGE.

sariais capitalistas na década de 70, teve repercussão na Região Geoeconômica de Brasília, uma vez que esta forma de ocupação se realizou através da grande produção de bens agrícolas comerciais e de grandes estabelecimentos pecuaristas, amparados pela política de incentivos fiscais, relegando a um plano secundário a produção de alimentos, principalmente de hortícolas. Dessa forma, essa produção que vinha se desenvolvendo na região de Anápolis, recebeu grande impulso, o que a tornou importante supridora dessas novas áreas. Por outro lado, a abertura dessa frente exerceu forte atração sobre lavradores que já se encontravam em situação desvantajosa no processo produtivo e que, aspirando por melhores condições de vida, foram se deslocando da Região Geoeconômica de Brasília para essas áreas.

Portanto, não obstante a situação menos favorecida em que se encontra, atualmente, a pequena produção, na Região Geoeconômica de Brasília, esta ainda se distingue pela expressiva produção agrícola de bens alimentares básicos e hortícolas, constituindo-se em importante área abastecedora dos centros urbanos regionais e de Brasília, além dos mercados situados nas frentes do norte do Estado e de áreas paraenses. O fato de ser beneficiada por diversas Rodovias (Belém-Brasília-BR-153, Brasília-Fortaleza-BR-020, Brasília-Belo Horizonte-BR-040, Brasília-São Paulo-BR-050 e Brasília-Cuiabá-BR-060), que servem a Capital Federal, coloca a Região, comparativamente, numa situação vantajosa para o desempenho das funções de distribuição desta produção. Assim sendo, apesar de as condições de infra-estrutura de transporte não serem ótimas e muitas rodovias e estradas estarem sujeitas a más condições de utilização e mesmo permanecerem interrompidas em épocas de chuvas, estas são, ainda, importantes vias que, juntamente com as estradas estaduais e vicinais, formam a trama viária que viabiliza a chegada dos produtos aos mercados consumidores regionais.

### **3.2 — Transformações ocorridas nos últimos 20 anos e seu impacto no meio rural**

As principais transformações que ocorreram na organização da atividade agrária, na Região Geoeconômica de Brasília, processaram-se a partir da década de 60 e estão ligadas, principalmente, à intensificação da ocupação através da expansão da fronteira agrícola em moldes capitalistas.

#### **3.2.1 — A atuação das políticas do Governo**

Nesse processo não se pode negligenciar o papel desempenhado pelo Estado que, através da criação de uma política agrícola nacional, atuou na área no sentido de concretizar tal expansão.

De fato, visando a encontrar soluções para os problemas ligados à produção agrícola e para questões mais específicas, relativas à problemática do abastecimento dos centros regionais, notadamente de Brasília, e, ainda, preocupados com problemas mais gerais como a ocupação de áreas de cerrado, os Governos Federal e do Distrito Federal têm criado incentivos e programas que atuam na Região Geoeconômica de Brasília.

Apenas, a partir da criação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), em 1976, começou-se a pensar na dinamização das atividades agrícolas da Região Geoeconômica. Assim, a programação proposta pelo Governo Federal, de incentivo à agricultura, prevê o incremento dessa atividade para fazer frente não só à crescente demanda interna de produtos agrícolas como, também, ao atendimento de compromissos assumidos pelo País, com o mercado externo, através da exportação desses bens.

Para atingir os objetivos de expansão da atividade agrícola, a nível nacional, as atenções se voltaram para os espaços disponíveis das áreas de cerrado, da Região Centro-Oeste, uma vez que as antigas áreas agrícolas produtivas do País já não dispunham de espaços que permitissem a expansão dessa atividade. No entanto, as características físicas dessas áreas de cerrado, embora não sejam impeditivas para tal aproveitamento, fazem com que certas técnicas agrícolas, tais como emprego de fertilizantes, calagem dos solos e, ainda, o controle hídrico através da irrigação, sejam necessárias para a ampla utilização de seus espaços, requerendo, portanto, grandes investimentos de capital. Este fato justificou a criação, por parte do Governo Federal, de uma série de projetos cujo objetivo foi estimular as atividades que permitissem o efetivo aproveitamento dos cerrados.

Assim sendo, foi criado através do Decreto n.º 75.320, de 21-01-75, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que consiste na conjugação de pesquisa, assistência técnica, crédito rural orientado e apoio de infra-estrutura (eletrificação rural, estradas vicinais e armazenagem). Para alcançar seu objetivo, este Programa está implantando diversos pólos de desenvolvimento, localizados em posições estratégicas, de modo a facilitar a difusão da tecnologia agrícola adequada, para toda a extensão dos cerrados. Dessa forma, a Região Geoeconômica de Brasília foi beneficiada pelo POLOCENTRO, através da definição dos Municípios de Posse, Planaltina e Goiânia como pólos de desenvolvimento, constituindo-se em áreas prioritárias para a atuação desse Programa.

Além das vantagens advindas dos programas do Governo Federal, de caráter mais abrangente, a Região Geoeconômica de Brasília tem sido alvo, também, de medidas que visam a solucionar seus problemas mais específicos.

Um dos problemas que suscitou maior atenção, por parte dos órgãos competentes da Capital Federal, foi a pressão exercida sobre seus equipamentos urbanos, proveniente de intensos fluxos migratórios para ela direcionados, os quais ultrapassaram a população ótima prevista pelo seu plano inicial.

Com vistas a solucionar esse tipo de problema foi criado o PERGEB, cuja função primordial foi a de dinamizar a economia da Região de influência do Distrito Federal, através do reforço urbano dos subpólos existentes ou potenciais e da conseqüente redução das migrações para a Capital. Dentro desta filosofia, foi definida uma estratégia de ação para o PERGEB, em convênio com a Secretaria de Planejamento do Distrito Federal (SEPLAN/GDF), que visa, principalmente:

a - redução da pressão dos contingentes migratórios sobre os equipamentos urbanos de Brasília, através da abertura de oportunidades alternativas de absorção de mão-de-obra, nos subcentros da Região Geoeconômica de Brasília;

b - estímulo à Região Geoeconômica de Brasília no sentido de integrar sua economia no processo de desenvolvimento do País, bem como direcionar sua produção para o abastecimento da Capital. Esse estímulo visa a atingir atividades produtivas industriais, agroindustriais e agropecuárias.

Para viabilizar a execução de seus objetivos o PERGEB grupou os municípios da Região Geoeconômica de Brasília, segundo seus problemas mais prementes e de acordo com as medidas específicas para a solução de cada um deles. Assim sendo, a Região foi dividida em três áreas: área de contenção, área de controle e área de dinamização.

Com relação ao desenvolvimento do setor rural do Distrito Federal, ao lado de medidas que estimularam a criação de um cinturão verde, para o abastecimento de Brasília, verificou-se, também, o incentivo a grandes lavouras comerciais (trigo, soja, arroz), bem como à expansão da pecuária, através de Projetos Especiais. Considerando-se que a grande maioria das terras do Distrito Federal é de propriedade do Governo Federal, uma das soluções encontradas para por em prática a idéia do cinturão verde foi a criação de Núcleos Rurais<sup>21</sup>. No entanto, a produção desses núcleos não correspondeu à expectativa, com exceção dos de Vargem Bonita e de Tabatinga.

Contrastando com a situação precária em que se encontram esses Núcleos Rurais, os Projetos Especiais desenvolvidos no Distrito Federal, em virtude da situação privilegiada em que se encontram, do ponto de vista de canalização de recursos, geram uma incômoda situação de seletividade em relação aos pequenos produtores locais. O fato de privilegiar empresários com disponibilidade financeira, em detrimento dos pequenos produtores, bem como de voltar-se para atividades que não estão ligadas à produção de bens para o mercado de Brasília, faz com que esses projetos dificultem a implantação de uma área, realmente voltada para o abastecimento da Capital Federal.

Considerando-se que a produção hortigranjeira concentra-se em pequenos ou médios estabelecimentos, a Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, também, vem pretendendo a dinamização dessa atividade, através de medidas que viabilizam o abastecimento de Brasília pela área rural do Distrito Federal. Estas medidas estão, também, direcionadas para a melhoria de vida do pequeno e médio produtor rural, através da garantia da comercialização de sua produção.

Para atingir esses objetivos, o Plano de Ação da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal estabeleceu políticas prioritárias de ação, que são viabilizadas através de uma série de programas específicos, entre os quais se destacam: o de Desenvolvimento Institucional, Fomento à Produção e Aumento de Produtividade, Organização dos Produtores, Política Fundiária, Abastecimento e Comercialização (neste, salienta-se a atuação do PROHORT, programa de caráter emergencial, voltado para o incentivo à produção e comercialização de hortigranjeiros, no Distrito Federal), Armazenagem e Transporte e Subsídios ao Crédito.

<sup>21</sup> Os Núcleos Rurais foram criados pelo Decreto n.º 163 de 1962 e Resolução n.º 28 de 1963 e deveriam contar com adequada infra-estrutura de comercialização e assistência técnica e creditícia, com a finalidade de produzirem bens agrícolas, inclusive hortícolas, além de exercerem, também, a atividade criatória.

Com relação a esses planos, deve-se salientar que são de caráter extremamente abrangente, além de que, muitas vezes, as medidas propostas não estão direcionadas para solucionar os problemas mais prementes.

Assim, no caso do POLOCENTRO, devido ao fato de estar voltado para o estabelecimento de uma atividade agrícola, com uso de tecnologia mais avançada, é exigida uma aplicação maior de capital. Desta forma, este Programa limita a sua atenção aos produtores que possuem maior disponibilidade financeira e/ou maiores possibilidades de obtenção de crédito. As proposições do POLOCENTRO para esta área tentam, também, voltar-se para o apoio às atividades hortigranjeiras, as quais, no entanto, por serem praticadas por pequenos produtores, não raro os deixam à margem das inovações na agricultura e poucas oportunidades lhes oferecem no sentido de usufruírem das vantagens que o Programa proporciona.

Quanto ao PERGEB, observa-se que, por se tratar de um plano estabelecido, especificamente, para atender à problemática da Região Geoeconômica, apresenta, por esta razão, maiores condições de uma atuação mais eficaz na área, em comparação ao POLOCENTRO.

Ao se considerar a subdivisão em áreas criada por este Programa, constata-se que os municípios que foram objeto de pesquisa direta neste estudo, pertencem à chamada área de dinamização, estando sujeitos a medidas que visam a estimular as atividades produtivas ligadas ao abastecimento de Brasília e a viabilizar a estabilidade social.

Entretanto, nota-se que as estratégias do PERGEB não são bem definidas no que diz respeito à sua atuação nas áreas rurais, tendo-se voltado para solucionar problemas existentes na área, através da ênfase em soluções nas áreas urbanas.

No que se refere às políticas governamentais voltadas para o incentivo da atividade agrícola do Distrito Federal, observou-se que estas atuam numa área que apresenta inúmeros problemas. Um deles diz respeito à grande especulação imobiliária, advinda do intenso crescimento urbano, o que gera a expansão de chácaras e sítios cuja finalidade se prende mais ao lazer de fim de semana do que às atividades produtivas. O outro problema relaciona-se com sérias questões ligadas à posse da terra, uma vez que grande parte do território do Distrito Federal pertence ao poder público. Estes fatos fazem com que os programas voltados para o Distrito Federal enfrentem sérias dificuldades para sua execução. Dessa forma, parecem ter apresentado resultados positivos apenas os Projetos Hortigranjeiros nos Núcleos Rurais de Vargem Bonita e Tabatinga e o PROHORT. Este último, entretanto, por apresentar um caráter emergencial, tem sua atuação limitada a apenas um período do ano.

Por outro lado, conforme já observado, a maior parte dos recursos desses planos parece estar canalizada para grandes empresários, em detrimento dos pequenos produtores. Este problema, não é uma característica específica dos planos voltados para o Distrito Federal, e faz parte de uma política agrícola nacional que privilegia o grande produtor, tendo este aspecto sido observado, com relação a programas mais abrangentes como o POLOCENTRO.

Finalizando, deve-se ainda notar a atenção que a horticultura vem recebendo por parte desses Programas, o que demonstra uma preocupa-

ção com o problema do abastecimento de Brasília em bens hortícolas. Por outro lado, percebe-se a ausência de medidas mais efetivas no que diz respeito à produção de bens alimentares básicos.

### 3.2.2 — A organização de um novo espaço agrário

O processo de modernização verificado na Região Geoeconômica balizado, principalmente, pelos inúmeros programas definidos pelo Governo, geraram uma série de transformações que, entretanto, não atingiram de forma homogênea os municípios componentes da Região. Estes, responderam a essas mudanças de maneira diferenciada, conforme as características peculiares à sua organização agrária.

Assim, do conjunto de municípios selecionados para esta pesquisa, verificou-se que foi Ceres o que apresentou mudanças mais significativas e os mais sérios problemas sociais. Este Município, originário de um povoamento fruto de colonização direta efetuada a partir de 1941, foi subdividido, nessa ocasião, em pequenos lotes que foram entregues a lavradores pobres, provenientes de outros Estados, os quais receberam a terra em usufruto, até que o Ministério da Agricultura lhes conferisse o título definitivo de propriedade da terra.

Esta colonização foi responsável por uma malha fundiária que, até a década de 60, mantinha o predomínio dos estabelecimentos com área inferior a 30 hectares, onde existiam apenas cinco estabelecimentos com área superior a 400 hectares. Note-se que, nesse ano, a classe fundiária com menos de 20 hectares representava mais de 50% do número total dos estabelecimentos, ocupando 40% da área total<sup>22</sup>. Entretanto, observando-se os dados de 1970, verificou-se que o número de estabelecimentos da classe 200 a 2.000 hectares elevou-se para 17 e, em 1975, para 34, tendo também aumentado sua área ocupada de 1.418 hectares, em 1970, para 11.197 hectares, em 1975. Ao mesmo tempo, verificou-se, também, a diminuição, em número e em área, dos estabelecimentos de 0 a 20 e de 20 a 200 hectares, no período 1960-1970 e 1970-1975. Esses dados demonstram que o Município de Ceres vem passando por acentuado processo de concentração fundiária.

O uso consecutivo do solo a partir da década de 40, em estabelecimentos de reduzidas dimensões, provocou intenso desgaste dos lotes dos colonos e a redução gradativa de sua produtividade, ao mesmo tempo em que se processou grande valorização das terras nessa área, após a abertura da Rodovia Belém-Brasília. Estes foram fatores que concorreram para a venda das terras dos colonos, resultando na aglutinação desses pequenos lotes em propriedades maiores. Os pequenos produtores deram, então, origem a um fluxo de saída de população da área rural do Município de Ceres para outras áreas rurais e para cidades próximas ou, ainda, passaram para outra categoria de produtor, como arrendatários, parceiros ou ocupantes, conforme se detectou através do exame dos dados censitários que acusaram sensível diminuição do número de proprietários, concomitantemente ao aumento de arrendatários, parceiros e ocupantes.

Estas modificações na estrutura fundiária e na condição do produtor fizeram parte do mesmo processo que afetou a atividade agrícola de Ceres, não só no que concerne à redução da produção proveniente

<sup>22</sup> Orlando Valverde & Catarina V. Dias. *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1968, p. 295.

das lavouras, como, também, em significativas transformações no uso da terra que se manifestaram através do aumento das áreas de pastagens, fazendo antever nova etapa na organização da atividade agrária do Município.

Este, em 1960, participava de forma expressiva na produção agrícola estadual, uma vez que o feijão, a laranja, o café, o abacate e o algodão apresentavam participação superior a 10% do total produzido em Goiás. No entanto, constatou-se que, em 1975, de todos os bens produzidos em Ceres nenhum chegou a atingir 10% da produção do Estado. Essa perda de expressão das lavouras não se deu apenas em relação ao total estadual mas foi, sobretudo, caracterizada pelo forte decréscimo verificado no volume da PAM (Anexo 2).

Não obstante a retração da produção agrícola, deve-se ressaltar que o uso de adubos químicos foi largamente difundido no Município, no período 1970-1975. Este fato foi provocado pelo intenso desgaste dos solos locais, os quais não apresentariam condições produtivas sem a aplicação de tais insumos. Ainda que, através da aplicação de insumos, tenha-se percebido o esforço de alguns produtores no sentido de manter a produção agrícola em níveis produtivos, o seu declínio não pode ser evitado, já que as causas desse processo são mais complexas, não se restringindo, apenas, a problemas locais.

O declínio das lavouras no Município, entre 1970-1975, significou a perda da primazia que as lavouras temporárias desfrutavam, em relação aos demais usos do solo. Neste período passaram a predominar atividades criatórias voltadas para a produção de leite, realizadas, principalmente, em pastagens artificiais, as quais, atualmente, predominam no espaço agrário do Município.

Esta nova forma de utilização da terra, predominantemente pecuarista, ainda que seja uma atividade sabidamente poupadora de mão-de-obra, proporcionou uma solicitação maior de força de trabalho do tipo assalariado. Esta fez-se necessária para a execução de tarefas ligadas à formação das pastagens e limpeza dos pastos, bem como o manejo do rebanho.

Enquanto esta nova fase vai sendo implantada, a vida econômica do Município pode ser definida como uma etapa de transição. Nesta, determinados elementos pertinentes à antiga organização agrária, responsável, no passado, por “uma paisagem feliz em que numerosa massa de camponeses ascendeu econômica e socialmente”<sup>23</sup>, ainda tentam, no presente, manter os padrões antigos, em oposição à atividade criatória que, a partir da década de 70, adquire importância econômica no Município, porém trazendo notório prejuízo para as populações rurais que dependem da lavoura para sua sobrevivência.

A presença significativa de produtores que vivem em situação de penúria, lavrando seus solos enfraquecidos e obtendo, anualmente, safras cada vez menores e insuficientes para o seu sustento e o de seus familiares; as constantes invasões de gado, que destroem completamente as plantações dos pequenos produtores, sem que haja indenização pelos prejuízos; as ofertas de compra de suas terras, que se mostram vantajosas face à situação de constantes dificuldades financeiras dos pequenos produtores, bem como a frequência com que esses

---

<sup>23</sup> Op. cit. pág. 301.

produtores assistem à saída de membros da família, de seus estabelecimentos, devido à falta de perspectiva de trabalho na área rural do Município, são algumas das evidências de que o processo de mudança que vem se verificando em Ceres é aviltante, para a maioria de seus pequenos produtores rurais. Entretanto, pode-se identificar um processo de adaptação, dos pequenos produtores de Ceres, a essas mudanças que vêm se efetuando no Município. Este diz respeito ao abandono da prática de lavouras alimentares por parte de alguns produtores, substituídas por uma pecuária leiteira, viável em pequenos estabelecimentos e destinada ao abastecimento da cidade. Dessa forma, permanecem ligados, ainda, às lidas rurais, através dos tratos requeridos pela criação, além de manterem o plantio de produtos para seu sustento e o de cana forrageira para alimentação do gado.

Essa mudança de atividade, entretanto, só foi acompanhada por uma parcela de produtores que são beneficiados por fatores como: melhor localização de seus estabelecimentos, isto é, mais próximos da Cidade de Ceres, o que permite o fácil acesso do leite ao mercado; melhor condição física dos lotes rurais, favorecendo à implantação da nova atividade ou, ainda, maior disponibilidade de mão-de-obra familiar. Os demais produtores que não dispunham de tais fatores permaneceram voltados para a lavoura porém, devido aos problemas apontados, encontram-se em situação de decadência e miséria. Numa tentativa de melhorar a situação desses pequenos produtores o escritório da EMATER formulou projetos especiais, destacando-se, entre eles, o da criação do bicho-da-seda. Esta nova atividade, realizada com assistência técnica e financiamento bancário, tem garantido aos raros produtores que a implantaram uma boa margem de lucro.

Situado em área vizinha a Ceres, o Município de Carmo do Rio Verde apresentou, entretanto, características particulares que o diferenciaram daquele Município, no período estudado.

Sua localização menos exposta aos impactos da Belém-Brasília, aliada ao fato de ter tido seus lotes rurais menos fracionados e em melhores condições físicas que os de Ceres, fizeram com que Carmo do Rio Verde reagisse, de forma diferente, às mudanças que se processaram na organização agrária regional.

Dessa forma, a estrutura fundiária do Município, entre 1960 e 1975, apresentou certa tendência a uma distribuição de terras mais homogênea. Esta foi detectada tanto pelo aumento em número e em área dos estabelecimentos com menos de 20 hectares, quanto pelo fracionamento verificado no estrato de 20 a 200 hectares e, ainda, pela redução, em área e em número, do estrato fundiário compreendido entre 200 e 2.000 hectares.

Quanto ao uso da terra, se verificou a expansão paralela das atividades ligadas à lavoura, nos pequenos estabelecimentos, e à pecuária, em estabelecimentos de maior área, por produtores locais. Esta atividade, ao contrário do que ocorreu em Ceres, não se expandiu em áreas antes ocupadas com lavouras e este pode ser o fator que explique não terem sido tão evidentes, em Carmo do Rio Verde, conflitos sociais da amplitude dos que ocorreram naquele Município. A expansão dessas atividades responde, também, pelo incremento do uso de máquinas e instrumentos agrícolas e, também, de fertilizantes químicos, que se processou no Município, a partir de 1960. Ressalte-se, ainda, uma grada-

tiva diminuição das áreas antes ocupadas com matas, o que sugere a incorporação de novos espaços à atividade agropecuária de Carmo do Rio Verde.

No sudeste da Microrregião "Mato Grosso" de Goiás, situa-se uma importante área agrícola, onde o processo de mudança na organização agrária foi impulsionado pelo crescimento de centros urbanos regionais que, através da demanda de seus mercados, incentivaram a produção de bens hortícolas.

O Município de Anápolis, que comanda essa área agrícola apresentou, no período 1960-1975, uma tendência à concentração fundiária, indicada pelo incremento do número e diminuição da área dos estabelecimentos entre 0 e 20 hectares, paralelamente ao aumento, em número e em área, dos estabelecimentos de 20 a 200 e de 200 a 2.000 hectares.

No tocante ao uso da terra, modificações se efetuaram, principalmente com relação à intensificação da horticultura e à expansão da pecuária. Notadamente, a partir da década de 60, a expansão da produção hortícola foi a responsável pelo aumento de áreas irrigadas, e, também, pela expressiva elevação do número de tratores e de estabelecimentos que passaram a empregar adubos químicos. Por outro lado, o aumento verificado na área e no número dos estabelecimentos de maior dimensão parece estar associado ao incremento, em 1975, das pastagens artificiais que passaram a ter maior participação na área total dos estabelecimentos.

Embora a produção agrícola tenha-se mantido expressiva, a partir de 1970 percebe-se um ligeiro decréscimo dos produtos hortícolas, na sua participação no total estadual. Com efeito, este fato não indica uma retração da horticultura em Anápolis, mas, parece estar mais ligado ao processo de expansão dessa atividade no Estado, quando outros municípios passaram, também, a se dedicar a essa atividade, principalmente aqueles limítrofes ao Distrito Federal.

No tocante ao interesse demonstrado por parte dos produtores locais, em se voltarem para a atividade criatória, este se traduziu pelo aumento verificado na área e no número de estabelecimentos de 200 a 2.000 hectares, e pela maior participação, a partir de 1975, das pastagens artificiais na área total dos estabelecimentos. Acresce, ainda, o fato de que o incremento da pecuária repercutiu, também, nas formas de utilização da mão-de-obra local que liberou assalariados temporários e, principalmente a partir de 1970, solicitou maior número de assalariados permanentes, categoria necessária à rotina das atividades criatórias.

Os Municípios de Nerópolis e de Nova Veneza, localizados nas proximidades de Anápolis, formam com este Município importante área hortícola da Microrregião, desenvolvida a partir da demanda dos mercados urbanos regionais.

A forma como Nerópolis e Nova Veneza reagiram às mudanças operadas na organização agrária regional, difere daquela apresentada pelos Municípios analisados anteriormente. Esta refere-se, principalmente, à tendência a uma distribuição de terras mais homogênea, apresentada por ambos e, também, no tocante ao uso da terra, a uma redução de participação das terras incultas, na área total dos estabelecimentos rurais. Este último aspecto pode ser explicado pelo fato de que tanto Nerópolis quanto Nova Veneza foram Municípios criados

mais recentemente do que os demais, tendo, ainda, espaços livres para serem incorporados aos seus processos produtivos, haja vista o flagrante aumento que se verificou nas áreas de pastagens, notadamente artificiais e de lavouras temporárias, a partir da década de 60. O incremento das áreas de lavouras temporárias correlaciona-se, intimamente, ao desenvolvimento da horticultura. Nesse período iniciou-se, também, a produção de alho que segundo informações de técnicos e de produtores locais adaptou-se, muito bem, às condições físicas da área, o que foi constatado pelo aumento bastante expressivo da produção, entre 1975 e 1977, quando, em Nerópolis, passou de 25 para 390 toneladas<sup>24</sup>, tornando-se, esse Município, o primeiro produtor do Estado, seguido de Nova Veneza.

Este incremento das lavouras, especialmente dos produtos hortícolas, provocou o aumento das áreas irrigadas que, entre 1960 e 1975, apresentaram notável expansão, sendo significativo, também, o número de estabelecimentos que passaram a empregar esta técnica. Paralelamente, houve sensível difusão do uso de fertilizantes e de máquinas agrícolas.

Embora as áreas de lavouras temporárias tenham sido incrementadas, as pastagens continuaram a predominar no uso de terra, principalmente as artificiais, tendo-se verificado o aumento de sua participação na área total dos estabelecimentos, a partir de 1970.

Notou-se, ainda, tanto em Nerópolis quanto em Nova Veneza, a tendência à substituição de formas indiretas de exploração, pelas formas diretas, uma vez que houve significativa diminuição do número de arrendatários e de parceiros, ao longo do período pesquisado. Com relação ao pessoal ocupado observou-se que houve incremento dos assalariados permanentes e da mão-de-obra familiar.

Localizado na porção sul da Região Geoeconômica de Brasília, na Microrregião Sudeste Goiano, e às margens da Rodovia BR-010 que, proveniente de São Paulo, corta o Triângulo Mineiro em direção a Brasília, o Município de Pires do Rio recebe influência dessa área do vizinho Estado de Minas Gerais, onde a criação bovina é a atividade principal. Assim, a pecuária vem se firmando cada vez mais como importante atividade econômica de Pires do Rio, já que, ao longo do período estudado, foi constatado expressivo aumento do efetivo do rebanho bovino, aumento da participação das áreas de pastagens artificiais, na área total dos estabelecimentos e, ainda, a introdução do plantio da cana forrageira. Outro fator a reafirmar a atividade criatória do Município é a presença, há mais de 10 anos, do Frigorífico Brasil Central, que tem um movimento de abate diário da ordem de 200 a 400 cabeças de gado que são provenientes, também, de outros municípios criadores do Estado. Entretanto, entre 1960 e 1975, as áreas dedicadas às lavouras permanentes e temporárias foram, também, incrementadas, tendo aumentado sua participação na área total dos estabelecimentos. Neste período deu-se a introdução de novos produtos agrícolas, especialmente, de hortícolas, tendo sido estes os responsáveis pela gradativa expansão das terras irrigadas que aí se verificou.

No período 1970-1975 foi, também, intensificado o uso de arados de tração mecânica, de tratores e aumentou o número de estabelecimentos que utilizam fertilizantes, principalmente os adubos químicos.

---

<sup>24</sup> Segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) — 1977.

Paralelamente a estas modificações, a estrutura fundiária foi-se alterando, tendendo a uma maior concentração. Durante esse processo, ocorreu à época da formação das pastagens, entre 1960 e 1970, um grande incremento de arrendatários e de posseiros, em detrimento dos proprietários, tendo-se verificado, no período seguinte, 1970-1975, situação inversa. A partir de 1970, em função do incremento verificado nas atividades agropecuárias do Município, principalmente da introdução do cultivo de hortícolas, foi flagrante o aumento de mão-de-obra assalariada, tanto permanente quanto temporária.

Situado na Microrregião Vão do Paraná, no extremo nordeste da Região Geoeconômica de Brasília, Posse configura-se como o principal Município de uma área caracterizada pela existência de sérios problemas de ordem social.

Posse originou-se do fluxo migratório de criadores nordestinos, expulsos de suas terras pela seca e que procuravam áreas de pastagens para a fixação de seus rebanhos. A boa qualidade dos pastos naturais aí existentes permitiu a instalação desses migrantes e o desenvolvimento da atividade criatória. Ao mesmo tempo foram, também, desenvolvidas lavouras que tinham como finalidade a manutenção dos criadores, tendo sido, também, iniciado o plantio da cana-de-açúcar, que deu origem a numerosos engenhos na sua área rural.

O processo de ocupação do solo do atual Município de Posse, deu-se, portanto, através de um povoamento espontâneo que, atualmente, em função das mudanças que ocorrem na sua organização agrária, o colocam numa situação de crise social que pode ser comparada à que ocorre no Município de Ceres.

As transformações que se verificaram na Região Geoeconômica, ao atingirem o Município de Posse, onde a maioria dos produtores pertenciam à condição de ocupantes, geraram sérios conflitos relacionados, principalmente, à posse e à legalização das terras. Considerando-se que este Município localiza-se à margem da Rodovia BR-020, compreende-se a grande valorização pela qual passaram suas terras, em função do fácil acesso a essa área por criadores provenientes de outras partes do País, principalmente de paulistas, à procura de novos espaços para expandir suas atividades. Estes criadores, por terem melhor situação econômica, chegam a adquirir vários lotes de terra e, conseqüentemente, desalojam os antigos produtores. Este fato é o responsável pelo processo de concentração fundiária que ocorre em Posse, através do qual se verificou sensível aumento do número e da área de estabelecimentos de 200 a 2.000 e de mais de 2.000 hectares, paralelamente à diminuição do número e da área dos estabelecimentos de 0 a 20 hectares e da diminuição do número e aumento da área daqueles de 20 a 200 hectares.

Essas alterações se refletem, ainda, na forte tendência à pecuarização que vem se notando em Posse, a partir de 1960, quando as lavouras temporárias e permanentes acusaram decréscimo, tendo os cultivos alimentares de arroz, feijão, milho e mandioca sofrido significativa queda na sua área cultivada, ao mesmo tempo em que as pastagens naturais e artificiais apresentaram sensível aumento de participação, na área total dos estabelecimentos (Anexos 1 e 2).

Este fato demonstra que as atividades criatórias se expandiram em detrimento da pequena produção das lavouras e justifica a redução havida, também, no número de arrendatários e de ocupantes que, em Posse, são tradicionalmente ligados à agricultura de subsistência. O

declínio das lavouras foi responsável, ainda, pelo inexpressivo aumento ocorrido no número de arados e de tratores, bem como pelo pequeno incremento verificado no uso de fertilizantes.

Apesar da expansão que se verificou na atividade criatória em Posse, o extrativismo vegetal é, ainda, a atividade econômica mais rentável destacando-se a extração da aroeira, madeira muito procurada na área para a construção de cercas.

Como resultado das transformações que ocorreram no espaço rural da Região Geoeconômica de Brasília, a partir de 1960 e, em função das especificidades de cada uma das áreas por elas atingidas, podem ser destacadas duas tendências que caracterizaram os municípios selecionados para esta pesquisa.

Estas tendências referem-se, principalmente, à expansão de duas novas atividades na área, que são: a criação bovina e a horticultura. A expansão da atividade criatória, está associada à concentração de terras, presente na maioria dos municípios pesquisados, e a horticultura que vem sendo desenvolvida em função da demanda crescente de mercados consumidores urbanos que surgiram na Região. Na medida em que se expandem essas atividades ocorre, em alguns municípios, retração da produção de alimentos básicos que, até a década de 60, caracterizava a produção agrícola da Região Geoeconômica de Brasília.

### **3.3 — Produção hortícola — setor deficitário da agricultura regional**

Não obstante tenha-se constatado que a horticultura vem-se fortalecendo na Região Geoeconômica de Brasília, enquanto a produção de alimentos básicos tem apresentado, nos últimos anos, perda em termos do volume produzido, verificou-se que, em relação ao abastecimento do mercado do Distrito Federal, os hortícolas são os produtos mais deficientes, frente à crescente demanda dos mercados regionais.

Entretanto, os resultados obtidos através do balanço entre produção e o consumo dos bens alimentares (Tabela 8) não foram suficientes para a compreensão da problemática do abastecimento de Brasília, devido à existência de canais de comercialização, direcionados no sentido de levar a produção da Região Geoeconômica para outras áreas consumidoras, bem como fazer chegar, até o mercado de Brasília, a produção oriunda de outros Estados e necessária ao seu abastecimento. Desta forma, foi necessário complementar esse estudo com outros dados e, com tal objetivo, foram analisados, juntamente com os resultados do balanço, os dados de volume comercializado na CEASA-DF em 1977, segundo os Estados fornecedores, com vistas a verificar a origem dos produtos consumidos pelo mercado de Brasília. A utilização desses dados foi importante na medida em que, é através da CEASA que se comercializa a maior parte dos produtos hortícolas consumidos no Distrito Federal.

Ao se analisar, então, os dados de volume comercializado, observou-se que o alho, a abóbora, a cebola, o tomate e a batata-inglesa, mostraram-se como produtos deficitários em termos de abastecimento de Brasília, já que apresentaram uma pequena participação da pro-

dução do Distrito Federal e de outros municípios goianos, no volume total comercializado, sendo originários, principalmente, dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais <sup>25</sup>.

**TABELA 8**  
**BALANÇO ENTRE A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1977**

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)	CONSUMO (t)					SALDO (t)
		Semeadura	Perdas da produção	Humano	Industrial	Animal	
Arroz em casca.....	707 628	18 465	141 525	—	405 546	—	+142 092
Arroz beneficiado.....	95 333	7 473	28 599	87 677	—	—	(-)28 416
Mandioca.....	24 421	—	2 442	32 829	58 066	9 279	(-)78 195
Milho.....	690 492	7 488	34 524	13 883	151 908	138 098	+344 591
Alface.....	6 564	—	—	4 091	—	—	+2 473
Repolho.....	5 784	—	—	5 137	—	—	+647
Tomate.....	20 593	—	4 118	21 772	—	—	(-)5 297
Cenoura.....	10 084	—	—	3 224	—	—	+6 860
Abóbora.....	4 088	—	—	13 394	—	—	(-)9 306
Cebola.....	3 013	—	602	8 624	—	—	(-)6 213
Chuchu.....	3 101	—	—	7 882	—	—	(-)4 781
Alho.....	3 092	196	154	1 670	—	—	+1 072
Batata-doce.....	1 805	340	180	1 073	—	—	+212
Batata-inglesa.....	102	189	20	22 751	—	—	(-)22 858

Comparando-se, entretanto, a relação de produtos deficitários indicados pelo balanço e pelo volume comercializado na CEASA, verifica-se que os resultados não foram coincidentes, apenas para o chuchu, o alho e o feijão.

Constatou-se pelo balanço que o chuchu apresentou um déficit de 4.781 toneladas, em contraposição aos dados de volume comercializado na CEASA/DF, onde se verificou que não existe uma participação expressiva de outros Estados na comercialização desse produto. Através dos dados de volume comercializado na CEASA/DF, observou-se que o próprio Distrito Federal, juntamente com o Estado de Goiás, foram responsáveis por 99,32% do total comercializado. Conseqüentemente não considerou-se este produto deficitário em termos do abastecimento de Brasília, já que a CEASA configura-se como o mais importante centro de comercialização da Capital Federal.

Verificou-se, também, pelo balanço que o alho produzido na Região apresentou um superávit de 1.422 toneladas, o que causa estranheza ao se comparar com os dados de volume comercializado na CEASA/DF, onde constatou-se uma participação bastante significativa do Estado de São Paulo (85%), no total comercializado. Neste caso, o problema deve estar relacionado diretamente com a existência de canais de comercialização, principalmente de São Paulo para Brasília, já estruturados desde a criação da Capital Federal, que dificultam a entrada da produção regional no mercado. De fato, durante a pesquisa de campo

<sup>25</sup> Ver a respeito o item 2.4, tabelas 6 e 7.

foi constatado, por exemplo, que o alho de Nerópolis é exportado, inclusive, para fora do País e somente 3% da produção são enviados para Brasília.

Com relação ao feijão, embora tenha-se constatado, pelos resultados do balanço entre a produção e o consumo, que a oferta regional do produto seria insuficiente para atender à demanda, verificou-se pelo volume comercializado na CEASA/DF (Tabela 7) não haver problemas quanto ao suprimento do mercado de Brasília, já que, no Estado de Minas Gerais, a Microrregião Chapadões do Paracatu, integrante da Região Geoeconômica, é a que envia as maiores quantidades desse produto para a Capital Federal. Sendo assim, não se considerou o feijão um produto deficitário em termos do abastecimento de Brasília.

No que tange à mandioca, não foi possível uma comparação de resultados, já que a CEASA/DF não faz um acompanhamento do volume comercializado deste produto, segundo os Estados de origem. Utilizando-se, então, os resultados do balanço e as informações levantadas durante a pesquisa de campo, verificou-se que a mandioca, apesar de apresentar um saldo negativo de 78.195 toneladas, não é um produto problemático em termos do abastecimento de Brasília. Realmente, esse produto não se caracteriza por ter importância expressiva no mercado local e, por outro lado, o Plano de Ação da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, para o período de 1970-75, prevê para 1985 um superávit de 763 toneladas, em relação à demanda, indicando uma maior intensificação no seu cultivo. Tal fato se explica, uma vez que a aplicação industrial da mandioca, como matéria-prima para a fabricação do álcool, tem contribuído para a elevação dos preços do produto no mercado e para o incremento da produção regional<sup>26</sup>.

Embora os dados da CEASA acusassem que a maior quantidade de tomate consumida no Distrito Federal é produzida na Região Geoeconômica, este produto foi, também, considerado deficitário por ser, ainda, o abastecimento da Capital Federal, dependente de outras áreas produtoras especialmente nas épocas de chuva.

Tendo em vista as observações feitas anteriormente, apenas o tomate, a abóbora, a cebola e a batata-inglesa foram, então, considerados produtos deficitários em termos de satisfazer à demanda do mercado de Brasília.

Com relação à estrutura de consumo da população regional (Tabelas 9 e 10), segundo classes de despesa, observou-se, como era de se esperar, com relação aos produtos alimentares básicos — arroz e feijão — um maior consumo, per capita, por parte dos consumidores de menor poder aquisitivo (classes 1 e 2).

Notou-se, entretanto, com relação ao consumo de mandioca, per capita, que em Brasília e na área urbana de Minas Gerais, a população com classes de despesa de mais de 5 salários-mínimos (classe 3) foi a que apresentou o consumo mais elevado. Este fato assume um caráter particular uma vez que a mandioca é, sabidamente, um importante produto na alimentação da população de classes de renda mais baixa, principalmente, nas áreas rurais do País. Na Capital Federal pode-se levantar a hipótese de que este produto seja mais consumido pela popu-

<sup>26</sup> Secretaria de Agricultura e Produção (DF). *Plano de Ação, 1979/1985*. Brasília, 1979. p. 12.

**TABELA 9**  
**CONSUMO PER CAPITA ANUAL DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS E**  
**ALIMENTARES BÁSICOS, SEGUNDO AS REGIÕES SÓCIO-**  
**ECONÔMICAS E CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA**  
**GLOBAL — 1975**

REGIÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E CLASSES DE DESPESA MONETÁRIA GLOBAL	CONSUMO PER CAPITA ANUAL (Kg)								
	Alho	Arroz	Batata- doce	Batata- inglesa	Cebola	Feijão	Mandioca	Tomate	Farinha de mandioca
<b>Região VI — Distrito Federal</b>									
Até 2 salários mínimos.....	0,37	51,71	—	3,64	1,72	26,58	—	3,44	3,07
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,39	54,40	1,32	7,55	2,68	23,70	2,10	6,55	2,11
Mais de 5 salários mínimos...	0,47	44,66	2,00	14,25	4,18	17,34	3,02	10,78	1,57
<b>Região VII — Zona urbana de Mato Grosso e Goiás</b>									
Até 2 salários mínimos.....	0,37	73,82	—	3,23	1,46	21,32	10,47	3,50	4,44
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,38	68,35	—	6,30	2,62	18,91	7,77	6,54	3,70
Mais de 5 salários mínimos...	0,46	57,30	—	9,09	3,49	16,44	7,40	10,69	2,90
<b>Região IV — Área urbana de Minas Gerais e Espírito Santo</b>									
Até 2 salários mínimos.....	0,63	45,30	—	7,28	1,15	23,71	2,68	2,92	2,05
Mais de 2 a 5 salários mínimos..	0,67	53,01	0,97	11,30	1,93	21,45	2,74	6,22	1,17
Mais de 5 salários mínimos...	0,70	46,16	1,35	14,16	2,92	17,26	3,99	10,41	1,12

FONTE — ENDEF — 1975 — IBGE.

**TABELA 10**  
**CONSUMO PER CAPITA ANUAL DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS E**  
**ALIMENTARES BÁSICOS POR REGIÕES SÓCIO-**  
**ECONÔMICAS — 1975**

PRODUTOS	CONSUMO PER CAPITA ANUAL (Kg)		
	Distrito Federal	Área urbana da Região Centro-Oeste	Área urbana da Região de Minas Gerais e Espírito Santo
Abóbora.....	2,8	3,0	7,5
Alface.....	1,5	0,8	1,0
Cenoura.....	1,7	0,5	0,5
Chuchu.....	3,7	1,2	4,2
Milho verde (espiga).....	1,4	3,8	2,4
Repolho.....	1,5	1,1	1,5

FONTE — ENDEF — Consumo Alimentar — Antropometria — Região IV, VI e VII — 1975.

lação de maior poder aquisitivo, devido ao problema de preço elevado que o produto alcança no mercado, em função do seu alto grau de perecibilidade.

No que se refere ao consumo dos produtos hortícolas, observou-se que foram, também, os consumidores com classes de despesa de mais de 5 salários mínimos (classe 3), os que apresentaram o maior consumo, per capita. De fato, os hortícolas, por serem vendidos a preços relativamente mais elevados do que os alimentares básicos, fazem parte, em maior proporção, da dieta alimentar da população de maior poder aquisitivo. Deve-se notar, entretanto, com relação ao consumo de alho, per capita, que este se mostrou homogêneo por classes de despesa, devido,

provavelmente, à sua pequena participação nas despesas com alimentação, em virtude de ser um produto utilizado apenas como tempero.

Concluindo, os resultados do balanço entre a produção e o consumo de produtos alimentares básicos e hortícolas, em confronto com os dados de volume comercializado na CEASA/DF, indicaram que o tomate, a abóbora, a cebola e a batata-inglesa, são importados de outros Estados para o mercado consumidor de Brasília devido à não existência de produção local suficiente. Considerando-se que os hortícolas são, em geral, produtos altamente perecíveis, essa importação se mostra bastante desvantajosa, pois, esse tipo de produto deve, sabidamente, ser produzido próximo aos centros consumidores. No caso da importação do alho, principalmente do Estado de São Paulo, embora exista produção local suficiente, os produtores se vêm impossibilitados de participar do processo de abastecimento de Brasília, devido à existência de canais de comercialização estruturados, que dificultam a entrada da produção local no mercado.

Com relação aos alimentares básicos, embora até 1977 — ano para o qual foi elaborado o balanço —, não se tenha verificado nenhum problema em relação à oferta regional, observou-se, no que tange ao volume de produção, bem como à área ocupada com lavouras temporárias, uma tendência ao decréscimo no período 1960-75<sup>27</sup>.

#### **4 — PEQUENA PRODUÇÃO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS — UM SEGMENTO PRODUTIVO MARGINALIZADO**

Em face da sensível diminuição da produção de alimentos básicos e, ainda, da insuficiência da produção hortícola, para fazer frente ao crescente consumo da Capital Federal, tentou-se buscar os fatores que poderiam estar influenciando na expansão da produção desses alimentos.

Nesse sentido, considerou-se como fatores que poderiam impedir uma maior atuação da pequena produção, no processo de abastecimento da Capital Federal, o próprio sistema de comercialização vigente em Brasília; os custos de produção da Região Geoeconômica, que poderiam ser mais elevados comparativamente aos de outras áreas abastecedoras desse mercado, a grande dependência aos intermediários e, ainda, a forma pela qual os pequenos produtores estão inseridos na atividade agrária regional.

##### **4.1 — Abastecimento de Brasília: um sistema inibidor da participação dos pequenos produtores**

O mercado consumidor de gêneros alimentares básicos e hortícolas da Capital Federal foi inicialmente abastecido, quase que totalmente, por áreas externas à Região, principalmente do Estado de São Paulo, criando-se, assim, canais de comercialização que, embora tenham sido recentemente substituídos, em parte, por outros provenientes de regiões mais próximas, ainda têm importante expressão no abastecimento de Brasília.

---

<sup>27</sup> Ver a respeito item 3.2.

De fato, no passado, a total dependência deste mercado consumidor, em relação a outros Estados, para seu abastecimento, criava uma insegurança muito grande, já que inexistiam alternativas de outras regiões produtoras que suprissem o mercado, quando da ocorrência de problemas ligados às safras insuficientes, geadas, chuvas, etc, que comprometiam o abastecimento e/ou provocavam uma elevação acentuada de preços.

Inicialmente, entretanto, as áreas vizinhas ao Distrito Federal não tiveram um estímulo capaz de desenvolver a atividade agrícola e abastecer este novo mercado consumidor, devido não só a fatores ligados à comercialização, como, também, por ser a região de cerrado uma área que, até então, não apresentava tradição agrícola. Só recentemente os produtores localizados na área rural do Distrito Federal e municípios vizinhos, têm incrementado significativamente sua produção de hortícolas, podendo, assim, competir com os produtores das áreas mais desenvolvidas.

Nesta fase inicial, a comercialização de gêneros alimentícios em Brasília se caracterizava pela ausência de redes de supermercados e CEASA, sendo o comércio realizado em quitandas e mercearias, nas superquadras, e em feiras livres localizadas nas *Cidades Satélites*, por não serem permitidas no *Plano Piloto*; nestas feiras era expressiva a presença de pequenos produtores.

A comercialização de gêneros alimentares básicos era feita, como ainda o é nos dias de hoje, principalmente pelos cerealistas concentrados no Núcleo Bandeirante. Estes atuam comprando produtos, principalmente no norte de Goiás e Mato Grosso, e de outras áreas, dependendo da época, e vendem em Brasília, sobretudo para os supermercados e comerciantes tanto do *Plano Piloto* como das *Cidades Satélites*.

O comércio local evoluiu com a criação, em 1962, da Sociedade de Abastecimento do Distrito Federal (SAB), que funciona atualmente, através de uma rede composta por 17 postos de venda a nível de varejo. Tem, essa Sociedade, como objetivo, canalizar a produção da área rural do Distrito Federal, responsabilizando-se pela sua comercialização; um outro objetivo seria o de controle dos preços dos produtos de consumo em geral, a fim de evitar que a iniciativa privada aja livremente no estabelecimento dos preços. Note-se, entretanto, que esses objetivos não têm sido cumpridos integralmente pela SAB, conforme pode-se observar pelas novas medidas propostas para Brasília, em termos de solucionar os problemas de abastecimento.

Com a implantação da CEASA/DF em 1973, criou-se um importante centro captador e redistribuidor de produtos oriundos não só da Região, como de outros Estados, onde a produção é comercializada por produtores vendendo diretamente sua produção e, principalmente, por atacadistas (90%).

Como consequência de um sistema de comercialização mais organizado e de uma crescente solicitação do mercado consumidor, verifica-se uma elevação acentuada do número de supermercados em Brasília. A partir de então, altera-se o sistema de comercialização que, atualmente, se faz através de uma extensa cadeia de supermercados atuando, principalmente, no *Plano Piloto*. Nas *Cidades Satélites*, o sistema de comercialização evoluiu no sentido da ampliação das feiras livres, em novas bases, paralelamente à implantação de supermercados.

Atualmente, percebe-se que o mercado de Brasília já não é tão dependente de outras áreas produtoras — fora da Região Geoeconômica — para o seu abastecimento, principalmente quanto a verduras<sup>28</sup>, que vêm sendo produzidas de forma bastante expressiva pelos núcleos rurais do Distrito Federal e Municípios mais próximos (Alexânia, Abadiânia, Luziânia, Cristalina, Padre Bernardo). De fato, os produtos hortícolas foram os que receberam maiores estímulos por parte dos órgãos competentes, não só pela pressão exercida pelo mercado consumidor, como, também, por serem altamente perecíveis, o que cria sérios problemas quando do transporte a longas distâncias.

Segundo estudos realizados sobre a produção agrícola do Distrito Federal e o abastecimento de Brasília, a sua área rural apresenta, a longo prazo, condições de incrementar a produção agrícola de forma a se auto-abastecer, principalmente quanto aos produtos hortícolas. Este fato torna-se, ainda, mais importante quando se constata a existência de períodos críticos no abastecimento, os quais correspondem à época chuvosa, na qual há sensível diminuição de produção, simultaneamente na Região e em outras áreas abastecedoras de Brasília. A frequência dessas crises de abastecimento responsáveis, muitas vezes, pela escassez de produtos no mercado e conseqüente elevação dos preços, foi um dos fatores que deu origem ao PROHORT<sup>29</sup>.

Apesar de, atualmente, já se verificar uma preocupação em estimular as áreas produtoras, próximas a Capital Federal, a problemática do abastecimento dessa cidade tem sido tratada mediante soluções que atingiram, principalmente, a chegada do produto ao mercado consumidor, fato que é comprovado quando se constata que foram tomadas medidas, no sentido de ampliar a rede de supermercados, e de criar um certo centro para onde converger a maior parte da produção que se destina ao abastecimento de Brasília — CEASA.

Entretanto, a ampliação da CEASA/DF favorece os produtores mais capitalizados que, por terem condições de apresentar expressivo volume de produção, reúnem maiores possibilidades de participar dos canais de comercialização e, portanto, contribuir mais efetivamente, para o abastecimento de Brasília.

Se por um lado, a CEASA trouxe benefícios para esses produtores assim como para os grandes comerciantes e atacadistas, além dos consumidores do *Plano Piloto*, por outro lado, devido ao seu próprio crescimento, acabou por expulsar do sistema de comercialização de Brasília, grande número de pequenos produtores, por apresentarem uma produção muito reduzida, incapaz de competir com grandes volumes comercializados por atacadistas da CEASA/DF.

Da mesma forma, a ampliação do número de supermercados contribuiu, também, para o agravamento do problema desses pequenos produtores, já que os supermercados, de um modo geral, também comercializam grandes volumes de produção, preferindo, assim, negociar com atacadistas localizados na CEASA/DF. Outra conseqüência da atual política de abastecimento de Brasília diz respeito às feiras livres situadas nas *Cidades Satélites*. Estas, que em grande parte funcionavam com participação expressiva de feirantes, em sua maioria, pequenos produ-

<sup>28</sup> Note-se, entretanto, que o mercado de Brasília ainda é, nos dias de hoje, extremamente dependente de outros Estados, para o seu abastecimento em frutas.

<sup>29</sup> Ver a respeito item 3.2.1.

tores, hoje em dia se realizam com a presença predominante de pequenos comerciantes. Nota-se, ainda, que estes, até recentemente, adquiriam quantidade expressiva de produtos junto aos camioneiros e pequenos produtores não capitalizados; entretanto, vêm gradativamente adquirindo mercadorias na CEASA/DF, devido, não só, às vantagens advindas de preços mais baixos, em relação aos produtos vendidos por camioneiros, como, também, porque a oferta de mercadorias de pequenos produtores tornou-se bastante reduzida, além de incerta, por estarem estes, devido às dificuldades que enfrentam para produzir, voltados, cada vez mais, para a sua sobrevivência.

Tem-se, como conseqüência, uma elevação dos preços das mercadorias vendidas nas feiras livres, apesar de os feirantes, muitas vezes, se associarem para comprar na CEASA/DF, dividindo o custo do frete. A elevação dos preços torna-se ainda mais grave quando se considera que a maioria dos consumidores das *Cidades Satélites* se caracteriza por ter baixo poder aquisitivo. Por esta razão, nota-se uma diminuição significativa no movimento comercial dessas feiras, já que os consumidores deslocam-se, com freqüência, para o *Plano Piloto*, a fim de adquirir produtos a preços menos elevados, no varejão da CEASA/DF, realizado aos sábados.

Desse modo, observa-se que a atual política de abastecimento de Brasília apresenta-se desvinculada de uma política de apoio ao pequeno produtor e, por esta razão, provocou e continua acentuando o processo de perda de importante parcela de produção advinda dos pequenos produtores que, se estimulados, poderiam estar contribuindo de forma bastante significativa no sistema e abastecimento. Tal constatação leva a admitir também que a atuação dos órgãos encarregados de solucionar os problemas relativos ao sistema de abastecimento de Brasília ainda privilegia a fase final da comercialização, podendo ser considerado, esse sistema, como um fator que limita a produção de parcela significativa de pequenos produtores.

#### 4.2 — O papel dos custos de produção na expansão da produção regional

Além do grau de participação dos pequenos produtores da Região Geoeconômica de Brasília no processo de abastecimento da Capital Federal, foram analisados, ainda, os custos de produção com a finalidade de se detectar se estes seriam também um dos fatores limitantes para uma maior participação desses produtores. Chegou-se à conclusão, apesar das limitações dos dados obtidos, que o custo de produção não se configura como um fator impeditivo para a expansão da produção local. De fato, observando-se as estimativas dos custos de produção para os quatro produtos identificados como deficitários — tomate, abóbora, batata-inglesa e cebola — em termos do abastecimento de Brasília (Anexos 11 a 29), verificou-se maior vantagem comparativa para a produção desses hortícolas, no Distrito Federal e Municípios em estudo, em relação a São Paulo, cuja participação no mercado de Brasília é ainda bastante significativa, principalmente quanto ao fornecimento de tomate, batata-inglesa e cebola. Com relação aos custos de produção de abóbora japonesa (*Tetsukabuto*) entretanto, constatou-se que o Estado de Minas Gerais (região de Uberlândia), cuja produção tem uma grande participação no mercado de Brasília, apresentou uma pequena

vantagem comparativa na sua produção, o que, porém, não inviabiliza a intensificação da produção nos Municípios selecionados, principalmente em Nerópolis, onde se verificou um custo de produção bastante próximo ao de Minas Gerais.

É importante se ter em mente, entretanto, quando da análise dessas estimativas de custo de produção, as limitações que nortearam a utilização desses dados, tendo em vista que a composição dos custos de produção foi elaborada por diferentes técnicos, o que trouxe como consequência certa heterogeneidade quanto aos itens componentes dos custos de produção nos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília e nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Para possibilitar, então, uma comparação dessas estimativas, homogeneizou-se a lista de itens relevantes, eliminando-se aqueles que sem estarem ligados à especificidade do cultivo de um produto, não constaram da estrutura de custo dos demais. Por outro lado, ocorreram problemas quanto aos diferentes níveis de produtividade, conforme o grau de utilização de insumos e de técnicas agrícolas, determinado pelo agrônomo. A solução para este problema foi a análise através dos custos de produção unitários.

Primeiramente, com relação às estimativas dos custos de produção unitários do tomate (Anexos 11 a 17), verificou-se que nos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, onde foram levantadas essas informações — Nerópolis, Nova Veneza, Ceres, Anápolis, Pires do Rio e Brasília — os custos de produção se mostraram mais baixos do que na DIRA do Vale do Paraíba, em São Paulo<sup>30</sup>, que é uma das regiões deste Estado que contribuem para o abastecimento da Capital Federal. Considerando-se, também, as informações obtidas junto aos agrônomos dos escritórios locais da EMATER, bem como através dos pequenos produtores desses Municípios, é possível indicar a viabilidade da intensificação da produção de tomate nesses Municípios da Região Geoeconômica de Brasília, não só sob o ponto de vista dos custos de produção, como também pelas boas condições naturais de solo e de clima<sup>31</sup>.

De fato, em se tornando possível para os pequenos produtores da Região, o cultivo do tomate com tecnologia adequada, as importações poderiam ser reduzidas e seria minorado o período crítico quanto ao abastecimento de Brasília, que corresponde à época das chuvas — dezembro, janeiro e fevereiro — quando ocorre sensível diminuição da produção local e de outros Estados que contribuem para o abastecimento da Capital Federal, havendo, como consequência, uma grande elevação de preços do produto no mercado. Quanto aos custos de produção da batata-inglesa (Anexos 18 a 20), verificou-se que o Distrito Federal e o Município de Pires do Rio<sup>32</sup>, apresentaram grande vantagem comparativa na produção desse hortícola em relação à DIRA de Sorocaba, no Estado de São Paulo<sup>33</sup>, que apesar de não ser a maior fornecedora

<sup>30</sup> Não foi possível a obtenção de estimativas de custo de produção de tomate para outras áreas produtoras de São Paulo.

<sup>31</sup> O Município de Anápolis é, dentre aqueles selecionados, o que envia as maiores quantidades de tomate para o mercado de Brasília.

<sup>32</sup> Não foi possível a obtenção das estimativas de custo de produção de batata-inglesa para os demais Municípios em estudo.

<sup>33</sup> A obtenção de estimativas para custo de produção de batata-inglesa no Estado de São Paulo só foi possível para a DIRA de Sorocaba.

de batata-inglesa para o mercado de Brasília<sup>34</sup>, é uma região onde o cultivo desse tubérculo é bastante desenvolvido.

A grande dependência, do mercado de Brasília, da produção de batata-inglesa oriunda de São Paulo deve-se, em grande parte, ao desestímulo aos produtores da Região Geoeconômica provocado pela falta de batata-semente que, sendo importada de outras regiões do País, principalmente de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, como também do exterior (Europa), tem o seu custo bastante elevado, além de, muitas vezes, não ser a semente de boa qualidade, tornando-se bastante suscetível a doenças.

Quanto ao problema da qualidade da batata-semente, foi realizada uma pesquisa no Município de Anápolis pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (ENGOPA), no período de março/77 a julho/79, quando foram feitas avaliações quanto à resistência e produtividade de seis diferentes variedades de batata. Dentre as cultivares, a *bintje* que é o tipo mais consumido, ocupando o primeiro lugar na importação brasileira de batata-semente, foi a que acusou os piores resultados, sendo mais suscetível a doenças, além de ter apresentado a mais baixa produtividade. Outras variedades — *banaka*, *spunta*, *marijke* e *radosa* — foram consideradas mais adequadas à Região, tanto em termos de produtividade como de resistência a doenças, tendo os pesquisadores chegado à conclusão de que a cultura de batata-inglesa, apesar de bastante exigente em termos de tecnologia, pode ser praticada em Anápolis, com tratos culturais muito menos intensivos e com altas produtividades em relação às regiões tradicionalmente produtoras. Cabe ainda ressaltar que Anápolis já contou com significativa produção de batata-inglesa tendo, entretanto, os produtores do Município se desestimulado para o plantio deste produto devido à má qualidade das sementes e à frequência de doenças na plantação.

Nos demais Municípios — Nerópolis, Nova Veneza, Ceres<sup>35</sup> e Pires do Rio — onde foi possível a obtenção de informações quanto à cultura da batata-inglesa junto a agrônômicos da EMATER, verificou-se, também, a existência de condições naturais favoráveis para o plantio desse tubérculo, sendo também apontado como o empecilho maior, o problema de falta de batata-semente, e a frequência de doenças causadas pela má qualidade da mesma.

No que se refere aos custos da produção unitários de cebola (Anexos 21 a 23), verifica-se que apesar de ser quase que totalmente importada de outros Estados, principalmente de São Paulo, para o mercado de Brasília, o Distrito Federal<sup>36</sup> possui maior vantagem comparativa na produção dessa hortaliça em relação àquele Estado o que indica a existência de viabilidade para a intensificação da produção local, com vistas a reduzir as importações deste produto. As estimativas de custo de produção de cebola no Estado de São Paulo, foram obtidas apenas para a DIRA de Sorocaba, que abrange a região que envia as maiores quantidades deste produto para o mercado de Brasília, desta-

<sup>34</sup> A DIRA da Grande São Paulo é que envia as maiores quantidades de batata-inglesa para o mercado de Brasília.

<sup>35</sup> A primeira experiência em Ceres com batata-inglesa, através de um convênio da EMATER/ENGOPA, se realizou durante o ano de 1980, não se conhecendo, ainda, os resultados.

<sup>36</sup> A obtenção dos custos de produção de cebola na Região Geoeconômica só foi possível para o Distrito Federal e Pires do Rio.

cando-se o Município de Piedade. Contribuem, também, como importantes fornecedores de cebola para o mercado da Capital Federal, os Estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.

Quanto à intensificação da produção de cebola nos demais Municípios em estudo — Anápolis, Nerópolis, Nova Veneza, Ceres, Pires do Rio e Carmo do Rio Verde — pelas informações obtidas junto a agrônomos da EMATER, as condições naturais são bastante favoráveis, sendo apontado como o maior entrave ao desenvolvimento desta cultura, na Região, a falta de estímulo dos produtores causada pela existência de canais de comercialização já estruturados que dificultam a entrada da produção local no mercado de Brasília.

Considera-se, então, que o estímulo à produção de cebola na Região, deveria ser não só no sentido de dar maior assistência técnica aos produtores, mas, também, na organização de um sistema de comercialização que permitisse aos produtores locais uma maior garantia quanto à venda da sua produção especialmente pelo fato de ser este produto bastante perecível.

E, finalmente, quanto aos custos de produção de abóbora japonesa (Anexos 24 a 29) tem-se que o Estado de Minas Gerais, e, mais especificamente, a região de Uberlândia<sup>37</sup>, que é uma das grandes fornecedoras deste produto para o mercado de Brasília, apresentou apenas uma pequena vantagem comparativa na produção dessa hortaliça sendo, portanto, possível indicar a existência de viabilidade de intensificação da produção, especialmente em Nerópolis, que apresentou custos de produção unitários bastante próximos aos da região de Uberlândia. De fato, as informações obtidas junto aos agrônomos dos escritórios da EMATER nos Municípios de Anápolis, Ceres, Nova Veneza, Pires do Rio, Nerópolis e Carmo do Rio Verde, e aos produtores da Região, indicaram que não existem problemas quanto às condições naturais para o plantio da abóbora japonesa, sendo este, porém, um produto bastante suscetível a fungos e não muito resistente ao frio, o que exige, por parte dos produtores, a observância da época própria para o plantio bem como o emprego de defensivos adequados.

Através da análise relativa aos custos de produção, chegou-se a resultados que indicam serem os produtos deficitários competitivos, quando produzidos na Região Geoeconômica de Brasília, principalmente o tomate e a batata-inglesa que, em termos comparativos, foram os que apresentaram os melhores resultados.

#### **4.3 — A ausência de capitalização e suas repercussões no processo produtivo**

Ao se pesquisar os estabelecimentos agrícolas da área em estudo, observou-se que estes se diferenciaram, principalmente, no que diz respeito às disponibilidades de recursos dos produtores, para fazer frente às despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. É interessante observar que a área dos estabelecimentos (0-200 hectares), não se constitui em um fator importante de diferenciação da organização da atividade agrária, nesses estabelecimentos. Dessa

<sup>37</sup> O Estado de São Paulo, também, contribui como importante fornecedor de abóbora japonesa para o mercado de Brasília.

forma, encontra-se a lavoura como principal atividade, tanto em estabelecimentos de pequenas dimensões quanto nos de maior área, o mesmo ocorrendo com a atividade criatória.

Estas atividades são desenvolvidas em estabelecimentos cuja dimensão variou de 2,42 a 217,80 hectares, sendo que 46, das 91 unidades produtivas pesquisadas, apresentaram área entre 2,42 a 38,72 hectares; 22 abrangeram área entre 41,14 a 87,12 hectares e, 23 constituíram-se em estabelecimentos maiores, cuja dimensão variou de 96,80 a 217,80 hectares.

Ainda notou-se um ligeiro predomínio de estabelecimentos com área maior que 48,4 hectares, 22 dedicados à pecuária, embora também tenha se observado a atividade de lavoura em 14 estabelecimentos dessa dimensão. Por outro lado, ao se considerar estabelecimentos com área inferior a 48,4 hectares sobressaiu a atividade da lavoura, embora a criação tenha sido, também, praticada em um número significativo dos estabelecimentos de tal dimensão.

Ao se analisar as 91 unidades produtivas que foram pesquisadas, observou-se um ligeiro predomínio daquelas voltadas exclusivamente para a lavoura (43,95%), sobre os estabelecimentos que se dedicam apenas às atividades criatórias (39,56%). Entretanto, esta elevada participação da pecuária numa área tradicionalmente agrícola vem atestar o papel de relevância que vem assumindo a criação bovina, nessa Região. Dos demais estabelecimentos, 13,18% estão voltados para uma atividade mista, ligada tanto à lavoura, quanto à pecuária (Anexo 30).

Prevalecem, nesse conjunto, como produtores, os proprietários da terra (97,18%), sendo inexpressiva a presença de ocupantes. Esses produtores, em sua maioria, administram diretamente os seus estabelecimentos e neles residem, sobretudo em moradias construídas com material de caráter durável (80,2%). Essas habitações não contam, em geral, com infra-estrutura básica, uma vez que 64,8% das residências rurais não são providas de instalações sanitárias e 79% não dispõem de energia elétrica.

Por outro lado, é reduzida a participação de produtores que vivem no meio urbano (27,4%). Nesse caso, não chegam a se caracterizar como absenteístas, uma vez que vivem na sede do município onde estão localizados os seus estabelecimentos rurais sendo, portanto, possível administrá-los através do envolvimento diário e constante em todas as decisões e etapas necessárias ao desenvolvimento da produção.

Ainda que o analfabetismo não tenha sido predominante, foi encontrada uma expressiva fração de produtores (26,4%) que não sabe ler. Este fato é sobretudo importante na medida em que interfere na forma como esses produtores buscam suas informações sobre a atividade agrícola, deixando-os à margem de informações veiculadas sob a forma escrita.

Por outro lado, notou-se, ainda, uma elevada filiação desses produtores aos sindicatos na área — do conjunto dos 91 produtores entrevistados, 38,4% estão sindicalizados. Entretanto, apesar desta grande participação o que se observa na Região em estudo é que não se vem exercendo nenhuma atuação significativa em termos de orientação quanto aos interesses dos pequenos produtores, que passam a se identificar mais aos trabalhadores rurais, devido à situação desprivilegiada em que se encontram. Na verdade, os sindicatos restringem-se a fornecer ajuda apenas no plano de assistência médica e odontológica.

Outro aspecto observado é que esses produtores freqüentemente têm reduzido acesso às informações agrícolas, através de revistas e jornais, limitando-se, na maioria das vezes, aos contatos informais com vizinhos com quem trocam experiências sobre atividades realizadas na lavoura e na criação. Entretanto, quando o produtor vive na cidade, o acesso às informações se amplia podendo usufruir das notícias veiculadas no rádio e na televisão. Via de regra, o que se pode constatar é que a grande maioria dos produtores está bastante isolada no mundo rural, dada a grande atomização de seus estabelecimentos no espaço, sendo este um fator que dificulta fortemente o conhecimento de inúmeras informações que são de suma importância para o desenvolvimento da atividade agrícola. Entre essas informações cita-se, a título de exemplo, o fato de mais de 70% dos produtores pesquisados não saberem informar o valor do preço mínimo de venda dos produtos tradicionalmente por eles cultivados — milho, arroz e feijão.

Ainda observou-se que desses produtores 42,8% são naturais do município onde residem, enquanto 81% são imigrantes oriundos de outras partes do País e que em sua maioria, buscaram a região quando esta se constituiu em importante fronteira agrícola a partir da década de 30. Esses produtores, naturais de outras áreas, tiveram como principais razões para migrarem inúmeros fatores, entre os quais destacaram-se a maior oportunidade de trabalho (23%), a presença de parentes na área (17%), condições de solo favoráveis para a lavoura (8%) e a facilidade de obtenção de terras (3%).

Verificou-se, também, o predomínio de produtores com idade superior a 50 anos (39,5%), atestando a permanência na terra, dos membros idosos da família. Os mais jovens dirigem-se a outras áreas agrícolas de Goiás e de outros Estados, notadamente de Mato Grosso e do Pará, ou a outros estabelecimentos rurais, no próprio município ou, ainda, voltam-se para atividades urbanas nas principais Cidades da Região, tais como: Anápolis, Goiânia ou mesmo Brasília. Esse fenômeno da emigração pode ser ilustrado através dos dados levantados junto às 91 unidades produtivas pesquisadas, quando se verificou que em 42,9% delas houve migração de elementos para outras áreas nos últimos 10 anos. Nesses estabelecimentos viviam 528 indivíduos, englobando o produtor e seus familiares, dos quais 115 (21,7%) deixaram o estabelecimento devido, principalmente, à necessidade de trabalhar ou estudar, ou por ter constituído família.

Na realidade, a saída dessa numerosa mão-de-obra se explica pelo fato de na área predominarem pequenas unidades de exploração familiar, cuja produção está voltada, basicamente, para a subsistência do produtor e de sua família. Esses estabelecimentos, devido à forma como vêm produzindo, não comportam a permanência de muitos dependentes em idade adulta, já que seu número ultrapassa os limites a partir dos quais se torna difícil a sobrevivência da família. Dessa forma, a saída dos elementos mais novos é uma maneira de solucionar o problema, sempre vulnerável, desses estabelecimentos rurais, que é o equilíbrio entre a capacidade produtiva e o consumo.

Ainda com relação à saída de membros não remunerados da família, observou-se que esta emigração não é recente, uma vez que 36,9% deles deixaram suas terras há mais de 10 anos; 25,2% entre 5 e 10 anos; 21,8% entre 2 e 5 anos e os restantes 16,1% há menos de 2 anos. Essa diminuição de população ligada as lides rurais numa área de agricultura tradicional reflete a perda de expressão da lavoura.

É importante, também, situar os aspectos relativos à utilização da terra e aos sistemas de cultivo para melhor caracterizar a organização da atividade agrícola dos produtores entrevistados. Entre as formas de uso da terra encontrada sobressaíram as lavouras temporárias e as pastagens. Na maioria dos municípios, as lavouras temporárias prevalecem quanto ao número de estabelecimentos voltados para essa atividade, enquanto que as pastagens, notadamente as artificiais, predominam em relação à participação da área ocupada com esta atividade, na área total dos estabelecimentos. A única exceção foi o Município de Nova Veneza, onde as lavouras temporárias sobrepujaram as pastagens, tanto no número dos estabelecimentos que a praticam, quanto na área por elas ocupadas nesses estabelecimentos.

Dentre os produtos cultivados, são os bens alimentares básicos os que há mais tempo são cultivados nessa área, bem como os que ainda predominam nas unidades de exploração pesquisadas. São, geralmente, cultivados sob o sistema de consorciação de culturas, notadamente o feijão e o milho, embora também tenha sido encontrada a consorciação de milho com mandioca. Em menor escala, nos Municípios de Ceres, Carmo do Rio Verde e Nova Veneza são também praticadas culturas intercaladas de feijão em meio às fileiras de café.

Considerando-se a época do plantio desses produtos, tem-se que o milho é geralmente plantado de outubro a novembro e nessa mesma porção de terra é semeado o feijão, nos meses de fevereiro e março, sendo ambos os produtos colhidos em maio e junho. Inicia-se, então, novo período de preparo do solo para o plantio do arroz que se dá em outubro e novembro, sendo sua colheita realizada em maio e junho, quando, então, se reinicia o mesmo ciclo. A mandioca, que é geralmente plantada em sistema de cultivo "solteiro", tem seu plantio iniciado em outubro podendo ser colhida a partir de maio, num período que pode se prolongar até uns 2 anos.

Não se constatou, entre os produtores entrevistados, a prática do pousio, uma vez que, a sua maioria utiliza toda a área disponível de seu estabelecimento, independentemente da extensão de terras que possua. Este é provavelmente mais um fator a contribuir para a deteriorização dos solos, já que a prática do pousio apenas foi verificada em sete unidades produtivas (Anexo 30).

Foi pouco freqüente, também, a combinação lavoura-criação de gado, tendo sido predominante, nos estabelecimentos em estudo, a exploração dessas atividades de forma separada. Este aspecto do sistema agrícola revela que essas unidades produtivas não obtêm as vantagens que esse tipo de combinação de atividades poderia proporcionar em termos de elevação de produtividade.

Assim sendo, o que se pode concluir, através da observação desses sistemas agrícolas predominantes, é que a maioria dos produtores está presa a práticas bastante rudimentares, que não repõem os níveis de fertilidade natural do solo. Esse fato é um reflexo de toda a situação de precariedade econômica na qual esses produtores estão inseridos, fenômeno que, na realidade, funciona como um círculo vicioso — ou seja, a falta de condições econômicas para a exploração dos estabelecimentos, com o passar do tempo resulta em safras menores e em produtividades mais baixas, o que, por conseguinte, acentua cada vez mais a precariedade econômica dos produtores.

Ao se observar o desenvolvimento da atividade agrícola nos estabelecimentos da pesquisa voltados para a produção de hortícolas notou-se que, dado o curto ciclo vegetativo desses produtos, muitos são plantados mais de uma vez no mesmo ano agrícola, sendo realizada desta forma, uma “sucessão de culturas”, uma vez que é grande a variedade de produtos plantados, na mesma área.

Além dos produtores que vivem do plantio exclusivo dos bens alimentares básicos, existem aqueles que se dedicam mais à horticultura, embora possam também cultivar bens de subsistência. Apenas nos Municípios de Anápolis e Nova Veneza ocorreu um número equivalente de produtores que se dedicam a essas duas atividades (Tabela 11).

TABELA 11

**PRODUTORES DE ALIMENTOS BÁSICOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS NOS SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	De produtos alimentares básicos		De produtos hortícolas	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	9	42,90	10	47,61
Carmo do Rio Verde.....	12	11	91,66	—	—
Ceres.....	22	17	77,27	1	4,54
Nerópolis.....	6	5	83,33	1	16,66
Nova Veneza.....	13	6	46,15	6	46,15
Pires do Rio.....	10	9	90,00	1	10,00
Posse.....	7	7	100,00	—	—

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

De fato, a horticultura desempenha no conjunto das unidades produtivas pesquisadas, um papel secundário, explicado, em parte, por ser esta atividade bastante laboriosa e de custo elevado, devido à necessidade de empregar grandes quantidades de insumos caros, além de exigir conhecimentos específicos, quanto aos seus métodos de cultivo.

Além destes aspectos, mesmo os produtores que desenvolvem esta atividade, apontaram problemas que parecem afetar e prejudicar o maior incremento da horticultura, chegando mesmo a desestimular sua produção. Entre esses problemas foram citados, com frequência, o risco de perda da produção proveniente, principalmente, da oscilação que seus preços sofrem no mercado. Este fato liga-se, intimamente, à frequência com que ocorre a saturação do mercado, nesses bens, o que provoca brusca desvalorização dos mesmos, fazendo com que a venda não cubra os gastos efetuados com a produção. Por outro lado, sendo os hortícolas extremamente perecíveis, não permitem aos seus produtores aguardar melhores preços, acarretando, portanto, perdas muito grandes da produção, uma vez que grandes quantidades não são vendidas.

O baixo grau de capitalização pode também ser inferido ao se atentar para o fato de que 55,4% dos produtores rurais entrevistados, não foram beneficiados pelo crédito rural, seja por não o terem solicitado, seja pelo fato de não ter sido aprovada, pela entidade financeira, a solicitação de tal recurso.

Entre as principais causas apresentadas como justificativa, por parte dos produtores, de não haverem recorrido ao crédito rural, sobressaiu o receio de não terem condições de saldar o compromisso com o banco, em função da pequena extensão de terras dedicadas às lavouras, bem como de sua baixa produtividade (Tabela 12).

TABELA 12

**PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL, POR MOTIVOS DIVERSOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL				
	Total	Receio de ficar sem lucro após o pagamento ao banco		Receio de não saldar o compromisso com o banco	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	16	1	6,25	1	6,25
Carmo do Rio Verde.....	10	—	—	2	20,00
Ceres.....	14	—	—	8	57,14
Nerópolis.....	3	—	—	1	33,33
Nova Veneza.....	3	—	—	1	33,33
Pires do Rio.....	4	—	—	3	75,00
Posse.....	4	—	—	2	50,00

MUNICÍPIOS	PRODUTORES QUE NÃO RECORRERAM AO CRÉDITO RURAL					
	Dificuldade de lidar com a complexidade bancária		Dificuldade de conseguir o crédito		Outros motivos	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	5	31,25	—	—	9	56,25
Carmo do Rio Verde.....	1	10,00	1	10,00	3	30,00
Ceres.....	1	7,14	—	—	5	35,71
Nerópolis.....	1	33,33	—	—	1	33,33
Nova Veneza.....	—	—	—	—	2	66,67
Pires do Rio.....	—	—	—	—	1	25,00
Posse.....	1	25,00	—	—	1	25,00

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Outros motivos, além desse, parecem influenciar a decisão dos produtores em requerer financiamento. Estes dizem respeito à sua idade avançada, à ausência de membros da família como mão-de-obra não remunerada, às constantes dificuldades pelas quais vem passando

a grande maioria desses produtores, as quais funcionam como desestímulo à produção e, ainda, às questões de caráter legal que impediram a concessão de crédito agrícola, particularmente, no caso de terras arroladas em inventário ou ocupadas por posseiros.

Embora dentre os produtores que recorrem ao crédito rural, um número razoável deles tenha condições de custear sua produção com seu próprio capital, em casos habituais do financiamento bancário não ser obtido em tempo hábil, um número também significativo não tem possibilidades de fazê-lo (Tabela 13). Esse atraso do sistema bancário, no mecanismo de liberação do financiamento, pode, portanto, ser considerado como um fator limitante da atividade agrícola, seja porque desse instrumento depende um número significativo de produtores, seja porque um retardamento na liberação do empréstimo bancário pode acarretar um atraso na época do plantio, com sérios prejuízos quanto à produtividade da lavoura.

TABELA 13

**SITUAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS QUANTO A POSSIBILIDADE DE CUSTEIO A PRODUÇÃO SEM RECORRÊNCIA AO CRÉDITO RURAL, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Custeiam		Recorrem	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL.....</b>	<b>41</b>	<b>19</b>	<b>46,3</b>	<b>22</b>	<b>53,7</b>
Anápolis.....	5	4	80,0	1	20,0
Carmo do Rio Verde.....	5	1	20,0	4	80,0
Ceres.....	8	3	37,5	5	62,5
Nerópolis.....	4	1	25,0	3	75,0
Nova Veneza.....	11	4	36,4	7	63,6
Pires do Rio.....	5	4	80,0	1	20,0
Posse.....	3	2	66,7	1	33,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Foi ainda comprovado que a maior parte dos empréstimos solicitados foi destinada à fase de custeio das lavouras (76%), e também foram direcionados para investimentos na atividade criatória (73,68%), sugerindo, portanto, maior capitalização dos produtores ligados a esta última atividade. Este aspecto foi mais evidente em Ceres e Nerópolis (Tabela 14).

Além das dificuldades inerentes dos pequenos produtores em terem acesso ao crédito rural, estas são ainda reforçadas pelo fato de que para as entidades financeiras tal tipo de empréstimo não é vantajoso. O custo do processamento de empréstimos é praticamente constante, quer se trate de financiamentos de maior vulto para grandes produtores, quer sejam de menor monta, destinados aos pequenos produtores. Por outro lado, a grande exploração, desenvolvida em grandes proprie-

TABELA 14

**DESTINO DO CRÉDITO RURAL APLICADO PELOS PRODUTORES  
EM SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS  
SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	LAVOURA										
	Total	Custeio		Investimento		Custeio e investimento		Custeio e comercialização		Todos	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL.....</b>	<b>25</b>	<b>19</b>	<b>76,0</b>	<b>3</b>	<b>12,0</b>	<b>1</b>	<b>4,0</b>	<b>1</b>	<b>4,0</b>	<b>1</b>	<b>4,0</b>
Anápolis.....	3	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Carmo do Rio Verde.....	4	2	50,0	0	0,0	1	25,0	0	0,0	1	25,0
Ceres.....	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nerópolis.....	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Nova Venéza.....	10	7	70,0	2	20,0	0	0,0	1	10,0	0	0,0
Pires do Rio.....	3	2	66,7	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Posse.....	2	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

MUNICÍPIOS	PECUÁRIA						
	Total	Custeio		Investimento		Custeio e investimento	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL.....</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>21,0</b>	<b>14</b>	<b>73,7</b>	<b>1</b>	<b>5,3</b>
Anápolis.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Carmo do Rio Verde.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
Ceres.....	6	0	0,0	5	83,3	1	16,7
Nerópolis.....	3	0	0,0	3	100,0	0	0,0
Nova Venéza.....	1	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Pires do Rio.....	3	1	33,3	2	66,7	0	0,0
Posse.....	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

dades, por dar como garantia a terra oferece maior segurança ao banco. Os pequenos produtores, nesse aspecto, constituem-se, portanto, clientes menos atraentes. Deve-se, ainda acrescentar que o atual sistema vigente de fiscalização da aplicação dos benefícios bancários seria onerada para a entidade financiadora, já que estes pequenos produtores são muito mais numerosos.

Outro aspecto da situação de precariedade econômica desses produtores pode estar associado, ainda, ao fato de que 69,23% dos 91 produtores entrevistados necessitam de outra fonte de renda, além da venda dos seus produtos agrícolas. Essa refere-se principalmente a trabalhos realizados em outros estabelecimentos (26,2%), revelando a situação de decadência da pequena produção, através de sua insuficiência no sentido de garantir a subsistência da família que a ela se dedica.

Outro dado relevante e que demonstra situação econômica dos pequenos produtores locais é a pequena ocorrência da utilização de terras em outros estabelecimentos para lavoura ou para pecuária (Tabela 15). Apesar disso, dentre os pequenos produtores entrevistados, os responsáveis pelos estabelecimentos de menores dimensões foram os que mais utilizaram terras em outro estabelecimento, principalmente, sob a forma de arrendamento de pasto. Este fato se deu notadamente

em Ceres, Carmo do Rio Verde, Nova Veneza e Posse e difere da situação encontrada em Anápolis, Nerópolis e Pires do Rio, onde se pode perceber uma vinculação dos produtores locais ao processo de expansão da atividade criatória, já que nesses Municípios a utilização de terras, fora do estabelecimento, foi praticada por produtores responsáveis por unidades produtivas de maiores dimensões (Anexo 30).

TABELA 15

**SITUAÇÃO DOS PRODUTORES, ENTREVISTADOS, QUANTO A UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO PARA A LAVOURA E A PECUÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO DOS PRODUTORES QUANTO AO USO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO				
	Total	Utilizam		Não utilizam	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	3	14,2	17	81,9
Carmo do Rio Verde.....	12	5	41,6	7	58,3
Ceres.....	22	10	45,4	12	54,6
Nerópolis.....	6	2	33,3	4	66,7
Nova Veneza.....	13	7	53,9	6	46,1
Pires do Rio.....	10	4	40,0	4	40,0
Posse.....	7	1	14,3	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

A baixa capacidade de investimento desses pequenos produtores traz também como consequência uma atividade agrícola restrita ao autoconsumo, caracterizada por uma pequena participação no mercado, que se realiza através da venda do excedente. Este, na realidade, constitui uma parcela da produção que deixou de ser consumida para fazer frente aos gastos necessários com a aquisição de bens que não são por eles produzidos. De fato, do conjunto de produtores entrevistados, 53 deles (58,25%) estão basicamente voltados para a produção de subsistência, enquanto 17 produtores (18,7%) dedicam-se mais à produção destinada à comercialização.

Esses dados tomados a nível de Município, mostraram que apenas em Anápolis ocorreu o predomínio de produtores direcionados à comercialização (42,86%). Nos demais, predominaram aqueles produtores voltados para os cultivos destinados à subsistência, embora tenha se observado uma variação significativa entre eles. Dessa forma, ao lado de Posse e de Pires do Rio, onde 100 e 80%, respectivamente, dos produtores produziam para o autoconsumo, encontrou-se Carmo do Rio Verde e Nova Veneza, onde essa participação foi de 50 a 53%, respectivamente. Nos Municípios de Ceres e de Nerópolis esses índices alcançaram valores intermediários: 63 e 66%, respectivamente.

Deve-se, ainda, considerar, em relação ao objetivo da produção, casos particulares como os de Nerópolis e de Nova Veneza, onde ocorreu situação diversa dos demais Municípios, por serem esses expressivos produtores de alho do Estado. Assim, em Nerópolis encontrou-se um

produtor cultivando diversos produtos para subsistência e tendo como produto comercial apenas o alho que lhe rendeu, na safra de 1979/1980, a quantia de Cr\$ 78,0 milhares, relativos a 2,6 toneladas. Em Nova Veneza três produtores que cultivam esse produto, paralelamente ao plantio de bens para subsistência, tiveram garantidos para o mesmo ano agrícola Cr\$ 20,4 milhares correspondendo a 1,7 tonelada; relativos a 900 quilos e Cr\$ 175,0 milhares referentes a 5 toneladas.

Embora predomine na área pesquisada a produção voltada para o autoconsumo, 52,22% dos produtores comercializaram algum produto. Entretanto, a venda de tal produção valeu a estes produtores quantias que variaram desde Cr\$ 300 até Cr\$ 245,0 milhares demonstrando que muitos percebem uma importância anual extremamente baixa, que não chega a satisfazer as necessidades de sustento de uma família, ao longo de um ano. Verificou-se, no Município de Ceres, o caso esporádico de um produtor que alcançou um valor total anual comercializado, através da venda de sua produção de arroz, da ordem de Cr\$ 1,5 milhão, afastando-se, portanto, da média do valor comercializado dos demais produtores. Entretanto, a produção deste produtor destaca-se por ser oriunda do processo de formação de pastagens artificiais, onde se verifica o plantio de arroz, como etapa inicial, não se vinculando, portanto, à mesma problemática dos pequenos produtores.

Tendo-se agrupado os valores das receitas obtidas com a venda dos produtos agrícolas em 3 classes que variaram de Cr\$ 300 a Cr\$ 6,6 milhares, de Cr\$ 9,1 a Cr\$ 52,7 milhares e de Cr\$ 62,0 a Cr\$ 246,0 milhares, observou-se para o conjunto de 47 produtores que comercializaram algum produto, uma distribuição equitativa nas classes definidas. Entretanto, esses dados analisados a nível de Município, mostraram significativas diferenças que, de certa forma, expressam o grau de desenvolvimento em que se encontra a produção das lavouras desses produtores: Nerópolis apresentou igual número de produtores na primeira e na última classe; Ceres e Posse concentraram maior número de produtores na classe de valor mais baixo; Nova Veneza agrupou o maior número de produtores na classe intermediária, enquanto Anápolis foi o Município que se distinguiu dos demais, no tocante ao valor da produção comercializada, uma vez que concentrou o maior número de produtores na classe de mais elevado valor. Procurou-se também relacionar essa variável à área dos estabelecimentos pesquisados e neste sentido chegou-se à conclusão que a dimensão das unidades produtivas não interfere no valor obtido através da venda dos produtos agrícolas. Constatou-se, por exemplo, que alguns produtores que obtiveram valor da produção mais baixo, entre Cr\$ 300 e Cr\$ 6,6 milhares ao ano têm estabelecimentos com área que variou de 24,2 a 145,2 hectares, enquanto que na classe de mais elevado valor da produção estão contidos estabelecimentos cuja área também variou bastante indo de 3,63 a 197,8 hectares (Anexo 30).

Como resultante da baixa disponibilidade de recursos a que estão submetidos os pequenos produtores tem-se que as unidades de produção abrangidas por esta pesquisa caracterizam-se, também, por um baixo nível técnico de exploração. Seus produtores desenvolvem suas lavouras através de métodos tradicionais e rotineiros, fazendo raramente uso de inovação quanto aos sistemas de cultivo. As máquinas e os instrumentos agrícolas empregados por esses produtores são a tradicional enxada e o arado de tração animal. A utilização de tratores, semeadeiras

e de arados de tração mecânica é bastante reduzida e quando utilizados, o são, na maioria das vezes, sob a forma de aluguel. O emprego de pulverizadores sobressaiu, apenas, em Anápolis e em Nova Veneza onde a produção hortícola se destacou, tendo sido o seu emprego insignificante nos demais Municípios.

O sistema de rotação de terras não foi expressivo nos Municípios pesquisados, especialmente em Posse, Anápolis, Ceres e Carmo do Rio Verde. A ausência dessa prática parece estar ligada à exigüidade das terras, nos estabelecimentos pesquisados, que não permite que uma parcela deles seja deixada em descanso.

Constatou-se também que a maior parte dos produtores entrevistados praticam a rotação de culturas, à exceção de Pires do Rio e de Posse, onde esta prática não foi encontrada com freqüência, por se tratar, no caso de Pires do Rio, um Município mais voltado para a criação e, no de Posse, em função do sistema de cultivo predominante que consiste no uso exaustivo do solo, com o mesmo produto.

Este fator, relativo à exigüidade espacial dos estabelecimentos, agravada pelo seu uso consecutivo através das referidas técnicas rudimentares ao longo de anos, parece ter exigido o emprego de determinados insumos, especialmente de adubação química ou orgânica, inseticidas e sementes selecionadas, para que seus solos desgastados pudessem apresentar um nível de maior produtividade ou mesmo, em casos extremos de depauperamento, pudessem produzir o mínimo necessário. A atividade hortícola foi, também, outro fator que estimulou o emprego desses insumos, especialmente em Anápolis e Nova Veneza, Municípios que ao lado de Ceres e de Pires do Rio destacaram-se por utilizarem maior variedade de insumos.

A estagnação em que se encontra a maioria desses produtores pode, ainda, ser traduzida pelo elevado número daqueles que não introduziram nenhum novo método de cultivo, nos últimos cinco anos, à exceção de Nova Veneza, onde os produtores entrevistados talvez por estarem ligados a projetos da EMATER, para o cultivo do alho, tenham incorporado novos métodos às suas práticas de cultivo.

De fato, os produtores deste Município constituíram exceção entre os demais, já que 69,23% deles receberam assistência técnica da EMATER. A grande maioria dos produtores, nos demais Municípios, não conta com este tipo de recurso.

Acresce ainda que as instalações existentes nos estabelecimentos pesquisados são, em grande parte, pequenas construções de material rústico, que funcionam como depósitos para a guarda da produção e dos instrumentos de trabalho. Muitas vezes, a situação do produtor é tão precária que não permite, nem mesmo, a construção de tais instalações e, nesse caso, é utilizado um cômodo da própria casa para tal finalidade.

Diante dessas condições, é também reduzido o número de produtores que dispõem da propriedade de caminhões e/ou camionetes. A ausência desses veículos repercute negativamente na fase da comercialização, restando a esses produtores a dependência do transporte de intermediários. Entretanto, outros tipos de veículos, mais precários, fazem parte do equipamento desses estabelecimentos. Estes dizem respeito, basicamente, a carroças puxadas por animais, tendo sido raro o caso de produtores proprietários de automóveis.

Em função do baixo nível técnico de exploração, resultante de toda a problemática que envolve estes lavradores, tem-se que, com a finalidade de aumentar a sua produção, estes pequenos produtores teriam que intensificar o fator trabalho, através do aumento da mão-de-obra empregada em seus estabelecimentos. Entretanto, por não possuírem condições financeiras que permitam a contratação de mão-de-obra assalariada, em caráter temporário ou permanente, utilizam da mão-de-obra familiar, na maior parte do ano agrícola. Esta, no entanto, vem se mostrando insuficiente, principalmente, nos períodos de maiores piques de trabalho no estabelecimento. Nesse caso, o produtor que se encontra em melhor condição financeira, recorre à contratação de mão-de-obra assalariada, constatando-se também a ocorrência da prática de troca de serviços, que se constitui num acordo, entre produtores, de trocarem dias de trabalho especialmente nas épocas de colheita.

De fato, observou-se que a utilização da mão-de-obra familiar foi a que apresentou frequência mais significativa nos estabelecimentos dos Municípios de Ceres, Nova Veneza, Carmo do Rio Verde e Posse, lugares onde se destacou a lavoura tradicional de alimentos. O trabalho assalariado temporário prevaleceu sobre as demais formas em Anápolis, Nerópolis e Pires do Rio, onde a horticultura e a pecuária vêm adquirindo maior expressão. O assalariamento permanente se destacou apenas em Anápolis (Tabela 16).

TABELA 16

**MÃO-DE-OBRA EMPREGADA PELOS PRODUTORES, POR SITUAÇÃO DE EMPREGO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	MÃO-DE-OBRA EMPREGADA								
	Total	Assalariado permanente		Assalariado temporário		Parceiro		Membro da família	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	32	8	25,0	13	40,0	3	9,4	8	25,0
Carmo do Rio Verde.....	25	5	20,0	9	36,0	1	4,0	10	40,0
Ceres.....	37	6	16,2	10	27,0	5	13,5	16	43,3
Nerópolis.....	10	3	30,0	4	40,0	3	30,0	0	0,0
Nova Veneza.....	25	2	8,0	8	32,0	2	8,0	13	52,0
Pires do Rio.....	12	2	16,7	6	50,0	0	0,0	4	33,3
Posse.....	10	0	0,0	2	2,0	2	2,0	6	60,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

#### 4.4 — A intermediação como um processo eliminador de estímulos ao pequeno produtor

Em função das condições em que são desenvolvidas as atividades agrícolas, a grande maioria dos lavradores pesquisados não tem condições de fazer chegar sua produção ao mercado consumidor. Nesse sentido, a figura do intermediário, se constitui em peça importante no processo de comercialização, viabilizando a chegada do produto ao mercado. Entretanto, deve-se considerar ser ele o responsável, não só pela excessiva elevação de preço que sofrem os produtos, até chegarem aos consumidores, como indiretamente contribui para o processo de

pauperização a que estão submetidos esses pequenos produtores, uma vez que compra a produção a preço que, via de regra, não cobre os gastos efetuados para custeá-la.

De fato, ao se perguntar aos produtores qual a principal dificuldade que enfrentam quando comercializam a sua produção, o problema mais freqüentemente apontado foi o preço excessivamente baixo que é dado por sua produção. Além desta questão, parece interferir negativamente no processo produtivo desses produtores a falta de transporte próprio para levar a produção ao local de comercialização. Sua ocorrência possibilitaria maior independência do produtor, em relação ao intermediário, além de ocasionar a redução de despesas com relação ao frete. A ausência de transporte próprio foi particularmente sentida pelos produtores de Posse, pois estes se ressentem da ausência de intermediários em virtude da precariedade do acesso aos seus estabelecimentos.

Conforme se constatou no processo de comercialização da produção dos pequenos estabelecimentos em estudo, predomina a figura do camioneiro ou "marreteiro", que percorre os estabelecimentos rurais ditando os preços e comprando aqueles produtos que poderão ser revendidos com certa margem de lucro (Tabela 17). Às vezes, também financiam a lavoura de alguns produtores, tendo como compromisso entre as partes a exclusividade da venda, antes da colheita. Apesar de predominar, nesse processo de comercialização, a presença do intermediário, nota-se, ainda, no caso dos produtos hortícolas, uma parcela de produtores que efetua a venda de sua produção diretamente a pequenos comerciantes na feira que se realiza, duas vezes por semana, na Cidade de Anápolis, onde é concentrada a maior parte da produção da área circunvizinha.

Esta feira tem como objetivo a comercialização da produção através do encontro desses produtores e dos intermediários com "marreteiros" provenientes de áreas de expansão da fronteira agrícola, Gurupi (Goiás), Tucuri, Marabá e Redenção (Pará) e dos principais mercados regionais, Brasília, *Cidades Satélites* e Goiânia, visando à compra e à revenda desses produtos, a fim de abastecer esses centros urbanos, através da CEASA/DF/GO e da rede varejista local (Figura 2).

Dessa forma, de Brasília destacam-se os camioneiros que, via de regra, levam a produção adquirida em Anápolis para ser mais uma vez revendida nos boxes da CEASA, sendo que esses comerciantes, por sua vez, a distribuem aos supermercados, mercearias, feiras das *Cidades Satélites*, enfim, à rede varejista local. Nesse processo, as mercadorias passam por quatro etapas de intermediação até chegar ao consumidor.

Por outro lado, quando determinado produto hortícola é negociado em Anápolis, por intermediários ligados à comercialização de algumas *Cidades Satélites*, a mercadoria é revendida aos proprietários dos boxes, na feira dessas Cidades, que a revendem ao consumidor. Este, no entanto, não é o procedimento mais comum, predominando o caso de feirantes que comprem os produtos na CEASA, o que provoca, ainda, maior elevação do preço de venda ao consumidor, devido ao acréscimo de mais uma etapa de comercialização.

Assim sendo, essa cadeia de intermediação que permite a chegada dos produtos hortícolas aos centros urbanos regionais e, especialmente, ao Distrito Federal, resulta em aumentos de preço do produto, a cada revenda, a partir da saída do estabelecimento, onde foi produzido, até a chegada ao consumidor final. Como consequência desse processo,

TABELA 17

**DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, POR TIPO DE  
COMPRADOR, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS  
NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	TIPO DE COMPRADOR						
	Total	Produtor		Camioneiro		Consumidor	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	1	4,8	4	19,0	2	9,5
Carmo do Rio Verde.....	7	1	14,2	3	42,9	—	—
Ceres.....	11	—	—	1	9,1	2	18,2
Nerópolis.....	3	1	33,4	1	33,3	—	—
Nova Veneza.....	12	1	8,3	5	41,7	2	16,7
Pires do Rio.....	—	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	—	—	—	—	6	85,7

MUNICÍPIOS	TIPO DE COMPRADOR					
	Pequeno comerciante		Usineiro/Cerealista		Governo	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	10	47,6	4	19,1	—	—
Carmo do Rio Verde.....	—	—	3	42,9	—	—
Ceres.....	4	36,3	3	27,3	1	9,1
Nerópolis.....	1	33,3	—	—	—	—
Nova Veneza.....	2	16,7	1	8,3	1	8,3
Pires do Rio.....	—	—	—	—	—	—
Posse.....	—	—	1	14,3	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

ficou detectada uma grande defasagem entre o preço pago ao produtor e o preço que o consumidor paga no varejo. Esta disparidade pode atingir, conforme o produto, um percentual bastante elevado, como no caso do tomate, cuja margem total da comercialização foi da ordem de 350% <sup>38</sup>.

Quanto aos bens alimentares básicos, especialmente o arroz, observou-se da mesma forma, que os produtores entrevistados enviam sua produção para Ceres e para Anápolis, Cidades onde existe expressivo número de cerealistas voltados para a compra da produção das mais

<sup>38</sup> Variação no preço da caixa de tomate a partir da venda pelo produtor, em junho de 1980:

— preço em Anápolis — comerciante comprou do produtor por Cr\$ 200 e vendeu por Cr\$ 300;

— preço em Brasília — comerciante da CEASA/DF comprou de intermediário por Cr\$ 400 e revendeu por Cr\$ 450;

— preço nas Cidades Satélites — comerciante comprou do intermediário por Cr\$ 500 e revendeu por Cr\$ 700.

diversas partes do Estado e, também, de Mato Grosso, ainda cabendo a eles a tarefa de distribuí-la para uma área que ultrapassa os limites da Região Geoeconômica de Brasília e atinge os centros consumidores do centro-sul (Figura 2).

O arroz, por ser um produto estocável e por necessitar de um processo de beneficiamento, permitiu a essas Cidades o desenvolvimento de tais funções. Por esta razão, Ceres e Anápolis constituem-se numa primeira etapa do processo que envolve a saída deste produto, do meio rural, antes de atingir o mercado consumidor e, desse modo, admite-se que os resultados encontrados para esta variável — destino da produção — tenham subestimado as quantidades que, na realidade, foram destinadas à Capital Federal.

A cadeia de intermediação responsável pela chegada desses produtos aos centros urbanos pode iniciar-se com o camioneiro, o qual retira a produção da área rural, passa pelo cerealista na cidade e, ainda, por grandes atacadistas nos centros urbanos, destacando-se com tal função, na Capital Federal, o Núcleo Bandeirante. Estes atacadistas revendem estas mercadorias para os diversos tipos de varejistas, que se encarregam de levá-las aos consumidores.

Ocorreu, também, além da venda da produção para o camioneiro, a comercialização diretamente ao cerealista, tendo sido esse tipo de transação comercial significativa em Anápolis, Carmo do Rio Verde e Ceres.

Em geral, o cerealista é um comerciante atacadista que adquire a produção dos inúmeros pequenos produtores que se encontram distribuídos de forma extremamente dispersa na área rural. Esses compradores por disporem de meio de transporte próprio, têm acesso direto aos produtores e, considerando-se, ainda, que é pequeno o volume de produção de cada estabelecimento, compreende-se o grande poder desses cerealistas na decisão dos preços a serem pagos pelos produtos. Em geral, esses compradores são, sobretudo, personalidades de prestígio local, devido à posição privilegiada que ocupam na região, por serem também grandes proprietários e importantes criadores de gado.

Embora tenha predominado a venda da produção para cerealistas, foi também expressivo o número de produtores que venderam sua produção para comerciantes locais notadamente em Anápolis, Ceres, Nerópolis e Nova Veneza.

Estes constituem-se em elementos possuidores de armazéns cuja função é abastecer a população da cidade em gêneros de primeira necessidade. Esse canal de comercialização caracteriza-se pela vantagem de contar com apenas um intermediário entre o produtor e o consumidor.

Deve-se atentar ainda, para o fato de que, tendo os produtos alimentares básicos a particularidade de poderem ser estocados, permitem aos intermediários jogarem com as oscilações de preço em proveito próprio. Com freqüência, os intermediários adquirem a produção do produtor e esperam a elevação dos preços no mercado. Nesta ocasião, revendem o produto obtendo, através desta operação, um aumento considerável de sua margem de lucro.

Os pequenos produtores, devido à sua precária situação econômica não usufruem das vantagens que a armazenagem oferece, pois, necessitam vender sua produção, logo após a colheita, a fim de adquirir produtos necessários à sua subsistência. Existem, mesmo, casos de produtores que são obrigados a vender sua produção antes da safra, fato

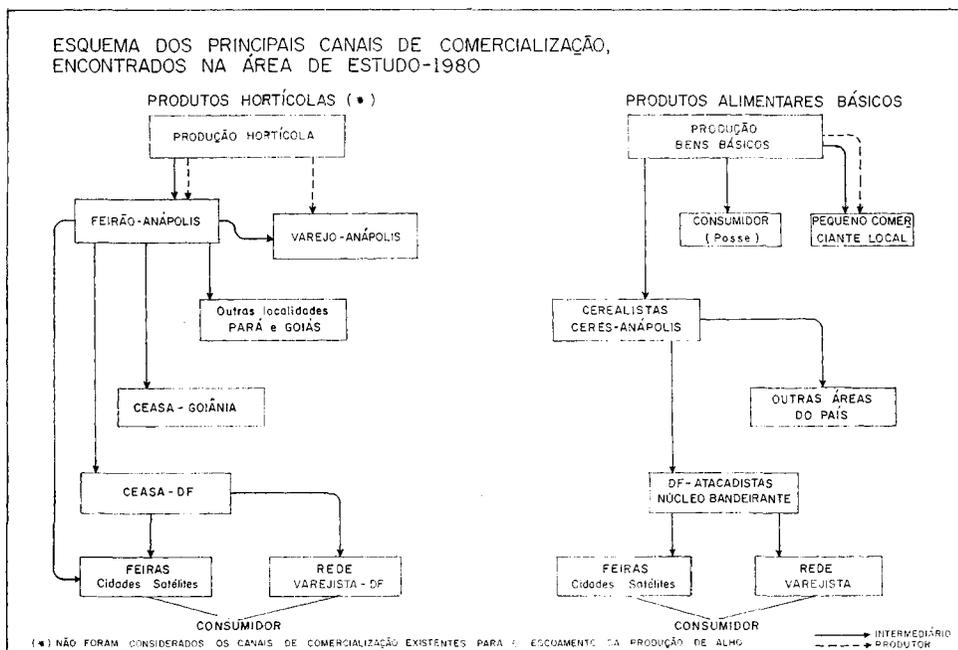


FIGURA 2

que ocorre em função das dificuldades que enfrentam, face à sua fragilidade econômica. Nesse caso, o preço pago por sua produção é frequentemente aviltante.

Ainda no que diz respeito à comercialização da produção dos pequenos produtores foram encontradas situações singulares nos estabelecimentos rurais pesquisados nos Municípios de Posse e de Pires do Rio. No primeiro, a presença de intermediários não se destacou, tendo-se verificado o predomínio de compras pelo consumidor, diretamente do produtor. Este fato está ligado às características dos estabelecimentos selecionados pela amostra, basicamente voltados para a subsistência e, que se caracterizam por estarem situados em áreas de difícil acesso, uma vez que estão bastante isolados das sedes municipais e dos distritos, ligando-se a esses apenas por estradas vicinais precárias. Sendo as condições de escoamento da produção desfavoráveis, a sua venda passa a ser esporádica e, quando ocorre, na maioria das vezes passa a ser efetuada entre vizinhos, objetivando, apenas, a complementação da subsistência dos produtores e de suas famílias (Tabela 17).

Já em Pires do Rio, a maioria dos produtores entrevistados estava voltada para a atividade criatória e os que se dedicavam à lavoura o faziam estritamente para sua subsistência, vivendo, em condições de vida extremamente precárias.

Finalmente, deve-se ainda considerar outras questões relativas à comercialização da pequena produção. Assim sendo, ressalte-se as conseqüências geradas por esta grande dependência dos pequenos produtores aos intermediários, o que afeta de forma negativa a expansão da pequena produção. Esse fato se explica porque muitas vezes esse tipo de comerciante não se faz presente na época da venda da produção impedindo, assim, a comercialização em momento oportuno. Principal-

mente no caso dos hortícolas, a ocorrência desse fato leva o produtor a perder toda a sua safra e, conseqüentemente, gera grande desestímulo para continuar sua atividade. Tal dependência assume, ainda, caráter mais grave quando se constata que esses pequenos produtores não dispõem de outras alternativas, tais como cooperativas, que garantam a comercialização de sua produção.

Concluindo, a existência da cadeia de intermediários, além de influir diretamente na elevação dos preços dos produtos, auferindo, portanto, parcelas maiores de venda geradas por este setor agrícola, elimina os estímulos que seriam enviados à área rural pelos consumidores das cidades, resultando numa atuação nociva, tanto para o produtor, quanto para o consumidor urbano. A ação dessa cadeia de intermediação, junto aos pequenos lavradores, atuando através de um mecanismo de rebaixamento do preço pago ao produtor, para maximizar seus lucros, freia os estímulos provenientes do consumo crescente dos grandes centros e, portanto, contribui fortemente para o desestímulo e para o empobrecimento desse grupo de produtores.

No entanto, apesar de todos esses fatores negativos, em relação à atuação do intermediário, na pequena produção de alimentos básicos e de hortícolas, deve-se destacar que ele é ainda uma presença necessária, considerando-se a distribuição atomizada dos pequenos produtores e a não existência de um sistema de comercialização que garanta a compra de sua produção.

#### **4.5 — Substituição das lavouras pela pecuária — expropriação dos pequenos produtores — as novas tendências**

Em conseqüência dos fatores até aqui apontados, os quais funcionam como sérios obstáculos à expansão das atividades ligadas às pequenas lavouras, uma pecuária primitiva voltada para a produção de leite veio, nos estabelecimentos pesquisados, ocupando paulatinamente os espaços que antes eram destinados ao cultivo de produtos agrícolas e, a expansão desta atividade criatória, passou a ser mais uma nova barreira ao incremento da produção das lavouras.

Ligada a esse aspecto constatou-se, por exemplo, que dos 91 produtores entrevistados apenas 43, que correspondem a 47,2% do total, afirmaram ter condições de aumentar sua área de cultivo; no entanto, apenas 20, realmente, expandiram a área ocupada com lavouras. Com exceção de Nova Veneza, nos demais Municípios pesquisados, mais de 60% dos produtores não aumentaram a área em cultivo (Tabela 18). Este fato vem demonstrar que a lavoura não tem sofrido incremento espacial embora existam, na maioria dos estabelecimentos entrevistados, condições naturais favoráveis para o cultivo de arroz, feijão, milho e hortícolas. Ressalte-se que, apenas no Município de Ceres, encontrou-se certa limitação em relação a condições favoráveis ao cultivo de feijão (Tabelas 19 e 20), sendo que 50% dos produtores afirmaram haver restrições quanto ao plantio desse produto.

TABELA 18

**SITUAÇÃO DOS PRODUTORES QUE AUMENTARAM OU NÃO AS ÁREAS EM CULTIVO, DOS SEUS ESTABELECIMENTOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Aumentaram a área de cultivo		Não aumentaram a área de cultivo	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	91	20	22,0	63	69,2
Anápolis.....	21	7	33,3	14	66,6
Carmo do Rio Verde.....	12	1	8,3	9	75,0
Ceres.....	22	2	9,1	18	81,8
Nerópolis.....	6	1	16,7	5	83,3
Nova Veneza.....	13	8	61,5	3	23,1
Pires do Rio.....	10	1	10,0	7	70,0
Posse.....	7	0	0,0	7	100,0

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 19

**SITUAÇÃO DOS PRODUTORES COM CONDIÇÃO OU NÃO DE AUMENTAREM AS ÁREAS EM CULTIVO DO SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS				
	Total	Com condição de aumento da área de cultivo		Sem condição de aumento da área de cultivo	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	91	43	47,2	40	43,9
Anápolis.....	21	13	61,9	6	28,5
Carmo do Rio Verde.....	12	4	33,3	7	58,4
Ceres.....	22	4	18,2	16	72,7
Nerópolis.....	6	4	66,7	2	33,3
Nova Veneza.....	13	10	76,9	2	15,4
Pires do Rio.....	10	6	60,0	2	20,0
Posse.....	7	2	28,5	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 20

**SITUAÇÃO DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS FAVORÁVEIS AO CULTIVO DOS PRODUTOS ALIMENTARES E HORTÍCOLAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS DE CULTIVO								
	Total	Arroz				Feijão			
		Favoráveis		Desfavoráveis		Favoráveis		Desfavoráveis	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	91	64	70,3	23	25,3	64	70,3	23	25,3
Anápolis.....	21	12	57,1	7	33,3	15	71,4	5	23,8
Carmo do Rio Verde.....	12	8	66,7	4	33,3	9	75,0	2	16,7
Ceres.....	22	15	68,2	7	31,8	11	50,0	11	50,0
Nerópolis.....	6	5	83,3	1	16,7	6	100,0	0	0,0
Nova Veneza.....	13	10	76,9	3	23,1	10	76,9	3	23,1
Pires do Rio.....	10	8	80,0	0	0,0	7	70,0	1	10,0
Posse.....	7	6	85,7	1	14,3	6	85,7	1	14,3

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS QUANTO AS CONDIÇÕES NATURAIS DE CULTIVO							
	Milho				Hortícolas			
	Favoráveis		Desfavoráveis		Favoráveis		Desfavoráveis	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
<b>TOTAL</b> .....	73	80,2	14	15,4	66	72,5	22	24,2
Anápolis.....	18	85,7	2	9,5	17	80,9	3	14,3
Carmo do Rio Verde.....	10	83,3	2	16,7	8	66,7	4	33,3
Ceres.....	15	68,2	6	27,3	14	63,6	8	36,4
Nerópolis.....	6	100,0	0	0,0	5	83,3	1	16,7
Nova Veneza.....	10	76,9	3	23,1	9	69,2	4	30,8
Pires do Rio.....	8	80,0	0	0,0	7	70,0	1	10,0
Posse.....	6	85,7	1	14,3	6	85,7	1	14,3

FORTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

Corroborando o fato de que, a lavoura nesses pequenos estabelecimentos encontra-se numa situação de estagnação e, mesmo em alguns casos, apresenta características de decadência, verificou-se que grande parte dos produtores entrevistados não introduziu o plantio de novos produtos alimentares básicos, nem hortícolas, nos últimos 5 anos, em seus estabelecimentos. Dentre os motivos alegados para tal fato, salienta-se a questão do empobrecimento dos solos e o maior interesse pela criação de gado. No que diz respeito à introdução de novos produtos hortícolas, menciona-se, além desses fatores, o aumento dos custos de produção devido ao elevado preço dos insumos, além do fato de ser esta atividade agrícola muito trabalhosa, exigente em grande número de tratamentos culturais (Tabelas 21 e 22).

TABELA 21

**MOTIVOS PELOS QUAIS OS PRODUTORES ENTREVISTADOS NÃO PLANTARAM PRODUTOS HORTÍCOLAS EM SEUS ESTABELECIMENTOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM PRODUTOS HORTÍCOLAS						
	Total	Terra fraca		Insumos caros		Área pequena	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	3	14,3	2	9,5	1	4,8
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	1	8,3	—	—
Ceres.....	22	2	9,1	1	4,5	1	4,5
Nerópolis.....	6	1	16,6	1	16,6	—	—
Nova Veneza.....	13	—	—	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	2	28,6	—	—	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM PRODUTOS HORTÍCOLAS							
	Introdução de pecuária		Desconhecer método de cultivo		Ser muito trabalhoso		Outros	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	1	4,8	1	4,8	1	4,8	8	38,1
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	1	8,3	1	8,3	6	50,0
Ceres.....	1	4,5	3	13,6	1	4,5	9	40,9
Nerópolis.....	—	—	—	—	1	16,6	3	50,0
Nova Veneza.....	1	7,7	1	7,7	—	—	8	61,5
Pires do Rio.....	1	10,0	1	10,0	1	10,0	4	40,0
Posse.....	—	—	—	—	—	—	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 22

**MOTIVOS PELOS QUAIS OS PRODUTORES ENTREVISTADOS NÃO INTRODUZIRAM O PLANTIO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, EM SEUS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES						
	Total	Terra fraca		Insumos caros		Área pequena	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	5	23,8	—	—	1	4,8
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	—	—	—	—
Ceres.....	22	4	18,2	1	4,5	2	9,0
Nerópolis.....	6	—	—	—	—	—	—
Nova Veneza.....	13	1	7,7	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	—	—	—	—
Posse.....	7	2	28,6	—	—	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E OS MOTIVOS DE NÃO PLANTAREM OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES							
	Introdução de pecuária		Desconhecer métodos de cultivo		Ser muito trabalhoso		Outros	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	1	4,8	2	9,5	—	—	2	9,5
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	—	—	1	8,3	5	41,7
Ceres.....	1	4,5	1	4,5	—	—	4	18,2
Nerópolis.....	—	—	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	—	—	—	—	—	—	3	23,0
Pires do Rio.....	1	10,0	—	—	2	20,0	2	20,0
Posse.....	—	—	—	—	—	—	5	71,4

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

A expansão da atividade criatória foi, assim, uma resposta às inúmeras dificuldades encontradas pela maior parte dos produtores para continuar "tocando" as suas lavouras.

A relativa estagnação da lavoura, nos estabelecimentos pesquisados, propiciou o aparecimento de uma reduzida atividade criatória, praticada em moldes bastante primitivos e voltada, via de regra, para uma limitada produção de leite, já que se trata, também, de uma atividade desenvolvida em estabelecimentos pouco extensos. Apesar da precariedade com que se desenvolve esta criação na maioria dos estabelecimentos, ela é importante para o abastecimento de leite nas sedes municipais de Ceres e Carmo do Rio Verde. Já a produção dos estabelecimentos de Anápolis, Nerópolis e Nova Veneza encontra-se mais intimamente vinculada ao mercado, uma vez que, esses Municípios fazem parte da bacia leiteira que abastece a Capital do Estado. Nota-se, ainda, que nesses três Municípios essa atividade criatória tende a se expandir em estabelecimentos de maiores dimensões e a ser praticada através de um sistema de criação melhorado.

A introdução da atividade criatória, na maioria das unidades produtivas em estudo, deu-se a partir da década de 50 e foi intensificada na seguinte (Tabela 23). Nota-se a predominância da mesti-

**TABELA 23**  
**INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA, EM SEUS ESTABELECIMENTOS, PELOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, POR DÉCADAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E AS DÉCADAS DE INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA						
	Total	1920		1930		1940	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	21	—	—	1	4,8	—	—
Carmo do Rio Verde.....	12	—	—	—	—	1	8,3
Ceres.....	22	—	—	—	—	—	—
Nerópolis.....	6	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	13	2	15,4	—	—	—	—
Pires do Rio.....	10	—	—	1	10,0	1	10,0
Posse.....	7	—	—	1	14,3	—	—

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS E AS DÉCADAS DE INTRODUÇÃO DA PECUÁRIA					
	1950		1960		1970	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Anápolis.....	3	14,3	6	28,6	9	42,9
Carmo do Rio Verde.....	1	8,3	2	16,7	8	86,7
Ceres.....	1	4,5	5	22,7	10	45,5
Nerópolis.....	2	33,3	1	16,7	—	—
Nova Veneza.....	2	15,4	1	7,7	8	61,5
Pires do Rio.....	1	10,0	2	20,0	4	40,0
Posse.....	—	—	4	57,1	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

çagem com a raça gir, embora em Anápolis, Nerópolis e Nova Veneza a raça holandesa seja encontrada com frequência e em Pires do Rio se destaque a raça nelore. Nesse Município se verifica um sensível predomínio da criação voltada para a produção de leite em estabelecimentos de maiores dimensões (Tabelas 24 e 25).

TABELA 24

**BOVINOS EXISTENTES, POR FINALIDADE DO REBANHO NOS ESTABELECIMENTOS DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRÁSÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS POR FINALIDADE DO REBANHO								
	Total	Cria		Recria		Engorda		Leiteiro	
		Absoluto	Relativo (%)						
Anápolis.....	21	1	4,8	0	0,0	—	—	18	85,7
Carmo do Rio Verde.....	12	2	16,7	0	0,0	—	—	10	83,3
Ceres.....	22	0	0,0	1	4,5	—	—	16	72,7
Nerópolis.....	6	2	33,3	0	0,0	—	—	5	83,3
Nova Veneza.....	13	1	7,7	0	0,0	—	—	12	92,3
Pires do Rio.....	10	1	10,0	1	10,0	—	—	8	80,0
Posse.....	7	0	0,0	0	0,0	—	—	6	85,7

FONTE — Dados obtidos na pesquisa de campo — 1980.

TABELA 25

**BOVINOS EXISTENTES, POR RAÇA DO REBANHO, NOS ESTABELECIMENTOS DOS PRODUTORES ENTREVISTADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRÁSÍLIA — 1980**

MUNICÍPIOS	PRODUTORES ENTREVISTADOS POR RAÇA DO REBANHO								
	Total	Gir		Nelore		Holandês		Outras	
		Absoluto	Relativo (%)						
Anápolis.....	21	10	47,6	1	4,8	2	9,5	5	23,8
Carmo do Rio Verde.....	12	7	58,3	—	—	—	—	4	33,3
Ceres.....	22	10	45,5	—	—	—	—	7	31,8
Nerópolis.....	6	5	83,3	—	—	—	—	1	16,7
Nova Veneza.....	13	5	38,5	1	7,7	—	—	5	38,5
Pires do Rio.....	10	3	30,0	1	10,0	—	—	4	40,0
Posse.....	7	5	71,4	—	—	—	—	1	14,3

FONTE — Dados obtidos na pesquisa direta — 1980.

A insatisfação da maioria dos produtores em relação às atividades da lavoura se reflete na intenção, que a maior parte deles possui, de expandir a criação bovina, independentemente de considerar as reais condições dos estabelecimentos, para tal fato. Através do contato com os produtores, observou-se que embora manifestassem o desejo de ampliar as áreas com pastagens, na realidade, não tinham mais terras que pudessem corresponder a essa expansão, só sendo esta viável em detrimento das terras utilizadas com lavouras, fenômeno que foi bastante expressivo em Ceres. Existe, entretanto, o grupo de produtores

que por apresentarem piores condições financeiras não foram capazes de introduzir a pecuária em seus estabelecimentos, permanecendo ligados à lavoura.

Foi, ainda, constatado que produtores de Posse (28,57%), Pires do Rio (20%), Ceres (9,09%), Carmo do Rio Verde (8,33%) e Anápolis (4,76%), se assalariam em caráter temporário, em outros estabelecimentos. Esse dado vem demonstrar mais um aspecto da fragilidade econômica desses pequenos produtores, na área em estudo, fator que somado aos já apontados anteriormente torna esses produtores extremamente vulneráveis à venda de suas terras e assinala forte tendência à sua expropriação.

Nesse sentido, a concretização dessas duas tendências verificadas na área — substituição da lavoura pela pecuária e expropriação dos pequenos produtores — vem resultando em graves problemas sociais e, no que tange ao desenvolvimento agrícola, implica na redução da produção e no alijamento de grande número de pequenos produtores do processo de abastecimento dos centros urbanos regionais.

## 5 — CONCLUSÃO

O modelo agrícola brasileiro, historicamente direcionado para a produção de bens de exportação não criou, ao longo do tempo, estímulos apropriados para a expansão da pequena produção, em termos nacionais, permanecendo sempre numa posição extremamente desfavorável, no processo produtivo nacional.

Este fenômeno foi reproduzido na Região Geoeconômica de Brasília, embora as metas da política da “Marcha para o Oeste”, nos anos 40, tenham privilegiado, nessa Região, a pequena produção agrícola, através da criação da CANG. Esta colonização, apesar da restrita expressão em termos espaciais, foi de grande relevância para a organização agrícola regional e mesmo estadual, já que foi a responsável pela formação de importante área produtora de alimentos, com repercussões no abastecimento do mercado interno, a nível nacional.

Porém, a atual política agrícola do Governo, tendo entre suas áreas de interesse a Região Geoeconômica de Brasília, na medida em que privilegia a grande produção de bens exportáveis, acentua a situação de precariedade da pequena produção e acirra antigos problemas provenientes de tal condição que ao longo do tempo já se vinha mostrando bastante desfavorável. Por outro lado, o desenvolvimento da pequena produção de alimentos na Região Geoeconômica é ainda afetada pela proximidade da região de fronteira agrícola amazônica, uma vez que, inúmeras de suas áreas notadamente o eixo Ceres — Anápolis, receberam de forma decisiva os efeitos do processo de expansão da fronteira agrícola, em direção à Amazônia Legal. Essa área, exercendo grande atração sobre a mão-de-obra rural da Região Geoeconômica, deu origem a um fluxo migratório significativo em sua direção. Esse fato ocorreu no momento em que devido à expansão da atividade criatória reduziram-se, consideravelmente, as oportunidades de emprego no mercado de trabalho rural da Região. Dessa forma, os pequenos produtores, pressionados pela expansão dessa atividade, são levados a vender suas terras, que já não permitem bons rendimentos para a lavoura, ao mesmo

tempo em que vislumbram na compra de estabelecimentos de maiores dimensões, na área da Amazônia Legal, uma oportunidade de melhorar suas condições de vida.

Os efeitos da política de ocupação da Amazônia não se restringiram apenas ao esvaziamento econômico que determinadas áreas da Região Geoeconômica sofreram e que atingiram, particularmente, os pequenos produtores. Ocorreram também determinados benefícios que de certa forma atingiram, pelo menos, uma parcela de produtores. Entre esses, podem ser destacados a abertura da Belém-Brasília, que, cortando parte considerável da Região, permitiu o escoamento da produção até mercados regionais e mesmo para a Capital Federal e, ainda, a crescente demanda de bens hortícolas, que essa área em expansão passou a exercer, contribuindo, de maneira bastante efetiva, para o incremento da horticultura na Região.

Esses estímulos provenientes dessa área em expansão e, também, do crescimento urbano ocorrido na Região Geoeconômica, atingiram os pequenos produtores que, entretanto, em sua maioria, não tiveram condições de responder favoravelmente. Este fato, pode ser entendido, quando se observa que a realização de suas atividades é extremamente dificultada em face dos inúmeros fatores negativos, de caráter estrutural, que afetam o processo produtivo desses lavradores e em função do sistema de abastecimento da Capital Federal, que dificulta a participação de uma parcela considerável de pequenos produtores.

Assim, a maioria desses lavradores, por não disporem de um capital mínimo necessário para fazer frente às despesas relativas aos custos de produção, acabam entrando num círculo vicioso, difícil de ser rompido, no qual a renda obtida com reduzido emprego de capital, quase sempre, é insuficiente para reiniciar um novo processo produtivo, o que provoca, a cada ano, safras cada vez menores. Assim, presa a este ciclo gerador de pobreza, a atividade desses lavradores fica comprometida, desde os sistemas de cultivo empregados, que são os mais rudimentares, atingindo as relações de trabalho, através do predomínio de tarefas não remuneradas, indo até a venda da produção, quando sua dependência ao intermediário acaba por retirar parcela excessiva da sua pequena renda.

Esse fenômeno da descapitalização dos pequenos produtores, correspondendo à intensificação do processo de expansão do capitalismo no meio rural da Região nas duas últimas décadas, tem ocasionado a substituição da lavoura pela pecuária, a expropriação do pequeno produtor e, conseqüentemente, a intensificação do êxodo rural.

De fato, o contexto econômico e social no qual estão inseridos esses produtores faz com que a sua maioria perca, gradativamente, a capacidade de explorar seus estabelecimentos de forma lucrativa que lhes permita a aquisição de mercadorias que não são neles produzidas, mas que são necessárias à sua sobrevivência e da família. Diante da impossibilidade de suprirem tais necessidades, determinados produtores são obrigados a vender sua força de trabalho juntamente com a de outros membros da família. Todas essas dificuldades que o produtor enfrenta para realizar sua sobrevivência e a de sua família fazem com que ele fique cada vez mais vulnerável a ofertas de compra de sua unidade produtiva, por parte de produtores interessados na formação de pastagens e na expansão da pecuária. Esse conjunto de fatos, observados na

área estudada, leva a admitir a existência de uma forte tendência a um processo de proletarização de seus produtores, que acabam migrando para a cidade.

O êxodo rural, por sua vez, deve ser entendido, na medida em que a Região Geoeconômica de Brasília passou por um acelerado processo de urbanização que suscitou mão-de-obra não qualificada que pudesse se engajar em serviços mais pesados na cidade e que, ao mesmo tempo, por ser bastante numerosa, pudesse responder ao mecanismo de rebaixamento de salários, imprescindível ao processo de acumulação dos principais centros urbanos regionais e da Capital Federal.

Esse fenômeno do êxodo rural leva ao questionamento da estrutura agrária vigente no País e à reflexão sobre o destino das antigas áreas de colonização, que após 20 anos de prosperidade, entraram numa fase de decadência. Por outro lado, o êxodo rural recoloca a questão do esvaziamento do campo, pela falta de oportunidade de trabalho na área rural, principalmente para os membros mais jovens da família, que, em virtude do esgotamento das possibilidades de sua absorção nas lides rurais, deixam o campo em busca de trabalho nas cidades tendo que enfrentar, em condições desvantajosas, o difícil acesso ao mercado de trabalho. Além desses problemas, relativos às dificuldades de absorção ao mercado de trabalho urbano, a chegada à cidade dessa numerosa população migrante contribui para agravar inúmeros outros problemas, advindos das desigualdades sociais, que já são latentes nas grandes cidades brasileiras.

No caso específico da Região Geoeconômica, o êxodo rural tem se dirigido, principalmente, para Anápolis, Goiânia e para a Capital Federal. Nessa Cidade, o crescimento urbano acelerado, especialmente em função da migração rural-urbana tem ocasionado graves problemas. A expansão indiscriminada das suas periferias e suas conseqüências — infra-estrutura urbana insuficiente e precária, além de dificuldades no abastecimento de sua população carente e de baixa renda — são apenas alguns dos impasses surgidos na Capital Federal nos últimos anos.

No que se refere à problemática do abastecimento, tem-se que na Capital Federal, em função dessa urbanização acelerada, ocorreu grande elevação do consumo de bens alimentares básicos e dos hortícolas o que tornou necessária uma reformulação na organização do abastecimento, até então, vigente na Capital Federal.

Assim, acompanhando as mudanças econômicas que se deram no País, principalmente na última década, o sistema de abastecimento da Capital Federal, como nas principais cidades brasileiras, foi direcionado para a criação de um sistema mais eficiente em termos econômicos. Em Brasília, foram conseqüências dessa política de abastecimento, a permanência dos antigos canais de comercialização, provenientes de áreas produtoras distantes, operando grandes volumes de produção, a ampliação da rede de supermercados, além da criação da CEASA.

Essa atuação verificada no processo de abastecimento da Capital Federal, acarretou sérios problemas aos pequenos produtores rurais, uma vez que, na realidade, interferiu na fase final desse processo negligenciando a fase produtiva. É verdade que os canais de comercialização existentes, sempre funcionaram dificultando a entrada de novos produtores no processo de abastecimento da Capital Federal, porém a sua permanência tem resultado na expulsão desses pequenos produtores desse processo. Outro aspecto a considerar é que, no passado, pequenos

lavradores tinham um papel expressivo na comercialização das feiras situadas nas *Cidades Satélites*, porém, hoje essa presença se reduziu em função da sua substituição por comerciantes.

Esta alteração no sistema de abastecimento, além de ter desestruturado muitas das áreas dedicadas à pequena produção de alimentos da Região Geoeconômica, tem onerado consideravelmente o preço final dos produtos, para a população das *Cidades Satélites*, que, na sua maioria, pertence à classe de baixo poder aquisitivo.

Acresce ainda, que esta reestruturação no sistema de abastecimento, também, não resolveu o problema de crises periódicas, em decorrência da existência de inúmeros produtos deficitários em relação ao suprimento do mercado da Capital Federal. Assim, este mercado consumidor permaneceu dependente de áreas produtoras distantes, principalmente São Paulo e Minas Gerais, para o fornecimento de produtos hortícolas, notadamente tomate, cebola, abóbora e batata-inglesa, produtos que apresentam, na Região, condições favoráveis ao seu desenvolvimento em termos de custos comparativos e de fatores ambientais.

A problemática do abastecimento do Distrito Federal não se restringe entretanto, à irregularidade na oferta desses bens. A questão do abastecimento ainda prende-se, basicamente, à forma pela qual os bens alimentares são distribuídos à cidade, o que está estritamente ligado à estrutura de classe de renda da população urbana que na Capital Federal é extremamente desigual. Nesse sentido, a população pertencente às classes de renda mais elevadas, permanece como a tradicional consumidora de produtos hortícolas, sendo a principal estimuladora da produção desses bens na região em torno da Capital Federal e do Eixo Ceres-Anápolis. Entretanto, apesar dos estímulos recebidos e da participação efetiva no mercado, através de uma atividade rentável, a situação dos pequenos produtores de hortícolas é bastante desfavorável. Quanto a esse aspecto, observou-se que o nível de vida e as condições de trabalho desses produtores pouco se diferenciam daqueles que estão mais dedicados à subsistência.

As dificuldades técnicas para desenvolver as atividades; os prejuízos financeiros provocados pela alta perecibilidade dos produtos hortícolas; as variações de preço no mercado; a grande concorrência de produtos oriundos de áreas distantes, além das perdas consecutivas de renda, por estarem, esses produtores, comprometidos com intermediários, são fatores que também contribuem para o empobrecimento dos pequenos produtores de hortícolas.

Por outro lado, a grande massa de trabalhadores situada nas *Cidades Satélites*, com baixo poder aquisitivo, demanda por produtos compatíveis com sua disponibilidade econômica, sendo o arroz e o feijão os principais componentes de sua dieta alimentar. Acresce, ainda, que as recentes modificações ocorridas no sistema de abastecimento, que alteraram os canais de comercialização nas feiras livres das *Cidades Satélites*, foram responsáveis por uma elevação dos preços dos produtos hortícolas, restringindo, provavelmente, ainda mais o consumo desses bens, por essa população.

O abastecimento dessas áreas de população carente certamente se ressentiu, também, com as elevações de preço dos produtos alimentares básicos, principalmente do feijão. De fato, apesar da demanda, verificou-se nos últimos anos sensível diminuição, na Região Geoeconômica de Brasília, do volume produzido, desses bens; o que teve como conse-

quência o aumento de preços. A insuficiência da produção de feijão, por outro lado, se agravou na medida em que este produto, a nível nacional, ainda sofreu expressiva redução do seu volume de produção, o que tem redundado em sucessivas crises no abastecimento do mercado interno.

Na Região Geoeconômica de Brasília esse declínio da produção esteve ligado à exigüidade dos estabelecimentos rurais, aliada ao desgaste apresentado pelos solos e a doenças e pragas que têm atacado, com frequência, esse tipo de lavoura. Esses fatores, conjugados, resultaram numa baixa produtividade, para a qual também concorreu a falta de estímulos oficiais. A resposta, da maioria desses lavradores, a esse conjunto de fatores negativos foi o seu direcionamento para uma produção estritamente voltada para o suprimento da família, chegando mesmo, no caso dos produtores dedicados ao plantio do feijão, ao abandono desse cultivo. Dedicados, então à produção para subsistência, esses produtores passam a ter condições de vida muito precária e ficam completamente alijados do processo de abastecimento regional.

Assim, o estudo da pequena produção de alimentos básicos e hortícolas na Região Geoeconômica de Brasília, analisada em relação ao principal mercado regional — a Capital Federal — detectou uma série de problemas que vieram confirmar alguns pontos levantados na parte teórica.

Em sua maioria, esses problemas não são específicos da Região, mas são conseqüência da política agrícola nacional, o que não impede que sejam apontadas idéias gerais consideradas importantes para uma discussão. Para tanto é imprescindível a participação de representantes dos elementos que fazem parte de todas as fases do processo de abastecimento, o que evitaria o erro de privilegiar apenas um segmento do referido processo. As idéias para discussão são as seguintes:

1 — reestruturação do sistema de abastecimento das principais cidades regionais — Capital Federal e Goiânia, considerando:

a — participação efetiva de pequenos produtores por menor que seja a sua produção;

b — aumento da participação dos pequenos produtores que já estão ligados aos mercados regionais.

2 — Reestruturação das áreas agrícolas dedicadas ao abastecimento dos mercados urbanos. Essa reestruturação pode ser equacionada levando-se em conta:

a — maior especialização, uma vez que foram encontradas áreas com a predominância de um determinado produto (alho, tomate, arroz, feijão, entre outros);

b — existência de produtos que são deficitários em relação ao mercado da Capital Federal e que podem ser produzidos na Região.

3 — Reestruturação do mercado de trabalho rural, a fim de reter no campo os trabalhadores assalariados e os membros não remunerados da família.

4 — Reestruturação dos canais de comercialização visando maior ganho do pequeno produtor em relação a venda de sua produção.

6 — ANEXOS

ANEXO 1

TABELA 1.1

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(continua)

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	Até 20 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	429	515	432	4 620	4 454	4 051
Carmo do Rio Verde.....	230	424	339	2 858	4 301	3 761
Ceres.....	1 965	1 412	968	31 805	15 796	10 664
Nerópolis.....	50	168	104	619	1 407	910
Nova Veneza.....	49	148	90	545	1 037	932
Pires do Rio.....	115	76	47	1 237	934	595
Posse.....	245	215	88	3 095	3 112	1 203

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	20 a menos de 200 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	641	602	631	46 428	43 380	43 069
Carmo do Rio Verde.....	420	503	428	27 670	30 529	27 065
Ceres.....	1 421	1 233	1 158	48 152	56 149	57 694
Nerópolis.....	104	148	138	8 224	9 830	9 402
Nova Veneza.....	91	114	116	6 724	7 896	7 816
Pires do Rio.....	257	286	264	22 114	23 268	23 136
Posse.....	533	658	477	32 052	36 972	33 170

TABELA 1.1

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(conclusão)

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	200 a menos de 2 000 hectares					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	108	110	111	44 793	45 997	50 373
Carmo do Rio Verde.....	67	61	57	24 573	21 590	23 267
Ceres.....	4	17	34	1 418	6 143	11 976
Nerópolis.....	16	15	20	7 202	7 696	7 545
Nova Veneza.....	8	8	10	3 612	3 333	3 022
Pires do Rio.....	108	112	128	53 634	52 150	63 755
Posse.....	59	105	116	31 940	53 698	63 148

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA FUNDIÁRIA					
	2 000 hectares e mais					
	Estabelecimentos			Área		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	—	—	—	—	—	—
Carmo do Rio Verde.....	—	—	—	—	—	—
Ceres.....	—	—	—	—	—	—
Nerópolis.....	1	1	—	3 393	3 364	—
Nova Veneza.....	—	—	—	—	—	—
Pires do Rio.....	3	2	3	8 712	6 974	7 468
Posse.....	5	3	11	16 698	8 833	33 612

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

**TABELA 1.2**  
**CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS 1960, 1970 E 1975**

MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Estabelecimentos)					
	Proprietário			Arrendatário		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	955	1 003	994	17	82	49
Carmo do Rio Verde.....	586	855	753	38	74	22
Ceres.....	3 054	2 260	1 857	81	215	129
Nerópolis.....	136	262	235	3	43	23
Nova Veneza.....	134	228	203	2	12	4
Pires do Rio.....	441	411	416	1	20	12
Posse.....	771	931	667	2	2	1

MUNICÍPIOS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR (Estabelecimentos)					
	Parceiro			Ocupante		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	56	26	28	2	116	103
Carmo do Rio Verde.....	32	8	13	29	51	36
Ceres.....	25	73	82	6	114	93
Nerópolis.....	3	7	—	1	20	4
Nova Veneza.....	—	—	—	—	30	9
Pires do Rio.....	—	9	—	1	36	14
Posse.....	—	—	—	11	48	24

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

TABELA 1.3

**USO DA TERRA, SEGUNDO TIPO DE ÁREA E TERRAS IRRIGADAS  
NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(continua)

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das lavouras (ha)					
	Permanentes			Temporárias		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	5 560	1 837	1 988	6 438	8 935	10 528
Carmo do Rio Verde.....	3 183	110	27	7 519	14 728	14 008
Ceres.....	6 551	280	299	25 334	24 708	26 650
Nerópolis.....	1 696	339	344	1 092	3 081	2 313
Nova Veneza.....	1 287	263	330	1 372	4 545	3 085
Pires do Rio.....	137	60	914	1 469	3 507	5 084
Posse.....	610	329	150	4 086	4 679	3 939

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das pastagens (ha)					
	Naturais			Artificiais		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	30 651	56 750	27 474	29 250	9 738	45 833
Carmo do Rio Verde.....	—	524	976	32 390	33 088	33 091
Ceres.....	1 400	7 993	7 827	24 109	35 417	35 407
Nerópolis.....	2 702	14 038	10 869	9 387	467	1 986
Nova Veneza.....	2 343	5 481	2 580	4 032	263	4 273
Pires do Rio.....	72 986	69 444	55 660	728	2 317	22 937
Posse.....	5 896	33 075	34 247	1 856	13 539	28 433

TABELA 1.3

**USO DA TERRA, SEGUNDO TIPO DE ÁREA E TERRAS IRRIGADAS  
NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

(conclusão)

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Área das matas e florestas (1) (ha)			Área das terras em descanso (2) (ha)		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	13 594	7 227	6 508	6 229	5 432	2 194
Carmo do Rio Verde.....	12 001	4 146	2 697	8	1 401	464
Ceres.....	22 831	5 343	4 028	624	3 264	2 170
Nerópolis.....	3 979	2 928	1 482	358	908	185
Nova Veneza.....	1 795	1 364	1 060	35	235	53
Pires do Rio.....	708	1 814	3 119	7 171	2 390	3 729
Posse.....	38 636	45 224	54 464	21 551	4 841	3 927

MUNICÍPIOS	USO DA TERRA					
	Terras irrigadas					
	Estabelecimentos			Área (ha)		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	5	31	187	22	200	404
Carmo do Rio Verde.....	—	—	4	—	—	—
Ceres.....	2	6	6	4	16	0
Nerópolis.....	2	12	42	3	42	83
Nova Veneza.....	—	3	21	—	20	28
Pires do Rio.....	—	7	8	—	19	39
Posse.....	10	10	12	61	32	31

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário, 1970 e 1975, IBGE.

(1) Plantadas. (2) Produtivas não utilizadas.

**TABELA 1.4**  
**UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS E**  
**EMPREGO DE FERTILIZANTES NOS MUNICÍPIOS**  
**SELECIONADOS — 1960, 1970 E 1975**

MUNICÍPIOS	USO DE INSUMOS								
	Número de máquinas e instrumentos agrícolas								
	Arados						Tratores		
	Tração animal			Tração mecânica					
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	62	347	333	82	46	72	20	79	95
Carmo do Rio Verde.....	22	619	701	182	54	76	5	56	74
Ceres.....	90	1 720	1 722	704	46	89	7	40	96
Nerópolis.....	9	201	91	35	15	54	2	20	94
Nova Veneza.....	14	221	120	7	30	30	3	20	26
Pires do Rio.....	4	128	66	35	18	43	2	20	37
Posse.....	—	7	12	—	1	4	4	3	9

MUNICÍPIOS	USO DE INSUMOS								
	Número de estabelecimentos com emprego de fertilizantes								
	Adubos						Calcário		
	Químico			Orgânico					
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
Anápolis.....	—	222	602	102	58	230	35	20	5
Carmo do Rio Verde.....	—	18	321	—	8	16	—	7	2
Ceres.....	—	69	890	5	14	39	—	1	1
Nerópolis.....	—	79	118	12	11	68	1	5	1
Nova Veneza.....	—	45	57	3	7	35	—	—	—
Pires do Rio.....	—	91	327	36	35	115	5	1	15
Posse.....	—	—	6	—	—	7	—	—	—

FORTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

**TABELA 1.5**  
**PESSOAL OCUPADO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS**  
**1960, 1970 E 1975**

MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO								
	Total			Empregados permanentes			Empregados temporários		
	1960	1970	1975	1960	1970	1975	1960	1970	1975
	Anápolis.....	6 015	3 928	4 377	462	446	585	1 085	404
Carmo do Rio Verde.....	3 804	5 910	4 597	122	240	392	272	1 224	755
Ceres.....	14 781	10 152	12 230	844	122	228	3 450	178	1 591
Nerópolis.....	1 034	1 400	986	37	150	168	59	132	161
Nova Veneza.....	550	1 124	970	38	30	93	26	283	114
Pires do Rio.....	2 330	1 157	1 615	230	225	234	413	113	535
Posse.....	5 745	4 636	3 703	95	241	133	1 177	736	324

FORTE — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975, IBGE.

ANEXO 2

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE  
BRASÍLIA E NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960-1975

(continua)

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA								
		Produtos básicos (t)				Produtos hortícolas (t)				
		Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Abóbora (t)	Alface	Alho	Batata-doça	Batata-inglesa
GOIÁS.....	1960	313 307	78 382	121 746	330 076	1 115	—	—	—	—
	1970	893 168	85 630	185 491	547 432	12 319	1 288	89	1 831	839
	1975	1 100 296	76 278	74 056	1 090 193	7 653	3 312	650	1 458	148
Região Geoeconômica.....	1960	265 652	70 598	18 786	264 750	775	943	—	—	—
	1970	516 712	88 704	52 124	429 810	4 778	3 063	88	1 925	1 038
	1975	644 050	92 915	34 058	594 656	3 319	5 109	626	1 840	—
Anápolis.....	1960	3 495	1 937	263	4 291	4	—	—	—	—
	1970	4 561	1 193	404	5 538	208	134	2	157	7
	1975	3 952	1 330	458	4 812	252	341	—	384	—
Carmo do Rio Verde.....	1960	4 229	2 193	—	5 450	—	—	—	—	—
	1970	11 102	920	25	4 744	0	0	—	—	—
	1975	11 136	639	30	6 625	0	1	—	—	—
Ceres.....	1960	20 780	9 389	75	15 383	—	—	—	—	—
	1970	18 212	1 394	1 559	6 137	35	21	1	25	—
	1975	19 167	901	253	6 384	9	17	—	1	—
Nerópolis.....	1960	558	181	13	694	—	—	—	—	—
	1970	1 718	314	351	1 442	62	1	23	66	30
	1975	1 183	163	381	1 057	44	1	—	10	—
Nova Veneza.....	1960	394	110	—	385	—	—	—	—	—
	1970	3 316	205	14	1 204	9	2	10	2	108
	1975	1 154	195	10	1 756	15	4	—	—	—
Pires do Rio.....	1960	532	205	41	1 659	—	—	—	—	—
	1970	1 349	114	312	1 518	17	7	—	10	49
	1975	1 027	117	132	1 694	23	1	—	0	—
Posse.....	1960	1 120	119	592	1 203	0	—	—	—	—
	1970	1 457	132	290	774	133	0	0	—	—
	1975	869	114	148	681	8	3	—	10	—

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA							
		Produtos hortícolas (t)							
		Cenoura	Chuchu	Pepino	Pimentão	Quiabo	Repolho	Tomate	Vagem
GOIÁS.....	1960	—	—	—	—	—	—	811	—
	1970	173	1 087	366	164	282	609	9 522	226
	1975	526	1 019	558	683	662	1 219	12 339	619
Região Geoeconômica.....	1960	38	—	—	0	—	43	979	0
	1970	859	2 583	492	483	367	947	11 667	539
	1975	3 678	2 941	827	1 114	762	2 885	17 187	1 228
Anápolis.....	1960	—	—	—	—	—	—	60	—
	1970	33	323	46	29	10	303	3 251	20
	1975	70	228	73	127	46	276	2 425	60
Carmo do Rio Verde.....	1960	—	—	—	—	—	—	1	—
	1970	—	—	—	—	—	—	6	—
	1975	0	2	—	0	—	1	13	—
Ceres.....	1960	—	—	—	—	—	—	8	—
	1970	0	—	—	0	1	1	68	—
	1975	1	2	4	4	2	15	80	6
Nerópolis.....	1960	—	—	—	—	—	—	2	—
	1970	13	27	13	5	4	24	458	—
	1975	9	37	89	10	33	24	691	27
Nova Veneza.....	1960	—	—	—	—	—	—	—	—
	1970	—	1	—	—	—	—	60	—
	1975	1	1	—	—	—	3	141	0
Pires do Rio.....	1960	—	—	—	—	—	—	30	—
	1970	—	0	—	1	—	3	21	1
	1975	1	—	—	5	—	3	10	0
Posse.....	1960	—	—	—	—	—	—	—	—
	1970	—	—	—	—	—	—	—	—
	1975	0	14	—	0	0	0	5	—

**PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE  
BRASÍLIA E NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS — 1960-1975**  
(conclusão)

MUNICÍPIOS	ANOS	PRODUÇÃO AGRÍCOLA								
		Outros produtos								
		Abacate (1)	Abacaxi (1)	Algodão	Banana (1)	Café	Cana-de- açúcar	Cana for- rageira	Milho for- rageiro	Laranja (1)
GOIÁS.....	1960	10 022	1 812	4 235	3 750	71 098	110 851	—	—	82 823
	1970	5 498	4 850	62 406	24 061	2 617	219 530	10 343	—	161 855
	1975	3 547	1 820	47 130	13 950	3 736	338 688	52 991	7 567	87 248
Região Geoecônômica..	1960	6 853	1 680	3 006	2 353	65 106	88 603	10	—	62 618
	1970	4 744	2 960	1 027	13 344	2 453	100 934	10 018	114	137 756
	1975	4 237	1 743	2 779	9 804	3 616	191 839	55 913	50 242	88 258
Anápolis.....	1960	509	189	8	266	4 199	640	—	—	2 714
	1970	778	91	0	616	82	547	24	—	24 012
	1975	550	6	—	1 208	122	275	1 432	217	6 015
Carmo do Rio Verde...	1960	34	20	47	33	2 198	1 075	—	—	1 662
	1970	—	27	489	33	10	227	—	—	1 000
	1975	—	21	0	1	5	—	175	—	—
Ceres.....	1960	3 412	10	720	283	8 456	3 369	—	—	19 756
	1970	192	101	16	59	17	1 152	10	—	2 825
	1975	21	106	16	67	5	414	483	6	1 058
Nerópolis.....	1960	7	11	0	7	1 881	415	—	—	113
	1970	46	98	0	61	78	95	—	—	2 953
	1975	93	3	—	16	86	334	868	5	2 082
Nova Veneza.....	1960	0	—	—	2	398	121	—	—	70
	1970	—	—	0	18	52	281	—	—	59
	1975	5	1	—	5	129	31	36	—	—
Pires do Rio.....	1960	96	—	0	24	34	429	—	—	1 836
	1970	7	0	28	8	1	275	—	—	194
	1975	—	—	74	—	212	218	2 616	87	118
Posse.....	1960	8	—	32	36	44	6 036	—	—	491
	1970	2	1	11	48	51	3 463	—	—	4
	1975	11	0	5	14	5	805	250	617	—

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960, Censo Agropecuário — 1970 e 1975 e Produção Agrícola Municipal — 1975, IBGE.

(1) Em 1 000 frutos.

**ANEXO 3**

**PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA  
REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1976-77**

PRODUTOS	PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO					
	Produção total (t)		Variação		Produção projetada (t)	
	1970	1975	1970/1975	Anual	1976	1977
Alface.....	3 064	5 109	66,74	13,35	5 791	6 564
Repolho.....	943	2 887	206,15	41,23	4 077	5 758
Tomate.....	11 667	17 187	47,31	9,46	18 813	20 593
Cenoura.....	860	3 679	327,79	65,56	6 091	10 084
Abóbora (1).....	4 779	3 314	-30,65	-6,13	3 111	2 920
Cebola.....	4	96	2 300,00	460,00	538	3 013
Chuchu.....	2 590	2 940	13,51	2,70	3 020	3 101
Alho.....	88	626	611,36	122,27	1 391	3 092
Batata-doce.....	1 926	1 838	-4,57	-0,91	1 821	1 805
Batata-inglesa.....	1 038	148	-85,74	-17,14	123	102
Arroz.....	518 925	644 046	24,11	4,82	675 089	707 628
Feijão.....	88 702	93 362	5,25	1,05	94 342	95 333
Mandioca.....	52 126	29 329	-43,73	-8,75	26 763	24 421
Milho.....	429 115	594 625	38,80	7,76	640 768	640 492

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 e 1975 e Produção Agrícola Municipal — 1975, IBGE.

(1) Em 1 000 frutos.

ANEXO 4

**ESTIMATIVA DO CONSUMO, POR PRODUTO, DA POPULAÇÃO DA  
REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO AS  
MICRORREGIÕES E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO — 1977**

MICRORREGIÕES	NÚMERO DA MICROR- REGIÃO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PRODUTOS CONSUMIDOS (t)					
			Abóbora (1)	Alface	Cenoura	Chuchu	Milho	Repolho
<b>TOTAL.....</b>			<b>13 394</b>	<b>4 091</b>	<b>3 224</b>	<b>7 882</b>	<b>13 883</b>	<b>5 037</b>
Alto Tocantins.....	350	{ Urbana Rural	164 295	44 79	27 49	66 118	208 374	60 108
Chapada dos Veadeiros.....	351	{ Urbana Rural	18 55	5 15	3 9	7 22	22 70	6 20
Vão do Paranã.....	352	{ Urbana Rural	37 99	10 26	6 16	15 39	47 125	14 36
Rio Vermelho.....	353	{ Urbana Rural	102 73	27 19	17 12	41 29	130 93	38 27
**Mato Grosso** de Goiás.....	354	{ Urbana Rural	2 632 4 461	702 1 190	439 743	1 053 1 784	3 334 5 651	965 1 636
Planalto Goiano.....	355	{ Urbana Rural	160 281	42 75	27 47	64 112	202 355	58 103
Meia Ponte.....	358	{ Urbana Rural	159 455	42 121	26 76	63 182	201 576	58 167
Sudeste Goiano.....	359	{ Urbana Rural	271 394	72 105	45 65	109 158	344 499	99 145
Chapadões do Paracatu (2).....	160	{ Urbana Rural	495 712	66 95	33 47	277 399	158 228	99 42
Distrito Federal.....	361	{ Urbana Rural	1 945 586	1 042 314	1 181 356	2 570 774	973 293	1 042 314

**FONTE** — Consumo Alimentar, Antropometria — ENDEF — Regiões VI e VII — Rio de Janeiro — 1975, IBGE.  
(1) Em 1 000 frutos. (2) Minas Gerais.

ANEXO 5

**PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL DAS  
MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA  
NAS SUAS RESPECTIVAS MESORREGIÕES — 1970**

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO DAS MICRORREGIÕES			
	Urbana		Rural	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Araguaia-Tocantins.....	155 604	—	442 520	—
Alto Tocantins.....	40 647	26,12	114 293	25,83
Chapada dos Veadeiros.....	4 374	2,81	21 269	4,81
Vão do Paraná.....	9 194	5,91	38 274	8,65
Rio Vermelho.....	25 375	16,31	28 335	6,40
Planalto Goiano.....	39 505	25,39	108 672	24,56
Goiânia.....	667 265	—	431 026	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	651 419	97,63	392 468	91,05
Sul Goiano.....	283 441	—	436 845	—
Meia Ponte.....	39 256	13,85	95 520	21,87
Sudeste Goiano.....	67 197	23,71	82 797	18,95
Noroeste Mineiro.....	137 305	—	438 513	—
Chapadões do Paracatu.....	51 070	37,19	109 297	24,92
Distrito Federal.....	516 082	—	21 410	—
Distrito Federal.....	516 082	100,00	21 410	100,00

FONTE — Censo Demográfico — 1970, IBGE.

ANEXO 6

**ESTIMATIVA DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL DAS  
MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE  
BRASÍLIA — 1977**

MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO ESTIMADA			
	Urbana		Rural	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Araguaia-Tocantins.....	209 579	—	380 859	—
Alto Tocantins.....	54 742	26,12	98 375	25,83
Chapada dos Veadeiros.....	5 889	2,81	18 319	4,81
Vão do Paraná.....	12 386	5,91	32 944	8,65
Rio Vermelho.....	34 182	16,31	24 374	6,40
Planalto Goiano.....	53 212	25,39	93 538	24,56
Goiânia.....	898 722	—	1 633 209	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	877 422	97,63	1 487 036	91,05
Sul Goiano.....	381 760	—	693 757	—
Meia Ponte.....	52 873	13,85	151 724	21,87
Sudeste Goiano.....	90 515	23,71	131 466	18,95
Noroeste Mineiro.....	177 405	—	380 956	—
Chapadões do Paracatu.....	65 976	37,19	94 934	24,92
Distrito Federal.....	69 756	—	209 284	—
Distrito Federal.....	69 756	100,00	209 284	100,00

FONTE — PNAD — 1977.

## ANEXO 7

**ESTIMATIVA DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL, POR CLASSES DE DESPESA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA — 1977**

MICRORREGIÕES	SITUAÇÃO	POPULAÇÃO						
		Total	Classe 1 até 2 salários mínimos		Classe 2 de 2 a 5 salários mínimos		Classe 3 mais de 5 salários mínimos	
			Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Alto Tocantins.....	Urbana	54 742	19 767	36,11	19 061	34,82	15 240	27,84
	Rural	98 375	98 375	100,00	—	—	—	—
Chapada dos Veadeiros.....	Urbana	5 889	2 126	36,11	2 050	34,82	1 639	27,84
	Rural	18 319	18 319	100,00	—	—	—	—
Vão do Paranã.....	Urbana	12 386	4 472	36,11	4 312	34,82	3 448	27,84
	Rural	32 944	32 944	100,00	—	—	—	—
Rio Vermelho.....	Urbana	34 182	12 343	36,11	11 902	34,82	9 516	27,84
	Rural	24 374	24 374	100,00	—	—	—	—
Planalto Goiano.....	Urbana	53 212	19 214	36,11	18 528	34,82	14 814	27,84
	Rural	93 538	93 538	100,00	—	—	—	—
"Mato Grosso" de Goiás.....	Urbana	877 422	316 837	36,11	305 518	34,82	244 274	27,84
	Rural	1 487 036	1 487 036	100,00	—	—	—	—
Meia Ponte.....	Urbana	52 873	19 092	36,11	18 410	34,82	14 719	27,84
	Rural	151 724	151 724	100,00	—	—	—	—
Sudeste Goiano.....	Urbana	90 515	32 684	36,11	31 517	34,82	25 199	27,84
	Rural	131 466	131 466	100,00	—	—	—	—
Chapadões do Paracatu (1).....	Urbana	65 976	21 066	31,93	23 183	35,14	20 281	30,74
	Rural	94 934	94 934	100,00	—	—	—	—
Distrito Federal	Urbana	694 756	96 987	13,96	214 401	30,86	369 749	53,22
	Rural	209 284	209 284	100,00	—	—	—	—

**FONTE** — Tabulação Especial, PNAD — 1977, IBGE.

(1) Minas Gerais.

## ANEXO 8

### ESTIMATIVA DO CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES BÁSICOS E HORTÍCOLAS, IN NATURA, PELA POPULAÇÃO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO MICRORREGIÕES, CLASSES DE DESPESA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO — 1977

MICRORREGIÕES E CLASSES DE DESPESA	SITUAÇÃO	ESTIMATIVA DO CONSUMO DOS PRODUTOS ALIMENTARES E HORTÍCOLAS (t)						
		Arroz	Batata- inglesa	Mandioca	Feijão	Tomate	Cebola	Alho
<b>Alto Tocantins</b>								
Classe 1.....	} Urbana	1 459 231	63 906	206 942	421 452	69 291	28 075	7 280
Classe 2.....		1 302 779	120 021	148 197	360 386	124 729	49 977	7 319
Classe 3.....		873 316	136 586	112 838	250 559	162 892	53 208	7 112
Classe 1.....	Rural	7 262 200	318 046	1 029 898	2 097 453	344 843	143 706	36 231
<b>Chapada dos Veadeiros</b>								
Classe 1.....	} Urbana	156 944	6 873	22 257	45 328	7 452	3 105	783
Classe 2.....		140 113	12 908	15 938	38 759	13 414	5 375	787
Classe 3.....		93 921	14 904	12 135	26 946	17 518	5 722	764
Classe 1.....	Rural	1 352 337	59 225	191 783	390 579	64 215	26 760	6 746
<b>Vão do Paraná</b>								
Classe 1.....	} Urbana	330 130	14 457	46 817	93 347	15 676	6 532	1 647
Classe 2.....		294 716	27 151	35 525	81 526	28 216	11 306	1 655
Classe 3.....		197 584	31 354	25 529	56 688	36 653	12 038	1 609
Classe 1.....	Rural	2 431 978	106 507	344 894	702 399	115 481	48 124	12 133
<b>Rio Vermelho</b>								
Classe 1.....	} Urbana	911 180	39 904	129 220	263 165	43 267	18 030	4 545
Classe 2.....		813 476	74 943	92 536	225 031	77 883	31 207	4 570
Classe 3.....		545 306	86 534	70 457	156 451	101 711	33 224	4 441
Classe 1.....	Rural	1 799 327	78 801	255 173	519 678	85 440	35 605	8 976
<b>Planalto Goiano</b>								
Classe 1.....	} Urbana	1 418 408	62 118	201 153	409 661	67 352	28 067	7 076
Classe 2.....		1 266 349	116 665	144 053	350 308	121 241	48 580	7 114
Classe 3.....		848 804	134 712	109 684	243 555	158 339	51 721	6 913
Classe 1.....	Rural	6 905 124	302 408	979 258	1 994 3.3	327 888	136 640	34 450
<b>"Mato Grosso" de Goiás</b>								
Classe 1.....	} Urbana	23 389 414	1 024 334	3 316 998	6 755 281	1 110 640	462 835	116 691
Classe 2.....		20 861 513	1 923 755	2 375 371	5 776 428	1 999 218	801 068	117 318
Classe 3.....		13 997 926	2 221 330	1 808 629	4 016 084	2 610 872	852 858	114 002
Classe 1.....	Rural	109 775 376	4 807 587	15 567 928	31 705 094	5 212 655	2 172 262	547 675
<b>Meia Ponte</b>								
Classe 1.....	} Urbana	1 409 401	61 724	199 876	407 060	66 925	27 889	7 031
Classe 2.....		1 258 284	115 922	143 135	348 077	120 469	46 271	7 069
Classe 3.....		843 460	133 848	108 980	241 993	157 324	51 389	6 869
Classe 1.....	Rural	11 200 508	490 523	1 588 413	3 234 907	531 853	221 638	55 879
<b>Sudeste Goiano.....</b>								
Classe 1.....	} Urbana	2 412 785	105 667	342 172	696 855	114 570	47 744	12 037
Classe 2.....		2 154 120	198 453	245 041	595 891	206 237	82 637	12 102
Classe 3.....		1 444 008	229 149	186 575	414 294	268 339	87 979	11 760
Classe 1.....	Rural	9 705 030	425 029	1 376 330	2 802 986	460 840	192 045	48 418
<b>Chapadões do Paracatu</b>								
Classe 1.....	} Urbana	954 327	153 480	56 553	499 550	61 460	24 228	13 404
Classe 2.....		1 229 951	261 898	63 557	497 289	144 330	44 722	15 685
Classe 3.....		936 197	287 097	80 821	350 084	211 184	59 159	14 231
Classe 1.....	Rural	4 300 681	691 660	254 859	2 251 226	276 969	109 183	60 406
<b>Distrito Federal</b>								
Classe 1.....	} Urbana	5 015 595	353 071	—	2 578 098	333 334	167 215	35 862
Classe 2.....		11 863 414	1 618 255	450 499	5 081 839	1 405 677	574 187	83 144
Classe 3.....		16 513 988	5 270 439	1 117 529	6 412 372	3 985 191	1 545 735	172 413
Classe 1.....	Rural	10 822 933	761 877	—	5 563 066	719 288	360 826	77 602

**FONTE** — Tabulação especial sobre consumo anual por produto, segundo classes de despesa — ENDEF — 1977, IBGE; Tabulação especial sobre população, segundo classes de despesa — PNAD — 1977, IBGE.

**NOTA** — Classe 1, até 2 salários mínimos; classe 2, de 2 a 5 salários mínimos; e classe 3, mais de 5 salários mínimos.



07. Tempo de permanência

- |                   |   |                    |                          |
|-------------------|---|--------------------|--------------------------|
| 1. Menos de 1 ano | } |                    | 37                       |
| 2. De 1 a 2 anos  |   | no estabelecimento | <input type="checkbox"/> |
| 3. De 2 a 5 anos  |   |                    | 38                       |
| 4. De 5 a 10 anos |   | no município       | <input type="checkbox"/> |
| 5. 10 anos e mais |   |                    |                          |

08. Causa da migração para o município

1. Acompanhar parentes
2. Facilidade de aquisição de terra 39
3. Oportunidade de trabalho
4. Condições favoráveis de solo
5. Atração da Estrutura Urbana
6. Outros: \_\_\_\_\_

09. Idade e nível de instrução

- |                        |   |          |                          |   |           |               |          |                          |    |  |  |
|------------------------|---|----------|--------------------------|---|-----------|---------------|----------|--------------------------|----|--|--|
| 1. Menos de 20         | } |          | 40                       | } | Instrução | 1. N sabe ler | Produtor | <input type="checkbox"/> | 42 |  |  |
| 2. De 20 a menos de 30 |   | Produtor | <input type="checkbox"/> |   |           | }             | }        |                          |    |  |  |
| 3. De 30 a menos de 40 |   |          | 41                       |   |           |               |          |                          |    |  |  |
| 4. De 40 a menos de 50 |   | Cônjuge  | <input type="checkbox"/> |   |           |               |          |                          |    |  |  |
| 5. De 50 e mais        |   |          |                          |   |           |               |          |                          |    |  |  |

10. Trabalho familiar

Quantos trabalham no estabelecimento.

Menores de 14  44

De 14 e mais  46

Quantos não trabalham no estabelecimento.  
(somente p/os que moram no estabelecimento)

Menores de 14  48

De 14 e mais  50

11. Membros da família que deixaram o estabelecimento

1.º Membro

Idade  52

Para onde { Município de Goiás  54  58

{ Outra UF  59

Causa da migração { 1. Trabalho  61

{ 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano  62

{ 2. 1/2 anos

{ 3. 2/5 anos

{ 4. 5/10 anos

{ 5. mais de 10 anos

2.º Membro

Idade  63

Para onde { Município de Goiás  65  69

{ Outra UF  70

Causa da migração { 1. Trabalho 72   
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano  
 2. 1/2 anos 73   
 3. 2/5 anos   
 4. 5/10 anos  
 5. mais de 10 anos

3.º Membro

Idade <sup>1</sup>

Para onde { Município de Goiás <sup>3</sup> <sup>7</sup>  
 8  
 Outra UF

Causa da migração { 1. Trabalho 10   
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano  
 2. 1/2 anos 11   
 3. 2/5 anos   
 4. 5/10 anos  
 5. mais de 10 anos

4.º Membro

Idade <sup>12</sup>

Para onde { Município de Goiás <sup>14</sup> <sup>18</sup>  
 19  
 Outra UF

Causa da migração { 1. Trabalho 21   
 2. Outras

Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano  
 2. 1/2 anos 22   
 3. 2/5 anos -   
 4. 5/10 anos  
 5. mais de 10 anos

5.º Membro

Idade <sup>23</sup>

Para onde { Município de Goiás <sup>25</sup> <sup>29</sup>  
 30  
 Outra UF

- Causa da migração { 1. Trabalho 32   
2. Outras
- Há quanto tempo migrou { 1. Menos de 1 ano  
2. 1/2 anos 33  
3. 2/5 anos   
4. 5/10 anos  
5. mais de 10 anos

12. Condição de moradia

Tipo

1. Rústico 34   
2. Durável

Instalação sanitária

1. Sim 35   
2. Não

Utiliza a rede de energia elétrica

1. Sim 36   
2. Não

III. CARACTERÍSTICAS DA LAVOURA

13. Utilização da terra

(Área)

- Em lavoura temporária 37 39
- Em lavoura permanente 40 42
- Em pastagens naturais 43 45
- Em pastagens plantadas 46 48
- Em cerrado 49 51
- Em mata 52 54
- Em descanso (+ de 4 anos) 55 57/

14. Combinação de culturas

Principal permanente

Intercalada

Consociado

- |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1                        | 3                        | 5                        | 7                        |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9                        | 11                       | 13                       | 15                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17                       | 19                       | 21                       | 23                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 25                       | 27                       | 29                       | 31                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 33                       | 35                       | 37                       | 39                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 41                       | 43                       | 45                       | 47                       |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

15. Pratica a rotação de culturas?

1. Sim 49   
2. Não

Especifique: \_\_\_\_\_

16. Pratica rotação de terras?

1. Sim 50   
2. Não

OBS.: \_\_\_\_\_



19. A produção de gêneros para auto-consumo tem sido suficiente para esperar a safra seguinte?

1. Sim                    1                    2                    3                    4  
                          Milho                     Arroz                     Feijão                     Outros
2. Não

20. Fonte de Renda (exclusive venda de produtos)

1. Trabalho fora do estabelecimento

2. Aluguel de Casa

3. Aluguel de Pasto                    5

4. Arrendamento de Terra

5. Outras: \_\_\_\_\_

21. Destino da Produção

	prod 1	prod 2	prod 3	prod 4	prod 5	prod 6	prod 7	prod 8	prod 9	prod 10
DF	6 <input type="checkbox"/>	8 <input type="checkbox"/>	10 <input type="checkbox"/>	12 <input type="checkbox"/>	14 <input type="checkbox"/>	16 <input type="checkbox"/>	18 <input type="checkbox"/>	20 <input type="checkbox"/>	22 <input type="checkbox"/>	24 <input type="checkbox"/>
Goiânia	26 <input type="checkbox"/>	28 <input type="checkbox"/>	30 <input type="checkbox"/>	32 <input type="checkbox"/>	34 <input type="checkbox"/>	36 <input type="checkbox"/>	38 <input type="checkbox"/>	40 <input type="checkbox"/>	42 <input type="checkbox"/>	44 <input type="checkbox"/>
Anápolis	46 <input type="checkbox"/>	48 <input type="checkbox"/>	50 <input type="checkbox"/>	52 <input type="checkbox"/>	54 <input type="checkbox"/>	56 <input type="checkbox"/>	58 <input type="checkbox"/>	60 <input type="checkbox"/>	62 <input type="checkbox"/>	64 65/ <input type="checkbox"/>
Outros	1 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>	7 <input type="checkbox"/>	9 <input type="checkbox"/>	11 <input type="checkbox"/>	13 <input type="checkbox"/>	15 <input type="checkbox"/>	17 <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/>
Não sabe	21 <input type="checkbox"/>	23 <input type="checkbox"/>	25 <input type="checkbox"/>	27 <input type="checkbox"/>	29 <input type="checkbox"/>	31 <input type="checkbox"/>	33 <input type="checkbox"/>	35 <input type="checkbox"/>	37 <input type="checkbox"/>	39 40/ <input type="checkbox"/>

1. Caso tenha enviado o produto.

## 22. ÉPOCA DA COMERCIALIZAÇÃO

		— ANTES DA COLHEITA —				— DURANTE A COLHEITA —				— DEPOIS DA COLHEITA —				Código de Comprador			
PRODUTO			Valor		cod			Valor		cod			Valor	Comp			
	cod	quant	1 000 Cr\$	1 000 Cr\$	Comp	cod	quant	1 000 Cr\$	1 000 Cr\$	Comp	cod	quant	1 000 Cr\$				
1.	1	3	7	8	10	11	12	16	17	19	20	21	25	26	28	29	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	30	32	36	37	39	40	41	45	46	48	49	50	54	55	57	58/	
2.	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3.	1	3	7	8	10	11	12	16	17	19	20	21	25	26	28	29	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4.	30	32	36	37	39	40	41	45	46	48	49	50	54	55	57	58/	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5.	1	3	7	8	10	11	12	16	17	19	20	21	25	26	28	29	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6.	30	32	36	37	39	40	41	45	46	48	49	50	54	55	57	58/	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7.	1	3	7	8	10	11	12	16	17	19	20	21	25	26	28	29	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
8.	30	32	36	37	39	40	41	45	46	48	49	50	54	55	57	58/	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
9.	1	3	7	8	10	11	12	16	17	19	20	21	25	26	28	29	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
10.	30	32	36	37	39	40	41	45	46	48	49	50	54	55	57	58/	
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

1. Outro produtor
2. Camioneiro
3. Feirante
4. Pequeno Comerciante
5. Usineiro/cerealista
6. Consumidor direto

23. Qual o preço mínimo relativo aos produtos?

Milho — Cr\$ 185,40 (saca 60 kg)  1

Arroz — Cr\$ 334,00 (saca 50 kg)  2

Feijão — Cr\$ 639,00 (saca 60 kg)  3

Alho — Cr\$ 21,00 (kg)  4

1. CERTO

2. ERRADO

24. Quando vende algum produto, qual a maior dificuldade encontrada para que o produto chegue ao local de comercialização?

1. Frete caro

2. Estradas ruins

3. Distante do local de comercialização  5

4. Falta de transporte próprio

5. Não há dificuldade

6. Outros: \_\_\_\_\_

Porque: \_\_\_\_\_

25. Por que não tem introduzido outros produtos nos últimos cinco anos?

1. Terra está fraca

2. Insumos são caros

3. Área pequena  6 HORTÍCOLAS

4. Introdução de pecuária

5. desconhece método de cultivo  7 PRODUTOS DE 1.ª NECESSIDADE

6. É muito trabalhoso

7. Outros

26. Aumentou, nos últimos 5 anos, a área em cultivo?

1. Sim  8

2. Não

27. Tem condições de aumentar a área em cultivo?

1. Sim  9

2. Não

28. Se não, por quê?

1. Terra cansada

2. Lavoura dá prejuízo

3. Substituição pela pecuária

10

4. Não é dono da terra

5. Não tem terra disponível

6. Outros: \_\_\_\_\_

29. Utiliza terra em outro estabelecimento?

1. Sim

11

2. Não

30. Caso positivo, em que regime?

1. Arrendamento para lavoura

ÁREA

FINALIDADE

2. Parceria

13 14 15

1. Consumo

3. Arrendamento de pasto

12

2. Comercialização

16

4. Proprietário

3. Consumo + Comercial

5. Outros: \_\_\_\_\_

31. Trabalha em outro estabelecimento?

1. Como assalariado temporário

2. Como empreiteiro

17

3. Troca dia de serviço

32. Há condições naturais favoráveis para o plantio de:

Arroz  $\left[ \begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 18 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right.$

Feijão  $\left[ \begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 19 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right.$

Milho  $\left[ \begin{array}{l} 1. \text{ Sim } 20 \\ 2. \text{ Não } \end{array} \right.$

Hortícolas  $\left[ \begin{array}{l} \text{ Sim } 21 \\ \text{ Não } \end{array} \right.$

33. Introduziu nos últimos 5 anos novos métodos de cultivo?

1. Sim 22/

2. Não

34. Em caso positivo especifique:

	PROD.	ANO																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Rotação de terras	<input type="checkbox"/>																			
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Rotação de culturas	<input type="checkbox"/>																			
	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60/
Insumo	<input type="checkbox"/>																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Máquinas	<input type="checkbox"/>																			
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Irrigação	<input type="checkbox"/>																			
	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60/
Outros	<input type="checkbox"/>																			

35. Utilização de máquinas agrícolas

	PRÓPRIOS	ALUGADOS
	1	2
Trator	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	3	4
Arado de tração animal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	5	6
Arado de tração mecânica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	7	8
Semeadeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	9	10
Pulverizador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	11	12
Carpideira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	13	14
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. Instalação e veículos existentes (quantidade)

	15
Depósitos e/ou silos	<input type="checkbox"/>
	16
Camionetas	<input type="checkbox"/>
	17
Caminhões	<input type="checkbox"/>
	18
Outros	<input type="checkbox"/>

Especifique: \_\_\_\_\_

IV. CARACTERÍSTICAS DA PECUÁRIA

37. Criação de animais (n.º de cabeças)

	19 20 21
bovinos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
	22 23 24
suínos	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
	25 26 27
aves	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

38. Orientação do rebanho

1 — sim	corte	cria	28	<input type="checkbox"/>
		recria	29	<input type="checkbox"/>
		engorda	30	<input type="checkbox"/>
2 — não				
	leite		31	<input type="checkbox"/>

39. Raça predominante

1 — Gir

2 — Nelore 32

3 — Holandês

4 — Outras \_\_\_\_\_

40. Em que ano a pecuária foi introduzida neste estabelecimento?

33 34/

41. Comercialização da pecuária e derivados

DESTINO	QUANTIDADE VENDIDA EM 79																				
	bovinos			suínos			galinhas			ovos			leite			manteiga			queijo		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Distrito Federal	<input type="checkbox"/>																				
Goiânia	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42/
	<input type="checkbox"/>																				
Anápolis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
	<input type="checkbox"/>																				
Outros	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42/
	<input type="checkbox"/>																				

42. Pretende expandir a criação de bovinos?

1. Sim  1  
2. Não

---

---

V. UTILIZAÇÃO DE INSUMOS

43. Utiliza:

Adubo orgânico  2

Adubo químico  3

Calcário  4

Fungicida  5

Herbícidas  6

Inseticida (aldrim)  7

1. Sim

2. Não

Sementes seleccionadas  8

Sal  9

Vacina  10

Carrapaticida  11

Ração  12

Outros  13

especifique: \_\_\_\_\_

44. Emprego de irrigação

CÓDIGO-PRODUTO

ÁREA IRRIGADA (ha)

1. 14

16 18

2. 19

21 23

3. 24

26 28

4. 29

31 33

5. 34

36 38

VI. CARACTERÍSTICAS QUANTO AD CRÉDITO RURAL

45. Já pediu financiamento nos últimos 5 anos?

- 1. Sim e obteve 39
- 2. Sim e não obteve
- 3. Não pediu

46. Por que não obteve?

- 1. Falta de garantia
- 2. Crédito agrícola fechado 40
- 3. Outros

47. Por que não pediu?

- 1. Receio de ficar sem lucro após o pagamento no banco.
- 2. Receio de não saldar o compromisso no banco.
- 3. É mais fácil pedir a terceiros.
- 4. Dificuldade de lidar com a complexidade bancária. 41
- 5. Porque é difícil conseguir crédito para a atividade que exerce.
- 6. Outros: \_\_\_\_\_

48. Com que frequência recorre a financiamento?

- 1. Anualmente 42
- 2. Não regularmente
- 3. Nunca

49. Pedindo financiamento e este não sendo obtido, em tempo hábil, teria capital suficiente para custear a produção?

- 1. Sim 43
- 2. Não

50. Destino do crédito

- 1. Custeio
- 2. Investimento
- 3. Comercialização 44
- 4. Custeio a investimento PARA PECUÁRIA 45
- 5. Custeio e comercialização PARA LAVOURA
- 6. Investimento e comercialização
- 7. Todos

VII. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

51. De quem recebe maior informação sobre a atividade?

- 1. Rádio
- 2. Televisão
- 3. Jornal
- 4. Folhetos
- 5. Vizinhos 46
- 6. Na prefeitura
- 7. EMATER
- 8. Comerciante
- 9. Outros: \_\_\_\_\_

52. Recebe assistência técnica?

- 1. Sim 47
- 2. Não

53. De quem recebe?

- 1. EMATER 48
- 2. Cooperativa
- 3. Particular

54. Para que atividade?

- 1. Lavoura 49
- 2. Pecuária
- 3. Lavoura e pecuária
- 4. Outros: \_\_\_\_\_

55. Desde quando?

- 1. Menos de 1 ano 50
- 2. de 1 a 2 anos
- 3. mais de 2 anos

VIII. MÃO-DE-OBRA

56. Pessoal ocupado (1979)

	ADULTO	MENOR
	51 52	53 54
1. Pessoal permanente	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
	55 56	
2. Parceiros	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	57 58/	
3. Outros	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Especifique: \_\_\_\_\_

57. Pessoal temporário segundo as fases do calendário agrícola

	N.º MAX. DE TRAB.		P/Q <sup>tos</sup> DIAS ?		N.º MIN. DE TRAB.		P/Q <sup>tos</sup> DIAS ?	
	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Preparo da terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Plantio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tratos culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Colheita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Atividades ligadas à criação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

58. Pertence a :

- |        |              |                                 |
|--------|--------------|---------------------------------|
| 1. Sim | SINDICATOS   | 41<br><input type="checkbox"/>  |
| 2. Não | COOPERATIVAS | 42/<br><input type="checkbox"/> |

---

NOME DO ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

**ANEXO 11**  
**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ**  
**EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS**  
**INSUMOS APLICADOS NA DIRA DO VALE DO PARAÍBA**  
**SÃO PAULO — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>327 978</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	g	164,0	657
Fertilizantes.....	t	6,9	63 469
Adubo orgânico.....	t	10,0	20 000
Corretivo.....	t	3,7	2 246
Defensivos.....	Kg	85,0	27 606
<b>B — Serviços:</b>			
Preparo do canteiro.....	(1) D/H	4	800
Semeadura.....	D/H	1	200
Adubação química.....	D/H	2	400
Adubação orgânica.....	D/H	2	400
Tratamento de mudas.....	D/H	2	400
Repicagem.....	D/H	11	2 200
Regas.....	D/H	17	3 400
Cobertura do canteiro.....	D/H	1	200
Roçada e limpeza.....	D/H	17	3 400
Aração.....	D/H	3	600
Aração.....	(2) H/M	3	3 600
Calagem.....	D/H	3	600
Gradeação.....	D/H	3	600
Gradeação.....	H/M	3	3 600
Riscação.....	D/H	22	4 400
Sulcamento p/ plantio.....	D/H	15	3 000
Sulcamento p/ irrigação.....	D/H	25	5 000
Adubação orgânica.....	D/H	15	3 000
Adubação química.....	D/H	12	2 400
Transplante.....	D/H	18	3 600
Carpa manual.....	D/H	38	7 600
Amontoa.....	D/H	12	2 400
Desbrota.....	D/H	67	13 400
Amarração.....	D/H	71	14 200
Pulverização.....	D/H	99	19 800
Adubação em cobertura.....	D/H	13	2 600
Irrigação.....	D/H	77	15 400
Colheita manual.....	D/H	89	17 800
Classificação e embalagem.....	D/H	80	16 000
<b>C — Outros:</b>			
Frete da comercialização.....	t	43	63 000
(DIRA do Vale do Paraíba/DF).....			

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 1 715 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 191,24.

(1) Dia/homem; (2) hora/máquina.

**ANEXO 12**  
**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ**  
**EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS**  
**INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE**  
**NERÓPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	187 198
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	Kg	0,3	1 200
Fertilizantes.....	t	4,4	45 228
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	40,0	14 000
Defensivos.....	Kg	78,0	14 500
<b>B — Serviços:</b>			
Formação de mudas.....	D/H	30	3 900
Aração e gradagem.....	H/M	6	2 400
Aplainamento e sulcamento.....	(1) D/H/A	4	1 000
Plantio e adubação.....	D/H	32	4 160
Adubação e cobertura.....	D/H	6	780
Tratos culturais.....	D/H	240	31 200
Tratos fitossanitários.....	D/H	70	9 100
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	160	20 800
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	5	7 200
Frete da comercialização (Nerópolis/DF)..	t	55	31 730

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 2 200 caixas de 25 kg com o custo unitário da produção de Cr\$ 85,09.

(1) Dia/homem/aração.

**ANEXO 13**  
**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ**  
**EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS**  
**INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL**  
**GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	288 897
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	Kg	0,3	1 200
Corretivos.....	t	2,0	6 000
Fertilizantes.....	t	11,0	105 951
Defensivos.....	Kg	130,0	34 566
Adubo orgânico (galinha).....	t	10,0	20 000
<b>B — Serviços:</b>			
Aração e gradagem.....	(1) H/tr	5	1 900
Sulcamento e incorporação do adubo....	(2) H/mtr	8	680
Formação de mudas.....	D/H	50	7 500
Irrigação.....	D/H	60	9 000
Plantio e adubação.....	D/H	20	3 000
Tutoramento.....	D/H	40	6 000
Amarrio.....	D/H	50	7 500
Desbrota.....	D/H	80	12 000
Aplicação de defensivos.....	D/H	80	12 000
Adubação e cobertura.....	D/H	30	4 500
Capação ou poda.....	D/H	4	600
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	230	34 500
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	11	22 000

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 3 000 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 96,13.

(1) Hora/trator; (2) Hora/microtrator.

**ANEXO 14**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ  
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS  
INSUMOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO — GOIÁS  
JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>283 763</b>
<b>A — Insumos modernos :</b>			
Fertilizantes.....	t	8,9	98 969
Adubo orgânico (curral).....	t	22,0	44 000
Corretivos.....	t	3,0	3 420
Defensivos.....	Kg	64,0	12 460
Sementes.....	Kg	0,3	800
<b>B — Serviços :</b>			
Formação de mudas.....	D/H	70	8 400
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	2	240
Aração e gradagem.....	H/M	4	1 800
Sulcamento para plantio.....	H/M	3	360
Adubação e transplante.....	D/H	30	3 600
Tratos culturais.....	D/H	20	2 400
Tratos fitossanitários.....	D/H	60	7 200
Irrigação.....	D/H	40	4 800
Cobertura de N e K.....	D/H	10	1 200
Desbrota.....	D/H	5	600
Colheita.....	D/H	170	20 400
<b>C — Outros :</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	8,9	19 580
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	70,0	53 534

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 2 500 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 113,51.

**ANEXO 15**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ  
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS  
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE  
ANÁPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>277 817</b>
<b>A — Insumos modernos :</b>			
Fertilizantes.....	t	7,03	73 580
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	40,0	14 000
Corretivos.....	Kg	10,0	120
Defensivos.....	Kg	123,0	49 117
Sementes.....	Kg	0,25	1 000
<b>B — Serviços :</b>			
Preparo do solo.....	H/M	6	3 000
Formação de mudas.....	D/H	40	6 000
Adubação e transplantio.....	D/H	30	4 500
Pulverização/Irrigação.....	D/H	120	18 000
Tratos culturais.....	D/H	250	37 500
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	180	27 000
<b>C — Outros :</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	7,0	14 000
Frete da comercialização (Anápolis/DF)	t	60,0	30 000

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 2 400 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 115,76.

**ANEXO 16**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ  
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS  
INSUMOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE CERES — GOIÁS  
JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	285 480
<b>A — Insumos modernos :</b>			
Sementes.....	g	250,0	1 000
Fertilizantes.....	t	6,0	62 153
Defensivos.....	Kg	125,8	54 120
Adubo orgânico (curral).....	m³	41,0	14 350
<b>B — Serviços :</b>			
Formação de mudas.....	D/H	26	3 900
Aração e gradagem.....	H/M	7	2 670
Aplainamento do solo.....	H/M	3	1 335
Sulcamento.....	(1) D/H/M	1	250
Plantio das mudas.....	D/H	21	3 150
Incorporação de adubo.....	D/H/M	1	250
Tutorar, desbrota, capina, amontoa.....	D/H	240	36 000
Pulverizações.....	D/H	37	5 550
Adubação, cobertura.....	D/H	7	1 050
Irrigação.....	D/H	80	12 000
Colheita e embalagem.....	D/H	143	21 450
<b>C — Outros :</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	6	12 600
Frete da comercialização (Ceres/DF).....	t	34	33 652

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 1 400 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 183,63.

(1) Dia/homem/máquina.

**ANEXO 17**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE TOMATE SANTA CRUZ  
EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS  
INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE NOVA  
VENEZA — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	225 260
<b>A — Insumos modernos :</b>			
Sementes.....	g	250,0	1 000
Fertilizantes.....	Kg	5 250,0	54 198
Adubo orgânico.....	m³	18,0	6 300
Defensivos.....	(1) Kg/l	56,0	27 720
<b>B — Serviços :</b>			
Preparo da mistura.....	D/H	3	450
Enchimento e semeadura dos copinhos.....	D/H	20	3 000
Irrigação e pulverização.....	D/H	1	150
Aração, gradagem.....	H/M	5	2 000
Sulcamento, adubação e plantio.....	D/H	35	5 250
Trituramento, desbrota, capina, amontoa...	D/H	240	36 000
Pulverizações.....	D/H	37	5 550
Adubação, cobertura.....	D/H	6	900
Irrigações.....	D/H	80	12 000
Colheita, classificação e embalagem. ...	D/H	170	25 500
<b>C — Outros :</b>			
Frete de fertilizantes. . . . .	t	5	8 320
Frete da comercialização (Nova Veneza/DF)	t	64	36 922

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 2 560 caixas de 25 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 87,99.

(1) Quilograma/litro.

## ANEXO 18

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NA DIRA DE SOROCABA — SÃO PAULO JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>203 174</b>
A — Insumos modernos :			
Sementes.....	Kg	1 560,0	40 560
Corretivos.....	t	2,0	1 189
Fertilizantes.....	t	4,3	43 969
Defensivos.....	Kg	155,0	67 106
B — Serviços :			
Aração.....	H/M	4	2 019
Calagem.....	H/M	1	300
Gradação.....	H/M	2	1 156
Plantio.....	D/H	3	600
Plantio.....	H/M	1	405
Amontoa.....	D/H	4	800
Amontoa.....	H/M	1	300
Adubação em cobertura.....	D/H	1	300
Adubação em cobertura.....	H/M	1	300
Pulverização.....	D/H	4	880
Pulverização.....	(1) H/P	4	2 700
Irrigação.....	D/H	7	1 400
Irrigação.....	(2) H/I	2	2 400
Carpa manual.....	D/H	5	1 000
Carpa mecânica.....	H/M	1	280
Colheita manual.....	D/H	17	3 400
Colheita mecânica.....	H/M	1	950
Beneficiamento, classificação e embalagem	D/H	10	2 000
C — Outros :			
Transporte interno de insumos.....	D/H	1	200
Transporte interno de insumos.....	H/M	2	790
Frete da comercialização (DIRA Sorocaba/DF)	t	19	28 170

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 313 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 649,12.

(1) Hora/pulverizador; (2) Hora/irrigação.

**ANEXO 19**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>117 874</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	Cx. 30 Kg	50,0	39 000
Corretivos.....	t	2,0	6 000
Fertilizantes.....	t	2,8	30 611
Defensivos.....	Kg	52,0	8 213
<b>B — Serviços:</b>			
Aração.....	H/tr	3	1 140
Gradagem.....	H/tr	3	1 140
Incorporação do calcário.....	H/tr	2	570
Sulcamento.....	H/Mtr	10	850
Plantio e adubação nos sulcos.....	D/H	15	2 250
Cobertura da semente c/ sulcadeira.....	D/H	1	150
Amontoa.....	D/H	1	150
Capinas c/ carpadeira.....	D/H	3	450
Pulverizações.....	D/H	20	3 000
Irrigação p/ infiltração.....	D/H	60	9 000
Mão-de-obra p/ demais tratos culturais..	D/H	5	750
Colheita, embalagem e ensacamento....	D/H	60	9 000
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	3	5 600

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 350 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 336,79.

**ANEXO 20**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL</b> .....	—	—	<b>74 722</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	Cx. 30 kg	28,0	22 400
Fertilizantes.....	t	1,74	19 313
Defensivos.....	kg	67,0	4 589
<b>B — Serviços:</b>			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	10	1 200
Aração e gradagem.....	H/M	10	4 500
Sulcamento para plantio.....	H/M	1	450
Adubação.....	D/H	10	1 200
Tratos culturais.....	D/H	20	2 400
Tratos fitossanitários.....	D/H	10	1 200
Irrigação.....	D/H	10	1 200
Colheita, lavagem e embalagem.....	D/H	40	4 800
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	2	3 630
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	10	7 840

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 170 sacos de 60 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 439,54.

ANEXO 21

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NA DIRA DE SOROCABA — SÃO PAULO JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	137 847
A — Insumos modernos :			
Canteiro de mudas.....	m <sup>2</sup>	480,0	21 360
Corretivo.....	t	0,4	241
Fertilizantes.....	t	3,3	47 115
Adubo orgânico (galinha).....	t	2,0	4 000
Defensivos.....	kg	20,0	4 721
B — Serviços :			
Aração.....	H/M	1	580
Calagem.....	D/H	2	480
Calagem.....	H/M	1	550
Gradeação.....	H/M	2	1 260
Plantio.....	D/H	16	3 200
Adubação no sulco.....	D/H	1	200
Adubação e cobertura.....	D/H	4	800
Irrigação.....	D/H	10	2 000
Irrigação.....	H/l	5	2 600
Carpa manual.....	D/H	52	10 400
Aplicação de defensivos.....	D/H	4	880
Adubação foliar.....	D/H	2	300
Colheita manual.....	D/H	5	1 000
Corte dos talos.....	D/H	29	5 800
Cura do produto.....	D/H	4	800
Classificação e embalagem.....	D/H	8	1 000
C — Outros :			
Transporte interno de insumos.....	D/H	1	360
Transporte interno de insumos.....	H/M	2	1 200
Frete da comercialização (DIRA Sorocaba/DF)	t	18	27 000

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 400 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 344,62.

**ANEXO 22**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO FEDERAL — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>90 834</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	1,5	6 000
Fertilizantes.....	t	2,5	25 745
Adubo orgânico (galinha).....	t	0,3	500
Defensivos.....	kg	37,0	14 433
<b>B — Serviços:</b>			
Aração.....	H/T	4	1 520
Gradagem.....	H/T	2	760
Formação de mudas.....	D/H	20	3 000
Sulcação.....	H/T	1	380
Adubação e transplantio.....	D/H	30	4 500
Irrigação.....	(1) H/B	102	7 446
Pulverização.....	H/T	30	11 400
Adubação e cobertura.....	D/H	5	750
Transplante.....	H/T	5	1 900
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	50	7 500
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	3	5 000

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 300 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de 302,78.  
(1) hora/bomba.

**ANEXO 23**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE CEBOLA EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO — GOIÁS JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>114 467</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	1,0	4 000
Fertilizantes.....	t	1,0	9 452
Adubo orgânico (curral).....	t	18,0	36 000
Defensivos.....	kg	48,0	9 600
<b>B — Serviços:</b>			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	5	600
Aração e gradagem.....	H/M	4	1 800
Confecção de canteiros.....	D/H	100	12 000
Plantio e adubação.....	D/H	60	7 200
Tratos culturais.....	D/H	25	3 000
Tratos fitossanitários e irrigação.....	D/H	60	7 200
Cobertura nitrogenada.....	D/H	10	1 200
Colheita.....	D/H	60	10 800
Construção de sementeira e formação de mudas.....	D/H	40	4 800
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	1	2 200
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	6	4 615

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 133 sacos de 45 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 860,65.

**ANEXO 24**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NA  
REGIÃO DE UBERLÂNDIA — MINAS GERAIS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	40 065
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	g	300,0	1 500
Fertilizantes.....	t	0,8	8 059
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	5,0	1 750
Defensivos.....	kg	19,0	3 881
<b>B — Serviços:</b>			
Serviços mecanizados.....	H/T	4	2 000
Serviços manuais.....	D/H	120	14 400
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	0,8	600
Frete da comercialização (Uberlândia/DF)	t	1	7 875

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 525 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 76,31.

**ANEXO 25**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,  
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO  
DE NERÓPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	39 449
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	1,0	5 000
Fertilizantes.....	t	0,5	4 530
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	10,0	3 500
Defensivos.....	kg	176,0	4 200
<b>B — Serviços:</b>			
Aração e gradagem.....	H/M	5	2 000
Coveamento.....	D/H	10	1 300
Aplicação de adubo.....	D/H	10	1 300
Plantio.....	D/H	8	1 040
Tratos culturais.....	D/H	15	1 950
Irrigação.....	D/H	12	1 560
Tratos fitossanitários.....	D/H	10	1 300
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	40	5 200
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	1	800
Frete da comercialização (Nerópolis/DF).	t	10	5 769

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 78,90.

**ANEXO 26**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NO  
MUNICÍPIO DE CERES — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>58 009</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	0,5	2 500
Fertilizantes.....	kg	250,0	2 534
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	10,0	3 500
Defensivos.....	kg	19,5	18 710
<b>B — Serviços:</b>			
Aração.....	H/M	2,5	1 000
Gradagem.....	H/M	2	800
Coveamento, adubação e aplicação de sistemas.....	D/H	30	4 500
Semeio e cobertura.....	D/H	10	1 500
Tratos culturais.....	D/H	20	3 000
Irrigações.....	D/H	12	1 800
Pulverizações.....	D/H	10	1 500
Colheita e embalagem.....	D/H	40	6 000
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	kg	250	1 050
Frete da comercialização (Ceres/DF)....	t	10	9 615

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 116,02.

**ANEXO 27**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES NO  
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS — GOIÁS — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>50 266</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	g	580,0	2 900
Fertilizantes.....	t	0,5	5 261
Adubo orgânico (curral).....	m <sup>3</sup>	6,0	2 100
Defensivos.....	kg	31,0	15 815
<b>B — Serviços:</b>			
Preparo do solo.....	H/M	6	2 400
Coveamento/adubação.....	D/H	25	3 750
Plantio e cobertura.....	D/H	10	1 500
Tratos culturais e fitossanitários.....	D/H	30	4 500
Irrigação.....	D/H	10	1 500
Colheita/embalagem.....	D/H	30	4 500
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	1	1 040
Frete da comercialização (Anápolis/DF)...	t	10	5 000

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 500 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 100,53.

**ANEXO 28**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,  
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO MUNICÍPIO  
DE PIRES DO RIO — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>87 034</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	4,0	20 000
Fertilizantes.....	t	1,5	15 101
Defensivos.....	kg	5,0	1 000
<b>B — Serviços:</b>			
Limpeza e sistematização da área.....	D/H	5	600
Aração e gradagem.....	H/M	5	2 250
Coveamento.....	D/H	25	3 000
Plantio e adubação.....	D/H	50	6 000
Desbate.....	D/H	10	1 200
Tratos culturais manuais.....	D/H	50	6 000
Adubação em cobertura.....	D/H	40	4 800
Tratos fitossanitários.....	D/H	20	2 400
Colheita.....	D/H	50	6 000
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	2	3 300
Frete da comercialização (Pires do Rio/DF)	t	12	15 383

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 600 caixas de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 145,06.

**ANEXO 29**

**ESTIMATIVA DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ABÓBORA  
TETSUKABUTO EM UM HECTARE E A PREÇOS CORRENTES,  
SEGUNDO OS INSUMOS E SERVIÇOS APLICADOS NO DISTRITO  
FEDERAL — JULHO DE 1980**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
<b>TOTAL.....</b>	—	—	<b>52 392</b>
<b>A — Insumos modernos:</b>			
Sementes.....	kg	1,0	5 000
Corretivos.....	t	1,3	3 600
Fertilizantes.....	t	0,4	3 887
Adubo orgânico (galinha).....	t	3,25	6 500
Defensivos.....	kg	38,0	8 647
<b>B — Serviços:</b>			
Aração.....	H/Tr	3	1 140
Gradagem.....	H/Tr	2	760
Incorporação do calcário.....	H/Tr	1	380
Abertura de covas.....	D/H	25	3 750
Aplicação de adubo orgânico.....	D/H	20	3 000
Aplicação de adubo químico.....	D/H	10	1 500
Plantio.....	D/H	2	300
Adubação de cobertura e desbate.....	D/H	13	1 950
Capinas.....	D/H	20	3 000
Irrigação.....	D/H	16	2 400
Pulverizações.....	D/H	13	1 950
Colheita, classificação e embalagem.....	D/H	26	3 900
<b>C — Outros:</b>			
Frete de fertilizantes.....	t	0,4	728

**NOTA** — A produtividade encontrada foi de 520 sacos de 20 kg com o custo unitário de produção de Cr\$ 100,76.

ANEXO 30

**ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, POR ÁREA, ATIVIDADE PRINCIPAL, EMPREGO DE ROTAÇÃO DE TERRAS UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO O NÚMERO DO QUESTIONÁRIO — 1980**

(continua)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DOS QUESTIONÁRIOS	CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO								VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)
		Área (ha)	Atividade			Rotação de terras		Utilização de terras		
			Lavoura	Pecuária	Agropecuária	Sím	Não	Sím (1)	Não	
Ceres.....	1	145,20	--	x	--	--	x	--	x	--
	2	7,26	x	--	--	--	x	--	x	46
	3	21,78	--	x	--	--	x	--	x	--
	4	5,81	x	--	--	--	x	x1	--	2
	5	14,52	--	--	x	--	x	x1	--	12
	6	41,14	--	x	--	--	x	x2	--	3
	7	58,08	x	--	--	--	x	--	x	--
	8	41,14	--	--	x	--	x	--	x	96
	9	26,62	--	x	--	--	x	x2	--	2
	10	48,40	--	x	--	--	x	--	x	--
	11	26,62	--	x	--	--	x	x2	--	--
	12	31,46	--	x	--	--	x	x2	--	--
	13	41,14	x	--	--	--	x	--	x	27
	14	217,80	--	x	--	--	x	--	x	1 500
	15	19,36	--	--	x	x	--	--	x	--
	16	19,36	--	x	--	--	x	x2	--	--
	17	21,78	x	--	--	--	x	--	x	3
	18	38,72	--	x	--	--	x	x2	--	6
	19	43,56	x	--	--	--	x	--	x	119
	20	67,76	--	x	--	--	x	x2	--	--
	21	53,24	x	--	--	--	x	--	x	--
Nerópolis.....	22	193,60	--	x	--	--	x	x5	--	--
	23	242,00	--	--	x	--	x	--	x	2
	24	79,86	--	--	x	x	--	--	x	80
	25	65,34	x	--	--	--	x	--	x	--
	26	82,28	--	x	--	--	x	--	x	--
	27	50,82	--	x	--	--	x	x	--	--
	28	135,52	--	x	--	--	x	--	x	3
Nova Veneza.....	29	111,52	--	x	--	--	x	--	x	2
	30	12,10	--	--	x	--	x	--	x	--
	31	23,23	x	--	--	--	x	x2	--	33
	32	27,59	x	--	--	--	x	x2	--	--
	33	16,94	x	--	--	--	x	x2	--	79
	34	9,68	x	--	--	--	x	x3	--	36
	35	31,46	--	--	x	x	--	x2	--	175
	36	24,20	--	x	--	--	x	x5	--	--
	37	9,68	x	--	--	--	x	--	x	2
	38	33,88	--	--	x	--	x	--	x	--
	39	18,39	x	--	--	--	x	x1	--	14
	40	9,68	x	--	--	--	x	x1	--	--
Carmo do Rio Verde...	41	179,08	--	--	x	--	x	--	x	246
	42	12,10	--	x	--	--	x	--	x	9
	43	174,24	--	x	--	--	x	--	x	246
	44	12,10	x	--	--	--	x	--	x	--
	45	41,14	--	x	--	--	x	x2	--	--
	46	36,30	x	--	--	--	x	--	x	--

**ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS, POR ÁREA, ATIVIDADE PRINCIPAL, EMPREGO DE ROTAÇÃO DE TERRAS UTILIZAÇÃO DE TERRAS FORA DO ESTABELECIMENTO E VALOR DA PRODUÇÃO COMERCIALIZADA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS NA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, SEGUNDO O NÚMERO DO QUESTIONÁRIO — 1980**

(conclusão)

MUNICÍPIOS	NÚMERO DOS QUESTIONÁRIOS	CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO							VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)	
		Área (ha)	Atividade			Rotação de terras		Utilização de terras		
			Lavoura	Pecuária	Agropecuária	Sim	Não	Sim (1)		Não
Carmo do Rio Verde...	47	53,24	—	x	—	x	—	x <sup>4</sup>	—	—
	48	12,10	x	—	—	—	x	x <sup>3</sup>	—	—
	49	29,04	x	—	—	—	x	x <sup>2</sup>	—	157
	50	41,14	x	—	—	—	x	—	x	38
	51	33,88	—	x	—	x	—	x <sup>2</sup>	—	10
	52	16,94	x	—	—	x	—	—	x	—
Anápolis.....	53	154,88	x	—	—	—	x	—	x	123
	54	162,14	—	x	—	—	x	—	x	—
	55	38,72	x	—	—	—	x	—	x	(2)
	56	58,08	x	—	—	—	x	—	x	134
	57	24,20	—	—	x	—	x	—	x	12
	58	19,36	x	—	—	—	x	—	x	—
	59	19,36	x	—	—	—	x	—	—	172
	60	121,00	x	—	—	—	x	x <sup>5</sup>	—	—
	61	16,46	x	—	—	—	x	—	x	65
	62	26,62	x	—	—	—	x	—	x	51
	63	87,12	—	x	—	—	x	—	x	6
	64	174,24	—	—	x	—	x	(2)x	—	110
	65	193,60	—	x	—	—	x	x	—	—
	66	169,40	x	—	—	—	x	—	x	62
	67	67,76	—	x	—	—	x	—	x	46
	68	48,40	—	x	—	—	x	—	x	10
	69	121,00	—	x	—	—	x	—	x	52
(3)70	29,04	—	—	—	—	—	—	—	—	
71	96,80	—	x	—	—	x	—	x	65	
72	14,52	x	—	—	—	x	—	x	(2)	
73	29,04	x	—	—	—	x	—	x	—	
Pires do Rio.....	74	179,08	—	x	—	—	x	x <sup>5</sup>	—	—
	75	150,04	—	x	—	—	x	x <sup>5</sup>	—	—
	76	169,40	—	x	—	—	x	x <sup>5</sup>	—	—
	77	58,08	—	—	x	—	x	—	x	—
	(3)78	38,72	—	—	—	—	—	—	—	—
	79	113,74	—	x	—	x	—	—	x	—
	80	14,52	x	—	—	x	—	—	x	—
	81	38,72	—	x	—	—	x	—	x	—
	82	96,80	—	x	—	—	x	x <sup>5</sup>	—	—
(3)83	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Posse.....	84	145,20	x	—	—	—	x	—	x	6
	85	145,20	x	—	—	—	x	—	x	2
	86	145,20	x	—	—	—	x	—	x	4
	87	48,40	x	—	—	—	x	—	x	0,25
	88	38,72	—	—	x	—	x	—	x	—
	89	48,40	x	—	—	—	x	—	x	6
	90	48,40	x	—	—	—	x	x <sup>1</sup>	—	12
	91	12,10	—	x	—	—	x	x <sup>2</sup>	—	—

**FONTE** — Dados obtidos na pesquisa direta — 1980.

(1) x<sup>1</sup> — em parceria; x<sup>2</sup> — arrenda p/pasto; x<sup>3</sup> — arrenda p/lavoura; x<sup>4</sup> — arrenda p/lavoura e pasto; x<sup>5</sup> — proprietário; (2) dado inutilizado; (3) estabelecimentos sem produção.

## 7 — BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de. — O Centro-Oeste. In: *Paisagens e Problemas do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1968, (Cap. 6).
- BECKER, Berth Koiffmann. — O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 28(2):129-56, abr./jun. 1966.
- CAMPENO, Antonio. — *Produção e Comercialização de Alimentos Básicos*. São Paulo, USP, 1978.
- CASTRO, Ana Célia et alii. — *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, Ministério da Agricultura, CPDA/EIAP/FGV, BINAGRI, 1979.
- CASTRO, Armando Barros de. — *Aspectos da Inter-dependência Econômica entre a Estrutura de Consumo e a Comercialização Agrícola*. Tese de doutorado, Piracicaba, ESALG/USP, 1972.
- CLEVES, Afonso. — Programação do abastecimento municipal, *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, IBAM, 104, jan./fev. 1979.
- COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: ESTRUTURA DE MERCADO E FORMAÇÃO DE PREÇOS. São Paulo, FIFE, 1979.
- COMERCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS. Campinas, INCRA/UNICAMP, 1977.
- DINIZ, José Alexandre Felzola et alii. — Brasília e sua periferia: problemas de relacionamento. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(242):40-7, set./out. 1974.
- FARRET, Ricardo & SANTANA, R. N. Monteiro. — *A Rede Urbana da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília, Convênio FUB/SUDECO, 1973.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PAVIANI, Aldo. — As correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 35(3):133-60, jul./set. 1973.
- . Cidades satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(242):31-9, set./out. 1974.
- . Migração: problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 32(235):5-15, jul./ago. 1973.
- . Brasília: organização interna da cidade. *Revista Brasileira de Planejamento*, Porto Alegre, (4), maio/jun. 1977.
- FIGUEIREDO, Vilma. — A intensificação da agro-empresa, no Distrito Federal. In: *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio. — *Subsistência, Excedente e Mercado: o Caso dos Pequenos Produtores da Zona da Mata Sul de Pernambuco*. Rio de Janeiro, CPDA/EIAP/FGV, BINAGRI, 1977 (mimeo).
- KELLER, Elza Coelho de Souza & MAGNANINI, Ruth Lopes da Cruz. — População. In: *Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste*, Rio de Janeiro, IBGE, (4):113-90, 1977.
- LINHARES, Maria Yeda Leite. — *História do Abastecimento, uma Problemática em Questão (1530-1918)*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- LOPES, Juarez Brandão. — *Desenvolvimento e Migração, uma Abordagem Histórico-Estrutural*. Estudos CEBRAP, (6), São Paulo, 1976.
- MESQUITA, Miriam. — Aspecto geográfico do abastecimento do Rio de Janeiro em gêneros alimentares de base. In: *Aspectos da Geografia Carioca*, Rio de Janeiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1962.
- MOURA, Maria Conceição A. — Da necessidade do assalariamento — projeto de intercâmbio de pesquisa social em agricultura. *Boletim Informativo 2*, Rio de Janeiro, 1979.
- PAIVA, Ruy Miller. — Reflexões sobre as tendências da produção, da produtividade, e dos preços do setor agrícola do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, (2, 3), 1966.
- PÉBAYLE, Raymond. — A área rural do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 33(1):39-83, jan./mar. 1971.
- PRADO JUNIOR, Caio. — *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

- PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROPECUÁRIO — ESTUDOS DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO. *Relatório Técnico*, 3, Distrito Federal, Convênio SEPLAN/GDF, 1968.
- QUEDA, Orivaldo et alii. — *Contribuição ao Estudo da Produção dos Alimentos Básicos no Brasil*. Piracicaba, MA/ESALQ/USP, 1977.
- RELATÓRIO REGIONAL — REGIÃO CENTRO-OESTE. — In: PENSAGRI, Versão preliminar. Rio de Janeiro, CPDA/SUPLAN, 1978.
- SILVA, Geraldo J. da Rosa e. — Alimentação e subdesenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 26(3):291-457, 1964.
- SILVA, José Francisco Graziano da. — *Estrutura Fundiária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- & QUEDA, Orivaldo. — Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos. In: *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- SILVA, Sérgio. — Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, : 7-24, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- SINGER, Paul. — Introdução. In: *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, : 1-6, 1977 (Coleção Estudos Brasileiros, 7).
- STEIN, Leila et alii. — *As Novas Formas de Trabalho Assalariado e as Transformações da Agricultura Brasileira*. UNESP, Campus de Botucatu, 1977 (mimeo).
- TAVARES, R. Magalhães. — Problemas de comercialização nos centros urbanos. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, IBAM, set./out. 1974.
- VALVERDE, Orlando & DIAS, Catarina V. — *A Rodovia Belém-Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE, 1968.
- VELHO, Otávio Guilherme. — *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1976.
- VOLPI, Julio Cesar. — O abastecimento metropolitano e a produção agrícola. *Revista Brasileira de Planejamento* (5), Porto Alegre, 1977.
- WAIBEL, Leo. — Uma viagem de reconhecimento ao Sul do Brasil. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Rio de Janeiro, 1958 (Cap. 7).

## RESUMO

Esta pesquisa, realizada no período de 1979 a 1982, na Região Geoeconômica de Brasília, visou o conhecimento da organização da atividade agrária na Região e dos fatores que impedem a expansão de sua produção agrícola. Embora existam na Região áreas agrícolas voltadas para a produção de alimentos básicos e hortícolas, estas não participam, de maneira significativa, do efetivo suprimento do mercado consumidor de Brasília (*Plano Piloto e Cidades Satélites*), que é, ainda, muito dependente de outras áreas produtoras do País, notadamente de São Paulo e de Minas Gerais.

A medida que canais de comercialização entre essas áreas e Brasília se consolidaram, os pequenos produtores da Região, principalmente aqueles voltados para a produção de hortícolas, se viram excluídos ou foram impedidos de ingressar nesse circuito de comercialização, o que muitas vezes provocou o abandono de terras ou a mudança de atividade econômica, numa expectativa de melhoria de vida.

---

Este trabalho foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 08 de junho de 1983 para ser editado em forma de livro. Posteriormente, em 1984, atendendo a recomendação da Comissão Editorial — CE foi incluído, neste número, como artigo.

# ANÁLISE ESPACIAL DAS CADEIAS DE LOJAS DO COMÉRCIO VAREJISTA NO RIO DE JANEIRO

Hortense Teixeira Kossmann \*  
Miguel Angelo Campos Ribeiro \*

## SUMÁRIO

- 1 — *Considerações iniciais*
- 2 — *A evolução do comércio varejista: de uma forte centralização à descentralização progressiva*
- 3 — *Análise do comportamento dos gêneros e centros comerciais do Rio de Janeiro, segundo as cadeias de lojas em 1980*
- 4 — *Considerações finais*
- 5 — *Anezos*
- 6 — *Bibliografia*

## 1 — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho visa a compreensão da organização espacial do comércio da Cidade do Rio de Janeiro. De início, privilegiaremos, tão somente, os processos gerais que geram os padrões de distribuição das filiais do comércio varejista<sup>1</sup> no espaço urbano, visto serem eles, bastante significativos no sentido de oferecerem interessantes pistas para estudos posteriores.

Tomemos como ponto de partida, a idéia de que “a grande cidade capitalista apresenta uma complexa organização espacial que se caracteriza por uma divisão econômica e social do espaço”<sup>2</sup>. Nela, no que concerne às atividades terciárias, pode-se destacar dois subespaços. Um, refere-se ao Núcleo Central e imediações, “foco de atividades financeiras, de gestão, varejista e de serviços, e onde se localizam os terminais de transportes intra-urbanos”<sup>3</sup>, e outro, que corresponde aos “núcleos

---

\* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Queremos agradecer a Jana Maria Cruz e Marília Carneiro Natal pelas críticas e sugestões. Quaisquer erros ou omissões existentes são, no entanto, de inteira responsabilidade dos autores.

<sup>1</sup> Não incluídas as de Produtos Alimentares, Combustíveis e Lubrificantes.

<sup>2</sup> Corrêa, Roberto Lobato Azevedo. Espaço e movimentos sociais urbanos: uma introdução.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

secundários de comércio varejista e de serviços, quer surgidos espontaneamente, quer planejados (shopping centers), quer organizados de modo hierarquizado entre si, quer especializados (auto-peças, móveis, clínicas e consultórios médicos, etc.)”<sup>4</sup>.

Um exame mais detido de casos específicos de diferentes cidades revela uma multiplicidade de situações. Assim, sendo, no caso do Rio de Janeiro, como no de outras cidades, é significativo e de particular relevância, orientar a análise para as interrelações desses “subespaços” com o processo global em que se inserem, obtendo-se, de um lado, maior compreensão de suas características e, de outro, esclarecendo-se melhor as formas peculiares e as fases específicas por que passou o próprio processo de desenvolvimento da metrópole. Dentro desse contexto, dedicar-se-á especial atenção ao desenvolvimento da atividade comercial, sobretudo no que diz respeito a sua organização espacial, fundamentada nos processos de centralização e descentralização, pois tais processos realizam-se e reproduzem-se sucessivamente, materializando-se na própria produção de novos espaços comerciais.

## 2 — A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA: DE UMA FORTE CENTRALIZAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO PROGRESSIVA

No caso específico do Rio de Janeiro, o centro da cidade, na segunda metade do século XIX, se caracterizava pela centralização do comércio e serviços. Com efeito, o enriquecimento da nobreza oriunda da cafeicultura, a ascensão da classe média e o início das primeiras indústrias são o epicentro das transformações por que passa o espaço carioca nesta época: a cidade deixa de ser colonial e se transforma em capitalista, enquanto o centro se impõe como foco do mercado de massa.

No início do século XX, dois fatos vieram firmar ainda mais a posição do setor terciário na área central. A abertura da Avenida Rio Branco (Avenida Central), em 1906, e a construção em 1910, na Praça Mauá, do novo porto do Rio de Janeiro. Não deixa de ser significativo portanto, que a partir da década de 20, a área central do Rio de Janeiro emerge como um moderno centro de comércio e serviços, e que a partir daí, o setor comercial se expanda acentuadamente — “as ruas situadas entre a Praça da República e a Rua Uruguaiana passaram a conter maior número de casas comerciais varejistas. A Avenida Passos, aberta no início do século, já apresentava um comércio variado, nela predominando as relojoarias e ourivesarias e ainda as casas de fazenda e armarinhos”<sup>5</sup>. Neste período, as ruas que apresentavam um maior número de casas de comércio varejista eram as do Ouvidor — onde concentravam-se as lojas de luxo, a Avenida Central e a Uruguaiana.

Até 1940, “o comércio varejista da área central recrutaria sua clientela na expressiva massa que nela trabalhava e no afluxo de uma população que fazia suas compras na “cidade”, ou para lá se dirigia a procura de serviços médicos, dentários, recreativos, etc. Tinham inte-

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Almeida, Elisa Maria José Mendes de. & Pinto, Dulce Maria Alcides. O desenvolvimento da área central.

resse, pois, de aí se localizarem, não só as grandes lojas departamentais e os grandes "magasins" como também, o comércio de luxo"<sup>6</sup>.

Contudo, é no final da década de 30 e particularmente na década de 40 que o quadro começa a mudar: uma forte centralização dá lugar a uma progressiva descentralização. A rigor, um ativo comércio passa a concorrer com a área central, concorrência essa que se acentua cada vez mais, e que na década de 50 toma a forma definitiva de subcentros.

O processo de expansão da atividade produtiva na economia brasileira que traz consigo, entre outras coisas, o desenvolvimento da produção de bens de consumo imediato, demandava a ampliação não apenas do mercado, mas dos próprios canais de distribuição varejista. Isso se traduziu no Rio de Janeiro, na expansão do comércio varejista para áreas fora do núcleo central.

Alguns bairros começaram a atrair significativas parcelas de estabelecimentos comerciais e de serviços, até então limitados quase que exclusivamente ao centro. Outros já possuíam um comércio razoável, o que propiciou uma maior expansão em outras épocas, como é o caso de Madureira.

"Madureira, a humilde estação da Central, inaugurada em 1890 (...) conta animadíssimo comércio, cafés, confeitarias, lojas de modas, armarinho, mercado, ostentando algum luxo em quatro ou cinco casas principais. O progresso alcançado nestes últimos anos tem sido vertiginoso"<sup>7</sup>. Mas não é só. Outros fatores estiveram na origem da desaceleração do processo de centralização há algumas décadas. Simplificando grosseiramente, poderíamos citar: o explosivo surto de crescimento demográfico que se verificou em determinados bairros da cidade; a emergência de uma nova classe média; o sistema de crédito mais fácil; a mudança nos hábitos dos consumidores; o encarecimento do custo do transporte urbano; as deseconomias de aglomeração da área central; o agigantamento das firmas; entre outros.

A concentração espacial das camadas de população de rendas mais altas em certos bairros, propiciada pelo *boom* imobiliário, estimulou a desconcentração do comércio e serviços, diminuindo conseqüentemente a convergência para o Centro e o próprio interesse em sua renovação. Assim é que, "a Praça Saenz Peña, aparece como o primeiro subcentro das camadas de população de rendas médias e acima da média, que surgiu na metrópole sul brasileira, provavelmente em todo o País, e, Copacabana, o segundo"<sup>8</sup>.

Daí em diante, o que acontece freqüentemente, é a multiplicação dos bairros que desenvolvem, com intensidade e complexidade, diferentes serviços que até há algum tempo atrás só eram encontrados no centro da cidade. "Em Copacabana, no Méier, em Madureira, na Tijuca e mais recentemente na Barra da Tijuca, entre outros, proliferam lojas comerciais, consultórios, bancos, cinemas, escolas, restaurantes, bares, para atender a população residente no local ou em suas proximidades"<sup>9</sup>.

Importa realçar que esses bairros, longe de se nivelar, se hierarquizam em decorrência de fatores como o número de estabelecimentos; a área física ocupada; os tipos e qualidade dos bens e serviços oferecidos;

<sup>6</sup> Silva, Hilda da et alii. A função comercial.

<sup>7</sup> Santos, Fernando Noronha. *Meios de Transportes no Rio de Janeiro — História e Legislação*.

<sup>8</sup> Villaça, Flávio. A estrutura territorial da metrópole sul brasileira.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

a circulação de veículos e pedestres; a área de mercado (número de consumidores e seu nível de renda), etc.

Outros bairros entretanto, assumem a forma de centros especializados ou núcleos comerciais especializados “que apresentam excepcional participação (não necessariamente predominância) de um certo tipo de loja ou serviço”<sup>10</sup>. É o caso por exemplo de áreas onde se alojam atividades como: auto-peças, móveis, clínicas e consultórios médicos, etc. “A esses núcleos ou áreas comerciais não chamaremos por convenção de “subcentros”. Eles não são similares ao centro principal, não oferecem ampla gama de serviços e comércio à população em geral; não concorrem com o centro principal”<sup>11</sup>.

Não são poucos os que dizem, que o centro do Rio de Janeiro, a partir da década de 50, entrou num processo de decadência. Outros, questionando essa posição, afirmam que o centro está apenas se transformando, ou em palavras diferentes, que o centro passou por um processo de evolução no seu comércio, “no sentido de uma maior especialização que viesse a assegurar a permanência de determinadas linhas de artigos comerciais que não podem depender apenas de mercados parciais”<sup>12</sup>. Alguns, procuram mostrar a importância de certos setores que mantém sua hegemonia no centro. É o caso das atividades financeiras, de gestão (escritórios centrais e administração), dos serviços públicos, etc.

Não há, portanto, uma “estagnação da função comercial no centro da cidade”, como afirma Duarte<sup>13</sup>. Pois, apesar do comércio carioca ter se expandido pelos subcentros, o centro da cidade ainda detém uma quantidade expressiva de empresas e filiais, além dos seus escritórios centrais e administração, exercendo a função de controle e decisão.

Cabe então perguntar: em que direção aponta o processo de organização espacial do comércio varejista no Rio de Janeiro no início dos anos 80?

### **3 — ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS GÊNEROS E CENTROS COMERCIAIS DO RIO DE JANEIRO, SEGUNDO AS CADEIAS DE LOJAS EM 1980**

Devido à monopolização crescente da economia, a tendência do capital é deslocar-se com maior intensidade e rapidez para aqueles lugares onde as condições para a sua valorização sejam mais vantajosas. Isso implica, naturalmente, em que ele não se distribua uniformemente, como já dito na parte introdutória, por um país, uma região, uma cidade.

Do ponto de vista das empresas, sua expansão pressupõe novas localizações. De um modo geral elas são atraídas para aqueles lugares que oferecem determinados benefícios que tem influência decisiva sobre seus lucros, nesse caso, a melhor localização implica um lucro adicional. Sendo a empresa capitalista autônoma quanto à sua decisão locacional, ela a toma em função de aumentar seus lucros. A localização portanto, obedece à lógica do lucro.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Silva, Hilda da et alii, op. cit.

<sup>13</sup> Duarte, Aluizio Capdeville. O centro de atividades da metrópole.

Assim sendo, para compreender nos mais amplos termos a real natureza dos “processos espaciais” que tradicionalmente caracterizam as atividades comerciais (centralização/descentralização), propõe-se investigar através da prática efetiva das estratégias locacionais das grandes empresas comerciais, como tais processos realizam e reproduzem-se sucessivamente, pois esta reprodução ao nível do espaço acaba se constituindo na própria produção de novos espaços comerciais.

Para essa investigação um primeiro passo é começar por descrever os padrões espaciais obtidos a partir de informações retiradas da Lista Telefônica Classificada da Cidade do Rio de Janeiro (Páginas Amarelas), referentes ao ano de 1980.

Considera-se relevante o estudo das cadeias integradas de lojas comerciais, pelo papel extremamente importante que exercem na organização espacial mais complexa da cidade, pois as mesmas estão integradas a outras atividades produtivas e financeiras.

O critério utilizado para a seleção das firmas varejistas foi o de possuírem cinco ou mais estabelecimentos, com o qual se procurou analisar o comportamento das firmas de maior expressão.

Da Lista Telefônica Classificada foram então extraídos os estabelecimentos por tipos de atividades (gêneros comerciais) (Anexo 1) e seus respectivos endereços. Em seguida, as atividades foram classificadas e listadas pelo Cadastro de Atividades do Censo Comercial de 1975 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo sido selecionados 11 dos 18 gêneros comerciais nele contidos. A partir daí, procurou-se organizar um quadro de referência (Anexo 2) delimitado por linhas e colunas — nas primeiras, constam os bairros e nas últimas os gêneros comerciais — onde foram distribuídas as unidades (empresas) e suas respectivas filiais.

Importa indicar, que os 11 gêneros representados abrangem um total de 102 empresas, com 820 filiais, espalhadas por 63 bairros dos 153 existentes no Rio de Janeiro.

Dos bairros em que as empresas atuam, foram selecionados 22 (Anexo 2) para a análise, correspondendo àqueles dentro do universo da pesquisa que apresentavam os números mais significativos quanto ao total de filiais. Os dados mostram, que esses bairros contêm em sua maioria, os subcentros caracterizados por Duarte<sup>14</sup>.

Neles, estão localizados 91,3% do total geral das filiais estudadas, das quais 65% (do total geral) estão concentradas no Centro, Copacabana, Tijuca, Ipanema, Méier e Madureira.

Para facilitar a análise do padrão de distribuição das filiais nos diferentes bairros do Rio de Janeiro, foram caracterizadas seis áreas distintas (Anexo 3 e 4). Importa realçar, que esta delimitação baseou-se em dois aspectos: a — nos eixos ferroviários da Central do Brasil e Leopoldina, que apresentam no espaço carioca, uma caracterização bastante acentuada, devido a sua importância como área e; b — nas Regiões Administrativas, que distinguem segmentos homogêneos do espaço carioca, como por exemplo, Centro, Tijuca, Campo Grande e Zona Sul. No caso específico da Zona Sul, foi dividida em duas subáreas, denominadas de Zona Sul I e Zona Sul II, dada a impossibilidade de se reunir, num mesmo bloco, áreas de estruturas e comportamentos literalmente diferentes (Catete e Ipanema por exemplo).

<sup>14</sup> Duarte, Haidine da Silva Barros. A Cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias — os centros funcionais.

— A primeira corresponde ao centro, constituída pelos bairros do Centro e Saúde;

— a segunda, denominada de Zona Sul, compreende: a Zona Sul I, que engloba os bairros do Catete e Botafogo, e a Zona Sul II, representada por Copacabana, Ipanema e Leblon;

— a terceira corresponde ao eixo da Central do Brasil, incluindo os bairros do Méier, Madureira, São Cristóvão, Cascadura e Engenho Novo;

— a quarta, denominada de área da Tijuca, onde aparecem os bairros da Tijuca, Maracanã, Vila Isabel, Estácio e Praça da Bandeira;

— a quinta inclui os bairros de Bonsucesso, Ramos, Penha e Benfica, correspondendo ao eixo da Leopoldina; e,

— a sexta diz respeito à zona oeste, caracterizada pelo bairro de Campo Grande.

Cabe assinalar que a análise mais pormenorizada dos padrões de distribuição espacial restringiu-se a sete dos 11 gêneros estudados, caracterizados como os mais significativos e representativos do ponto de vista do número de filiais.

De um modo geral, os padrões comportam-se de forma bem semelhante para a maioria dos gêneros. Nota-se uma concentração das filiais nas áreas do Centro e Zona Sul, seguidas do eixo da Central e Tijuca, fato bem caracterizado quando se observa os bairros que compõem as referidas áreas e o tipo de empresa a ser analisada. Para outros gêneros, a situação é mais específica, consequência não só do nível de especialização dos mesmos, como também do tipo das empresas, que muitas vezes só vão aparecer em bairros correspondentes aos subcentros.

A seguir, procederemos a análise individual dos principais gêneros, quais sejam:

#### a — Ferragens

Este ramo caracteriza-se pelas lojas de materiais de construção, tintas, compensados e aparelhos sanitários. Foi ele representado por 12 unidades, que englobam 95 filiais distribuídas em diversos bairros cariocas. Desse total de filiais, 77 estão concentradas em 17 dos 22 bairros escolhidos para análise, o que corresponde a 81% do total de filiais no gênero.

Especialmente no que se refere ao padrão de distribuição dessas filiais, observa-se uma homogeneidade nas áreas do eixo da Central, Tijuca, Zona Sul e Centro. Contudo, quando são analisadas a nível de bairro, o Centro, Copacabana, Campo Grande, São Cristóvão e Vila Isabel destacam-se dos demais.

É de se notar, que algumas unidades do gênero atuam de forma específica em determinadas áreas do Rio de Janeiro, o que vem denotar o caráter eminentemente local de determinadas empresas, visto que não se expandem para além dos limites da região metropolitana.

No que diz respeito à localização dos escritórios centrais (Anexo 4), o Centro destaca-se dos demais bairros, embora não apresente um elevado nível de concentração, uma vez que há uma distribuição das unidades administrativas pelos demais bairros considerados.

## b — Eletrodomésticos

Neste gênero se incluem as grandes cadeias de lojas de aparelhos elétricos e eletrodomésticos, as empresas de discos, máquinas de costura e lustres. Nele figuram 10 unidades com 110 filiais, cuja distribuição se dá de forma concentrada pelos bairros selecionados, sendo que 103 filiais (correspondendo a 93,6% do total de filiais no gênero), localizam-se em 17 destes bairros.

Os dados obtidos mostram, no que se refere ao padrão de distribuição, que o Centro detém 43 filiais (38% do total), fato que talvez se explique pela presença maciça de lojas de aparelhos elétricos e eletrodomésticos, apoiada na grande demanda da população que se desloca, com intensidade, nesta área da cidade. Em seguida, destacam-se as áreas da Zona Sul II, eixo da Central e Leopoldina, mas com um volume sensivelmente inferior se comparadas ao Centro.

Importa realçar, no que diz respeito às Unidades de Administração, que acham-se elas também, em sua grande maioria, estabelecidas no Centro.

Ao se descer o nível de análise, é possível verificar que cabem às Ruas Uruguaiana, Sete de Setembro e Senador Dantas (Centro), e à Avenida Nossa Senhora de Copacabana (Copacabana), a concentração maior deste ramo varejista.

Cumprе lembrar que este ramo engloba grandes grupos empresariais não restringindo sua atuação somente ao espaço carioca, tampouco à atividade de comércio.

## c — Veículos e acessórios

Neste gênero estão incluídas as empresas especializadas nas vendas de automóveis, pneus, baterias e acessórios, somando um total de sete unidades com 45 filiais. Do número de filiais, 34 (representando 75,5% do total) localizam-se em 15 dos bairros selecionados.

Chama atenção o fato de que este gênero, em comparação com outros, apresenta, quanto ao seu padrão de distribuição, um acentuado grau de concentração, notadamente em duas áreas: o eixo da Central e o eixo da Leopoldina, às quais se segue a Zona Sul I.

Trata-se de um gênero que não apresenta uma distribuição regular, demonstrando um certo grau de especialização locacional, explicado em grande parte, pela necessidade de amplos espaços localizados em proximidade às garagens, pontos finais das linhas de ônibus, oficinas de reparos e depósitos.

Entre os bairros mais representativos do gênero, destaca-se o de Bonsucesso, seguido do de São Cristóvão e Botafogo. Quando o nível de análise atinge escalas mais reduzidas, a especialização neste gênero se acentua, tal como ocorre na Avenida Suburbana e Avenida Brasil, importantes vias de acesso.

Quanto aos escritórios centrais, apresentam uma certa dispersão pelo espaço, estando dois deles inclusive localizados fora do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as empresas em questão atuam a nível nacional.

## d — Móveis e tapeçaria

Nove unidades estão representadas neste gênero, com um total de 60 filiais, das quais, 85% localizam-se em 11 dos bairros "escolhidos".

Este gênero apresenta uma concentração espacial que se verifica especialmente na Zona Sul II, onde Copacabana detém 26% do total de filiais, seguindo-se em expressão a Zona Sul I e Tijuca.

Os bairros do Catete e Estácio apesar de terem alta especialização no gênero, não são significativos, devido ao critério usado para a seleção das firmas, estabelecido *a priori*, qual seja, empresas com mais de cinco filiais.

Ao se descer o nível de análise, fica claro que quatro eixos concentram este ramo de atividade, o primeiro, corresponde à Rua Barata Ribeiro (Copacabana), onde se fazem presentes 12 filiais, e os outros correspondem às Ruas Conde de Bonfim (Tijuca), Visconde de Pirajá (Ipanema) e Catete (Catete), cada uma delas com cinco filiais.

Quanto a parte administrativa e dos escritórios centrais, verifica-se que não apresentam nenhuma concentração, visto estarem disseminados pelos diferentes bairros.

#### e — Tecidos e artefatos de tecido

Este gênero foi representado por sete unidades, sendo que das 70 filiais distribuídas pelo Rio de Janeiro, 91,4% estão situadas em 15 dos 22 bairros selecionados.

Analisando-se seu padrão de distribuição, cabe ao Centro deter o maior número de filiais, seguido pelas áreas da Zona Sul II, Tijuca e eixo da Central.

Chama atenção o fato de que, as empresas componentes do gênero são tradicionais no ramo e de um modo geral atuam a nível local. Exceção é feita por apenas duas delas; uma, com característica de grupo, cuja escala de atuação se dá a nível nacional, e outra, que centra suas atividades no Sul do País, mais especificamente no Paraná.

Outro aspecto interessante é que ao nível dos bairros, cabe ao Centro deter 27% das filiais; Copacabana e Tijuca, 11,4%; Méier, 8,5% e Madureira, 7,1%. Nos demais a representatividade é muito pequena quando comparada com a dos bairros acima.

Ao nível de rua, destacam-se: Nossa Senhora de Copacabana (Copacabana) com oito filiais; Visconde de Pirajá (Ipanema), com cinco; Carolina Méier (Méier) e Conde de Bonfim (Tijuca), com três, e ainda Avenida Passos, Ouvidor e Luiz de Camões (Centro), também com três filiais cada.

Das sete unidades incluídas, cinco têm seus escritórios centrais localizados no Centro o que reflete em parte a conotação tradicional das empresas deste ramo, antes referida.

#### f — Artigos de vestuário e de armarinho

Nele, estão incluídas as lojas de calçados, bolsas, confecções masculinas e femininas, armarinhos, meias e ainda as boutiques em geral.

Um aspecto significativo dos dados foi verificar que o gênero em questão, apresenta o maior número de empresas do total do universo estudado. Das 102 empresas selecionadas, 28 correspondem a este ramo, perfazendo um total de 225 lojas distribuídas pelo Rio de Janeiro, das quais 97,3% estão concentradas em 18 dos bairros selecionados.

As empresas incluídas aqui, geralmente atuam a nível local, sendo poucas aquelas que extravasam sua localização por outros Estados. Muitas são tradicionais dentro do ramo, apesar de nos últimos anos

seu crescimento ter-se acelerado, em função da própria indústria de confecção que cresceu bastante. A sofisticação de algumas empresas, muito ligadas à ideologia do consumo, concorre para o aumento de seu número de filiais, sobretudo as boutiques, localizadas hoje nos modernos shoppings, obedecendo a uma estratégia específica ao seu gênero, que é o consumo da moda, localizando-se geralmente nos bairros onde as classes de maior poder aquisitivo estão situadas.

No que se refere ao padrão de distribuição, acham-se as filiais concentradas nas áreas da Zona Sul (85 filiais, sendo que 71 destas, estão localizadas na Zona Sul II); Centro (66 filiais) e eixo da Central e da Tijuca. As demais áreas apresentam pequena representatividade.

É preciso notar que, a nível de bairro, o Centro detém 28,8% das filiais, seguido de Copacabana, com 20,4%, e Tijuca e Ipanema, com 9,7% cada. Neste particular, convém chamar a atenção para o fato de que Madureira e Méier, os dois maiores subcentros da Central, que tradicionalmente apresentam forte incidência deste ramo, apresentam pouca representatividade, o que é explicado pela estrutura comercial desses centros que é caracterizada pela predominância de pequenas empresas, no caso, com menos de cinco filiais.

Dentre as ruas mais significativas, pode-se destacar a Avenida Nossa Senhora de Copacabana (Copacabana) que comparece com 39 filiais; Visconde de Pirajá (Ipanema) com 19; Conde de Bonfim com 10 e Praça Saenz Peña (Tijuca) com cinco. No Centro, este ramo de comércio sobressai nas Ruas do Ouvidor, Uruguaiana, Rio Branco, Carioca e Sete de Setembro.

Os escritórios centrais e administração de 12 empresas estão localizados no Centro, de quatro delas em Copacabana e finalmente de três empresas em Botafogo.

#### g — Artigos diversos

Onze unidades com 97 filiais representam este gênero. Nele, estão incluídas as lojas de malas, fotografias, cristais, jóias e sobretudo óticas. Do total de filiais, 95,8% estão localizadas em 13 dos bairros selecionados.

Quanto à estrutura das empresas, incluem-se neste gênero aquelas que atuam desde o nível internacional, caso da H. Stern Comércio Indústria S/A, até as de caráter local (com atuação restrita à Cidade do Rio de Janeiro), como a Roberto Simões Comércio de Presentes Finos Ltda., Mala Moderna, entre outras.

O padrão de distribuição das filiais apresenta-se equilibrado entre as áreas do Centro e Zona Sul II, seguidas, em menor proporção, pelas áreas do eixo da Central e Tijuca.

Analisando-se a nível de bairros, o Centro detém 32,9% das filiais, seguido de Copacabana, com 16,4%, e de Tijuca e Ipanema com 11,3 e 10,3%, respectivamente.

Esta localização prende-se ao fato de estarem incluídas, neste gênero, lojas que necessitam fixar-se em pontos estratégicos da cidade, muitas vezes associados à renda disponível dos consumidores, ou seja, a um padrão de consumo mais elevado.

É necessário levar em conta que, a nível de rua, destacam-se cinco eixos de concentração das filiais: em primeiro lugar, aparecem Buenos Aires (Centro) e Visconde de Pirajá (Ipanema), com oito lojas cada.

Em segundo, sobressaem a Rua Dias da Cruz (Méier), Praça Saenz Peña (Tijuca) e Avenida Nossa Senhora de Copacabana (Copacabana), com cinco lojas cada.

Quanto à parte administrativa e escritórios centrais, cabe observar, que uma unidade localiza-se na Cidade de São Paulo, quatro, no Centro do Rio de Janeiro, enquanto que as demais, distribuem-se pelos bairros restantes.

Dado isso, deve-se, por fim, sublinhar o fato de que os gêneros papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório; produtos químicos e farmacêuticos; mercadorias em geral (inclusive e exclusive produtos alimentícios); e artefatos de borracha e de plásticos e produtos similares não foram individualizados, em decorrência de pequeno número de filiais. Contudo, deve-se mencionar que, a exemplo do que ocorre com os gêneros anteriormente enfocados, suas filiais concentram-se fortemente nos bairros selecionados para análise. Com efeito, neles se concentram mais de 85% do total de filiais de cada um daqueles gêneros.

Cabe chamar atenção especialmente, para o gênero artefatos de borracha e de plásticos e produtos similares, que foi representado por apenas uma unidade — Casa da Borracha S/A — sendo impossível analisá-lo mais detalhadamente. Também não foram incluídos no universo da pesquisa, o comércio exclusivo de produtos alimentícios — representado pelas grandes cadeias de supermercados, e o comércio de combustíveis e lubrificantes — ligados sobretudo a fornecimento de gasolina e derivados, uma vez que, por suas características particulares, fogem àquelas que de modo geral padronizam as demais.

#### 4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão de ordem geral (em função do critério adotado para a escolha das empresas — cadeias com cinco filiais e mais — a serem analisadas) que se pode deduzir do exame anterior, com relação à participação dos principais bairros comerciais do Rio de Janeiro, poderia ser resumida no seguinte:

O Centro, apesar de ser caracterizado pela ocorrência de todos os gêneros comerciais analisados, detém 71,5% do número total de unidades<sup>15</sup> (empresas), 24,87% do total de filiais e 35,29% dos escritórios centrais e administração das empresas, números que evidenciam a forte concentração das grandes cadeias de lojas nesta área tradicional da cidade, apesar das filiais das empresas mencionadas, apresentarem-se, hoje, distribuídas por vários segmentos do espaço carioca. O que chama atenção na área, é o forte caráter centralizador da função de controle e decisão das diversas empresas.

---

<sup>15</sup> Quanto ao cálculo dos percentuais utilizou-se o seguinte critério: para as unidades (empresas), o número das mesmas no bairro sobre o total de unidades no Rio de Janeiro; para as filiais, o número das filiais no bairro sobre o total geral de filiais e para as unidades de administração/escritórios centrais, o número dos mesmos no bairro sobre o total de unidades no Rio de Janeiro.

Outro aspecto significativo dos dados, foi verificar que as filiais estabelecidas no Centro distribuem-se por sete eixos — tradicionais no tocante ao comércio varejista — exibindo um certo grau de especialização em alguns ramos. São eles: Rua Uruguaiana (19); Ouvidor (16); Buenos Aires e Sete de Setembro (13 cada); Rio Branco (12); Carioca e Gonçalves Dias (10). Esse fato não implica, entretanto, que as mesmas não se distribuam por outros eixos em menores proporções.

Analisando a descentralização do comércio varejista fica patente o papel desigual com que as empresas se distribuem no espaço carioca, fato comprovado quando da análise da localização das filiais por gêneros e número de lojas (Anexo 2).

Copacabana destaca-se como o segundo bairro importante na atividade comercial varejista. Na verdade, corresponde a uma complementação do Centro.

Nele, também se verifica a ocorrência de todos os gêneros analisados. Constata-se a presença de 67,6% do total de empresas e 15,48% do total de filiais. Estas últimas concentram-se fortemente na Avenida Nossa Senhora de Copacabana (77 filiais); Rua Barata Ribeiro (13 filiais); Santa Clara e Siqueira Campos (sete filiais cada). Esses números demonstram com clareza que, com o passar do tempo, Copacabana passou a comandar não só o comércio da Zona Sul, como também, hoje, complementa a atividade comercial do centro da Cidade.

A Tijuca aparece como o terceiro bairro comercial do Rio de Janeiro. Do total dos gêneros analisados, dez participam da atividade comercial do bairro. Nele estão concentradas 59,8% do total das unidades e 9,02% do total das filiais, localizadas principalmente na Rua Conde de Bonfim (40 filiais) — importante eixo comercial e ponto de passagem para outros bairros da Zona Norte — e Praça Saenz Peña (13 filiais).

Como quarto bairro comercial, destaca-se o Méier, localizado na área do eixo da Central. O bairro conta com 10 gêneros comerciais, com 38,2% do total das unidades e 5,24% das filiais totais, cabendo à Rua Dias da Cruz, principal artéria comercial do bairro, concentrar 24 lojas dentre as 43 existentes.

Importa destacar o bairro de Madureira, também localizado na área do eixo da Central, no qual se fazem presente dez gêneros com 29,4% do total das unidades e 4,63% do total de filiais. A Avenida Edgard Romero sobressai como principal eixo comercial do bairro, concentrando 18 lojas, de um total de 38 filiais que se espalham pelo bairro, seguida pela Rua Carvalho de Souza, com sete.

O bairro de Ipanema, em realidade um prolongamento do comércio de Copacabana, conta com nove gêneros, perfazendo 41,1% do total das unidades e 6,09% do total das filiais. Apresenta um comércio de alto luxo, bastante diversificado onde predomina o ramo do vestuário, em função da enorme quantidade de boutiques na área, que atendem uma camada da população de alto poder aquisitivo. Este comércio está concentrado na principal artéria comercial do bairro, qual seja, a Rua Visconde de Pirajá.

Pelo critério usado, resta acrescentar ainda, entre os mais significativos, os bairros de Bonsucesso, São Cristóvão, Botafogo e Catete, onde também se verifica a ocorrência dos diferentes gêneros comerciais.

Quanto à distribuição dos diversos gêneros comerciais pelos bairros selecionados, pode-se constatar que os mesmos não apresentam um padrão semelhante. Se por um lado, ferragens, tecidos, artigos do vestuário e mercadorias em geral, mostram-se dispersos; por outro, alguns gêneros apresentam-se mais concentrados. É o caso, por exemplo, de eletrodomésticos (Centro); veículos e acessórios (eixo da Central, eixo da Leopoldina e ainda Zona Sul I, mais especificamente o bairro de Botafogo); móveis e tapeçaria (Zona Sul II); papel e artigos de papelaria (Zona Sul II e Centro) e artigos diversos (Centro e Zona Sul II) evidenciando certo grau de especialização em algumas áreas. Isso vem demonstrar que ao se descer o nível de análise, muitas vezes, alguns bairros vão conjugar a função de subcentros com a de especialização.

Os estabelecimentos do comércio varejista se comportam de duas formas, a saber: concentração no Centro e em alguns subcentros (Copa-cabana, Tijuca, Ipanema, Méier e Madureira) e dispersão pelos demais bairros, que, em realidade, correspondem a pequenos centros secundários, próximos em geral a subcentros de nível hierárquico superior (Bonsucesso, São Cristóvão, Botafogo, Catete, Ramos, Campo Grande, Penha, Maracanã, Cascadura, Leblon, etc.).

Nada disso desmente o fato de que hoje, no que se refere a seu aspecto comercial, o espaço do Rio de Janeiro encontra-se estruturado em dois "subespaços". Um deles, corresponde à área antiga da cidade, o Centro — não perdendo sua condição centralizadora das atividades terciárias, sobretudo a comercial, mas modificando-se no sentido de uma maior especialização (como é o caso da função de direção/administração, por exemplo) — e suas imediações, e outro, que diz respeito aos subcentros e pequenos centros secundários.

O que parece de fato acontecer é que a acumulação do capital ao nível do espaço se dá de forma concentrada. De acordo com Singer, a concentração de atividades em determinadas áreas é causada pelas chamadas economias externas de despesas, de transporte e comunicação entre empresas complementares e pelo uso em maior escala, o que reduz seus custos de serviços financeiros, comerciais, etc. Para ele "na medida em que as empresas se concentram espacialmente o mercado para cada uma se amplia, possibilitando assim maior concentração empresarial do capital e na medida em que esta se dá as vantagens da concentração espacial se acentuam"<sup>16</sup>.

Importa realçar, por último, a incorporação de algumas áreas, tais como Barra da Tijuca e São Conrado que trazem a reboque um comércio estruturado em shoppings centers, que também se fazem presentes em áreas mais antigas tais como: Botafogo, Tijuca e Gávea.

<sup>16</sup> Singer, Paul. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo.

## 5 — ANEXOS

### ANEXO 1

#### **COMÉRCIO VAREJISTA NO RIO DE JANEIRO LISTAGEM DAS CADEIAS DE LOJAS COM MAIS DE CINCO FILIAIS<sup>1</sup> — 1980**

##### **1.1 — Ferragens, produtos metalúrgicos, material de construção, artigos sanitários, artigos de cerâmica, vidros e louças**

1. MARCOVAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A (Aparelhos Sanitários)
2. DIVILAN S/A (Compensados)
3. CONCRETO REDIMIX RIO DE JANEIRO S/A (Compensados)
4. BRIMATEC — J. S. Brito Louças e Ferragens Ltda (Materiais de Construção)
5. MACIFE S/A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (Materiais de Construção)
6. NORTINTAS S/A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (Materiais de Construção)
7. REI DAS TINTAS S/A (Materiais de Construção)
8. BAHIA TINTAS LTDA (Materiais de Construção)
9. C. R. BARROS (Materiais de Construção — Tintas)
10. CASA SOLLAR TINTAS LTDA (Materiais de Construção)
11. CASA DE TINTAS SÃO JERÔNIMO LTDA (Materiais de Construção — Tintas)
12. VIDREX S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA (Materiais de Construção — Tintas)

##### **1.2 — Máquinas e aparelhos não elétricos de uso doméstico, máquinas e aparelhos eletrodomésticos, material elétrico e de eletrônica, aparelhos e equipamentos de comunicação — inclusive peças e acessórios**

1. MOTO DISCOS UTILIDADES LTDA (Discos)
2. BEMOREIRA COMPANHIA NACIONAL UTILIDADES (Aparelhos Eletrodomésticos)

---

<sup>1</sup> FONTE — Lista Telefônica Classificada da Cidade do Rio de Janeiro — Páginas Amarelas — 1980.

3. BRASTEL ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÃO S/A (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
4. CASA GARÇON APARELHOS ELÉTRICOS S/A (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
5. GLOBEX UTILIDADES S/A (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
6. J. AQUINO ALENCAR COMÉRCIO S/A (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
7. TELE RIO ELETRODOMÉSTICOS LTDA (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
8. ULTRALAR APARELHOS SERVIÇOS LTDA (Aparelhos Elétricos e Eletrodomésticos)
9. SINGER SEWING MACHINE COMPANY (Máquinas de Costura)
10. MACRIF MANUFATURA CRISTAIS FINOS LTDA (Lustres)

### **1.3 — Veículos, peças e acessórios**

1. BORGAUTO PEÇAS PARA AUTOMÓVEIS LTDA
2. HERMES MACEDO S/A IMPORTAÇÃO COMÉRCIO
3. MAUÁ AUTO-PEÇAS LTDA
4. MUCISA — Motorista União Comercial Importadora S/A
5. EMPÓRIO DE BATERIAS LTDA (Baterias)
6. BENFICA COMPANHIA NACIONAL DE PNEUS (Pneus)
7. REDE ZACARIAS PNEUS S/A (Pneus)

### **1.4 — Móveis, artigos de colchoaria e tapeçaria**

1. TAPEÇARIA LIDER S/A (Pisos)
2. ARMÁRIOS EMBUTIDOS SAMURAI (Armários)
3. ESTACA MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA (Colchões)
4. CHUEKE & FILHOS LTDA (Colchões)
5. IRMÃOS VAINER MÓVEIS E DECORAÇÕES S/A (Móveis)
6. RUY MAFRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (Móveis)
7. CASA GELLI MÓVEIS S/A (Armários)
8. SÓ ESTANTES (Estantes)
9. CASAS FERNANDES INDÚSTRIA E COMÉRCIO MÓVEIS TAPEÇARIA (Tapeçaria)

### **1.5 — Papel, impressos e artigos de papelaria, livraria e de escritório**

1. ENTRELIVROS EDITORA LTDA (Livros)
2. JACKSON INC. W. M. (Livros)
3. CASA MATTOS — Papelaria e Livraria S/A (Papelaria)
4. PAPELARIA AMÉRICA LTDA (Papelaria)
5. MEIRA — Materiais Engenharia, Instrumentos Reproduções, Ampliações S/A (Artigos Engenheiros)

### **1.6 — Produtos químicos e farmacêuticos**

1. PERFUMARIA CARNEIRO LTDA
2. DROGASMIL MEDICAMENTO PERFUMARIA LTDA
3. LOJAS DR. SCHOLL
4. CENTRO AUDITIVO TELEX S/A
5. HERMES FERNANDES S/A COMP. IMP.

### **1.7 — Tecidos e artefatos de tecidos**

1. CASA VENEZA RENDAS S/A (Enxovais)
2. A IMPERATRIZ DAS SEDAS S/A (Sedas)
3. CASA GEBARA SEDAS S/A (Sedas)
4. SEDA MODERNA (Sedas)
5. LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS LTDA — Casas Pernambucanas (Tecidos)
6. CASAS HUDDERSFIELD TECIDOS S/A (Casimira)
7. TECIDOS EMMA S/A (Tecidos)

### **1.8 — Artigos do vestuário e de armarinho**

1. CASA ARTHUR ARMARINHO S/A (Armarinhos)
2. KAMACHE BOLSAS LTDA (Bolsas)
3. PAPPUS MODAS LTDA (Boutique)
4. INDÚSTRIA E COMÉRCIO MENDES FREITAS S/A (Calçados)
5. COMPANHIA DE CALÇADOS DNB/POLAR (Calçados)
6. VARESE INDÚSTRIA E COMÉRCIO CALÇADOS BOLSAS LTDA (Calçados)

7. GAMBIER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Calçados)
8. SAPASSO S/A COMÉRCIO DE CALÇADOS (Calçados)
9. REI DAS CALÇAS CONFECÇÕES LTDA (Calças)
10. CASA JOSÉ SILVA CONFECÇÕES S/A (Calças)
11. ROCHA & PARENTE LTDA (Calças)
12. SUA Magestade ROUPAS S/A (Confecções)
13. COMPANHIA BRASILEIRA DE ROUPAS (Confecções)
14. CINTIA MODAS LTDA (Confecções)
15. MALHARIA MENA (Confecções/Malhas)
16. SPY CONFECÇÕES LTDA (Malhas)
17. CASAS OLGA OU JORGE AMARAL & COMPANHIA LTDA (Meias)
18. AMERICAN DENIN MODAS LTDA (Modas)
19. HÉLIO BARKI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO (Casimira e Roupas)
20. IRMÃOS BROCHNER LTDA OU SELEÇÃO MODAS (Modas)
21. LILOCA MODAS E DECORAÇÕES LTDA (Modas)
22. MADEMOISELLE MODAS E CONFECÇÕES S/A (Modas)
23. A COLEGIAL ROUPAS S/A (Roupas)
24. A ESPLANADA ROUPAS S/A OU A IMPECÁVEL ROUPAS LTDA (Roupas)
25. ADONIS S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA (Roupas)
26. TAVARES CARVALHO ROUPAS S/A (Roupas)
27. TEMPER ROUPAS S/A (Roupas)
28. LOJAS CITYCOL S/A (Roupas)

**1.9 — Mercadorias em geral (inclusive e exclusive produtos alimentícios)**

1. LOJAS AMERICANAS S/A
2. LOJAS BRASILEIRAS PREÇO S/A
3. MESBLA S/A
4. SEARS ROEBUCK S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
5. CASA SLOPER S/A
6. BARBOSA FREITAS MODAS S/A
7. CARREFOUR TREVO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

### **1.10 — Artigos diversos**

1. MALA MODERNA (Malas)
2. CURT LABORATÓRIO CINEMATOGRAFICO LTDA (Fotografias)
3. H. STERN COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A (Joalheiros)
4. CASA MASSON S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA (Joalheiros)
5. EMPRESAS REUNIDAS ÓTICAS BRASIL S/A OU ÓTICAS IMPERIAL (Óticas)
6. LUTZ FERRANDO ÓTICA E INSTRUMENTAL CIENTÍFICO S/A (Óticas)
7. ÓTICAS FLUMINENSE LTDA (Óticas)
8. ÓTICAS NOVA YORK LTDA (Óticas)
9. RIBEIRO FIGUEIREDO COSTA LTDA (Óticas)
10. ARTIGOS PRESENTES RACHEL LTDA (Presentes)
11. ROBERTO SIMÕES COMÉRCIO DE PRESENTES FINOS LTDA (Cristais)

### **1.11 — Artefatos de borracha e de plásticos e produtos similares**

1. CASA DA BORRACHA S/A

**ANEXO 2**  
**ATIVIDADE COMERCIAL NO RIO DE JANEIRO POR GÊNERO,**  
**SEGUNDO OS BAIRROS — 1980**

BAIRROS (1)	GÊNEROS											
	Total		Ferragens		Eletrodomésticos		Veículos e acessórios		Móveis e tapeçaria		Papel e artigos de papelaria	
	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais
<b>TOTAL</b> .....	—	749	—	77	—	103	—	34	—	51	—	33
<b>TOTAL GERAL</b> .....	102(3)	820(4)	12(2)	95	10	110	7	45	9	60	5	35
1. Centro.....	73	204	9	14	9	42	2	2	2	3	4	9
2. Copacabana.....	68	127	5	9	8	12	1	1	7	16	3	6
3. Tijuca.....	60	74	3	4	6	8	2	3	6	6	2	2
4. Ipanema.....	42	50	—	—	3	3	—	—	4	5	—	—
5. Méier.....	39	43	2	2	6	6	1	1	3	3	2	2
6. Madureira.....	30	38	4	4	3	4	1	1	1	2	1	1
7. Bonsucesso.....	20	28	3	3	4	6	3	6	—	—	1	1
8. São Cristóvão.....	19	26	4	6	3	5	4	5	—	—	—	—
9. Botafogo.....	21	24	4	5	—	—	5	5	3	4	1	1
10. Catete.....	15	22	—	—	2	2	—	—	3	7	1	2
11. Ramos.....	14	17	3	3	2	2	2	2	—	—	1	1
12. Campo Grande.....	11	16	2	7	1	1	1	1	—	—	—	—
13. Penha.....	14	14	1	1	5	5	—	—	—	—	—	—
14. Maracanã.....	6	10	2	4	1	1	—	—	—	—	1	3
15. Cascadura.....	9	9	3	3	2	2	3	3	—	—	—	—
16. Leblon.....	8	8	—	—	—	—	—	—	2	2	1	1
17. Vila Isabel.....	5	8	3	6	1	1	—	—	1	1	—	—
18. Estácio.....	6	7	2	2	—	—	—	—	1	2	—	—
19. Saúde.....	6	7	—	—	1	1	1	1	—	—	1	1
20. Benfica.....	5	7	—	—	1	2	1	1	—	—	—	—
21. Praça da Bandeira.....	5	5	1	1	—	—	1	1	—	—	—	—
22. Engenho Novo.....	4	5	2	3	—	—	1	1	—	—	1	1

BAIRROS (1)	GÊNEROS											
	Produtos químicos e farmacêuticos		Tecidos		Artigos do vestuário		Mercadorias em geral		Artigos diversos		Artefatos de borracha	
	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais	Unida- des	Filiais
<b>TOTAL</b> .....	—	33	—	64	—	219	—	35	—	93	—	7
<b>TOTAL GERAL</b> .....	5	36	7(2)	70	28	225	7	40	11	97	1	7
1. Centro.....	4	6	7	19	21	65	4	9	10	32	1	3
2. Copacabana.....	5	7	4	8	23	46	3	5	8	16	1	1
3. Tijuca.....	5	6	7	8	19	22	4	4	6	11	—	—
4. Ipanema.....	2	2	3	4	17	22	1	1	9	10	1	1
5. Méier.....	3	3	4	6	10	10	4	4	4	6	—	—
6. Madureira.....	3	3	3	5	10	12	1	1	3	5	—	—
7. Bonsucesso.....	—	—	2	2	2	3	1	2	4	5	—	—
8. São Cristóvão.....	—	—	—	—	4	5	1	1	2	2	1	2
9. Botafogo.....	1	1	1	1	4	5	2	2	—	—	—	—
10. Catete.....	1	1	1	1	7	9	—	—	—	—	—	—
11. Ramos.....	—	—	3	3	3	6	—	—	—	—	—	—
12. Campo Grande.....	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	—	—
13. Penha.....	1	1	1	1	4	4	—	—	2	2	—	—
14. Maracanã.....	—	—	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—
15. Cascadura.....	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16. Leblon.....	1	1	—	—	3	3	—	—	1	1	—	—
17. Vila Isabel.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18. Estácio.....	—	—	2	2	1	1	—	—	—	—	—	—
19. Saúde.....	—	—	—	—	1	1	2	3	—	—	—	—
20. Benfica.....	—	—	—	—	1	2	1	1	1	1	—	—
21. Praça da Bandeira.....	—	—	1	1	—	—	1	1	1	1	—	—
22. Engenho Novo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

**FONTE** — Lista Telefônica Classificada da Cidade do Rio de Janeiro — Páginas Amarelas — 1980.

(1) Bairros mais representativos — a ordem obedece ao número total de filiais.

(2) Representa o total de empresas em cada gênero.

(3) Universo da Pesquisa — total de empresas em todos os gêneros.

(4) Total de filiais.

**ANEXO 3**  
**ATIVIDADE COMERCIAL NO RIO DE JANEIRO, DISTRIBUIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS FILIAIS POR GÊNEROS, SEGUNDO AS ÁREAS — 1980**

ÁREAS	DISTRIBUIÇÃO POR GÊNEROS											
	Total	Fer-ragens	Ele-tro-dô-més-ticos	Veí-culos e acessórios	Móveis e tapeça-ria	Papel e artigos de pape-laria	Produtos quí-micos e farma-cêuticos	Tecidos	Artigos do vestuá-rio	Merca-dorias em geral	Artigos diversos	Arte-fatos de bor-racha
<b>TOTAL.....</b>	<b>749</b>	<b>71</b>	<b>103</b>	<b>34</b>	<b>51</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>64</b>	<b>219</b>	<b>35</b>	<b>93</b>	<b>7</b>
TOTAL GERAL.....	820	95	110	45	60	35	36	70	225	40	97	7
Centro.....	211	14	43	3	3	10	6	19	66	12	32	3
Zona Sul.....	231	14	17	6	34	12	12	14	85	8	27	2
Zona Sul I.....	46	5	2	5	11	3	2	2	14	2	—	—
Zona Sul II.....	185	9	15	1	23	9	10	12	71	6	27	2
Eixo da Central.....	121	18	17	11	5	4	7	11	27	6	13	2
Tijuca.....	104	17	10	4	9	5	6	12	24	5	12	—
Eixo da Leopoldina.....	66	7	15	9	—	2	1	6	15	3	8	—
Zona Oeste.....	16	7	1	1	—	—	1	2	2	1	1	—

FONTE — Lista Telefônica Classificada da Cidade do Rio de Janeiro — Páginas Amarelas — 1980.

**ANEXO 4**  
**ATIVIDADE COMERCIAL NO RIO DE JANEIRO, DISTRIBUIÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E ESCRITÓRIOS CENTRAIS POR GÊNEROS, SEGUNDO AS ÁREAS — 1980**

ÁREAS	DISTRIBUIÇÃO POR GÊNEROS											
	Total	Fer-ragens	Ele-tro-dô-més-ticos	Veí-culos e acessórios	Móveis e tapeça-ria	Papel e artigos de pape-laria	Produtos quí-micos e farma-cêuticos	Tecidos	Artigos do vestuá-rio	Merca-dorias em geral	Artigos diversos	Arte-fatos de bor-racha
<b>TOTAL.....</b>	<b>102</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>1</b>
Centro.....	40	4	5	1	1	1	2	5	13	4	4	—
Zona Sul.....	18	1	—	—	4	1	—	—	8	1	3	—
Zona Sul I.....	8	—	—	—	3	1	—	—	4	—	—	—
Zona Sul II.....	10	1	—	—	1	—	—	—	4	1	3	—
Eixo da Central.....	6	3	—	—	—	—	—	—	1	—	1	1
Tijuca.....	8	1	—	—	1	1	—	2	2	—	1	—
Eixo da Leopoldina.....	9	1	2	2	—	1	—	—	3	—	—	—
Zona Oeste.....	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fora do Rio.....	6	—	2	2	—	—	—	—	—	1	1	—
Total nos demais bairros.....	10	1	—	1	3	—	3	—	—	1	1	—
Sem informação.....	4	—	1	1	—	1	—	—	1	—	—	—

FONTE — Lista Telefônica Classificada da Cidade do Rio de Janeiro — Páginas Amarelas — 1980/levantamento feito por telefone.

## 6 — BIBLIOGRAFIA

- A VEZ DO CONSUMIDOR. — *Revista Veja*, Economia e Negócios, São Paulo, 13 maio 1981.
- ABREU, Maurício & BRONSTEIN, Olga. — *Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição de população de baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Convênio IDRC/CNPU/IBAM, 1978. (Datilografado).
- ALMEIDA, Elisa Maria José Mendes de & PINTO, Dulce Maria Alcides. — O desenvolvimento da área central. In: *A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBGE, CNG, 1967.
- ARAQUÊ, Paul. — O Rio de Janeiro e seus subúrbios. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 24(184): 3-6, jan./fev., 1965.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. — Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 23(3), jul./set. 1961.
- . Evolução da paisagem urbana no Rio de Janeiro até o início do século XX. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 12(1/2): 17-39, 1959.
- . A faixa suburbana. In: *Curso de Geografia da Guanabara*, Rio de Janeiro, IBGE, IBG/AGB, : 90-105, 1968.
- BOTELHO, Maria Emília Teixeira de Castro & CARDOSO, Maria Francisca Thereza Cavalcanti. — Madureira: tentativa de determinação da área de influência de um subcentro da metrópole carioca. *Anais da AGB*, São Paulo, 14, 1968.
- BRUNA, Gilda Collet & OLIVA, Yara Cunha Costa. — Áreas comerciais da região metropolitana de São Paulo. *Revista SPAM*, São Paulo, 3(9), mar./abr. 1982.
- ÇAÇA AO FREGUÊS. — *Revista Veja*, São Paulo, 9 jun. 1982.
- CAMPBELL, R. W. — Stages of shopping center development in major latin american metropolitan markets. *Land Economics*, 50(1): 66-70, 1974.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza Cavalcanti. — O crescimento do aglomerado. In: *Curso de Geografia da Guanabara*, Rio de Janeiro, IBGE, IBG/AGB, : 15-27, 1968.
- CAROL, Hans. — The hierarchy of central functions within the city. *Annals of the AAG*, 50(4): 419-38, 1960.
- COMÉRCIO LOJISTA VENDE MENOS 20% NO 1.º SEMESTRE. — *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul., 1981.
- CORDEIRO, Helena Kohn. — O processo de mudança no centro metropolitano de São Paulo e as atuais tendências de sua expansão. In: *Encontro Nacional de Geógrafos*, 5, Porto Alegre, Anais s.n.t., v. 1, : 369-76, 1982.
- CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. — Espaço e movimentos sociais urbanos: uma introdução. In: *Encontro Nacional de Geógrafos*, 5, Porto Alegre, Anais. s.n.t., v. 1, : 255-63, 1982.
- . & LOJKASEK, Vanda Silvia. — Uma definição estatística da hierarquia urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34(3), jul./set., 1972.
- DUARTE, Aluizio Capdeville. — A área central da Cidade do Rio de Janeiro. In: *A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE, CNG, 1967.
- . O centro de atividades da metrópole. In: *Curso de Geografia da Guanabara*, Rio de Janeiro, IBGE, IBG/AGB, : 57-73, 1968.
- DUARTE, Haidine da Silva Barros. — A Cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias — os centros funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36(1): 53-98, jan./mar., 1974.
- ECONOMIA/NEGÓCIOS. — *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 set., 1982.
- ERTHAL, Rui. — *Organização Espacial das Atividades Terciárias em Niterói*. Rio de Janeiro, 1980, Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências.
- FREIRE, Jessé Pinto. — Origens e evolução do comércio carioca — comentários. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 27(4): 79-88, out./dez., 1965.

- GEIGER, Pedro Pinchas. — Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 22(1): 3-45, jan./mar., 1960.
- . & DAVIDOVICH, Fany. — Aspectos do fato urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 23(2): 263-362, abr./jun., 1961.
- HERMES MACEDO. — *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 out. 1982, Informe Especial.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. — História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, v. 1 e 2, 1978.
- MERENNE-SCHOUMAKER, B. — Méthodes d'analyse des localisations commerciales: les apports de l'enquête de terrain. In: *Annales de Géographie*, bulletin de la Société de Géographie, Paris, Université de Paris I, 91(506): 417-24, jul./août, 1982.
- MIRANDA, Mariana Palhares de. — Crescimento periférico da Cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais da ocupação residencial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 42(2): 265-309, abr./jun., 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. — *História Econômica do Brasil*, 21 ed., Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1978.
- PROUDFOOT, Malcolm J. — City retail structure. *Econ. Geogr.*, 13:425-28, 1937.
- REVISTA NACIONAL 174. — *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 28 mar., 1982, Suplemento.
- SANTOS, F. Noronha. — *Meios de Transporte no Rio de Janeiro — História e Legislação*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1, : 310, 1934.
- SILVA, Antonio Francisco da. — O centro funcional de Madureira. *Boletim Geográfico* — Rio de Janeiro, 33(242): 52-87, set./out., 1974.
- SILVA, Elizabeth Di Gesu Vianna da. — O Metropolitano e a renovação urbana do Catete. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 43(3), jul./set., 1981.
- SILVA, Hilda da et alii. — A função comercial. In: *A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IBGE, CNG, 1967.
- SINGER, Paul. — Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. In: *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. — Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 27(3): 329-87, jul./set., 1965.
- . O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação no Rio de Janeiro. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, 11(3/4): 45-68, 1968.
- UM BALDE DE ÁGUA FRIA. — *Revista Veja*, Economia e Negócios, São Paulo, 4 mar., 1981.
- UMA HERÓICA AVENIDA: AVENIDA CENTRAL. — *Revista Veja*, São Paulo, 15 dez., 1982.
- VILLAÇA, Flávio. — A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 1978.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a organização espacial do comércio da Cidade do Rio de Janeiro, privilegiando, tão somente, os processos gerais que geram os padrões de distribuição das filiais do comércio varejista no espaço urbano.

A grande Cidade capitalista apresenta uma complexa organização espacial que se caracteriza por uma divisão econômica e social do espaço. Nela, no que concerne às atividades terciárias, e sobretudo, ao comércio varejista, pode-se destacar dois subespaços. Um, refere-se ao Núcleo Central e suas imediações, onde estão localizados os principais gêneros comerciais, a grande maioria das empresas, filiais, além dos escritórios centrais e administração, evidenciando a forte concentração das grandes cadeias de lojas nesta área tradicional da cidade e seu forte papel centralizador da função de controle e decisão das diversas empresas, e outro, que corresponde aos núcleos secundários de comércio varejista e de serviços, tais como Copacabana, Tijuca, Méier, Madureira, Ipanema, Bonsucesso, São Cristóvão, Botafogo, Catete, etc., que organizados de modo hierarquizado entre si, quer especializados.

A organização espacial da atividade comercial varejista no Rio de Janeiro, está fundamentada nos processos de centralização e descentralização, pois tais processos realizam-se e reproduzem-se sucessivamente, constituindo-se na própria produção de novos espaços comerciais.

---

Esta comunicação foi recebida pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 22 de novembro de 1984.

---

NOTA DO EDITOR

O Artigo "Cobertura vegetal do cerrado — carta da cobertura vegetal" divulgado na *Revista Brasileira de Geografia* ano 45, n.º 2 é de autoria de: Adélia Maria Salviano Japiassu, Ana Lúcia Saldanha de Mello Fernandes, Edgar Kuhlmann, Helena Maria Mesquita Balassiano, José Luiz Sor, Miguel Guimarães de Bulhões, Yara Mattos de Simas Eneas e Zélia Lopes da Silva. Os autores agradecem a Léo Ramon Arlé pela colaboração prestada na confecção do mapa anexado.

O Artigo "Alteração da cobertura vegetal do sul da Bahia", divulgado na *Revista Brasileira de Geografia* ano 45, n.ºs 3/4 é de autoria de: Celso José Monteiro Filho (colaborador), Edgar Kuhlmann, João Batista da Silva Pereira e Zélia Lopes da Silva.

## LEGISLAÇÃO

### RESOLUÇÃO — PR N.º 04/84, DE 25-01-84

Fixa normas sobre apresentação de trabalhos destinados às Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia e a publicações avulsas.

Competência: Art. 28 do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 76.664, de 24-11-75

O Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, usando de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art. 1.º — A apresentação de trabalhos destinados à publicação nas Revistas Brasileiras de Estatística e de Geografia e a publicações avulsas regula-se pelo disposto na presente Resolução.

Art. 2.º — As Revistas Brasileiras de Estatística (RBES) e de Geografia (RBG) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE serão publicadas trimestralmente — em março, junho, setembro e dezembro, enquanto as publicações avulsas não obedecerão a uma periodicidade regular.

Art. 3.º — Os trabalhos apresentados para publicação deverão ser inéditos, de pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, sob a forma de livros, artigos, notas metodológicas, comunicações, comentários ou resenhas bibliográficas e outros tipos de documentos de âmbito nacional ou internacional, de interesse da comunidade científica.

Art. 4.º — Os trabalhos publicados, mediante cessão de direitos autorais, passarão a ser propriedade do IBGE, vedada sua reprodução total ou parcial, sem autorização expressa, exceto para uso de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

§ 1.º — A matéria destinada às revistas ou publicações avulsas não será remunerada.

§ 2.º — A publicação será da competência do Centro Editorial da Diretoria de Administração não havendo, contudo, responsabilidade do IBGE quanto aos conceitos emitidos nos artigos assinados.

Art. 5.º — Os autores de artigos receberão vinte (20) separatas e cinco (5) exemplares do número da revista que editar seu trabalho, e, no caso de publicações avulsas, vinte (20) exemplares.

Art. 6.º — Será constituída uma Comissão Editorial, com a finalidade de analisar e selecionar os trabalhos destinados à publicação, composta de sete (7) membros do Quadro de Pessoal do IBGE, sob a coordenação de um deles, todos designados pelo Presidente, assim integrada:

- I — um (01) representante da Presidência;
- II — três (03) representantes da Diretoria Técnica;

- III — um (01) representante da Diretoria de Geodésia e Cartografia;
- IV — um (01) representante do Centro Editorial da Diretoria de Administração;
- V — um (01) representante da Biblioteca Central da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal.

Parágrafo Único — A Comissão será renovada anualmente, em um terço de sua composição.

Art. 7.º — Comissão Editorial terá natureza consultiva, objetivando assessorar a elaboração das publicações do IBGE em todas as suas fases e, principalmente, proceder à análise e seleção da matéria, cabendo-lhe, ainda:

- I — Sugerir as adaptações necessárias às normas editoriais na matéria a ser publicada;
- II — Opinar, quando for o caso, sobre a qualidade e/ou adequação de soluções gráficas propostas para as publicações, como um todo, ou para determinadas matérias cujas soluções impliquem em questões de conotação técnico-científica;
- III — Sugerir, eventualmente, medidas para incrementar a divulgação das publicações;
- IV — Sugerir, se julgar conveniente, a adoção de medidas complementares, no que respeita às normas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 8.º — O Diretor de Administração do IBGE dará o apoio administrativo necessário às atividades da Comissão e designará um Secretário para a mesma, da lotação do CEDIT, com as seguintes atribuições:

- I — Receber e encaminhar à apreciação da Comissão os originais destinados à publicação;
- II — Secretariar as reuniões da Comissão;
- III — Atuar em estrito entrosamento com o autor e a Comissão.

Art. 9.º — A publicação de trabalhos obedecerá às seguintes normas:

- I — Serão datilografados em papel branco tamanho ofício, um só lado, espaço duplo, 02 (duas) vias, margem de 3 cm, não podendo haver rasuras ou emendas que dificultem a leitura e a compreensão do texto;
- II — A data de recebimento do trabalho pelo Secretário da Comissão deverá constar da publicação;
- III — A primeira página do original conterá título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas e respectivos órgãos, e endereço para correspondência;
- IV — Os artigos muito extensos constarão de publicações avulsas ou serão editados de forma parcelada, em edições subsequentes, na medida necessária;
- V — O título, curto, específico e descritivo, registrará as palavras-chave que representem o conteúdo do artigo;

- VI — Será incluído um resumo informativo, de modo a expressar os pontos relevantes do estudo, com destaque dos dados apresentados e das conclusões atingidas, datilografado em espaço duplo e folha separada, em português e inglês, contendo, aproximadamente, 200 palavras;
- VII — No início do trabalho deverão figurar os agradecimentos e auxílios recebidos para sua elaboração;
- VIII — As notas de rodapé, numeradas em seqüência, com algarismos em tipo menor que o do texto, serão datilografadas no final do trabalho, com indicação do número respectivo;
- IX — No caso de listagens extensas, tabelas e outros elementos de suporte, poderão ser empregados apêndices;
- X — As fórmulas matemáticas serão datilografadas no próprio texto, com clareza, para que não ocorra dupla interpretação (p. ex.: confusão do algarismo 1 (um) com a letra l);
- XI — As fotografias deverão ser nítidas, contrastadas, de preferência em tamanho 6 x 9 cm, nunca superior a 12 x 18 cm; os gráficos, desenhados a nanquim, em papel branco ou vegetal; as cifras e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;
- XII — As tabelas, também ordenadas em folhas separadas, serão precedidas de título que permita a perfeita identificação dos dados, com registro do correspondente número de ordem, no local de inserção;
- XIII — As referências bibliográficas, numeradas, constituirão uma lista única no final, redigidas segundo a norma brasileira respectiva, contendo indicação dos autores e dos títulos dos periódicos, por extenso. A exatidão e adequação das referências e trabalhos consultados e mencionados no texto serão de responsabilidade do autor;
- XIV — A segunda capa conterà as seguintes indicações:

**IBGE**

Presidente  
Diretor Técnico  
Diretor de Geodésia e Cartografia  
Diretor de Administração  
Diretor de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal  
Diretor de Informática

COMISSÃO EDITORIAL, respectivos membros e secretário; Departamento de Editoração — Centro Editorial do IBGE — Av. Brasil, 15.671 — Parada de Lucas — 21.241 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Art. 10.º — Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.